

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

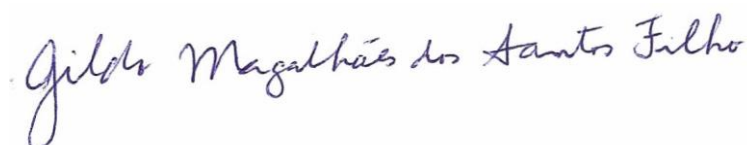
Nome do (a) aluno (a): **Filipe Dantas de Oliveira Jota**_____

Data da defesa: **_03/11/2022**

Nome do Prof. (a) orientador (a): **Gildo Magalhães dos Santos Filho**_____

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, **_20/_01/2023**_____



(Assinatura do (a) orientador (a))

FILIFE DANTAS DE OLIVEIRA JOTA

**Esculpindo a nação:
ideologias e utopias no “Boletim de Eugenia” (1929-1933)**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Gildo Magalhães dos Santos Filho.

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Versão corrigida

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

J85e Jota, Filipe Dantas de Oliveira
Esculpindo a nação: ideologias e utopias no
"Boletim de Eugenia" (1929-1933) / Filipe Dantas de
Oliveira Jota; orientador Gildo Magalhães dos Santos
Filho - São Paulo, 2022.
305 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. Eugenia. 2. Ideologia. 3. Utopia. 4.
Imaginário. 5. Ciência. I. Santos Filho, Gildo
Magalhães dos, orient. II. Título.

JOTA, Filipe Dantas de Oliveira. **Esculpindo a Nação**: ideologias e utopias no “Boletim de Eugenia” (1929-1933).

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dra.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais, Rossini e Maria das Graças

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Gildo Magalhães dos Santos Filho, por ter acreditado no meu potencial desde as primeiras discussões sobre ciência e ideologia, contribuindo de forma indelével para a realização deste trabalho. Ao grupo de estudos GEPTEC pelas controvérsias e encontros frutuosos. Às professoras Sara Albieri e Gabriela S. M. C. Marinho pelas críticas e conselhos durante a qualificação. A André Mota pelas primeiras sugestões de bibliografia e recortes temáticos. Ao meu orientador de Iniciação Científica, Francisco Assis de Queiroz, e aos membros do GPHCT-Prometeu, cuja generosidade e apoio me incentivaram a seguir carreira acadêmica.

Também devo agradecer a pessoas que marcaram minha trajetória pessoal e acadêmica. Nesse âmbito, agradeço a Marcos Baccega, que em 2011 fizera votos para que eu me tornasse um “brilhante historiador”, instigando meu interesse pelo estudo do ser humano no tempo. A Julia Zanardo Grespan, por ter me incentivado a ter um olhar crítico sobre o passado desde o primeiro ano da graduação. A Raphael Meciano, por nossas conversas sobre hermenêutica e brasilidade, as quais me chamaram atenção para os diversos problemas que envolvem a relação entre identidade e diferença na epistemologia das ciências sociais.

Estendo meus agradecimentos a pessoas cuja contribuição afetiva me foram indispensáveis. À minha amiga Camilie pelos tantos anos de amizade e pelas risadas que compartilhamos. Aos amigos Vinícius, Carol, Zeigler e Victoria, pelos numerosos momentos de descontração e felicidade. A Sandra e Solange Olivieri, pelas festas, pizzas e “apoio logístico”. Ao meu irmão, Gabriel, e sua esposa, Bruna, pelos maravilhosos momentos à mesa. Aos meus pais, Rossini e Graça, pelo apoio incondicional. Por fim, à minha companheira, Marília, cujo incentivo, compreensão e carinho me motivam a seguir em frente.

Você busca por conhecimento e sabedoria, assim como eu busquei; e eu honestamente espero que a gratificação de seus desejos não venha a ser uma serpente que o pique, assim como a minha o foi.

– Mary Shelley, Frankenstein

JOTA, Filipe Dantas de Oliveira. **Esculpindo a Nação**: ideologias e utopias no Boletim de Eugenia (1929-1933). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Resumo

A ideologia é geralmente compreendida como uma concepção falsa da realidade, elaborada e imposta pela classe dominante a fim de legitimar a ordem vigente. A utopia, por seu turno, é comumente tida como o produto quimérico do idealismo revolucionário, cuja ingenuidade – ou má fé – levaria à instauração de uma ordem autoritária. Por outro lado, a primeira também pode ser definida como um conjunto de representações sociais mediante as quais nos definimos e nos apresentamos ao mundo, ao passo que a segunda pode ser compreendida como qualquer alteridade ideal que nos estimula a transformar a sociedade para melhor. Nesse sentido, enquanto a ideologia pode ser considerada como toda visão de mundo (*Weltanschauung*) que nos permite forjar identidades individuais e coletivas, expressando valores, crenças e ideias que nos definem socialmente, a segunda é a visão de um ambiente possível, sem a qual não há possibilidade de mudança. Desde que os horrores do Holocausto foram revelados, a eugenia tende a ser imediatamente associada às definições negativa de ideologia e utopia, sendo desqualificada como uma pseudociência a serviço da classe dominante, refletindo as aspirações prometeicas da ciência moderna. Com base nisso, essa pesquisa parte da seguinte questão: de que modo as definições positivas de ideologia e utopia se fizeram presentes no discurso eugênico anterior à Segunda Guerra Mundial, de modo que o caráter negativo desses conceitos era negado ou ignorado pelos eugenistas? Considerando os processos históricos que resultaram na formação de um imaginário social permeado por noções como progresso, civilização e felicidade, o presente trabalho analisa o discurso eugênico brasileiro a partir das ideologias e utopias articuladas por seus defensores. Para tanto, analisamos o periódico “Boletim de Eugenia” (1929-1933), tendo em vista a compreensão das ideias-imagens que expressam os valores e crenças

dos autores, assim como aquelas que remetem a alteridades ideais. Conclui-se que, não obstante as divergências teórico-conceituais no interior do movimento eugênico brasileiro, bem como o caráter contraditório e multifacetado deste, as ideologias e utopias empregadas pelos eugenistas foram fundamentais para assegurar sua coesão, favorecendo sua integração e atuação como movimento social.

Palavras-chave: eugenia, ciência, ideologia, utopia, imaginário, progresso.

JOTA, Filipe Dantas de Oliveira. **Sculpting the Nation**: ideologies and utopias in “Boletim de Eugenia” (1929-1933). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Abstract

Ideology is commonly understood as a false conception of reality, created and disseminated by the ruling class to validate the established order. Utopia, in turn, is generally conceived as the chimerical product of revolutionary idealism, the naivety or bad faith of which would lead to the establishment of an authoritarian regime. On the other hand, the former can also be defined as any set of social representations by which we define and present ourselves to the world, while the latter can be understood as any ideal otherness that encourages us to transform society for the better. In this sense, while ideology can be considered as a world view (*Weltanschauung*) that allows us to forge individual and collective identities, expressing values, beliefs and ideas that socially define us, utopia is the vision of a possible environment, without which there can be no change. Since the horrors of the Holocaust were revealed, eugenics tends to be instantly associated with negative definitions of ideology and utopia, being disqualified as a pseudoscience in service of the ruling class, as well as an expression of modern science's promethean aspirations. Taking that into account, this research starts with the question: in which ways the positive definitions of ideology and utopia were associated with the eugenic discourse before the Second World War, so that the negative character of these concepts was denied or ignored by its supporters? Considering the historical processes which led to the formation of a social imaginary constituted by notions such as progress, civilization and happiness, the present work analyzes the Brazilian eugenics discourse according to its supporters' ideological and utopian beliefs. To that end, we analyzed the “Boletim de Eugenia” (1929-1933) journal, aiming to comprehend the representations that express the subjects' values and beliefs, as well as those that refer to any ideal otherness. I conclude that, in spite of theoretical and conceptual divergences within the eugenics movement in Brazil, as well as its contradictory and multifaceted nature, the ideological

and utopian imagery employed by its members was fundamental in order to reassure its internal cohesion, favoring its integration and performance as a social movement.

Keywords: eugenics, science, ideology, utopia, imaginary, progress.

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1: Utopias, ideologias e modernidade	22
1.1. Ideologia.....	27
1.2. Utopia.....	35
1.3. Modernidade.....	44
Capítulo 2: Os fundamentos do século XIX	48
2.1. Progresso e decadência.....	49
2.2. Nações e nacionalismos	58
2.3. A questão racial.....	68
Capítulo 3: O pai fundador.....	81
3.1. Um gênio vitoriano.....	84
3.2. A nova fé.....	90
3.3. A fé se expande	98
Capítulo 4: O contexto intelectual brasileiro no final do século XIX.....	106
4.1. A geração de 1870.....	107
4.2. A emergência dos especialistas e a temporalização do imaginário utópico	121
Capítulo 5: A cruzada sanitaria.....	128
5.1. A medicina no século XIX e a imagem social do médico.....	131
5.2. Primeira fase: reforma urbana e controle social	136
5.3. Segunda fase: o “progresso” chega aos sertões	141
5.4. “O Brasil é um hospital”	146
5.5. Ideologias e utopias regionais: o caso paulista	152
Capítulo 6: O movimento eugênico brasileiro.....	165
6.1. Eugenia, sanitarismo e o pensamento racial na Primeira República.....	166
6.2. Dos primeiros anos à Sociedade Eugênica de São Paulo	174
6.3. Fragmentação e difusão na década de 1920	180
6.4. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: divergências ideológicas e teóricas.....	188
Capítulo 7: Renato Kehl	203
7.1. Vida, obra e aportes historiográficos	203
Capítulo 8: O Boletim de Eugenia (1929-1933).....	217
8.1. Nacionalismo e educação.....	220
8.2. Ciência, cientista e cientificismo	236
8.3. Racismos.....	253

8.4. Conservadorismo	260
Considerações finais	282
Referências	292
Fontes primárias.....	292
Bibliografia	293

Introdução

O homem superficialmente empático dá uma moeda ao pedinte; o homem ainda mais empático constrói um asilo, de modo que ele jamais precise pedir; mas talvez o homem mais radicalmente empático seja aquele que se certifique de que o pedinte jamais venha a nascer.

– Henry Havelock Ellis¹

Definida como a ciência da “boa geração” ou do “bem-nascido”, a eugenia designa o conjunto de saberes e técnicas que visam ao aprimoramento hereditário da raça humana. Para tanto, sua aplicação se daria de duas formas: *eugenia positiva*, que busca estimular a proliferação de indivíduos “superiores” em uma dada população, e *eugenia negativa*, voltada para a redução do número de “inferiores”. Entre as medidas positivas, pode-se citar a propaganda, concursos de beleza e incentivos financeiros a casais com alto nível de pedigree; entre as negativas, destacam-se políticas como a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, o isolamento de indivíduos em instituições como prisões e hospitais psiquiátricos, a esterilização compulsória, restrições à imigração e, por fim, a eliminação sistemática de grupos considerados física e mentalmente inaptos a viver em sociedade.

Em 1865, quando essa proposta foi apresentada pela primeira vez, seu autor, o pioneiro e estatístico inglês, Francis Galton (1822-1911), declarou com entusiasmo: “Se um vigésimo do custo e esforço fossem investidos em medidas visando ao aprimoramento da raça humana, como o são ao de cavalos e gado, que universo de gênios poderíamos criar!” (Galton, 1865, p. 165, tradução nossa). Dessa forma, uma teoria assentada em otimismo e aspirações de grandeza, reafirmando o potencial humano de manipulação da natureza em benefício da humanidade,

¹ HAVELOCK, Henry Ellis. **The Task of Social Hygiene**. Boston/New York City: Houghton Mifflin Company, 1912, p. 400. Henry Havelock Ellis (1859-1939) foi um médico e eugenista inglês, especializado em temas relacionados à sexualidade. Sua perspectiva eugênica se caracterizava pela defesa de pautas reformistas, privilegiando a educação.

culminou em um dos maiores pesadelos da história moderna, suscitando dúvidas sobre o significado de conceitos como felicidade, progresso e civilização.

Com isso, é inegável que a eugenia ocupa um lugar de difícil acesso na memória coletiva, nos remetendo de imediato ao rol infame das ideologias totalitárias que marcaram o século XX – as quais, atualmente, parecem mais próximas de nós do que jamais foram desde então. Ao mesmo tempo, ela nos instiga a levantar uma série de questões relativas ao estatuto ideológico da ciência, bem como aspectos éticos e políticos relativos à instrumentalização do conhecimento científico sob o prisma de interesses econômicos e geopolíticos particulares.

A partir dessa constatação inicial, é possível responder àquela que é muitas vezes a primeira pergunta de uma série de outras que conduzem qualquer pesquisa, a saber, por que estudar esse assunto? Que utilidade sua compreensão histórica teria para o presente? Essa questão não apenas traz à tona reflexões acerca do sentido e dos usos do passado para a sociedade contemporânea, mas também — e de maneira talvez mais imediata — do papel social do historiador e do conhecimento histórico na atualidade.

A primeira razão de se realizar tal estudo diz respeito à necessidade de conferir inteligibilidade a acontecimentos cujas consequências se fazem presentes até os dias de hoje, possibilitando a resolução de traumas que frequentemente se manifestam em meio a debates sobre o desenvolvimento e uso de tecnologias que, a princípio, visam à melhoria de nossas condições de existência.²

A segunda razão seria favorecer a percepção de permanências e rupturas em diversas esferas da vida social, averiguando as formas pelas quais determinados discursos e práticas deixam de existir ou se adaptam de acordo com novas necessidades e interesses. Nesse sentido, penso em políticas públicas que, ao invés de visarem à diminuição das desigualdades e

² Os debates mais recentes se dão em torno do sistema de repetições palindrômicas curtas, interespaçadas e regularmente agrupadas (do inglês, *Clustered, Regularly, Interspaced, Short, Palindromic Repeats*, CRISPR), uma ferramenta de edição genética que se destaca por sua facilidade de uso, alta precisão e acessibilidade, viabilizando a edição simultânea de múltiplos alvos em uma estrutura genômica disfuncional. Pesquisas iniciais com CRISPR obtiveram resultados promissores no tratamento de doenças associados ao genoma humano. Por essa conquista, as pesquisadoras Emmanuelle Charpentier e Jennifer A. Doudna foram premiadas com o Nobel de Química em 2020. Conf. AREND, Marcela Corso; PEREIRA, Jessica Oliveira; MARKOSKI, Melissa Medeiros. O Sistema CRISPR/Cas9 e a Possibilidade de Edição Genômica para a Cardiologia. **Arq. Bras. Cardiol.** São Paulo, v. 108, n. 1, p. 81-83, Jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2017000100081&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 06/12/2020.

preconceitos que se reproduzem em larga escala no tecido social, reiteram os processos de exclusão aos quais os setores pobres da população — de maioria negra e mestiça — são submetidos, impedindo o acesso desses grupos a direitos básicos de habitação, saúde e educação. Penso também na lógica biopolítica que rege nossas instituições de trabalho, formação, reabilitação e reclusão, no âmbito das quais leva-se a cabo medidas de caráter normativo, visando ao gerenciamento, contenção e eliminação de elementos desviantes.

Por fim, creio que a compreensão histórica da eugenia seja de suma importância para a desmistificação de noções equivocadas sobre o passado, cuja construção e disseminação se deu com a finalidade de legitimar a manutenção de estruturas e relações de poder. Isto é, nos permite colocar em xeque narrativas históricas que, apresentadas como únicas e verdadeiras, têm como propósito desautorizar debates em torno de questões urgentes, relativas a atos que atentem contra os direitos humanos. A esse respeito, me refiro a uma certa história da eugenia que tende a atenuar o caráter antiético de seu corpo teórico-propositivo, denunciando apenas as medidas que foram implementadas pelo regime nazista.³

Com efeito, o estudo dessa história nos permite chamar atenção para o fato de que as condições de possibilidade de acontecimentos traumáticos não nos são tão estranhas e distantes quanto aparentam, de modo que, se desejamos viver em uma sociedade mais democrática e inclusiva, devemos nos dispor a acertar as contas com o passado, reconstituindo seus múltiplos sentidos e significados.

Nesse âmbito, este trabalho não almeja a compreensão da eugenia como um fenômeno restrito à primeira metade do século XX, associando-a exclusivamente a ideologias de extrema

³ Essa visão foi expressa pelo geneticista Oswaldo Frota Pessoa, que, em artigo de 1995, denunciou os nazistas como responsáveis pela distorção do “prestígio da palavra eugenia”. De acordo com o autor, a eugenia nazista se distinguiu por seu caráter essencialmente ideológico, sendo estimulada pela ignorância científica, pelo ódio racista e por interesses políticos, negando, portanto, o compromisso ético que caracteriza a “verdadeira eugenia”. Assim, enfatiza-se a necessidade de resgatar o sentido original do termo, restituindo seu caráter altruísta e humanista. Segundo Pessoa: “Nossos descendentes são construídos pela interação entre os dois patrimônios que recebem de nós: o genético e o ambiental. Se é nosso dever passar-lhes uma Terra mais saudável, por que não procurar transmitir-lhes também genes mais favoráveis, com base em conhecimentos seguros e dentro de uma ética irrepreensível?” (Pessoa, 1995, p. 40). Conf. PESSOA, Oswaldo Frota. Quem tem medo da eugenia?. **Revista USP**, São Paulo, v.24, n.38-45, dez./fev., 1994/1995.

direita, cuja aplicação levava “irremediavelmente” ao Holocausto.⁴ Não se presume aqui uma relação linear de causa e efeito, tampouco a noção de ocultamento de uma realidade “objetiva” — reduzindo essa teoria a apenas uma dentre muitas ideologias a serviço da classe dominante. Ao invés disso, tomarei a eugenia como um discurso que, ao se autoproclamar verdadeiro e objetivo, produziu e articulou um conjunto de representações que não apenas tinham como fito a justificação e legitimação de sistemas de dominação, mas, primariamente, a estruturação da própria realidade à luz de valores, crenças e ideias dos sujeitos.

Desse modo, se é verdade que a eugenia, atualmente, nos remete ao trauma histórico e à distorção da realidade, é necessário ressaltar que essa associação imediata se deve ao fato de que, preliminarmente, seus preceitos se basearam em ideias como progresso, esperança, felicidade e redenção, evocando a imagem da ciência como panaceia para os principais males e angústias da modernidade. Tais representações, longe de serem exclusivamente atreladas à eugenia, foram historicamente concebidas e mobilizadas em torno da ciência e da figura do cientista desde o final do século XVIII, possuindo, portanto, longa duração.

Salienta-se que essas ideias e imagens não foram extintas. Pelo contrário, ainda permeiam o imaginário social, estando presentes em alguns espaços mais do que outros, balizando formas de compreender e transformar a realidade através da ciência. Assim, ao destacar as múltiplas funções e formas da dimensão simbólica atrelada à ciência e ao discurso eugênico, é possível trazer à luz as diversas relações de autodeterminação entre imaginário e práxis social. Essa possibilidade permite, por exemplo, compreender o Holocausto como o subproduto da junção simbólica entre a saúde pública e a utopia social, em virtude da qual médicos jovens e idealistas foram incentivados a cumprir um papel central na construção de um

⁴ A esse respeito, é fundamental lembrar que, se para aqueles que se opunham a mudanças na sociedade, as teorias eugênicas deveriam permitir o controle da população, dirigindo-se especialmente às camadas subalternizadas e exploradas, para os “progressistas” e “humanistas” tratava-se de um meio para promover o bem coletivo, eliminando tanto quanto possível as imperfeições e angústias da vida moderna. Conf. RAZ, Aviad E. Eugenic utopias/dystopias, reproductives, and community genetics. **Sociology of Health & Illness**, v. 31, n. 4, maio 2009, p. 602 – 616; FREEDEN, Michael. Eugenics and progressive thought: A Study of Ideological Affinity. **The Historical Journal**, v. 22, n. 3, p. 645-671, Set. 1979; KEVLES, Daniel J. **In the Name of Eugenics: genetics and the uses of human heredity**. New York: Alfred A. Knopf, 1985.

mundo mais belo e saudável, admitindo o genocídio como uma etapa lógica e necessária desse processo.⁵

Com base nessa relação entre imaginário e práxis, a presente pesquisa propõe uma análise das representações ideológicas e utópicas mobilizadas pelos eugenistas brasileiros nas primeiras décadas do século XX, historicizando os componentes simbólicos do discurso eugênico à luz de processos que remontam ao surgimento da ideia de progresso no Ocidente moderno, à transformação do cientista em uma figura messiânica, ao surgimento do racismo científico e à formação de um imaginário nacionalista e cientificista no Brasil republicano.

Para tanto, baseio-me em autores como Paul Ricoeur, Bronislaw Baczko e Reinhart Koselleck para definir ideologia como uma percepção ideal da realidade, pautada por um sistema de valores e crenças que, coletivamente partilhados, traduzem a realidade segundo a experiência dos atores sociais. Já a utopia é definida como a percepção de um porvir ideal, pressupondo a contraposição deste com aquilo que já é conhecido. Em outras palavras, considero que, enquanto as ideologias designam as formas simbólicas mediante as quais os sujeitos se reconhecem e se representam, reafirmando sua identidade e razão de ser perante o outro, as utopias constituem a visão de um mundo possível, esboçando a imagem de uma sociedade que, não obstante imaginária, estimula comparações com o mundo conhecido, ensejando a crítica das condições de existência; enquanto a primeira tem como objetivo assegurar as condições de reprodutibilidade de um certo modelo de organização social, política e econômica, conferindo aos sujeitos seus critérios de inteligibilidade e justificação do real, a segunda tem como propósito favorecer o vislumbre do possível, viabilizando a contestação da ordem vigente.

Ao longo da dissertação, pretendo demonstrar que o caráter aparentemente contraditório, multifacetado e sedutor do discurso eugênico pode ser explicado a partir da forma com a qual os eugenistas se valeram dessas representações para articular não apenas uma justificativa das práticas de opressão, mas também uma imagem daquilo que seria possível construir, fomentando esperanças em torno de um mundo que lhes parecia melhor. No caso brasileiro, esse esforço de compreensão assume como premissa a reconstituição do imaginário

⁵ CHROUST, Peter; PROSS, Christian (Org.). **Cleaving the Fatherland**: Nazi Medicine and Racial Hygiene. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1994, p. 243. Conferir também: PROCTOR, Robert N. **Racial Hygiene**: medicine under the Nazis. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

nacionalista e cientificista nas primeiras décadas do regime republicano, abordando os diversos interesses, preocupações e dilemas que, sob o ponto de vista das elites, pautaram projetos distintos de nação. Desse modo, debrucei-me sobre o valor simbólico atribuído à ciência, à figura do cientista e ao fazer científico no contexto de profundas transformações políticas e econômicas entre os séculos XIX e XX, assim como a forma com que essas imagens traduziam visões antagônicas sobre o que é e o que deveria ser o Brasil.

Para realizar essa empreitada, tomei como base a historiografia do movimento eugênico produzida ao longo das duas últimas décadas, bem como um conjunto de fontes primárias selecionadas a partir de sua pertinência e disponibilidade digital.⁶ Entre estas últimas, destaco o *Boletim de Eugenia* (1929-1933), que será analisado segundo quatro eixos temáticos: nacionalismo/educação; cientificismo; pensamento racista; e conservadorismo. Por seu turno, a documentação de apoio se constitui de obras selecionadas de Francis Galton e das *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. No primeiro grupo, contextualizo os processos que levaram à elaboração inicial do discurso eugênico, abordando a utilização de recursos simbólicos para a definição de seus pressupostos e objetivos. No segundo, examinarei o modo com o qual certas divergências teóricas e ideológicas se revelaram nas falas do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), elucidando diferentes significados acerca da eugenia e seu projeto para o Brasil.⁷

Reconheço que o caráter ideológico do discurso eugênico já foi devidamente explicitado e analisado em outros trabalhos, abordando seu papel na legitimação das relações de poder;⁸ a radicalização de seus ideais ao longo do tempo;⁹ o acúmulo de capital simbólico pelos

⁶ A pesquisa foi feita durante a pandemia do coronavírus, o que implicou na escassez de material disponível. Assim, recorri a acervos e textos digitais, cujo endereço eletrônico pode ser acessado no final da dissertação, na seção de referências.

⁷ Para favorecer uma leitura autêntica dos documentos selecionados, optei pela preservação da escrita original dos autores.

⁸ BOARINI, Maria Lúcia. Apresentação. In: BOARINI, Maria Lúcia (org.). **Higiene e raça como projetos**. Maringá: Eduem, 2003.

⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências)-Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006; DIWAN, Pietra Stefania. **O Espetáculo do Feio: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl. 1917-1937**. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo, 2003; ROSA, Alessandra. **Quando a Eugenia se Distancia do Saneamento: as ideias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de**

eugenistas;¹⁰ as oscilações entre otimismo e pessimismo;¹¹ as particularidades regionais¹² e as perspectivas no pensamento racial.¹³ Da mesma forma, devo destacar que Renato Kehl, por ser tido como o principal divulgador da eugenia no Brasil, já foi objeto de farta pesquisa.¹⁴

Contudo, em que pese o caráter robusto dessas abordagens, acredita-se que o presente estudo oferece três contribuições dignas de destaque. A primeira consiste na escolha da utopia como objeto, definida aqui como um conjunto de ideias-imagens que, na visão dos sujeitos, remetem a uma ou mais alteridades ideais. Nesse sentido, é importante assinalar a importância de um estudo que versa sobre o imaginário utópico brasileiro, uma vez que, desde o final do século XIX, as representações do porvir são notoriamente produzidas e articuladas em torno de um problema central, a saber: a inadequação em relação ao estrangeiro, assumindo este como *locus* da civilização e da razão por excelência. A segunda contribuição consiste na análise das ideologias e das utopias a partir de sua relação mútua no âmbito de um imaginário social *moderno*, caracterizado por uma experiência temporal de aceleração. Por fim, destaco que as representações analisadas serão reconstituídas e compreendidas a partir de uma perspectiva de longa duração, chamando atenção para seus variados regimes de (re)apropriação de acordo com as demandas e valores dos grupos que assumiram para si o compromisso de divulgar e aplicar a ciência de Galton.

Eugenia (1929-1933). 2005. 209 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde)-Casa Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁰ Ibid.

¹¹ PRIOR, Tamara. **Hereditariedade, progresso e decadência no pensamento médico-eugenista de Renato Kehl**. 215. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)- Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-FMUSP, São Paulo, 2015.

¹² MOTA, André. **Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920**. São Paulo: Edusp, 2005.

¹³ STEPAN, Nancy L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1004.

¹⁴ Nesse âmbito, cito: Diwan (2003); Souza (2006); Rosa, 2005; Prior (2015); BONFIM, Paulo Ricardo. **A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)**. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade São Francisco, Itatiba, 2013; KINOSHITA, Carolina Toshie. **Um D. Quixote Científico a pregar para uma legião de Panças: os manuais escolares de higiene à sombra da eugenia (1923-1936)**. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte)-Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013; NALLI, Marcos. Antropologia e Racismo no Discurso Eugênico de Renato Kehl. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v.1, n.47, pp. 119-156, jul/dez. de 2005. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/47/40> Acesso em: 19/08/2021. Ainda que essa pesquisa não verse sobre a trajetória de Kehl como intelectual, médico e eugenista, faço uma breve discussão sobre algumas das referências mais recentes que tratam sobre o assunto.

A dissertação é dividida em oito capítulos. O primeiro é dedicado aos aportes teóricos da pesquisa, versando sobre os conceitos de imaginário, ideologia, utopia e modernidade. Nesse âmbito, busco estabelecer uma relação entre ideologia e utopia à luz de uma experiência de tempo acelerada, sob o prisma da qual o indivíduo, a partir do Iluminismo, assume o *status* de sujeito histórico, sendo responsável pela construção de modelos de socialização voltados para o seu bem-estar.

No segundo, faço uma reconstituição de algumas das principais ideologias e utopias que marcaram o pensamento ocidental no século XIX, articuladas em torno do binômio progresso/decadência e dos conceitos de raça e nação. Com isso, meu objetivo é averiguar de que forma essas representações se constituíram como imaginários sociais amplamente presentes e influentes nas sociedades industriais emergentes, estruturando uma série de práticas no âmbito político, econômico, cultural e científico.

No terceiro, me debruço sobre a formação do enunciado eugênico através da análise dos trabalhos de Francis Galton, relacionando dados de sua biografia com o contexto social, econômico e político da Inglaterra Vitoriana.

No quarto capítulo, abordo a assimilação de correntes como o positivismo, o darwinismo social, o liberalismo e o evolucionismo por parte da elite intelectual brasileira, chamando atenção para a formação de um ideal em torno da ciência e da figura do médico. Nessa instância, destaco o surgimento de uma imaginação utópica entre as elites, fomentada pela crítica dos movimentos republicanos às estruturas simbólicas e políticas da monarquia.

No quinto capítulo, faço uma exposição sobre a primeira e a segunda fase do movimento sanitaria, salientando a mobilização de representações utópicas e ideológicas por seus integrantes, assim como sua relação incipiente com o movimento eugênico brasileiro, cuja história é abordada no sexto capítulo, contemplando o período entre as décadas de 1910 a 1930.

No sétimo capítulo, me debruço sobre a vida e obra de Renato Kehl, apresentando algumas das principais perspectivas historiográficas acerca de seu papel como divulgador da eugenia no Brasil.

O oitavo capítulo é dedicado à análise integral do periódico *Boletim de Eugenia*, focando no emprego de representações utópico-ideológicas pelos autores sob a égide dos quatro eixos temáticos mencionados.

Por fim, as considerações finais são apresentadas, nas quais retomo aspectos previamente expostos e analisados ao longo da pesquisa, relacionando-os com conclusões gerais extraídas a partir da análise documental.

Espera-se que, com esse esforço, seja possível apreender a complexidade do movimento eugênico brasileiro sob uma nova dimensão, estimulando reflexões mais produtivas acerca da relação entre ciência e ideologia. Salienta-se, ainda, o caráter urgente de tais reflexões, haja vista a catástrofe humanitária e ambiental que se abateu sobre a sociedade brasileira nos últimos anos, agravada pelo avanço de movimentos negacionistas e anti-intelectuais na esfera pública.

Capítulo 1

Utopias, ideologias e modernidades

O mundo moderno apresenta-se, superficialmente, como aquele que impeliu, que tende a impelir a racionalização ao seu extremo e que, por isso, permite-se desprezar – ou olhar com uma curiosidade respeitosa – os estranhos costumes, invenções e representações imaginárias da sociedade. Mas, paradoxalmente, apesar de, ou melhor, por causa desta “racionalização” extrema, a vida do mundo moderno depende do imaginário tanto como qualquer das culturas arcaicas ou históricas.

— Cornelius Castoriadis¹⁵

Para realizar este estudo, elejo como pano de fundo a relação entre imaginário social e desenvolvimento técnico-científico no século XIX. Abordarei as ideologias e utopias associadas à ciência, versando sobre a elaboração e o emprego de representações ideais acerca do presente e do futuro. A relação entre ambas é possível somente a partir do período que me refiro aqui como *modernidade*, no qual, através do Iluminismo, o sujeito reconhece seu potencial de autodeterminação em relação a um ideal, dispondo-se a realizá-lo pela instrumentalização do saber científico. Acredita-se que a eugenia é um dos exemplos mais expressivos desse fenômeno, na medida em que se define, desde sua formulação no século XIX, como o elixir para os grandes males da sociedade industrial, favorecendo a construção de um ideal de felicidade através da racionalização da vida social.

¹⁵ CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Com isso, minha primeira tarefa consistirá na definição conceitual de imaginário, designando um campo amplo e diversificado de produção e apropriação simbólica, no interior do qual as ideologias e utopias são concebidas, disseminadas e articuladas pelos atores sociais.

As primeiras contribuições para o estudo acadêmico do imaginário surgiram entre os séculos XIX e XX, partindo de definições que frequentemente o associavam à esfera do “quimérico” e “ilusório”, contrapondo-o à “objetividade” dos fenômenos políticos e econômicos. Com algumas exceções, o reconhecimento e formalização da “imaginação” como campo de estudos legítimo, referindo-se às representações histórico-sociais de valores, ideias, crenças e sentimentos coletivos, ocorreu somente a partir da década de 1960, contemplando áreas como antropologia, sociologia, psicologia e história. No entanto, esse processo foi marcado por inúmeros conflitos e polêmicas na comunidade acadêmica, sobretudo quanto ao instrumental teórico e conceitual mais adequado para estudá-lo, resultando no acúmulo de perspectivas sobre o tema.

Francisco José Calazans Falcon (1996) traça um panorama sobre a complexidade própria dos estudos sobre imaginário, a começar pela distinção entre o problema da “representação” e “representações sociais” (sendo o primeiro de natureza filosófica e o segundo, socioantropológica); as diferenças entre “imaginação” e “imaginários” sociais (quer sejam encarados como sinônimos ou dimensões específicas um do outro); as diversas teorias acerca do conceito de ideologia (seja na esfera da tradição da “crítica da ideologia” ou nas diferentes abordagens socioantropológicas e históricas); e as antigas querelas entre idealismo e materialismo, contrapondo representante e representado de modo dogmático.¹⁶ Segundo Márcia Janete Espig (2004), “imaginário” é um conceito tão amplo que muitas vezes seu significado varia de acordo com a área que o estuda. Na filosofia, as abordagens são frequentemente de caráter analítico e abstrato, ao passo que na antropologia busca-se compreender os fenômenos a partir de temporalidades sincrônicas. Na história, por sua vez, privilegiam-se os aspectos diacrônicos e sincrônicos para identificar regimes de permanência e ruptura, o que possibilita a historicização do objeto.

¹⁶ FALCON, Francisco José Calazans. Utopia e Modernidade. In: MONTEIRA, John; BLAJ, Ilana (Org.). **História & Utopias**. São Paulo: AMPUH, 1996, p. 122.

Assim, começarei com os termos “imaginação” e “imaginário”, que seriam, como Bronislaw Baczko (1998) adverte, dotados de uma inevitável polissemia. Segundo o autor, enquanto ambos constituem um aspecto fundamental da consciência humana, indicando uma faculdade psicológica autônoma, por outro lado, estabelecem o poder de separação que possibilita a representação daquilo que é externo ao sujeito, o distanciando de sua realidade presente.¹⁷ Porém, de acordo com Jacques Le Goff (1994), o “imaginário” que interessa ao historiador não se define pelo ato individual de imaginar, tampouco “imaginação” como fenômeno estritamente psicológico, mas sim pelo universo das imagens coletivamente construídas, disseminadas e transmitidas em formações sociais ao longo do tempo, sejam de natureza iconográfica, artística, verbal ou mental.¹⁸ Daí o emprego do adjetivo “social”, referindo-se, segundo Baczko, a dois aspectos da atividade imaginante: a produção de representações globais da sociedade e de tudo aquilo que diz respeito a ela (por exemplo, a ordem social, os atores sociais e suas relações recíprocas), e a inserção da atividade imaginante individual no plano coletivo.¹⁹

Segundo Le Goff, o imaginário pertence ao campo das representações, sendo estas “todas e quaisquer traduções de uma realidade exterior percebida” (Le Goff, 1994, p. 11). Porém, a fração ocupada pelo imaginário nesse território é restrita, referindo-se às traduções *criadoras* – e não meramente reprodutoras – da realidade. Representações, com efeito, mais do que meras reproduções de uma realidade objetiva, são ideias-imagens investidas de *valor simbólico*, expressando valores, crenças, interesses e ideias que influenciam os modos de organização e atuação social. Organizadas em conjuntos, elas formam o que Baczko chama de “imaginários sociais”, por meio dos quais

(...) uma coletividade designa sua identidade elaborando uma representação de si mesma; marca a distribuição dos papéis e das posições sociais; expressa e impõe certas crenças comuns, fixando especialmente modelos formadores como o do “chefe”, o do “bom súdito”, o do “valente guerreiro”, o do “cidadão”, o do “militante”, etc. (...) Designar sua identidade coletiva é, por conseguinte, marcar seu “território” e as

¹⁷ BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales: Memorias y Esperanzas Colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1999, p. 27.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 16.; BARROS, José D’Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan./ jun. 2007, p. 26.

¹⁹ Bronislaw Baczko, op. cit., p. 27.

fronteiras deste, definir suas relações com os “outros”, formar imagens de amigos e inimigos, de rivais e aliados; do mesmo modo, significa conservar e modelar as recordações passadas, assim como projetar sobre o futuro seus temores e esperanças. (Baczko, 1999, p. 28, tradução nossa).

Outro conceito que demanda atenção é o de “símbolo” – ou aquilo que é “simbólico”. Segundo José D’Assunção Barros,²⁰ “é possível falar em simbólico apenas quando um objeto, imagem ou representação são remetidos a uma dada realidade, ideia ou a um sistema de valores que se quer tornar presente (a espada como símbolo da justiça)” (Barros, 2007, p. 27). Individualmente tomados ou reunidos em sistemas, os símbolos são ao mesmo tempo obra e instrumento dos imaginários, pois designam tanto o objeto como as relações que os atores sociais estabelecem com este, sendo sua função estabelecer distinções, assim como introduzir valores e modelar condutas individuais e coletivas.

Assim, todo símbolo se inscreve numa constelação de relação com outros símbolos. Os mais valorizados e arraigados em uma determinada formação social estabelecem as “razões de ser” dos indivíduos e grupos que a constituem, caracterizando as condições simbólicas de transformação e continuidade das relações em vigor. Esses sistemas simbólicos são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir de seus desejos, aspirações e interesses, justapondo, na terminologia de Reinhart Koselleck, *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*²¹ – sobre os quais tratarei com mais detalhe adiante. Segundo Baczko:

O dispositivo imaginário assegura a um grupo social um esquema coletivo de interpretação das experiências individuais tão complexas como variadas, a codificação das expectativas e esperanças, assim como a fusão, no caldeirão da memória coletiva, das recordações e das representações do passado próximo ou longínquo. A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera pelo e no simbolismo. (...) Deste modo, o imaginário social intervém em diversos níveis da vida coletiva, e realiza simultaneamente diversas funções com respeito aos agentes sociais. (Baczko, 1999, p. 30, tradução nossa).

Sendo assim, reitera-se que a qualificação do imaginário como “ilusão” é equivocada. Essa concepção, remanescente do cientificismo e do materialismo, pressupõe uma relação

²⁰ Barros, op. cit., 2007.

²¹ Bronislaw Baczko, op. cit., p. 30; KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto PUC, 2012.

“transparente” entre sujeito e objeto, cabendo à ciência a operação “desmistificadora” e “reveladora” da verdade. No entanto, como pontua Baczkó, o próprio sonho de uma sociedade perfeitamente “transparente”, cuja totalidade seria o reflexo fiel de suas representações, constitui uma premissa utópica, comprovando justamente que todo grupo, sociedade ou poder é simbolicamente condicionado e mediado.

Nesse sentido, a imaginação social e as representações que a constituem não seriam meros reflexos distorcidos da realidade, mas um campo próprio e complexo, em torno do qual os ritos, ideias e práticas são articulados, sendo impossível a assimilação da alteridade sem critérios simbólicos previamente estabelecidos.²² Com efeito, o autor afirma que a realidade do imaginário reside em sua própria existência, reconhecida por seu caráter orgânico e diversificado, suas múltiplas funções na vida social e seu impacto variado sobre as mentalidades e comportamentos coletivos.²³

A esse respeito, Sandra Pesavento²⁴ conclui que

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer. (Pesavento, 1995, p. 24).

Para retomar o que foi dito até aqui, postula-se que toda sociedade é dotada de sistemas simbólicos que fornecem aos indivíduos, grupos e classes seus critérios de inteligibilidade do real. A partir destes, elaboram-se conjuntos de representações que, pela atribuição de valor simbólico às relações e práticas cotidianas, possibilitam a autocompreensão e representação dos sujeitos, legitimando ações que visam à manutenção da ordem social – ou, como buscarei demonstrar, sua transformação. Esse campo simbólico apresenta fronteiras diversas e movediças; as representações formam relações de oposição, complementaridade e sobreposição, com temporalidades e funções distintas, mesclando memória e expectativa a fim de favorecer

²² Baczkó, op. cit., p. 16; Falcon, op. cit., p. 123.

²³ Baczkó, op. cit., p. 8.

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 9-25, 1995.

continuidades e rupturas no tecido social. A seguir, abordarei a definição e o papel dos imaginários ideológico e utópico.

1.1. Ideologia

O objetivo desta seção é formular um conceito prático de ideologia a partir de reflexões da sociologia e da hermenêutica, tendo em vista questões e temas que serão abordados na análise documental.

Começarei pela admissão de que não há uma definição única do conceito de “ideologia”, mas sim várias, pelo mapeamento das quais é possível formular algumas conclusões gerais.

Segundo Terry Eagleton (2019), quando pensamos sobre ideologia, é possível destacar uma série de significados comumente associados ao termo, entre os quais: a) o processo de produção de significados, signos e valores da vida social; b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição ao sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para uma ação; m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.²⁵

Percebe-se que termos como “legitimar”, “dominante”, “distorcida”, “poder”, “ilusão”, “ideias falsas”, “oclusão” e “convertida” aludem a uma dimensão negativa do conceito de ideologia, designando práticas mediante as quais determinados grupos dissimulam ou distorcem concepções individuais e coletivas sobre a realidade. Porém, outras definições são neutras quanto à distinção entre o que seria realidade e ilusão, destacando a ideologia como “produção

²⁵ EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 17.

de significados, signos e valores na vida social”, a “visão de mundo” dos atores sociais em jogo, o “conjunto de crenças orientadas para a ação” e a “vivência social” dos indivíduos, assumindo como referência o tema da identidade. De acordo com Eagleton, “há formulações pejorativas, outras ambigualmente pejorativas e outras ainda nada pejorativas” (2019, p. 18), de modo que ideologia pode assumir tanto o sentido usualmente “quimérico” e “ilusório” como alternativo, referindo-se a um conjunto de ideias e valores adotados por indivíduos ou grupos.

Essa ambiguidade é perceptível tanto no emprego cotidiano do conceito, à luz dos bordões políticos que visam a desqualificar o adversário ou a reafirmar os ideais de um movimento, como nos debates hermenêuticos e análises sociológicas sobre a imaginação — preocupados, respectivamente, com a questão da verdade e as bases sociais do imaginário.

Neste trabalho, farei uso dos dois sentidos, decodificando os elementos simbólicos que constituem a “visão de mundo” ou a “razão de ser” dos eugenistas, ao passo que destaco a função negativa do discurso eugênico, legitimando sistemas de dominação. Todavia, para definir com mais precisão essas dimensões “negativa” e “positiva”, farei uma breve retomada do conceito sob a perspectiva marxista, lançando mão das reflexões de Paul Ricoeur e Reinhart Koselleck.

O termo “ideologia” foi cunhado pelo teórico francês Antoine Destutt de Tracy no final do século XVIII para se referir a uma escola de pensamento que advogava por uma teoria das ideias, sendo seus membros conhecidos como *idéologues*. Contudo, durante o Império Napoleônico, o termo começa a ser utilizado para expor e desqualificar os opositores liberais do regime, adquirindo sentido pejorativo. Com os escritos de Marx, “ideologia” finalmente assume seu significado mais comum no pensamento ocidental, inspirando o desenvolvimento de uma longa e rica tradição intelectual.

Segundo Marx, ideologia designa a ideia que uma classe dominante faz de si e da sociedade, por meio da qual ela se representa e legitima seus interesses, justificando moralmente e juridicamente seus objetivos, concebendo seu passado e imaginando seu futuro, apresentando suas ideias como universalmente válidas e necessárias. Desmascarar a ideologia significa, de tal modo, revelar a estrutura de poder em virtude da qual as classes dominantes exercem seu domínio, criando condições para a subversão da ordem vigente. É assim que a ideologia desempenha, segundo Bronislaw Baczko, duas funções na visão marxiana: “Por um

lado, expressa a situação e os interesses de uma classe dominante, mas por outro, somente o faz mediante a deformação e o ocultamento das relações reais entre classes, e em particular das relações de produção que são o próprio conflito da luta de classes” (Baczko, 1999, p. 20). Dessa forma, Marx contribuiu com uma concepção negativa de ideologia, definindo-a como sinônimo de “distorção” e “ocultamento” dos processos e relações que regem a vida social.

Segundo Ricoeur, é possível distinguir entre duas fases da elaboração negativa do conceito marxiano de ideologia, sendo a primeira referente aos escritos de juventude, cujo apogeu se daria na obra *A ideologia alemã*, e a segunda na vida adulta, que assume sua maior expressão em *O Capital*. Ricoeur afirma que a principal diferença entre ambas consiste no objeto ao qual a ideologia faz oposição. Enquanto na primeira a ideologia se contrapõe à realidade das relações e conflitos que permeiam o tecido social (práxis), na segunda ela se contrapõe ao conceito de ciência, sendo consideradas “ideológicas” todas as abordagens pré-científicas da vida social – incluindo a utopia. De acordo com essa última interpretação, utopia é ideologia na medida em que ela é não-científica, pré-científica ou mesmo anticientífica. Engels foi o primeiro a frisar essa distinção de modo categórico, postulando uma oposição dogmática entre o que chamava de “socialismo científico” e “socialismo utópico”.²⁶

Ainda de acordo com Ricoeur, os seguidores de Marx – os quais me refiro aqui como marxistas – ofereceram suas próprias contribuições à crítica da ideologia. No entanto, à medida que o fizeram, o conceito foi paulatinamente expandido, sendo aplicado à ciência, à cultura e ao pensamento marxiano.²⁷ Nesse sentido, “a própria extensão do conceito de ideologia age como uma legitimação progressiva e uma justificação do próprio conceito” (Ricoeur, 2017, p. 23). Esse

²⁶ Essa associação entre ideologia e utopia é fundamental, pois, como pretendo demonstrar, ela também se encontra presente em outras correntes de pensamento no século XIX, de modo que a utopia tende a remeter cada vez mais a percepções idealistas que refletem interesses, anseios e crenças particulares, opondo o universo “metafísico” ao “material” ou “positivo”. O cientificismo – do qual a eugenia é uma expressão – admite essa oposição, na medida em que, ao distinguir radicalmente o objeto do sujeito, reafirma uma concepção plenamente neutra e objetiva de ciência, negando a influência de fatores externos em seu desenvolvimento e aplicação.

²⁷ Ricoeur cita os exemplos da Escola de Frankfurt e o estruturalismo de Louis Althusser, mas o autor também ressalta que os escritores marxistas não foram os únicos responsáveis por esse movimento de “vulgarização” da ideologia.

processo resulta no que é chamado de “paradoxo de Mannheim”,²⁸ que consiste na inaplicabilidade da denúncia ideológica ao discurso do próprio denunciante.

Dessa forma, Ricoeur se propõe a buscar uma definição mais prática de ideologia, evitando o paradoxo. Contestando a percepção marxista, o autor afirma que, para além da função patológica, o fenômeno ideológico também cumpre uma função positiva, de caráter geral, referente a uma dimensão mais primordial da imaginação – sem a qual não haveria os processos de distorção e dissimulação. Tal “função geral” relacionar-se-ia com aquilo que defini anteriormente como sistema de valores, crenças, interesses e visões de mundo de um determinado grupo, responsável por pautar a identidade e a razão de ser das formações sociais. Porém, como poderíamos definir esse sentido em termos práticos? Como poderíamos traduzir concretamente a relação entre essa dimensão positiva e as práticas sociais, de modo a reconhecê-las e compreendê-las com mais facilidade?

Apoiando-se nos conceitos weberianos de *ação social* e *relação social*,²⁹ Ricoeur destaca cinco traços que caracterizam a função geral da ideologia. O primeiro deles relaciona-se à memória, designando a relação simbólica que uma comunidade mantém com seu ato fundador, isto é, as representações sociais sobre um determinado ato ou evento inaugural, em virtude das quais perpetua-se a “energia inicial” desses acontecimentos para além de seu período de efervescência, assegurando sua continuação e repetição. Preserva-se, desse modo, pelo vínculo simbólico entre passado e presente, a ideia geral de uma coletividade acerca de si, mediando a relação entre as dimensões simbólica e material da práxis. Através desse aspecto, de mobilizadora, a ideologia torna-se justificadora.³⁰

²⁸ Karl Mannheim (1893-1947) foi o primeiro autor a integrar os conceitos de ideologia e utopia no mesmo quadro reflexivo, associando ambas, respectivamente, a práticas (re)afirmativas e disruptivas. Grosso modo, o *paradoxo de Mannheim* pode ser definido com a seguinte pergunta: “qual é o estatuto epistemológico de um discurso sobre a ideologia, se todo discurso é ideológico?” (Ricoeur, 2017, p. 24). Conf. MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

²⁹ O primeiro conceito (ação social) se refere ao significado que o comportamento humano possui para outros agentes individuais e quando o comportamento de um é orientado em função do outro, ao passo que o segundo (relação social) diz respeito ao caráter previsível e estável de um determinado sistema de significações. De acordo com Ricoeur, “É nesse nível do caráter significante, mutuamente orientado e socialmente integrado da ação, que o fenômeno ideológico aparece em toda a sua originalidade. Está ligado à necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar” (Ricoeur, 2013, pp. 77-78).

³⁰ RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 78.

O segundo traço da ideologia é seu dinamismo, atuando como base motivacional por detrás da práxis social. Nessa condição, ela oferece a *razão de ser e agir* de uma coletividade, legitimando um conjunto variado de práticas e relações sociais a partir de seus princípios. A ideologia, com efeito, seria mais do que um reflexo de uma sociedade ou a imagem que ela confere a si própria; ela é também, ao mesmo tempo, *justificação* e *projeto*, sendo dotada de caráter “gerativo”, sendo capaz de motivar as práticas cotidianas.³¹

O terceiro traço da ideologia é seu caráter simplificador e esquemático. Nesta condição, ela oferece o código interpretativo à luz do qual os indivíduos, grupos e classes formulam e expressam sua visão de mundo (*Weltanschauung*). Nesse nível, os sistemas de pensamento se convertem em sistemas de crença, transformando as ideias em opiniões, de modo que as representações aumentem sua eficácia social. Segundo Ricoeur, deste traço depreende-se que “tudo é ideológico”, permitindo-nos averiguar que o nível epistemológico primário da ideologia é o da opinião – isto é, do “senso comum”. Daí sua relação intrínseca com a retórica, remetendo às ideias-imagens presentes em slogans, frases de efeito e fórmulas lapidares. Contudo, Ricoeur adverte que seria precipitado denunciar toda ideologia como fraude, pois “esse esquematismo, essa idealização, essa retórica, são o preço a ser pago pela eficácia social das ideias” (Ricoeur, 2013, p. 80).

O quarto traço da ideologia é que ela, na condição de código interpretativo, constitui a base epistêmica a partir da qual o indivíduo pensa – e não o objeto de seu pensamento em si. Isto é, o código interpretativo da ideologia é mais uma entidade operante do que temática, sendo mais uma instância na qual os sujeitos habitam e pensam do que uma concepção particular que estes possam expressar; ela opera por detrás da práxis social ao invés de anunciar-se prontamente diante de nós. Por isso, ela é impassível de denúncia e controle plenos, sendo impossível conscientizarmo-nos e transcendê-la por completo, de modo que “ali onde houver seres humanos, não se pode encontrar modo de existência não simbólico e, menos ainda, ação não simbólica”. (Ricoeur, 2017, p. 28).

Por fim, o último traço da função geral da ideologia diz respeito ao seu imperativo temporal, à luz do qual o novo só pode ser recebido através do típico. Ou seja, o código

³¹ Ibid., p. 78.

interpretativo, na medida em que condiciona um determinado espectro de interpretações e visões de mundo possíveis, tendo em vista a manutenção das convenções sociais pela conservação da “energia” do evento fundador, é refratário à dissidência. Pressupondo que todo grupo apresenta traços de ortodoxia, de intolerância à marginalidade, a diferença é aceita apenas na medida em que não representa uma ameaça grave à capacidade de, para o grupo, reencontrar-se e reconhecer-se. É nesse sentido que, segundo o autor, se pode falar em “cegueira ideológica”, de modo que a ideologia seja, ao mesmo tempo, interpretação do real e obturação do possível.

Estes seriam, ao todo, os traços que caracterizam a função primordial da ideologia, atuando como pressuposto simbólico da vida social, responsável por conferir às sociedades, grupos e classes um estatuto ideal de ordenamento, condicionando e justificando seus modos de pensar e agir. É sob esse plano que é possível situar, de forma concreta, não apenas a ideologia como um discurso ou um sistema de pensamento particular, mas, sobretudo, como o conjunto de enunciados que nos remetem a valores, crenças, interesses e visões de mundo coletivamente partilhados, à luz dos quais delimitam-se e reafirmam-se identidades.

Essa definição geral de ideologia pode ser corroborada pelos estudos do sociólogo francês, Pierre Bourdieu (1989), precisamente no que diz respeito à natureza dos sistemas simbólicos e seu emprego nas relações de poder.³² Segundo Bourdieu, os sistemas simbólicos devem ser compreendidos como estruturas estruturantes, pois, ao mesmo tempo que configuram um conjunto de representações inter-relacionadas, construídas pelos sujeitos, eles também possibilitam a construção da realidade, conferindo aos indivíduos e grupos sociais o sentido imediato do mundo em que vivem e atuam. Dessa forma,

Os símbolos são instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da vida social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração “moral” (Bourdieu, 1989, p. 10).

Nesse âmbito, creio que seja possível associar a função geral da ideologia ao que o historiador Reinhart Koselleck define como “experiência”, referindo-se à elaboração racional ou

³² BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

inconsciente de comportamentos que começaram no passado e são reproduzidos no presente. Em outras palavras, a experiência representa um passado que se reproduz no presente através das práticas individuais e coletivas, sendo uma das condições de possibilidade dos eventos, acontecimentos e processos que se operam na vida social. Dessa forma, a experiência contém em seu interior a reflexão subjetiva sobre a própria história, atribuindo sentido ao modo de agir e pensar dos atores sociais. Por isso, trata-se de um fenômeno constatado em toda formação social, independente do período ou lugar, uma vez que toda sociedade se reproduz, em grande medida, a partir da memória e da elaboração racional de uma experiência alheia – isto é, do que outros fizeram no passado, seja de bom ou de ruim.

Segundo o historiador, toda sociedade é constituída por uma variedade rica de espaços nos quais a experiência é elaborada e refletida de forma distinta, aglomerando-se para formar “um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes” (Koselleck, 2012, p. 311). Dessa forma, seria possível falar em “espaço de experiência” para se referir às instâncias sociais de elaboração, reflexão e reprodução do passado no presente. Me debruçarei sobre este assunto mais adiante, abordando suas relações com o imaginário utópico.

Resta-nos, por hora, vincular a função geral da ideologia com os seus efeitos de dissimulação e distorção, o que Ricoeur faz, mais uma vez, por meio de Weber, lançando mão de suas reflexões sobre o exercício legítimo da autoridade e os sistemas de dominação na vida política.

Weber assume que poder algum é exercido exclusivamente pela força. Por mais brutais e intimidantes que sejam, todo sistema de dominação exige o consentimento e cooperação dos dominados, de modo que a autoridade seja compreendida e aceita como legítima. No entanto, segundo Ricoeur (2017), há sempre um descompasso entre a pretensão à legitimidade por parte dos governantes e a crença nesta por parte dos governados, constatando-se uma “mais-valia” na estrutura de poder. É precisamente nesse nível que a ideologia cumpre sua função de dominação, encarregando-se de “balizar as tensões entre a pretensão à legitimidade reivindicada pelo poder e a crença nessa legitimidade que os cidadãos propõem” (Ricoeur, 2017, p. 30).

Assim, a legitimação é possível pelo emprego de um determinado conjunto de representações coletivas responsáveis pela validação da crença na autoridade em questão,

mediando simbolicamente as relações entre dominadores e dominados. A ideologia, ao favorecer processos de integração, atua como “preenchimento” desse intervalo, dissolvendo a mais-valia e oferecendo um sistema justificativo da dominação.³³ Esse segundo conceito de ideologia seria intimamente vinculado ao primeiro, uma vez que a integração de uma sociedade não é possível sem um sistema de dominação que a mantenha estável.³⁴

Em seguida, aborda-se a segunda função negativa da ideologia, referente ao processo de dissimulação ou distorção do real, à luz da qual o princípio de legitimação é tido como absoluto e autônomo em relação às circunstâncias socioeconômicas que o engendraram, afirmando-se como uma “lei universal”, que desautoriza a crítica e desqualifica alternativas. Essa foi a função devidamente descrita por Marx através da crítica de Feuerbach à religião.

No entendimento de Ricoeur, a limitação do conceito marxiano não consiste na abordagem em termos de dominação e luta de classe, mas sim na sua definição de ideologia como um tema específico (religião, idealismo, propriedade privada etc.). Assim, para o autor, a ideologia não diz respeito a um tema, mas sim a uma *função*, uma operação segundo o imaginário social. Desse modo, qualquer sistema de pensamento pode cumprir diversas funções da ideologia — sendo a integradora a condição da justificadora e dominadora.

Novamente, essa visão de Ricoeur guarda relação com a interpretação de Bourdieu. Para este último, é precisamente em virtude de seu caráter estruturante e estruturado que os sistemas simbólicos cumprem a função política descrita pela tradição marxiana, referente à dominação de uma classe sobre a outra, contribuindo para o que Weber chama de “domesticação dos dominados”.³⁵ Nesse âmbito, as ideologias não devem ser interpretadas somente à luz dos interesses de classe que representam, mas também dos “interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção” (Bourdieu, 1989, p. 13). Dessa forma, o campo de produção ideológico e o campo da luta de classes seriam homólogos,

³³ Ibid., p. 182.

³⁴Adiante, destaco que a manipulação de ideias e imagens em torno da ciência, sobretudo à luz do positivismo, cumpriu papel instrumental na legitimação da Primeira República, favorecendo o sistema de dominação implementado por uma elite que buscava reproduzir o modelo europeu de “civilização”. Posteriormente, essas mesmas ideias-imagens foram articuladas por críticos nacionalistas do sistema republicano a fim de legitimar projetos alternativos de nação.

³⁵ Pierre Bourdieu, 1989, p. 11.

mas distintos, de modo que o poder simbólico — instrumento privilegiado da dominação — não emana dos sistemas simbólicos em si mesmos, mas sim de uma relação entre o campo de disputas sociais e o campo de produção ideológica. É através dessa relação que o poder não é tido como arbitrário, mas sim natural. Dito de outro modo, o poder simbólico é aquilo que produz o efeito de “fazer crer”, sendo exercido a partir de uma relação específica entre a classe social e as instituições/espços de produção simbólica.

1.2. Utopia

Diferente da ideologia, a utopia não é uma categoria de análise ou objeto de crítica sociológica, mas um gênero literário para o qual diversos autores ofereceram contribuições pessoais – cada uma com sua versão do que seria um mundo ou realidade ideal. Segundo Francisco Falcon (1996), a historiografia das utopias padece de uma tendência majoritariamente descritiva, privilegiando a releitura e “contextualização” de utopias particulares, limitando-se ao escopo literário. Por seu turno, a utopia enquanto fenômeno sociológico associado ao imaginário é raramente abordada, sendo também escassas as análises que se pautam em reflexões da hermenêutica e epistemologia.³⁶ Nesta seção, tratarei do surgimento da utopia como dimensão do imaginário social no século XVI, destacando suas diferentes formas e funções ao longo dos séculos. Dessa forma, poderei definir e historicizar as representações que compõem o imaginário utópico na modernidade, favorecendo seu reconhecimento e análise no corpo documental.

Do latim, utopia significa “lugar-nenhum” ou “não-lugar”, referindo-se a um alhures inexistente, inalcançável ou fantasmagórico; um território distinto daquilo que já se conhece. O termo foi cunhado por Thomas Morus (1478-1535) em sua obra *Utopia*,³⁷ publicada em 1516. O autor era uma figura de destaque na elite humanista, atuando como acadêmico, parlamentar, jurista e diplomata a serviço da corte inglesa e de outros dignatários de prestígio. Foi durante

³⁶ Falcon, op. cit., p. 136.

³⁷ MORUS, Thomas. **Utopia**: sobre a melhor condição de uma república e sobre a nova ilha de Utopia. Petrópoles: Vozes, 2016.

uma missão diplomática em Bruges em 1515 que ele iniciou a escrita do livro, valendo-se de uma situação real como pano de fundo da narrativa fictícia. Nas primeiras páginas, Morus relata que, durante sua visita, após acompanhar e assistir o diplomata Cuthbert Tunstall (1474-1559) em negociações entre Henrique VIII e o príncipe Carlos de Castela, ocorreu-lhe ir à Antuérpia por motivos pessoais, onde encontrou com seu amigo, Peter Giles (1486-1533). Enquanto passeavam, Morus e Giles teriam cruzado com um desconhecido na praça de Notre Dame, um homem que aparentava ser capitão de navio. Tratava-se de Rafael Hitlodeu, um marinheiro versado em letras e filosofia clássica, que viajara “como Ulisses; ou melhor, tal como Platão”, tendo acompanhado Américo Vespúcio “nas três primeiras daquelas quatro navegações sobre as quais já se pode ler em muitos lugares” (Morus, 2016, pp. 11-12).³⁸

Após um breve diálogo introdutório, os três personagens se dirigem ao jardim da hospedaria de Morus, onde Rafael Hitlodeu relata suas experiências e reflexões, contando sobre seus contatos com inúmeros povos e civilizações do Novo Mundo, comparando suas virtudes e vícios com os da sociedade europeia. Por meio desse contraponto, Hitlodeu tece uma crítica aos costumes e ao sistema europeu de governo, que estaria mais preocupado em punir os vícios – sobretudo das camadas mais vulneráveis – do que compreender as condições socioeconômicas de sua existência.

Através do jogo de descrições e comparações, a alteridade descrita por Hitlodeu revela algo mais importante e urgente do que a simples imagem idealizada de outrem; isto é, evidencia a racionalidade falha das instituições e convenções sociais da Inglaterra do século XVI, preparando o leitor para uma comunidade imaginária que se contrapõe radicalmente ao que lhe é familiar. Pelo encontro com a diferença idealizada, o leitor, na condição de observador, toma consciência das discrepâncias entre realidade e imagem, vislumbrando o campo do possível. Dessa forma, segundo Baczkó, a ficção de Morus funda um duplo paradigma:

Primeiro, um paradigma literário: o relato de uma viagem imaginária, ao final da qual o narrador descobre uma Cidade até então desconhecida, que se sobressai por suas

³⁸ É curioso observar que a mistura de elementos reais e ficcionais ocupa um lugar central na narrativa, gerando dúvidas acerca de sua autenticidade. De certo modo, essa ambiguidade se refere ao próprio significado do termo utopia: um alhures ideal, porém verossímil. Para conferir maior credibilidade à estória, Morus elaborou sua introdução a partir de cartas trocadas com Peter Giles, nas quais ambos conversam casualmente sobre o ocorrido, narrando o encontro com Rafael Hitlodeu.

instituições e da qual se faz uma descrição detalhada. Logo, um paradigma específico do imaginário social: a representação de uma sociedade *radicalmente distinta*, localizada em uma *outra parte* definida por um espaço-tempo imaginário; uma representação que se opõe a de uma sociedade real que existe *hic et nunc*, aos males e vícios desta. (Baczko, 1999, p. 65, grifo do autor, tradução nossa).

É necessário lembrar que, durante a maior parte da Idade Média, as concepções sobre o tempo histórico foram dominadas por representações pessimistas que desautorizavam a possibilidade de um futuro em aberto. A doutrina escatológica da Igreja Católica se fazia presente, postulando a decadência progressiva do mundo até que o Juízo Final fosse anunciado. Da mesma forma, acreditava-se que a hierarquia rígida entre os estamentos havia sido predeterminada pela Providência, cabendo à Igreja manter a ordem social até o fim último.

Nesse sentido, a vida terrena era tida como passageira e inferior à vida no além, sendo o progresso material desprezado em favor de um progresso moral, sendo este definido nos termos da busca pela salvação. Juntas, essas concepções de caráter determinista e teleológico contribuíam para a conservação do espaço de experiência, legitimando a reprodução das relações sociais sob a autoridade clerical.

Contudo, os séculos XVI e XVII foram marcados por novidades que geraram impactos cada vez maiores e mais frequentes na Europa feudal, sendo particularmente expressivas aos olhos de filósofos e eruditos como Morus. A Expansão Marítima e as inovações técnicas que a acompanharam trouxeram experiências novas, ao passo que a Igreja perdia sua influência política com a Reforma Protestante e o desfecho desfavorável da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), contribuindo para o declínio da escatologia. Ao mesmo tempo, figuras como Nicolau Copérnico (1473-1543), Galileu Galilei (1564-1642), Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1642-1726) se destacavam na astronomia e na filosofia natural, expandindo o saber para além daquilo que era tido como verdadeiro e seguro. Com efeito, nesse período é possível constatar a transformação do espaço de experiência, gerando uma expectativa que já não é mais exclusivamente pautada pela ideia de um fim iminente e inevitável.

Para entender esse processo e como ele se relaciona com o surgimento da imaginação utópica, é necessário recorrer ao conceito de “expectativa”, o qual, assim como o de experiência, adquire um sentido específico no pensamento de Koselleck. Se a experiência pode ser definida como o passado atual, a expectativa assume a forma do futuro atual, consistindo nas inúmeras e

variadas formas pelas quais o porvir se apresenta aos indivíduos no presente. Por isso, ela se baseia necessariamente no “ainda não”, no que não foi experimentado e que pode apenas ser previsto. Há muitas instâncias em que a experiência fornece critérios confiáveis para a elaboração de expectativas, mas nem sempre é o caso, pois há muitas outras em que pouco foi experimentado diante de um futuro incerto. Quanto à forma que assume, esta seria a do “horizonte”, uma vez que designa “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (Koselleck, 2012, p. 311).

Assim, a passagem entre os séculos XVI e XVII foi marcada pelo surgimento de um horizonte de expectativa, na medida em que o espaço de experiência já não poderia mais se reproduzir de forma contínua.³⁹ Gradualmente, com o declínio da escatologia e a abertura de um horizonte, “o objetivo de uma perfeição possível, que antes só podia ser alcançada no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina do fim dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro em aberto” (Koselleck, 2012, p. 217). O imaginário utópico surge a partir dessa abertura e se expande através dela, sendo perceptível desde Thomas Morus, cujo não-lugar representava a antítese do familiar.

No entanto, convém ressaltar que o modelo de utopia proposto por Morus não é localizado no futuro, mas sim no presente, indicando que o objetivo do autor não é propor algo que deveria ou poderia ser construído, mas sim efetuar comparações diretas entre o mundo idealizado e o mundo do leitor, estimulando críticas e reflexões sobre seu tempo. De acordo com Koselleck (2014), esse caráter “espacial” é típico da época dos descobrimentos, na qual aventureiros e exploradores se arriscavam em busca de novas terras e riquezas, aludindo ao ideal cristão de “reconquista” do Paraíso. Essa constatação indica que o espaço de experiência, não obstante afetado pelas transformações, permanece estruturalmente inalterado, prevalecendo as representações de caráter cíclico.⁴⁰ Assim, a noção de progresso apresenta um sentido

³⁹ Koselleck, op. cit., p. 24; MINOIS, Georges. **História do futuro: dos profetas à perspectiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2016, p. 224.

⁴⁰ Um bom exemplo de permanência das representações cíclicas se dá pelo próprio significado de termos como “renascimento” e “reforma”, aludindo a um ideal de purificação e retorno a um estágio mais digno e verdadeiro de existência, seja no campo estético ou religioso. No que diz respeito à filosofia e à ciência, Francis Bacon (1561-1626)

ambíguo, favorecendo perspectivas promissoras, porém, cautelosas, sendo frequentemente aludidas pela noção de um eterno “retorno” ou “renovação”. Embora o progresso científico seja cada vez mais evidente, ainda restam dúvidas sobre o progresso moral do ser humano. A abertura de um horizonte de expectativa é celebrada apenas na medida em que não gera incertezas, conservando as estruturas sociais.

Dessa forma, não há razão para que se idealize um porvir. As utopias desse período não têm pretensão de realizar-se, mas sim anunciar-se como reflexos exagerados ou ideais daquilo que já existe ou poderia existir, expondo contradições, disputas e angústias do momento.

No entanto, segundo o historiador Georges Minois (2016), isso não invalida a importância desses contramundos como referência para elaboração de imagens de futuro. Ao expor “verdades prematuras”, essas projeções “revelam uma insatisfação com o presente, e têm em mira um estado de coisas supostamente ideal, que se apresenta como a antítese da situação atual”. Logo, “A utopia não pode ser puro sonho; ela comporta sempre um grau de esperança, e por isso não é inteiramente pessimista” (Minois, 2016, p. 478). Seja na forma de projetos, reformas ou sociedades ideais, essas utopias, ainda que meros exercícios literários de imaginação, “têm sempre um aspecto preditivo, porque contribuem para moldar o imaginário coletivo, entrando assim nas reivindicações sociais” (Minois, 2016, p. 479).

É desse modo que, partindo de Morus até a segunda metade do século XVIII, nota-se a multiplicação e diversificação das utopias, abordando temas de alta relevância no cenário econômico, político e filosófico, acompanhando a ascensão meteórica de uma burguesia que se vê constantemente sufocada pelas restrições ideológicas e econômicas do Estado Absolutista e do sistema feudal.

Um dos gêneros utópicos que convém destacar no presente trabalho é o científico, incluindo obras como *A Cidade do Sol* (1602), de Tommaso Campanella (1568 – 1639), *Christianopolis* (1619), de Johann Valentin Andreae (1586 – 1654), e *Nova Atlântida* (1627), de Francis Bacon. Nessas obras, percebe-se a existência de uma nova concepção sobre o saber e sobre a relação entre o indivíduo e a natureza, postulando a instrumentalização do conhecimento em benefício do

é tido como uma das figuras mais empenhadas em “purificar” o saber, denunciando a estagnação e esterilidade do saber medieval, representado pela escolástica. Conf. ROSSI, Paolo. **Naufração sem Expectador: a ideia de progresso**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

sujeito. Segundo o historiador Paolo Rossi (1996, p. 48), “Os modernos acolheram uma ideia central: o saber não é apenas contemplação da verdade, mas é também potência, domínio sobre a natureza, tentativa de prolongar sua obra para submetê-la às necessidades e aspirações do homem”.

Bacon foi um dentre os maiores filósofos de seu tempo a compreender muito bem a relação entre ciência e potência, expressa pela máxima “conhecimento é poder” (*scientia potentia est*). Em sua utopia, *Nova Atlântida*, o autor oferece uma coletânea de previsões, entre as quais o advento do avião, do submarino, do microscópio e da manipulação genética de animais, encerrando a obra com uma lista de inovações que representam o ideal de uma super-humanidade. Nesse estágio, entre outros milagres, o indivíduo poderia prolongar a vida, retardar o envelhecimento, curar doenças incuráveis, inventar novas espécies, aumentar sua capacidade de suportar a dor e mudar o temperamento, estatura e peso dos indivíduos.⁴¹

Desse modo, a contribuição do desenvolvimento técnico-científico para a formação do imaginário utópico e, com efeito, o próprio surgimento da ideia moderna de progresso, é inegável. Entre utopias religiosas, políticas e científicas, há sempre um desejo comum de fuga ou contestação. Desejos que, todavia, ainda limitavam-se ao campo da ficção, sem a presença de algum objetivo social preciso.

É apenas a partir de 1770, com a publicação d’*O Ano 2440* por Louis Sébastien Mercier (1740-1814), que a literatura utópica sofre uma metamorfose. De acordo com Koselleck, o próprio ano de publicação é simbólico, uma vez que:

Com ele, iniciou-se a década em que a situação mundial veio a sofrer transformações fundamentais. No leste, as grandes potências começaram a repartir a Polônia; do outro lado do Atlântico, as colônias americanas se revoltaram; na França, ocorreu uma mudança no estado físico do Iluminismo. Era um tempo em que a voz do filósofo já havia perdido seu poder, como constatou Mercier de forma provocadora na dedicatória do seu livro: basta de projetos, basta de crítica! Não falem mais, ajam! Era esta a sua mensagem oculta. (Koselleck, 2014, p. 122).

Segundo o autor, esse período também marca o fim da era dos descobrimentos, uma vez que as viagens de exploração já haviam mapeado e descoberto praticamente tudo, indicando

⁴¹ Minois, 2016, p. 483.

que “as possibilidades espaciais de situar as utopias na finitude da superfície da nossa Terra haviam se esgotado”. Desse modo, “se a utopia já não podia mais ser estabelecida nem na nossa Terra presente nem no além, era preciso recuar para o futuro” (Koselleck, 2014, p. 124).

Ao propor uma crítica bombástica ao Antigo Regime sob uma versão futurista de Paris, a obra de Mercier introduz duas mudanças fundamentais no gênero utópico.⁴² A primeira delas diz respeito à função do autor, que já não descobre mais aquilo que acha, encontra ou finge encontrar, mas assume o lugar de produtor de sua própria utopia. A posição daquele que viaja e regressa à terra natal para relatar suas aventuras é renunciado em favor de um futuro que não pode ser observado ou verificado, sendo acessível apenas pela imaginação. Em outras palavras, o futuro se destaca como um lugar *inalcançável pela experiência*. O fundamento verificável do presente é abandonado, nos chamando atenção para a diferença significativa entre o status ficcional da utopia espacial e o da utopia temporal.

Já a segunda mudança constatada por Koselleck é que a utopia futurista pressupõe continuidades temporais – apresentadas abertamente ou não. Com efeito, a comparação entre o Eu e uma alteridade social espacialmente localizada, assumindo as navegações e descobrimentos como pano de fundo e critério de inteligibilidade, cede lugar a uma alteridade temporalmente localizada, cujo ponto de partida são contatos pontuais com o presente. Por meio destes é possível atribuir algum teor de credibilidade à utopia futurista, que se propõe a deduzir o amanhã a partir do hoje. É dessa característica que provém a ideia de que muitas coisas continuam as mesmas, mas assumem formas e funções diferentes no porvir, de modo que “toda utopia do futuro vive dos pontos de contato com um presente que pode ser resgatado não apenas fictícia, mas também empiricamente” (Koselleck, 2014, p. 126).

Concomitantemente, percebe-se a extrapolação do campo estritamente imaginativo do impossível, permitindo que a utopia forme a base de atitudes, discursos e movimentos sociais, sendo acompanhada de teorias que atestam um certo potencial de plausibilidade. No final do século XVIII, ela conforma o horizonte de expectativa dos Iluministas, à luz do qual nada do que foi experimentado até então poderia servir de exemplo ou referência para se prever o futuro. Em razão disso, com as Revoluções Francesa e Industrial, testemunha-se a separação efetiva entre

⁴² KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 124.

espaço de experiência e horizonte de expectativa, a partir da qual o sujeito se lança com afinco à construção de um ideal universal de felicidade e bem-estar, acelerando e intensificando as transformações. Desde então, o paradigma de “reconquista” de um Paraíso preconcebido cede lugar à necessidade de se construir um Paraíso original em vida, à imagem e semelhança do sujeito racional. Nesse momento, não há mais cautela entre os entusiastas da razão e do progresso, mas sim otimismo, tornando a esperança um sentimento comum.

É importante frisar que a temporalização da utopia é correlata à temporalização do próprio conceito de razão, estimulando novas leituras sobre a natureza, a sociedade e a história. Isso é particularmente expressivo à luz da queda dos regimes absolutistas, cuja racionalidade rígida e autoritária veio a ser radicalmente contestada pela sociedade civil emergente, que abraça o devir sob a forma de um progresso universal e avassalador, propenso a expandir-se para muito além do que a experiência era capaz de prever.

Por seu turno, a análise de registros fósseis e genealógicos contribuiu para novas leituras da natureza, favorecendo o surgimento das primeiras teorias evolucionistas. Soma-se a isto as profundas desigualdades e tensões sociais decorrentes da industrialização, as quais, ao longo do século XIX, se tornariam lugar-comum em todos os países que seguiram o exemplo inglês. Consequentemente, o mundo que começa a se formar entre os séculos XVIII e XIX pensa cada vez menos em termos mecanicistas e estáticos, favorecendo, em contraponto, a ideia de conflito, transformação e progresso. Um novo tipo de racionalidade se destaca, fazendo da diferença sua condição de possibilidade.

Agora que abordei o processo de surgimento e consolidação do imaginário utópico no Ocidente moderno, resta definir sua forma e função geral. Com isso, não pretendo me aprofundar nos debates hermenêuticos envolvendo ideologia e utopia, mas considero útil partir das contribuições de Ricoeur e Baczko para definir o escopo das representações associadas à imaginação utópica.

De acordo com Paul Ricoeur, enquanto a ideologia tem como função patológica o preenchimento do hiato entre pretensão e crença, legitimando um determinado sistema de dominação, a utopia, ao abrir o campo do possível, favorece a exposição do hiato, criando condições para o estranhamento e contestação da ordem vigente. De certa forma, essa tese pode

ser associada à tensão entre experiência e expectativa, pois, como foi visto, a expansão desta última a partir do final do século XVIII corresponde à ampliação progressiva do possível acompanhada do estranhamento paulatino do familiar. A perda de referências tradicionais de conduta provoca receios, temores e angústias diante de um porvir que não pode mais ser previsto com exatidão. Por conseguinte, antigas ideologias são forçadas a se adaptar, ao passo que outras surgem para atribuir novos sentidos a um mundo social em constante alteração pelo fluxo acelerado de mudanças.

A ideologia do progresso é um exemplo típico, na medida em que postula uma concepção linear, ascendente e teleológica de história, promovendo a racionalização temporal da diferença. Segundo esse modelo — e as ideologias que o adotaram — a história é constituída por diversas etapas, formando um trajeto racional em direção ao ideal último de felicidade e bem-estar universais. O pensamento de Hegel, Marx e Comte são apenas alguns dos exemplos mais conhecidos desse esquema, influenciando diversas tradições intelectuais ao longo dos séculos XIX e XX. Independente do mecanismo ou dos sujeitos que engendram a história, há sempre uma totalidade racional a ser completada, atribuindo sentido e motivação às práticas sociais no presente.

De tal modo, tendo em vista a racionalização das transformações e a temporalização da utopia, é possível afirmar que nem sempre utopias visam à contestação da ordem vigente. Assim como há utopias progressistas e moderadas, outras são potencialmente conservadoras e até mesmo reacionárias, privilegiando a manutenção ou reafirmação das relações sociais sob novas estruturas, ou ainda voltando-se para um passado longínquo e inóspito — isto é, a imagem romântica de um Paraíso perdido, representando a antítese dos tempos modernos.

Isso também evidencia o fato de que a utopia também é dotada de um forte componente ideológico, na medida em que reflete visões de mundo, valores, crenças e interesses particulares. Nesse sentido, ela pode tanto manifestar apenas a função geral da ideologia como pode, da mesma forma, desempenhar sua função patológica — cujo exemplo mais lembrado são as utopias totalitárias. Assim, trata-se de uma alteridade que, ao partir do indivíduo ou do coletivo que a idealiza, reflete sua identidade; é a diferença em relação à qual a identidade se reafirma ou se contesta.

Portanto, tendo em vista o caráter multiforme deste imaginário, buscarei, na análise documental, reconhecer e analisar representações sociais que, não obstante desprovidas de um caráter utópico formal, ainda aludem a modelos de alteridade ideal, refletindo um “dever-ser” segundo as ideologias dos eugenistas brasileiros.

1.3. Modernidade

O último conceito que pretendo discutir é o de modernidade, sendo este fundamental não apenas para situar a formação dos referidos imaginários como também historicizar o campo intelectual brasileiro entre as décadas de 1920 e 1930, marcado pela disputa entre diferentes projetos de nação.

A pergunta “o que é a modernidade?” nos remete a uma variedade imensa de respostas que aparentam ter certos elementos em comum, tais como o conceito de “revolução”, os processos econômicos, sociais e políticos de impacto avassalador entre os séculos XVIII e XIX, o surgimento da ciência e a autoconsciência dos Iluministas como profetas e fundadores de uma nova ordem mundial. Segundo Francisco Falcon, essa pergunta aponta para duas perspectivas historiográficas, sendo uma analítico-explicativa e a outra hermenêutico-compreensiva.⁴³

A primeira se refere à busca, por parte do historiador, de sinais que apontem para as origens, antecipações, rupturas e formações dos elementos ou aspectos tidos como constitutivos da modernidade. Isto é, definir modernidade a partir de elementos específicos e a maneira como estes se formaram no contexto de períodos anteriores. A segunda perspectiva é o inverso, assumindo como ponto de partida a tomada de consciência da modernidade enquanto tal pelos próprios agentes sociais envolvidos no processo. Busca-se investigar como e quando a modernidade veio a ser reconhecida, identificada e vivenciada como “modernidade” pelos próprios atores históricos nela e por ela envolvidos.

Entretanto, o autor adverte que não há razão para separarmos autoconsciência moderna de sua práxis correspondente, uma vez que:

⁴³ Falcon, op. cit., p. 129.

Intrinsecamente ligada à História, isto é, à aceleração do tempo histórico e à ideologia ou utopia do progresso, a Modernidade incorpora de fato os diversos elementos ou aspectos constitutivos do devir socioeconômico, político e cultural das sociedades ocidentais ao longo do século XIX. “Visão de Mundo”, para alguns, “ideologia”, segundo outros, a Modernidade é antes de tudo um “fato” para os que se percebem nela inseridos (Falcon, 1996, p. 129).

“Modernidade” seria, portanto, tanto uma certa concepção do “Moderno” como uma realidade/ processo historicamente situado. Lançando mão da terminologia introduzida por Koselleck, Falcon (1996, p. 129) acrescenta que, em sua essência, o conceito remete à “rápida compressão do ‘espaço de experiência’ e a não menos célebre expansão do ‘horizonte de expectativa’”.

Nesse âmbito, é possível vincular essa compreensão ao posicionamento de Baczko, segundo o qual a modernidade se define pelo caráter autodeterminante do mundo social.⁴⁴ Isto é, a ideia de que a sociedade é uma entidade que se autodetermina, que se transforma e se adapta por meio da ação (auto)consciente de seus agentes, negando a influência de forças externas. Assim, ela não é um lugar de entrada, uma data, mas um tempo de transição durante o qual se opera a instalação, no imaginário coletivo, da representação do social como entidade *autofundada*.

De acordo com o autor, desde sua origem na obra de Thomas Morus, a utopia é o exemplo típico desse fenômeno, uma vez que, por meio do jogo ambíguo entre realidade e fantasia, conferindo verossimilhança e plausibilidade à fala do marinheiro, a figura do intelectual assume um novo lugar, a partir do qual o indivíduo se dispõe a pensar, imaginar e criticar a sociedade como um único ato. Dessa forma, através do esforço imaginativo do filósofo, a alteridade ideal assume a racionalidade de seu projeto como o fundamento de sua legitimidade, de modo que, não obstante seu estatuto fictício, ela se destaca como uma alternativa plausível à sociedade conhecida, tornando esta última independente de qualquer força trans-histórica.⁴⁵

Por fim, uma última definição de modernidade que convém destacar relaciona-se com o advento da *biopolítica* entre os séculos XVIII e XIX. Trata-se, segundo o filósofo Michel Foucault (2010), de uma tecnologia de exercício de poder introduzida a partir de três eventos: primeiro, a

⁴⁴ Baczko, op. cit., p. 7.

⁴⁵ Baczko, 1998, p. 67.

formação dos Estados Nacionais; segundo, a institucionalização das áreas do conhecimento – em especial a medicina; finalmente, a explosão demográfica desencadeada pela Revolução Industrial.⁴⁶

É preciso lembrar que, para Foucault, o poder não deve ser assumido como algo passível de transferência; isto é, não pode ser “concentrado”, “distribuído” ou “delegado” a outrem, mas sim exercido mediante a produção e aplicação de saberes sobre uma determinada realidade. Com efeito, o conhecimento produzido acerca do corpo, das relações, do bem-estar e da educação dos indivíduos, na medida em que se assume como verdadeiro à luz de critérios, métodos e instituições que o validam, exerce efeitos de poder sobre os sujeitos, legitimando práticas que visam ao gerenciamento de suas aptidões físicas e mentais segundo determinados propósitos.

Em particular, o que distingue a biopolítica das práticas de poder anteriores é o fato de que, ao invés de versar sobre o indivíduo, ela versa sobre a população como um todo, promovendo a regulamentação de atitudes e discursos sobre o bem-estar coletivo. Em outras palavras, ela se volta aos processos biológicos da espécie, favorecendo a produção e aplicação de saberes que, em última instância, visam à conservação da vida e ao aproveitamento de suas disposições. Assim, enquanto na Idade Média a preocupação principal é a enfermidade como fenômeno expansivo e temporário, a partir de meados do século XVIII o problema se refere à presença da enfermidade em si mesma, com seus efeitos negativos sobre a população: subtração de energia, custos econômicos, diminuição do tempo de trabalho e desgaste mental. A morte que preocupa não é necessariamente aquela que afeta um indivíduo ou grupo em particular, mas sim o a morte como fenômeno isolado, considerando suas consequências sobre o corpo biológico da coletividade.

Restaria, no entanto, questionar de que forma o direito de matar ou morrer teria lugar no biopoder, tendo em vista sua função de conservar e gerenciar a vida em escala populacional. Segundo Foucault, isto seria possível através do “racismo de Estado”. Nesse sentido, racismo deve ser compreendido não necessariamente em termos étnicos, mas sobretudo biológicos, referindo-se a uma população que se vê ameaçada pelo perigo de infecção, degeneração e

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: wmf-Martins Fontes, 2010.

decadência infligida pelo inimigo externo – isto é, a figura do Outro. Assim, a morte tende a ser justificada à luz de um benefício que não é individual, mas sim coletivo, sendo uma das condições de possibilidade do progresso e felicidade geral. É por essa lógica que o assassinato é compreendido como um ato misericordioso e até corajoso, sendo necessário para a sobrevivência da espécie. Reitera-se que, sob esse ponto de vista, abordagem foucaultiana mostrou-se especialmente fecunda nas análises sobre o movimento eugênico, não apenas no Brasil como em outros países.

Concluindo, é a partir dessas três frentes – experiência temporal, autodeterminação do social e biopoder – que me refiro ao conceito de modernidade, qualificando um período no qual os imaginários ideológico e utópico relacionam-se de modo a favorecer práticas ora (re)afirmativas, ora disruptivas. As representações que constituem meu foco de análise serão, portanto, aquelas que aludem a ideais plenos de felicidade, bem-estar, saúde, beleza e racionalidade, evidenciando os valores, interesses e percepções que os ensejam no discurso dos sujeitos.

Capítulo 2

Os fundamentos do século XIX

Afirmou-se que se acha lançada a grande questão, sobre se o homem passará a deslocar-se em velocidade acelerada em direção ao ilimitável e, portanto, para o progresso inconcebido, ou estará condenado a uma oscilação perpétua entre a infelicidade e o infortúnio, e, após cada esforço, continuar a uma distância incomensurável do alvo almejado.

– Thomas Malthus, *Ensaio sobre o princípio da população*, 1798.⁴⁷

O século XIX é um período de suma importância para a consolidação das bases institucionais e simbólicas do que chamamos de “modernidade”. Institucionalmente, as estruturas sociais, políticas e econômicas do Antigo Regime foram efetivamente postas abaixo e substituídas — ou sobrepostas — por outras, refletindo as demandas, valores e interesses da burguesia em ascensão. Com isso, o modo de produção capitalista e o Estado Nacional se tornam hegemônicos no Ocidente, expandindo sua presença e influência ao redor do mundo através de um novo processo de colonização ultramarina. Simbolicamente, as ideologias e utopias do progresso assumem lugar de destaque no imaginário das sociedades industriais emergentes, elegendo a ciência e a técnica como símbolos do potencial humano de autodeterminação, incentivando a construção de uma sociedade ideal pela ação racional do indivíduo. Com efeito, as representações do tempo histórico assumem um formato linear, ascendente e acelerado, instituindo o progresso como uma força avassaladora e inevitável, cujas leis seriam tão claras e absolutas como as da natureza.

Dessa forma, o século XIX designou, em suma, o que o historiador Eric J. Hobsbawm chamou de a Era das Revoluções (1789-1848), do Capital (1848-1875) e dos Impérios (1875-

⁴⁷ MALTHUS, Thomas. *Ensaio sobre o princípio da população*. Castelo Branco: Publicações Europa-América, 1990, p. 23.

1914), consolidando, em todas as esferas da vida social, os princípios da Revolução Francesa e Industrial. No entanto, em meio ao otimismo, havia muito pessimismo; em meio à crença nos ideais de igualdade e liberdade, havia discriminação, desigualdade e opressão; em meio à celebração da fraternidade entre os povos, havia divisões e desumanização. Por isso, nenhuma análise desse período estaria completa sem levar em consideração a influência marcante das ideologias da decadência, o surgimento do racismo científico em suas inúmeras variáveis, o despontar dos movimentos nacionalistas e, de modo geral, as estruturas que asseguravam o domínio de uma classe sobre outras.

A eugenia surgiu no século XIX. Sua compreensão é possível somente a partir dos processos e acontecimentos que o marcaram. Por isso, neste capítulo farei uma reconstituição de três fenômenos que se fizeram muito presentes nesse período, sendo particularmente notórios pelo papel que exerceram no surgimento e disseminação do discurso eugênico. Examinarei, pois, as ideologias do progresso e da decadência, a questão racial e o nacionalismo.

2.1. Progresso e decadência

A ideia de progresso começa a surgir entre os séculos XVI e XVII, impulsionada pelo Renascimento, pelo desenvolvimento técnico-científico e pela burocratização do Estado, expandindo-se com o Iluminismo no século seguinte, que celebra o progresso como a marcha inexorável da civilização. Porém, mesmo em virtude desses fenômenos e da separação entre experiência e expectativa com as revoluções burguesas, a ideia de decadência nunca foi abandonada. Esta continuou presente, sobretudo entre grupos conservadores que temiam as consequências potencialmente desastrosas de um progresso rápido e descontrolado. Decerto, ninguém mais negava a necessidade de avanços, mas debatia-se acerca do ritmo e sentido das transformações. Logo, divisões se tornaram claras: os otimistas, que se entusiasmavam diante dos processos revolucionários, compreendendo o progresso como um movimento contínuo de aprimoramento; os conservadores, que receavam as consequências negativas de um avanço desenfreado, criticando a ingenuidade e fanatismo daqueles que o defendiam; e os românticos,

que postulavam o resgate de um estágio superior de existência para redimir a decadência moral do ser humano. A seguir, abordarei a forma com que essas correntes se articulavam e como fizeram uso das ideologias do progresso e da decadência.

Uma das maiores contribuições do Iluminismo à ideologia do progresso foi a ênfase no conceito de “civilização” como *telos* do processo histórico, designando a sociedade civil organizada sob a regência política do Estado nação. A princípio, o termo “civilizado” referia-se à vida sob a lei civil romana, sendo “bárbaro” todo aquele que se encontrava fora de tal regime. No entanto, a partir do Renascimento, o termo começa a designar um estilo de vida próprio, caracterizado, segundo Arthur Herman (1997, p. 52, tradução nossa), pela “proibição do assassinato, incesto e canibalismo; a crença em uma divindade transcendental e criadora; respeito pela propriedade e contratos legais; e instituições sociais essenciais como casamento, amizade e família”. Esse estilo seria inerente à condição humana, sendo reconhecido como a “lei natural” que determina vida social.

Por seu turno, o termo *civilization* deriva do francês, designando uma forma de governo justo. Posteriormente, ele é temporalizado, caracterizando o processo histórico mediante o qual os costumes, instituições e condições materiais de um determinado povo se tornam cada vez mais complexos, sofisticados e “civilizados”. Esse processo tornava os povos distintos – porém, melhores – em relação ao estado “selvagem”.⁴⁸

Dessa forma, postulava-se que o desenvolvimento social dos povos – à medida que se torna mais complexo e orgânico, reunindo os indivíduos em torno de interesses e objetivos comuns, concebendo formas mais sofisticadas de socialização e representação – corresponde ao desenvolvimento das inclinações racionais do ser humano. O destino desse processo configura o modelo de socialização idealizado pelos iluministas, à luz do qual a educação, os bons hábitos, o comércio e o princípio de autodeterminação triunfariam.⁴⁹

Otimistas acreditavam na excelência e naturalidade desse processo, como uma lei geral a que todos os seres humanos estavam sujeitos, sendo os europeus os primeiros a conquistarem o grau mais elevado de civilização. Esse momento coincide com a temporalização da utopia no

⁴⁸ Herman, 1997, p. 52.

⁴⁹ Ibid., p. 56-57.

imaginário ocidental, expandindo o horizonte de expectativas para além do que o espaço de experiência era capaz de prover. Surgem, portanto, as utopias políticas, as quais marcam presença não apenas na literatura como também nas declarações de políticos comprometidos com a causa revolucionária. Segundo o historiador Gregory Claeys,⁵⁰

(...) o que define a utopia política moderna é seu caráter secular, sua insistência em localizar e promover a boa vida no aqui e agora, em vez de descobri-la e criá-la imaginariamente em outro lugar. Cada vez mais, essa ideia secular tornou-se vanguardista, orientada para o progresso, e cada vez menos nostálgica em relação às conquistas dos antigos ou primitivos; tornou-se aguda e, muitas vezes, violentamente insistente quanto à inovação das instituições que busca criar e aos tipos de humanos necessários para que funcionem. À medida que perdem a fé no eterno, os modernos tornam-se nervosos, impacientes e ansiosos para aproveitar a vida ao máximo. Como um paraíso é abandonado pela imagem de outro, exigem sua melhoria imediata (Claeys, 2013, p. 99).

Nesse contexto, a história humana seria compreendida como uma trajetória de aprimoramento contínuo e acelerado, superando sucessivas etapas até alcançar um estágio superior de existência. Entre esses pensadores, encontram-se Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), o marquês de Condorcet (1743-1793), Henri de Saint-Simon (1760-1825) e William Godwin (1756-1836).

No entanto, havia aqueles que desconfiavam do progresso, acreditando que, embora a vida material tenha se aprimorado, a vida moral se corrompia cada vez mais. Jean Jacques Rousseau (1712-1778) foi o principal expoente dessa corrente, argumentando que as convenções e instituições modernas, ao invés de libertarem o indivíduo, o prenderam à rotina, tornando-o apático e submisso. Nesse sentido, o filósofo apresentava uma visão pessimista e decadente da história humana, segunda a qual, originariamente, o homem era uma criatura virtuosa e honesta, mas que se corrompera no processo civilizatório, construindo estruturas e relações de opressão. Por isso, Rousseau compreende que o verdadeiro “Pecado Original” teria sido a institucionalização da propriedade privada, gerando a desigualdade e injustiça social.⁵¹

Seu pensamento foi especialmente influente entre os revolucionários jacobinos, motivando o refundar da civilização sob a base de uma nova ética, assentada em um modelo

⁵⁰ CLAEYS, Gregory. **Utopia**: a história de uma ideia. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

⁵¹ Segundo Claeys, o imaginário utópico evocado por Rousseau tinha como referência a imagem do Éden e do Pecado Original. Conf. Claeys, 2013, p. 107.

democrático de sociedade. Posteriormente, sua influência também seria presente no romantismo, que propõe o regresso a um estado de natureza mais “puro” e “verdadeiro”, negando as convenções sociais existentes em nome de uma moral que revitalize o indivíduo – restaurando sua paixão e virilidade imanentes. Sobre isso, Lúcia Lippi Oliveira (1990) comenta que:

O mundo moderno comporta duas grandes avaliações sobre seu progresso. Uma delas o interpreta como a vitória da luz, do saber, do conhecimento e da verdade sobre as trevas, a superstição, a ignorância e o erro. A outra vê a história como um processo de declínio, de decadência moral do homem. Para a primeira a história do Ocidente significou um avanço da igualdade e da racionalidade. Para a segunda, as consequências do progresso foram muito pesadas, incluindo a anomia, a alienação. Rousseau como que partilha destas duas interpretações: deseja o progresso, mas critica seu preço (Oliveira, 1990, pp. 35-36).

Perspectivas como estas fundamentaram novas formas de se compreender o passado, concebendo a queda de civilizações anteriores como uma etapa necessária para o surgimento de outras, mais completas e realizadas. Para outros, esse movimento cíclico — ainda que ascendente — permite a constatação de que há limites para o progresso que uma sociedade pode alcançar, sugerindo que mesmo uma formação social tão complexa e engenhosa como a europeia poderia, eventualmente, decair. Muitos desses autores titubeavam diante da Revolução Francesa, cujo apelo e violência sem precedentes ameaçavam a integridade das instituições burguesas já estabelecidas. Nesse sentido, destacam-se os conservadores ingleses, entre os quais Edmund Burke (1729-1797) e Thomas R. Malthus (1766-1834), que não apenas questionavam a ideia de um progresso infinito como, acima de tudo, temiam a aparente ingenuidade e fanatismo de seus defensores.

De acordo com Burke (1992), a “liberdade revolucionária” seria completamente distinta de uma “liberdade prática”, na medida em que a primeira é de caráter abstrato e idealista, sendo alimentada pela paixão, ao passo que a segunda é de caráter realista e concreto, alimentada pela razão. Enquanto o *ethos* revolucionário — baseado nas ideias de Rousseau — busca a superação das convenções e instituições que geram as desigualdades sociais, o *ethos* conservador favorece uma concepção pragmática de liberdade, cuja realização se dá mediante as instituições e convenções da sociedade civil. Assim, a perspectiva de Burke rejeita a noção de perfeição,

classificando as aspirações jacobinas à liberdade, igualdade e fraternidade como abstrações metafísicas produzidas por ideólogos perigosos.

Por seu turno, o reverendo Malthus (1990) fundamentava seu pessimismo a partir de uma questão econômica. Partindo de dois postulados que o autor identifica como “leis fixas da natureza”, sendo o primeiro a necessidade de alimento e o segundo a paixão entre os sexos, Malthus alertou seus contemporâneos sobre o descompasso entre a produção de alimento e crescimento populacional, alegando que, com o aumento descontrolado da natalidade, não haveria condições de suprir o consumo exponencial das pessoas. A princípio, a disputa por espaço e por comida reduziria a população e, conseqüentemente, a miséria. No entanto, os atos de caridade e imoralidade impediam esse processo, intensificando a desigualdade social. Segundo o autor:

Se os homens são induzidos a casar ante uma perspectiva de provisão paroquial, com poucas ou nenhuma possibilidade de sustentarem as famílias em independência, não são apenas injustamente tentados a provocar infelicidade e dependência a eles próprios e aos filhos, mas, sem o saberem, a prejudicar todos os da mesma classe (Malthus, 1990, p. 47).

Nesse sentido, os programas sociais poderiam tornar os pobres acomodados, de modo que eles não apenas seriam levados a ter mais filhos como seriam desestimulados a pensar no futuro, vivendo apenas em função do presente. Segundo Malthus (1990, p. 47), “mesmo quando se lhes depara uma oportunidade para economizar, poucas vezes a aproveitam, e tudo o que excede as suas carências do momento, por assim dizer, vai para a cervejaria”.

Assim, o autor conclui que a desigualdade é não apenas inevitável como necessária à manutenção do desenvolvimento socioeconômico, sendo qualquer esforço para revertê-la — baseado em um suposto ideal de perfectibilidade — ilusório e prejudicial.⁵²

A influência de Malthus foi significativa não apenas no pensamento inglês como em toda Europa e América industrial, sendo utilizado por membros da burguesia para justificar as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo. Posteriormente, sua importância tornou-se ainda

⁵² Sabe-se hoje que Malthus estava equivocado, pois não levava em conta o progresso técnico-científico aplicado à produção de alimentos. Com o advento da indústria alimentar, torna-se claro que o problema da fome e da miséria se deve à má distribuição de recursos, e não os limites de sua produção. Conf. SANTOS, Gildo Magalhães dos. **História e Energia: Memória, informação e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2012.

maior em virtude de sua definição do conceito de “luta pela existência”, designando a disputa entre indivíduos da mesma população pelo acesso a recursos naturais.

É importante lembrar que, por um lado, o romantismo articulou as primeiras críticas ao capitalismo e à sociedade burguesa, questionando a “liberdade prática” defendida pelo liberalismo conservador dos ingleses. No entanto, sua visão decadente da história humana e sua defesa do regresso como solução para as angústias modernas viabilizaram, posteriormente, sua apropriação por movimentos de caráter reacionário — sobretudo a partir das últimas décadas do século XIX, com o advento de um nacionalismo radical.

De todo modo, nesse período destacaram-se autores que buscaram conciliar as tendências conservadora e revolucionária do Iluminismo. O primeiro que convém destacar é Georg W. F. Hegel (1770-1831), cuja filosofia da História se caracteriza por uma concepção racional e determinista de progresso, à luz da qual todos os conflitos entre a esfera coletiva e individual tendem a se resolver através da ação transformadora do indivíduo. Assim, a História — com “H” maiúsculo — consistiria na evolução contínua do “espírito”, referindo-se à consciência humana em busca da liberdade. O fim último desse processo seria o Estado Nacional e a sociedade civil burguesa, representando, na visão de Hegel, a perfeita conciliação — ou, mais precisamente, a *síntese* — entre as formas particular e universal da consciência. Nesse sentido, o sistema hegeliano foi essencial para a fundamentação filosófica do Estado-nação, bem como a legitimação da hegemonia europeia, na medida em que a Europa se destaca como o destino da História Universal, sendo o referencial histórico de todos os povos “atrasados”.

Partindo dessa teoria, Karl Marx (1818-1883) também propôs uma filosofia da História baseada na ideologia do progresso. No entanto, ao contrário de Hegel, sua força motriz não era a “consciência”, mas sim a luta de classes, operando no campo da economia. Segundo Marx, desde as primeiras formações sociais, os indivíduos se organizam com o fito de produzir seus meios de subsistência. Nesse processo, uma classe se institui como dominante, concentrando poder político e econômico através da exploração das demais. A reprodução desse sistema se dava não apenas pela coerção como também pela cooptação das classes exploradas, o que seria possível através do que Marx definiu como ideologia: uma percepção falsa da realidade, cuja função é dissimular suas contradições, apresentando estas como naturais e necessárias. Porém,

as contradições se tornariam tão discrepantes que as classes oprimidas assumiriam consciência de si, rebelando-se contra seus dominadores. Dessa forma, o capitalismo, o Estado e a sociedade civil não seriam o fim da História, mas sim o último estágio a ser superado; através da revolução proletária, instituir-se-ia o modo de produção “comunista”, no qual toda opressão seria extinta. Ao rejeitar noções metafísicas como “espírito” e “consciência”, abordando processos da vida material ao invés da espiritual, sua visão veio a se chamar materialismo histórico — ou socialismo “científico”, contrapondo o “utópico”.

O sociólogo Herbert Spencer (1820-1903) também compreendia o progresso à luz do conflito. Contudo, diferente de Marx, Spencer era um conservador. Sua filosofia da História se inspirou nas teorias de Malthus e Darwin, promovendo a tese de que os conflitos entre indivíduos e grupos sociais refletem a mesma “luta pela existência” que observamos na natureza. Assim, o capitalismo representava o resultado lógico de um processo evolutivo, mediante o qual as camadas “superiores” prevaleceram sobre as mais “fracas”. O rico, portanto, seria o beneficiário inocente de um sistema cuja superioridade havia sido comprovada pelas “leis naturais”, sendo inútil questioná-lo. Sua tese ficou conhecida como *darwinismo social*.

Por fim, destaco as ideias de Auguste Comte (1798-1857) sobre o assunto. Discípulo de Henri de Saint-Simon, Comte ficou conhecido por ter fundado a escola positivista, cuja tese também busca uma conciliação entre a tradição radical e pragmática do Iluminismo. Segundo Comte, o progresso material e moral do ser humano estariam evoluindo no mesmo ritmo, sendo impulsionados pelo desenvolvimento espetacular da ciência e da técnica. Assim, assumindo a evolução do conhecimento como referência, a história seria dividida em três etapas: primeiro, a fase religiosa; em seguida, a metafísica; por fim, a fase positivista (às portas da qual a Europa industrial já se encontrava). Seu sonho era de que um dia a Humanidade — com “H” maiúsculo — se tornasse uma, organizando-se a partir de um conjunto limitado e simples de princípios tidos como universalmente verdadeiros e empiricamente validáveis. Com isso, consolidar-se-ia a fase positivista como uma nova ordem mundial, inaugurando uma era de ordem e progresso.

Independentemente de seu *status* como conservadores, otimistas, românticos ou “conciliadores”, todos esses autores contribuíram para a formação do imaginário utópico moderno, traduzindo uma experiência temporal marcada pela noção de aceleração, valendo-se

de conceitos como esperança, felicidade e autodeterminação, assim como prudência e pragmatismo. Todos acreditavam na possibilidade de se construir um mundo novo, refletindo alteridades que poderiam assumir formas tanto inclusivas como restritivas. Por isso, ainda que um autor como Marx se opusesse ao pensamento “utópico”, associando-o — tal como muitos de seus contemporâneos o fizeram — à tradição metafísica, sua alteridade representa claramente um “fim da História”, no âmbito da qual todas as contradições e dissimulações seriam dissolvidas, promovendo o reencontro do sujeito consigo.

Da mesma forma, Malthus e Burke poderiam condenar os excessos da Revolução Francesa, mas não duvidavam do progresso como realidade inevitável, apontando para caminhos até então desconhecidos. Nesse sentido, o pensamento conservador foi instrumental para a associação lógica entre utopia e distopia no imaginário moderno, estabelecendo entre ambas uma relação determinista de causa e efeito. Daí a suspeita constante em torno dos ideólogos que tanto especulam, mas não levam em conta a prática, promovendo seus ideais quiméricos em detrimento do bem comum. Consequentemente, o resultado seria apenas um — o regresso à barbárie —, de modo que a revolução, tal qual Saturno, devoraria seus filhos.⁵³

De todo modo, a despeito da inclinação pessimista ou otimista, o fato é que o progresso não era algo meramente teorizado como inevitável, mas principalmente *sentido*, sobretudo a partir do período definido pelo historiador Eric Hobsbawm como a “Era do Capital” (1848-1875). De acordo com o autor:

O drama mais óbvio desse período foi econômico e tecnológico: o ferro derramando-se em milhões de toneladas pelo mundo, serpenteando em estradas de ferro que cortavam continentes, cabos submarinos atravessando o Atlântico, a construção do Canal de Suez, as grandes cidades, como Chicago, surgidas do solo virgem do meio-oeste americano, os imensos fluxos migratórios. Era o drama do poder europeu e norte-americano, com o mundo a seus pés. Mas aqueles que exploraram esse mundo conquistado eram, se excluirmos o pequeno número de aventureiros e pioneiros, homens sóbrios em roupas sóbrias, espalhando respeitabilidade e um sentimento de superioridade racial juntamente com gasômetros, estradas de ferro e empréstimos.

⁵³ Um dos críticos mais famosos da utopia revolucionária é o filósofo da ciência, Karl Popper. Sua rejeição se fundamenta na ideia de que o pensamento utópico, ao propor um ideal absoluto de perfeição, tende ao irracionalismo. Desse modo, o indivíduo se torna propenso a levar a cabo ações cada vez mais radicais, tendo em vista a adequação da sociedade a parâmetros cuja racionalidade jamais será plena. Como solução, o Popper propõe que as iniciativas transformadoras devem visar pautas específicas, reformando a sociedade a partir de casos concretos ao invés de abstrações quiméricas. Conf. POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

Era o drama do *progresso*, a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si, satisfeito, mas acima de tudo inevitável (Hobsbawm, 2021, p. 25, itálico do autor).

De fato, como anteriormente citado, o desenvolvimento da ciência e da técnica foi essencial para o surgimento da ideia de progresso no Ocidente. Segundo o historiador Reinhart Koselleck,

Passou a ser uma tese universal da experiência das invenções científicas e de sua aplicação industrial que elas permitem esperar novos progressos, que não podem ser previstos de antemão (...) O futuro, mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um mundo novo. Ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e expectativa (Koselleck, 2012, p. 321).

Com efeito, o conceito de aceleração do tempo, que até meados do século XVII ainda era relacionado ao Juízo Final, consolida-se, no final do século XVIII e doravante no seguinte, como um conceito relacionado à ideia de esperança. Assim, por mais conservador ou até reacionário que fosse o observador, o progresso — ao menos no sentido material — tendia a ser representado como uma força avassaladora e inevitável, operando de acordo com leis naturais tão absolutas como aquelas da física ou da biologia. Não era incomum, portanto, que a palavra de ordem mais utilizada fosse “fé” no progresso, de modo que, segundo o historiador Paulo Rossi,

Essa fé repousava basicamente sobre três convicções: 1. Na história está presente uma lei que tende, através de graus ou etapas, à perfeição e à felicidade do gênero humano; 2. Tal processo de aperfeiçoamento é geralmente identificado com o desenvolvimento e com o conhecimento científico e da técnica; 3. A ciência e técnica são a principal fonte do progresso político e moral, constituindo a confirmação de tal progresso. (...) Nesse mundo o “sucesso” parece baseado nas ilimitadas capacidades criativas do homem; a ideia de luta e de conquista se associa ao culto pelo *homo faber* capaz de domesticar a natureza e de civilizar os povos bárbaros; a sensação de aventura no grande jogo da sociedade e na grande competição entre homem e a natureza acompanha a fé na continuidade e na eternidade do *regnum hominis*. (Rossi, 1996, pp. 95-96, Itálico do autor).

No entanto, se a força motriz desse progresso material era a ciência e a técnica, o progresso político teria como mola propulsora o nacionalismo, tendo como *locus* o Estado Nacional fundado pela Revolução Francesa.⁵⁴

⁵⁴ É importante ressaltar que o Estado moderno — como entidade político-administrativa dotada de burocracia, exército permanente, polícia e sistema tributário nacional — começa a ser gestado no final da Idade Média,

2.2. Nações e nacionalismos

É necessário destacar que não existe apenas uma definição de nação e nacionalismo, mas sim várias, contemplando teorias e movimentos sociais que surgem a partir da Revolução Francesa e se desdobram ao longo do século XIX. Para compreender esses significados e sua evolução histórica, me valho das contribuições de Eric Hobsbawm (1990; 2019a; 2019b; 2021), Lúcia Lippi Oliveira (1990) e Benedict Anderson (2008).

Em primeiro lugar, convém recorrer a uma definição de caráter antropológico, calcada nos estudos sobre imaginário. Segundo Lúcia Lippi Oliveira,

A procura das origens do ser humano, a busca de uma genealogia que situe o homem no espaço e no tempo fazem parte do universo simbólico de todos os povos, como nos mostra a universalidade das construções dos "mitos de origem". As origens comuns facilitam as aproximações e as cisões entre grupos e indivíduos. A inserção dos indivíduos em uma esfera denominada nação pode ser pensada como uma forma moderna deste processo mais amplo de busca ou construção de origens comuns. O nacionalismo corresponde a uma vertente político-cultural desta questão filosófica e antropológica mais geral (Oliveira, 1990, p. 13).

Nesse sentido, “nação” não é um conceito científico, mas sim um “conceito que pretende legitimar uma dada construção social da realidade”, de modo que a nação como ideologia “será tomada como um sistema de crenças que pretende garantir a integração coletiva, ou seja, como um sistema de signos comunicados” (Oliveira, 1990, p. 21). Portanto, seria correto afirmar que a ideia-imagem de “nação” tem como finalidade a integração social, favorecendo a mediação, justificação e legitimação da ação social — tal como descritas por Paul Ricoeur.

Reiterando esse argumento, Benedict Anderson salienta que, ao contrário da maioria dos “ismos”, o “nacionalismo” é um conceito desprovido de uma base teórica formal, definida a partir de um ou mais autores – tais como Hobbes, Tocqueville, Weber, Marx etc. Nesse sentido,

efetivando-se com o término da Guerra dos 30 Anos (1618-1648). Conf. HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções** (1789-1848). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019a; ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: editora UNESP, 2016; CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. São Paulo: contexto, 2006; KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2009.

é um fenômeno de aspecto “vazio”, refletindo sistemas variados de crença e valor, assim como visões políticas distintas. Para o autor, a nação seria, antes de tudo, aquilo que poderíamos chamar de uma “comunidade imaginada”, de caráter intrinsecamente soberano e limitado. Seria “imaginada” porque, independentemente de seu tamanho, seus membros “jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (Anderson, 1990, p. 32); seria limitada porque, mesmo a maior delas possui “fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações” (Anderson, 1990, p. 33); seria também soberana, uma vez que “o conceito surgiu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina” (Anderson, 1990, p. 34); e, por fim, seria uma comunidade, pois, “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Anderson, 1990, p. 34).

Assim, ao favorecer a integração de uma coletividade, a nação se afirma como ideologia, legitimando os modelos vigentes de organização social e política. Porém, considerando seu estatuto como uma “comunidade imaginada”, é possível questionar em que sentido essa ideia-imagem representa ou pode representar uma alteridade ideal, justificando uma ação social transformadora. Creio que a resposta para essa pergunta pode ser encontrada nas reflexões de Baczkó sobre utopia. Segundo o historiador, são nos momentos de crise que se constata uma produção maior e mais intensa de imaginários sociais concorrentes, de modo que “as representações de uma nova legitimidade e de um futuro distinto proliferam”, ganhando “tanto em difusão como em agressividade” (Baczkó, 1998, p. 29, tradução nossa). Dessa forma, pode-se afirmar que a imagem da nação assume a forma de uma alteridade ideal em situações de crise, justificando a reorganização da vida social e política a partir de um novo estatuto simbólico de ordenamento.

Essa constatação encontra respaldo na definição de nacionalismo proposta por Lúcia Lippi Oliveira. Segundo a autora, o nacionalismo pode ser definido como uma “ideia-força” capaz de impulsionar a organização social de um povo a partir de critérios políticos ou culturais de autorreconhecimento. Por isso, seria possível distinguir dois tipos de nacionalismo: o político,

que assume como referência o legislador — o homem de Estado — no processo de constituição da nação, e o cultural, que é compreendido como um movimento de ideias e de ação que visa à construção simbólica da nação, de modo que o “espírito” ou “caráter nacional” sejam tidos como resultado das forças internas e espontâneas que regem uma coletividade e seu desenvolvimento. Ambos têm sua origem no final do século XVIII, no contexto de consolidação do Estado moderno durante Revolução Francesa, mas se desenvolvem de formas distintas no século seguinte, sendo apropriados por movimentos tanto revolucionários como reacionários. A seguir, abordarei esse processo de formação e distinção.

Segundo Oliveira, o aparecimento do nacionalismo político se dá em um primeiro momento, constituindo-se como ideia-força encarregado de integrar as populações em uma *comunidade política*. Partindo dos movimentos revolucionários pela conquista das liberdades individuais, esse nacionalismo “eliminava diferenças e privilégios de base aristocrática dentro de um mesmo território, e implicava a adesão formal do indivíduo ao Estado, a existência e o respeito a leis comuns e o direito à cidadania” (Oliveira, 1990, p. 30). Dessa forma,

A nação nascida da Revolução Francesa tinha como referência primordial um conceito político territorial, cuja base era a existência de uma lei comum e da cidadania. Os fundamentos desta comunidade política residiam na vigência de leis que protegiam todos os cidadãos, unidos no mesmo interesse e desfrutando dos direitos naturais do homem (Oliveira, 1990, p. 31).

Complementando a autora, Hobsbawm afirma que, a princípio, designa-se como nação “o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (Hobsbawm, 1990, p. 31). Assim, ela é compreendida como uma entidade indissociável da noção de cidadania e da participação da massa, aludindo à equação “nação = Estado = povo”.⁵⁵ Daí o emprego do conceito de “autodeterminação” ou “princípio de nacionalidade” pela burguesia revolucionária das primeiras décadas do século XIX, referindo-se ao direito universal de qualquer povo — uma vez reconhecendo-se como soberano — formar um Estado Nacional.

Hobsbawm também destaca que, nesta primeira fase, não há critério objetivo de definição de “povo”. O único critério válido se baseia na ideia de um conjunto de indivíduos

⁵⁵ Hobsbawm, 1990, p. 32.

independentes, organizados politicamente nos moldes institucionais do Estado moderno, mediante os quais os cidadãos expressam seu interesse público. Assim, “o que caracterizava o povo-nação, visto de baixo, era precisamente o fato dele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio” (Hobsbawm, 1990, p. 32). Por isso, os franceses concediam nacionalidade para qualquer um que fosse cidadão francês, independentemente do grupo étnico, religioso ou nacional ao qual o indivíduo pertencia originalmente. Com efeito, trata-se de um conceito revolucionário-democrático de nação, pautado em pressupostos de caráter universalista e igualitário, passíveis de reprodução — ao menos em tese — em outras sociedades.⁵⁶

No entanto, em um segundo momento, fundam-se os alicerces de um nacionalismo baseado em critérios formais, como língua, passado comum, costumes e etnicidade, adotando o conceito de cultura como seu princípio norteador. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira, essa tendência surge na Alemanha, assumindo como referência a experiência histórica do Estado prussiano. Diante da ausência de um processo revolucionário nos moldes do que ocorreu na França, assim como das consequências da ocupação napoleônica, o romantismo alemão cumpre um papel de destaque no desenvolvimento dessa vertente, sobretudo pela contribuição de grandes poetas e pensadores de influência iluminista, como Goethe, Herder, Schiller e Kant. O nacionalismo cultural que daí se origina assume como pressuposto o conceito revolucionário-nacionalista⁵⁷ de nação, à luz do qual nega-se a liberdade individual como critério de reconhecimento e organização nacional. Logo, a união dos membros de uma coletividade não se daria a partir de seu direito de optar pelos modelos de organização e representação política, mas sim a partir de um “espírito nacional” que se destaca como *locus* de valores, tradições e condutas.

De acordo com Hobsbawm, a equação “Estado = nação = povo” ajustava-se tanto ao conceito democrático como nacionalista de nação. No entanto,

(...) para os nacionalistas a sua inclusão na criação de entidades políticas derivava da existência anterior de algumas comunidades distintas de outras, estrangeiras, enquanto que para a visão revolucionário-democrática o conceito central era o de soberania do povo-cidadão = Estado, a qual constituía uma “nação” em relação ao restante da raça humana (Hobsbawm, 1990, p. 35).

⁵⁶ Ibid., 1990, p. 35.

⁵⁷ Ibid., 1990, p. 35.

Ao mesmo tempo, como demonstra Oliveira, a distinção entre as duas vertentes do nacionalismo guarda relação com o desenvolvimento histórico dos conceitos de cultura e civilização no pensamento ocidental. De acordo com a autora, “cultura” se referia inicialmente ao cultivo do solo, ao passo que “civis” se referia ao status do cidadão. Contudo, os conceitos se transformam, de modo que cultura passa a designar as singularidades de um determinado povo, ao passo que a ideia de civilização é temporalizada, sendo compreendida como um processo contínuo e cumulativo de aprimoramento social, balizado pelos avanços técnico-científicos. Dessa forma, enquanto o primeiro se define por sua particularidade, implicando “a ideia de caminhos específicos de cada povo”, o segundo se define por sua universalidade, “referindo-se à evolução do gênero humano”. Sob essa perspectiva, “a civilização apaga as diferenças e acentua o que é, ou deveria ser, comum entre os povos” (Oliveira, 1990, p. 40), enquanto a cultura realiza a operação inversa. A esse respeito, a autora acrescenta que

O conceito de civilização, ao envolver a noção de avanço de uma sociedade sobre os séculos anteriores e sobre as demais sociedades contemporâneas, representou uma expressão da consciência ocidental, presente na história da aristocracia européia em geral e francesa em particular. O conceito de cultura, por sua vez, pretendeu dar conta da consciência de uma nação obrigada a se perguntar sobre sua característica específica e a consolidar suas fronteiras políticas (Oliveira, 1990, p. 41).

Por fim, para exemplificar essa diferença, a autora compara as contribuições de Rousseau e Johann Gottfried Herder (1734-1803). Ambos recusam o seu tempo ao criticar a alienação produzida pela sociedade civil. Porém, enquanto “Herder pretende construir a nação pela recuperação de valores pertencentes à tradição de grupos primários”, Rousseau assume como pretensão “a construção de uma nova sociedade civil”. Assim, “O primeiro constrói a nação no espaço da ‘cultura’, o segundo, no espaço de uma nova ‘civilização’” (Oliveira, 1990, p. 40).

Na medida em que ressalta a singularidade dos povos, o nacionalismo se transforma ao longo do século XIX. Se no início prevalecia um ideal revolucionário-democrático de nação, atribuindo a todos os povos a oportunidade e direito de fundarem um Estado Nacional, a partir de um determinado momento já não era mais considerado conveniente — ou mesmo possível — que todos fossem igualmente contemplados por esse *telos* político. De acordo com Hobsbawm, esse processo tem início com a atribuição de um novo sentido ao “princípio de

nacionalidade”, pautado no ideal iluminista de “autodeterminação dos povos”.⁵⁸ Entre as décadas de 1830 e 1880, esses conceitos são ressignificados à luz de novas circunstâncias políticas que emergem no cenário europeu. Nesse período, surgira uma profusão de movimentos nacionalistas reivindicando o direito de formar Estados independentes, resultando na formação de novas potências (Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro), assim como numerosas entidades políticas menores, do Oeste da Bélgica aos Estados que sucederam os otomanos no Sudeste europeu (Grécia, Sérvia, Romênia, Bulgária).⁵⁹ Enquanto isso, os Estados que se consolidavam e se industrializavam se destacavam em relação aos demais, impondo suas regras na esfera econômica e política. Questionava-se, pois, quais populações europeias reconhecidas como “nacionalidade” poderiam tornar-se um Estado e quais dos numerosos Estados poderiam ser imbuídos do caráter de “nação”.

Com essas questões em vista, Hobsbawm busca definir uma teoria mais ou menos coerente sobre o conceito de nação em meio às controvérsias do século XIX. Baseando-se nas contribuições de economistas alemães a uma escola de pensamento nacionalista que começa a surgir no período,⁶⁰ o autor destaca dois aparentes requisitos para o reconhecimento de um Estado Nacional. O primeiro deles seria de que o “princípio de nacionalidade” serviria apenas para nacionalidades de um certo tamanho, caracterizando formações sociais que fossem consideradas unidades “viáveis” de desenvolvimento econômico e cultural, possuindo um contingente populacional expressivo. Este seria o “princípio do ponto crítico”, que determinaria os limites e condições da reivindicação a um Estado nacional.⁶¹ O segundo requisito — coextensivo do primeiro — consiste na expectativa de que os Estados nacionais deveriam ser

⁵⁸ Hobsbawm, 1990, pp. 43-44.

⁵⁹ *Ibid.*, 1990, pp. 35-36.

⁶⁰ Nesse âmbito, Hobsbawm aborda o debate que se desdobra entre economistas da escola clássica, contrários à intervenção do Estado na economia, e da escola intervencionista, favoráveis à intervenção do Estado. Enquanto a primeira, ao menos em tese, pressupunha a oposição entre iniciativa privada e Estado, a segunda pressupunha a adoção de um programa econômico nacionalista a fim de promover a industrialização e autonomia nacionais. Segundo Hobsbawm, a vertente nacionalista foi particularmente influente na Alemanha, sobretudo a partir de um grupo de economistas chefiados por Friedrich List (1789-1846). Conf. Hobsbawm, 1990, p. 42.

⁶¹ De acordo com Hobsbawm, o “princípio do ponto crítico” foi útil para impedir que muitos Estados Nacionais se estabelecessem na Europa, o que ameaçaria a unidade política dos impérios que se formavam. No entanto, o sentido do conceito seria transformado no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial a partir da leitura do presidente norte-americano, Woodrow Wilson (1856-1924).

formados a partir de processos de expansão e unificação, reunindo várias nacionalidades sob a hegemonia de uma ao invés de originar vários Estados pequenos independentes.

Contudo, na prática, sobressaem-se três critérios para uma nacionalidade ser considerada uma nação: primeiro, “sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável”; segundo, a “existência de uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito” (caso da reivindicação italiana e alemã); e terceiro, “uma provada capacidade para conquista” (Hobsbawm, 1990, p. 49), remetendo à imagem do Estado imperial, capaz de reunir e consolidar diversos povos sob seu domínio direto ou indireto.

Assim, o pensamento liberal entre as décadas de 1830 e 1880 transforma o caráter o universalista do “princípio de nacionalidade”, definindo “nação” a partir de critérios de natureza política, econômica e geográfica. Hobsbawm lembra, por outro lado, que nenhum desses requisitos tem relação com a concepção de nação enquanto unidades baseadas na etnicidade, língua ou história comum, ainda que se pressuponha — na maioria dos casos — o domínio de uma nacionalidade sobre outras consideradas “menores”, favorecendo o progresso político e econômico sob uma única matriz. Em geral, compreendia-se a incorporação de culturas regionais a um Estado Nação maior como um fenômeno próprio do processo civilizatório europeu, obedecendo às chamadas “leis do progresso”.⁶² Essa mentalidade também se refletia no uso do darwinismo social como justificativa para a implantação de domínios imperiais, argumentando que submissão dos fracos pelos fortes era uma etapa natural — e, portanto, necessária — do progresso social.

Segundo o historiador, essas concepções integravam a ideologia liberal em dois níveis fundamentais. Em primeiro lugar, compreendia-se o desenvolvimento das nações como uma fase natural do progresso e da evolução humanas, partindo dos modelos mais simples aos mais complexos de organização social (da família à tribo, do grupo à cidade e da nação ao mundo unificado do futuro). Essa ideologia do progresso, portanto, pressupõe um componente utópico patente, aludindo a um futuro em que esse processo civilizatório tornaria o mundo um. Em razão disso, em um segundo nível, essas concepções se associavam à ideologia liberal na medida em

⁶² Hobsbawm, 1990, p. 47.

que fazem referência aos slogans por liberdade, igualdade e fraternidade, anunciando a esperança de que essas associações, apesar de maiores, se tornariam cada vez mais duráveis.

De todo modo, o nacionalismo passa por uma segunda transformação entre as décadas de 1870 e 1914. Os quarenta anos que precederam a Primeira Guerra Mundial foram marcados pela chamada “questão nacional”, que se fez presente não apenas na Europa e nos Estados Unidos como na Ásia e na América Latina — incluindo o Brasil. Aos poucos, o nacionalismo deixa de ser associado a movimentos democráticos e revolucionários que visam à construção de modelos mais igualitários de representação política, cedendo espaço para concepções mais excludentes, fechadas e autocentradas de sociedade. Multiplicam-se os movimentos nacionalistas de resistência ao domínio imperial ou em regiões sob sua influência, gerando uma profusão de povos exigindo um programa de construção nacional (povos armênios, georgianos, lituanos, judeus, macedônios, albaneses, croatas, galeses, bascos e catalães, por exemplo). Ao mesmo tempo, o nacionalismo étnico surge no final do século XIX, sustentado, na prática, pela “crescente e maciça migração geográfica” e, na teoria, pela “transformação da ‘raça’ em conceito central das ciências sociais” (Hobsbawm, 1990, p. 131), de modo que os conceitos de “raça” e “nação” eram frequentemente empregados como sinônimos. Em meio às transformações sociais aceleradas, impulsionadas pelo avanço da industrialização e da urbanização, grupos tradicionais se sentiram ameaçados à medida que outros surgiram, formando identidades particulares a partir de novas experiências. A diversidade de encontros gerou desencontros, estimulando comparações entre o tratamento de um grupo em relação ao de outro, fomentando discriminação, preconceito e intolerância. Nesse âmbito, constataram-se três consequências: 1) o abandono do “princípio do ponto crítico”, de modo que qualquer coletividade que se considerasse uma “nação” demandaria o direito à autodeterminação; 2) “a etnicidade e a língua tornam-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo unívoco para a existência de uma nação potencial” (Hobsbawm, 1990, p. 126); 3) uma mudança no direito político à nação e à bandeira, para o qual o termo “nacionalismo” foi de fato cunhado na última década do século XIX.

Ao mesmo tempo, na literatura, na música, na pintura e nas artes plásticas, o romantismo servia de referência para a criação de novas identidades nacionais, destacando

certos traços físicos, culturais, religiosos e históricos como “singulares” de um determinado povo. A ideia de um “mito de origem”, o enaltecimento de “heróis” que teriam contribuído para o processo civilizatório de cada povo e a escolha de uma figura que representasse o “bom selvagem” (o índio, o cavaleiro, o samurai, o *cowboy*) são articulados dentro de narrativas que buscam registrar a “história oficial” da nação, conferindo aos indivíduos critérios históricos e ideológicos de autorreconhecimento. Sobre isso, Lúcia Lippi Oliveira afirma que

A ligação do nacionalismo com o romantismo fez a nação ser concebida como uma entidade emotiva, símbolo da singularidade, à qual todos os homens deveriam se integrar. O conservadorismo trouxe para o nacionalismo o desenvolvimento de sentimentos nacionais baseados na tradição histórica (Oliveira, 1990, p. 43).

Por outro lado, a adoção de critérios mais restritivos de nacionalidade — tais como língua, etnia, religião, história, território — também se dava em virtude da necessidade de assegurar a unidade político-administrativa do Estado Nação diante das transformações sociais que se impunham sobre os modelos tradicionais. Com efeito, institui-se um conjunto de valores, costumes, crenças e visões de mundo como “nacionais”, identificado por rituais e emblemas específicos, tais como a bandeira nacional, o hino, as datas comemorativas, as cerimônias de coroação e os desfiles militares.⁶³ Segundo Hobsbawm:

As autoridades — numa época sempre mais democrática, não podendo confiar mais na submissão espontânea das ordens sociais aos que lhe eram socialmente superiores, à maneira tradicional, ou na religião tradicional, como garantia eficaz de obediência social — necessitavam de um modo de ligar os súditos do Estado contra a subversão e a dissidência. “A nação” era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade ao Estado — para a religião, para a nacionalidade e para a etnia não identificados com o Estado, e talvez, acima de tudo, para a classe (Hobsbawm, 2019b, p. 233).

Assim, à medida que os antigos modelos de socialização entravam em declínio, tornando as aldeias e vilas obsoletas diante da industrialização e crescimento das cidades, a comunidade imaginária da “nação” torna-se o novo referencial de coesão social. Em meio ao desencantamento gerado pela sociedade de massas, na qual o indivíduo se diluí nos padrões

⁶³ Hobsbawm, 2019b, p. 167.

coletivos de comportamento e consumo, essa *comunidade imaginada* constitui a base para uma nova relação de pertença, mediante a qual novos afetos e paixões são mobilizados. Um desses afetos seria o amor à pátria e aos seus conterrâneos, assim como o medo e agressividade diante dos inimigos internos e externos que ameaçam o corpo social de desintegração.

Por isso, é nesse momento que as ideologias da decadência são majoritariamente adotadas por grupos conservadores ou mesmo reacionários, identificados com uma direita racista, preocupada com a conservação ou restauração de um ideal de pureza racial historicamente fundado. Segundo essa visão, a civilização ocidental, a despeito de seus avanços na vida material e na ciência, passava por um processo de decadência moral decorrente da degeneração racial. O pessimismo foi essencial para essa corrente de pensadores, cuja crítica à modernidade era articulada por movimentos nacionalistas que buscavam distinguir seu povo em relação a outros tidos como inferiores — tanto no sentido físico como moral. Ao seu ver, a solução para esse problema seria a fundação de um Estado Nacional racialmente puro, apto a competir com os demais por colônias e recursos naturais — aquilo que chamavam de “espaço vital” (*Lebensraum*). Especialmente influente na escola histórica e geográfica alemã, essas ideias posteriormente formariam a base da ideologia nazista.

Tendo em vista esse longo processo, seria contraproducente compreender os nacionalismos e as diferentes definições de nação como ideologias nefastas, cuja função principal — ou exclusiva — seria dissimular as contradições sociais em benefício de uma classe dominante. Como foi abordado, essa generalização não tem respaldo na realidade antropológica e histórica da nação, cujo estatuto de “comunidade imaginada” permitiu diversas apropriações, a depender do projeto político e das demandas particulares de cada nacionalidade. Essa plasticidade é o que permitiu uma ideologia identificada com movimentos liberais e radicais, fundados na tradição da Revolução Francesa, ser convertida em favor de uma extrema direita racista, contrária a estes ideais. Além disso, ainda havia nacionalismos de esquerda e outros indiferentes a ambos os polos do espectro político.⁶⁴ Justamente por isso, Oliveira (1990, pp. 43-44) afirma que o nacionalismo

⁶⁴ Hobsbawm dá exemplos de grupos marxistas que se valeram do nacionalismo para fins de mobilização social e política. Em muitos casos, o nacionalismo e a identidade de alguém como socialista revolucionário sequer era compreendido como uma contradição, como é o caso de figuras do nacionalismo irlandês e vietnamita. Para os intelectuais marxistas, a “questão nacional” se destacaria como um dos maiores temas de debate na passagem entre

foi “determinado pelos problemas que cada nação enfrentou ao procurar a realização de um destino comum que proporcionasse auto-identificação e sentido de pertencimento à sua população”.

Diante dessa variedade, é possível afirmar que houve uma evolução contínua, passando por pelo menos duas ou três fases, porém, é necessário lembrar que as tendências antigas não morrem. Pelo contrário, continuam vivas, sendo apropriadas ou misturadas com as mais recentes a fim de promover, reafirmar ou criticar projetos nação. Portanto, é necessário interpretar o nacionalismo e a ideia de nação como fenômenos formados por mais de uma camada temporal, articulando e rearticulando significados distintos a partir do imaginário. Através desse processo, favorecer-se-ia processos de integração e disrupção em nome de projetos progressistas e conservadores, valendo-se tanto do otimismo revolucionário como do romantismo pessimista; tanto das ideias de progresso como de decadência.

2.3. A questão racial

Não há como compreender esse período sem abordar a questão racial. Formando-se gradualmente a partir de debates envolvendo naturalistas e filósofos no século XVIII, ela se tornaria central na passagem do XIX para o XX, legitimando não apenas um certo *ethos* do *laissez-faire*, mas também os movimentos de expansão imperial e formação de Estados nacionais. Contudo, sua evolução histórica não foi linear, mas sim diversa, desdobrando-se a partir de contribuições tanto teóricas (da antropologia, sociologia e biologia) como ideológicas (do nacionalismo romântico). Nesta seção, faço uma reconstituição desse processo, situando o racismo no contexto de sua disseminação e incorporação em países que, assim como os europeus, desejavam se “modernizar”.

A questão racial tem sua origem no contexto pré-revolucionário do Iluminismo, assumindo como referência a distinção entre povos “bárbaros” e “civilizados”. Nesse âmbito,

os séculos XIX e XX, haja vista o poder de mobilização dos nacionalismos de ultradireita. Conf. Hobsbawm, 2019b, p. 225.

travou-se um debate intenso acerca da inferioridade dos povos “selvagens”, opondo dois grupos: aqueles que a compreendiam como sendo inata (formando uma linha “dura”) e aqueles que a concebiam como resultado do atraso cultural e influência climática (formando uma linha “branda”).⁶⁵ Ambas as tendências assumiam como pressuposto a desigualdade entre grupos humanos, mas se diferenciavam quanto à natureza dessa condição, admitindo ou negando a possibilidade de revertê-la.

Diante dos ideais de liberdade e igualdade proclamados no contexto das Revoluções Francesa e Americana, essa oposição se torna ainda mais acirrada. Por acreditarem na possibilidade de “redenção” de determinados grupos por meio da mudança das condições climáticas e da educação, aqueles de posicionamento mais “brando” defendiam a igualdade política como um direito universal, ao passo que os de linha “dura” frequentemente se valiam de seus argumentos para justificar a manutenção de sistemas sociais e econômicos opressores – como a escravidão.⁶⁶ Desse modo, ainda que a tradição iluminista reconheça a unidade do *gênero* humano (no sentido taxonômico), formam-se duas noções opostas sobre as diferenças que o constituem.

Enquanto Rousseau propunha que os seres humanos seriam essencialmente bons e iguais em seu estado de natureza, valorizando a figura do “bárbaro” por suas qualidades puras e exemplares, outros autores, como o conde de Buffon (1707-1788) e Cornelius de Pauw (1739-1799), argumentavam pela inferioridade inata dos “selvagens”, introduzindo noções como “atraso” e “degeneração”. Segundo a antropóloga Lilia Schwarcz,⁶⁷ se uma abordagem mais “humanista” e “igualitária” prevaleceu no século XVIII, tendo como sua maior expressão os ideais proclamados pela Revolução Francesa, a segunda, de matriz determinista e excludente, torna-se

⁶⁵ O autor admite que os termos “brando” e “duro” constituem um anacronismo, partindo de uma perspectiva moderna sobre o que pode ser considerado “moderado” ou “radical”. No entanto, o autor se vale de ambos como um recurso analítico, favorecendo a organização e compreensão das ideias discutidas. Conf. GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018, p. 18.

⁶⁶ Nesse sentido, é importante destacar que a maioria dos signatários da Declaração de Independência dos Estados Unidos, enaltecidos como os “Pais Fundadores”, eram senhores de escravos. Todos acreditavam que os negros eram inferiores aos brancos e não tinham pretensão de incluí-los em seu projeto de nação. Isso demonstra de forma contundente o escopo limitado dos ideais de liberdade e igualdade, proclamados, à época, como “universais”.

⁶⁷ SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 58.

cada vez mais presente no século XIX, postulando “correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (Schwarcz, 1993, p. 62).

Contudo, é necessário frisar que, em um primeiro momento, a influência crescente dos deterministas não se deu em virtude do espaço político que conquistaram, mas sim de estudos de anatomia comparada. Da mesma forma que as ruínas de civilizações antigas chamavam a atenção dos eruditos para o progresso e declínio das sociedades humanas, a descoberta de fósseis no final do século XVIII chamou a atenção de geólogos e naturalistas para a extinção de espécies. Segundo Hobsbawm:

Se o problema histórico da geologia era o de como explicar a evolução da terra, o do biólogo era duplo: como explicar a formação da vida desde o ovo, a serpente ou o esporo, e como explicar a evolução das espécies. Ambos estavam unidos pela prova evidente dos fósseis, dos quais uma seleção particular podia ser encontrada em determinada camada terrestre e não em outra (Hobsbawm, 2019a, p. 442).

Com efeito, a crença no caráter estático e autossuficiente dos fenômenos naturais — baseada na teologia natural e na mecânica clássica⁶⁸ — começa a ser questionada; gradualmente, a imagem de um mundo harmonioso, governado por leis invariáveis, cede lugar à imagem de uma natureza em transformação. Essa constatação ensejou uma profusão de estudos biológicos e geológicos, introduzindo as noções de diferença, conflito e transformação nas ciências naturais. Logo, através da coleta, classificação e comparação de dados extraídos a partir de estudos anatômicos, os naturalistas começaram a deduzir relações à luz de esquemas lineares — e não mais cíclicos — de causalidade.⁶⁹ O resultado dessa empreitada foram as primeiras teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies.

⁶⁸ A teologia natural consiste na crença de que todos os fenômenos da natureza teriam sido projetados por Deus, sendo operados a partir de leis universais desde a criação do mundo. Essa noção data da Idade Média e sua maior expressão é a figura de Deus como “relojeiro” do universo — apropriada por Isaac Newton para fundamentar a mecânica clássica. Segundo o biólogo Ernst Mayr, a presença da teologia natural foi preponderante durante muitos séculos no Ocidente, sendo efetivamente desqualificada apenas diante da teoria de seleção natural de Darwin — cuja ideia de transformação se baseia em critérios estritamente naturais. Conf. MAYR, Ernst. **The Growth of Biological Thought: Diversity, Evolution and Inheritance**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

⁶⁹ Dessa forma, pode-se afirmar que a temporalização do conceito de História — dando origem à História enquanto processo civilizatório, caracterizado por uma concepção linear e universal de progresso — é correlata à temporalização da própria Natureza, dando origem à Biologia enquanto disciplina científica. A influência da primeira sobre a última — e vice-versa — foi instrumental para o aparecimento do racismo científico. Conf. COLEMAN, William. **Biology in the Nineteenth Century: Problems of Form, Function, and Transformation**. New York: Cambridge University Press, 1999.,

Evidentemente, esse interesse também se aplicava à humanidade, envolvendo duas teorias. A primeira delas, *monogenismo* ou *degeneracionismo*, se baseava na perspectiva “branda”, afirmando que a diferença entre os grupos humanos correspondia a graus variados de degeneração dos povos a partir da queda do Paraíso. Segundo essa visão, a degeneração teria sido menor no caso dos brancos e maior no caso dos negros, somando-se a este processo a influência do clima. Com base nisso, seria possível distinguir entre os monogenistas radicais, que não acreditavam na possibilidade de reverter a degeneração, e os moderados, que admitiam a possibilidade de revertê-la através do clima e da educação. A segunda corrente, *poligenismo*, baseada na linha “dura”, propunha que as raças humanas eram espécies biologicamente separadas, descendendo de mais de um Adão. Com efeito, enquanto o primeiro argumento postulava uma origem *única* da humanidade, o segundo propunha uma origem diversa, considerando que haveria pouco — ou quase nada — de semelhante entre os negros, brancos e qualquer outro grupo racial.

As implicações políticas do monogenismo e poligenismo são variadas e contraditórias. Ainda que os monogenistas se identificassem com valores mais humanistas e igualitários, isso não necessariamente pressupunha uma crítica à escravidão. Da mesma forma, há exemplos de poligenistas que se declararam abolicionistas.⁷⁰ Por outro lado, havia aqueles que faziam questão de não tirar conclusões políticas a partir de seus estudos, evitando vincular — ao menos de forma consciente — suas ideias a movimentos sociais e interesses particulares.

De todo modo, é necessário lembrar que a crença na inferioridade de certos grupos — em especial do negro — era uma crença socialmente partilhada, sendo presente em todos os espaços intelectuais e políticos do Ocidente.⁷¹ Por mais que a igualdade política fosse um tema

⁷⁰ A esse respeito, existe o exemplo do catolicismo, cuja justificativa da escravidão serviu de apoio ao monogenismo. Stephen Jay Gould cita o exemplo dos poligenistas Charles White e Louis Agassiz, os quais, apesar de sua adesão ao determinismo racial, postulando a superioridade inata do branco em relação aos negros, eram contrários à escravidão. Agassiz, em particular, defendia a implementação de um regime de segregação racial. Conf. Gould, 2018, p. 31.

⁷¹ Não apenas cientistas como os maiores patronos da democracia e do liberalismo no século XIX revelaram, em algum momento, opiniões no mínimo pouco lisonjeiras sobre outras etnias, sobretudo os negros. Sobre isso, Stephen Jay Gould cita os exemplos de Benjamin Franklin, Abraham Lincoln, David Hume e Alexander von Humboldt. Mesmo Charles Darwin, apaixonado abolicionista, que criticara os horrores da escravidão durante sua estadia no Brasil, concebia as diferenças entre as raças em termos de inferioridade e superioridade na escala evolutiva. Com efeito, a divergência se referia à igualdade política, versando sobre o grau de inclusão dos negros na sociedade civil. Conf. Gould, 2018, pp. 18-29.

em aberto, a desigualdade entre as “raças” não era. Por isso, ainda que os estudiosos e leigos do período se julgassem neutros e imparciais, negando a influência de fatores externos em sua análise, seus preconceitos os predispunham a adotar critérios racistas de classificação, resultando na elaboração de teorias que — direta ou indiretamente — justificavam os sistemas de opressão. O paleontólogo e divulgador Stephen Jay Gould (2018) chamou esse fenômeno de causalidade invertida, uma vez que não eram os estudos que influenciavam a opinião dos cientistas, mas sim o contrário.

Assim, motivados por seus preconceitos, autores como Georges Cuvier (1769-1832), Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) e Samuel George Morton (1799-1851) publicaram obras de destaque, classificando os grupos humanos em categorias que variavam do inferior ao superior. Nas primeiras décadas do século XIX, essas ideias começaram a ser disseminadas não apenas entre naturalistas, mas também entre círculos intelectuais mais amplos, contemplando a classe média instruída. Por conseguinte, a alteridade — personificada pela figura exótica do “selvagem” — assume formas cada vez mais pitorescas e depreciativas, sendo objeto de fascínio e julgamento do mundo “civilizado”. De acordo com Hobsbawm, esses estudos acarretaram numa

(...) viva explosão de antropometria, principalmente baseada na coleção, classificação e medida de crânios, prática também encorajada pelo estranho *hobby* contemporâneo da frenologia, que tentava determinar o caráter a partir da medição do crânio” (Hobsbawm, 2019a, p. 446, itálico do autor).

Por conseguinte, forma-se a primeira escola de pensamento racial, fundada na nova ciência da antropologia — que por seu turno era uma fusão entre a “antropologia física” (derivada de estudos em anatomia comparada) e a “etnografia” (referindo-se à descrição e comparação de povos considerados atrasados/primitivos).⁷²

De acordo com Hobsbawm, os estudos de anatomia na antropologia física não implicavam necessariamente em noções de superioridade ou inferioridade. Porém, uma vez combinados com estudos sobre a evolução biológica e social da humanidade, assumindo como pano de fundo a visão da História como um processo civilizatório *único*, regido pelas leis do

⁷² Herman, 1997, p. 124; Hobsbawm, 2019a, pp. 445-446; Hobsbawm, 2021, p. 400.

progresso, essa distinção se tornava patente.⁷³ Nesse âmbito, deve-se levar em consideração a influência preponderante da fascinação pelos números, compartilhada por um número expressivo de intelectuais da época. Segundo Gould (2018, p. 65), essa obsessão consistia na “fé em que as medições rigorosas poderiam garantir uma precisão irrefutável e seriam capazes de marcar a transição entre a especulação subjetiva e uma verdadeira ciência, tão digna quanto a física newtoniana”.

No decorrer do século, à medida que a burguesia consolidava sua hegemonia e dava os primeiros passos para a conquista imperialista, as teorias poligenistas influenciava os campos emergentes da sociologia e da psicologia, os quais — junto com a antropologia — se comprometiam a estudar as diferenças sociais e mentais como reflexo da condição biológica. Politicamente, Lilia Schwarcz compreende esse processo da seguinte forma:

Delineia-se a partir de então certa reorientação intelectual, uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade. Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de raça, que em tal contexto cada vez mais se aproxima da noção de povo. O discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo entendido como ‘um resultado, uma reificação dos atributos específicos da sua raça’ (Schwarcz, 1993, p. 63).

Assim, consolidava-se “uma linha de análise que cada vez mais se afastava dos modelos humanistas, estabelecendo rígidas correlações entre conhecimento exterior e interior, entre a superfície do corpo e a profundidade de seu espírito” (Schwarcz, 1993, p. 65).

Nesse sentido, a publicação da obra *A Origem das Espécies* (1859) pelo naturalista inglês, Charles Darwin (1809-1882), representou um marco significativo. O debate evolucionista se desdobrava — tanto na geologia como na biologia — desde o final do século XVIII. Entretanto, até a meados do século XIX os geólogos já haviam acumulado indícios o suficiente para convencê-

⁷³ Hobsbawm, 2021, p. 400.

los acerca da evolução geofísica, refutando hipóteses como a do *catastrofismo*,⁷⁴ defendida por Cuvier, e do *netunismo*,⁷⁵ defendida por adeptos da versão bíblica.⁷⁶

Porém, quanto à biologia, o debate se mantinha em aberto. Entre as diversas teorias evolucionistas, nenhuma delas explicara o fenômeno de forma sistemática, abordando os problemas da origem e da extinção das espécies.⁷⁷ Nesse sentido, a teoria de seleção natural, proposta por Darwin, foi fundamental. De acordo com ela, em toda população há indivíduos cujas características lhes conferem vantagens frente às adversidades impostas pelo meio e pela disputa por recursos. Com o passar do tempo, esses indivíduos seriam selecionados em detrimento dos demais, transmitindo suas características às gerações futuras.

Para a burguesia industrial da Inglaterra e dos Estados Unidos, uma teoria que representava a Natureza como um ambiente hostil e cruel, habitado por indivíduos que sobreviviam às custas de outros, era conveniente por razões óbvias. Essa imagem lhes permitia conferir ao capitalismo uma racionalidade incontestável, fundamentada numa concepção dogmática de ciência. O principal articulador dessa concepção foi o sociólogo e biólogo inglês, Herbert Spencer, cujo contato com as ideias de Darwin o levou a conceber as desigualdades e contradições do capitalismo como subprodutos de uma lei natural. Nesse sentido, a seleção natural não se aplicava apenas aos animais, mas também à humanidade como um todo, favorecendo a “sobrevivência dos mais fortes”.

As ideias de Spencer também se ajustavam à ideologia do progresso, postulando uma visão determinista do processo civilizatório, segundo a qual as raças “inferiores” haveriam de perecer frente às “superiores”. Nessa perspectiva, a cruzada histórica da civilização contra a barbárie nada mais era do que a realização de um princípio lógico e inevitável, sobrepujando os

⁷⁴ O catastrofismo foi uma teoria geológica que compreendia a formação do espaço geofísico como um processo caracterizado por transformações abruptas e catastróficas. Era a hipótese defendida por Cuvier, o qual se opunha às teorias evolucionistas na biologia.

⁷⁵ O netunismo foi uma teoria geológica que compreendia a formação das rochas a partir da cristalização dos minerais nos primeiros oceanos da Terra. Tanto essa interpretação como o catastrofismo se alinhavam à versão das Escrituras.

⁷⁶ Hobsbawm, 2019a, p. 443.

⁷⁷ A teoria proposta pelo naturalista francês, Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), usualmente citada em contraposição à teoria sintética da evolução, explica o problema da transformação através do princípio da herança dos caracteres adquiridos e da lei do uso e desuso — princípio igualmente adotado por Darwin à época. Entretanto, segundo Mayr (1982), a visão lamarckista de Natureza permanece fundamentalmente harmoniosa, mantendo um equilíbrio natural.

mais fracos em benefício dos mais fortes. Suas ideias foram largamente disseminadas na segunda metade do século XIX, sendo empregadas a fim de legitimar não apenas a espoliação e exploração capitalistas, mas também fenômenos mais amplos, como o imperialismo, a expansão para o Oeste nos EUA e a formação de Estados Nacionais. Sob essa ótica, a marcha civilizatória é tão implacável como inevitável, sendo o destino histórico de todos os povos “bárbaros” — isto é, os povos originários, tidos como biologicamente inferiores — se curvar ao dominador.

Como consequência da difusão e incorporação das ideias darwinistas a diversos campos de estudo, a oposição entre poligenismo e monogenismo cede lugar a um monogenismo expressamente racista, cujo determinismo é reafirmado pela suposição de que as raças mais “atrasadas” — em especial os negros — estariam mais próximas do macaco. O mesmo servia para setores marginalizados da sociedade, como pobres, doentes mentais e todos aqueles considerados antissociais, adotando a evolução como paradigma para todas as abordagens da época.⁷⁸ Com efeito, atribui-se ao conceito de raça uma conotação original, adquirindo sentidos culturais e políticos.⁷⁹

Além do darwinismo social, uma outra variante importante desse pensamento surge na década de 1870, a *antropologia criminal*, cujo principal expoente foi o médico italiano, Cesare Lombroso (1835-1909). Através de estudos antropométricos, Lombroso propôs que a inferioridade biológica dos criminosos se dava em virtude da presença de características residuais em seu organismo, provenientes de um estágio primitivo de evolução. Ao seu ver, a hereditariedade de cada indivíduo possuía um conjunto de germes em estado letárgico, oriundos de um passado ancestral. No entanto, em alguns casos, esse passado voltaria a se manifestar, levando essas pessoas a se comportarem como macacos ou selvagens — o que, para os padrões civilizados, é qualificado como criminoso. Haveria, portanto, criminosos natos, sendo possível distingui-los pela presença de traços anatômicos específicos, inscritos tanto no formato dos crânios como em outras partes do corpo. Considerando essas afirmações, Gould classifica a teoria

⁷⁸ Schwarcz, 1993, p. 72. A autora utiliza o conceito de “paradigma” como algo que representa não apenas um denominador comum para diferentes abordagens na biologia e nas ciências sociais, mas também uma referência mediante a qual essas análises dialogavam entre si, reafirmando-se mutuamente.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 72.

de Lombroso como uma teoria evolucionista específica, calcada numa compreensão singular da herança.⁸⁰

A difusão dessas concepções a partir do último quartel do século XIX foi ampla e intensa, acompanhando a ascensão da burguesia em escala mundial. Como afirma Hobsbawm:

Outras raças eram “inferiores” porque representavam um estágio anterior da evolução biológica ou da evolução sociocultural, ou então de ambas. E essa inferioridade era comprovada porque, de fato, a “raça superior” era superior pelos critérios de sua própria sociedade: tecnologicamente mais avançada, militarmente mais poderosa, mais rica e mais “bem-sucedida”. O argumento era tão lisonjeiro quanto conveniente — tão conveniente que as classes médias estavam inclinadas a tomá-lo dos aristocratas (que haviam por longo tempo se considerado uma raça superior) por razões internas e também internacionais: os pobres eram pobres porque biologicamente inferiores e, portanto, por outro lado, se cidadãos pertenciam às “raças inferiores”, não era de se espantar que eles permanecessem pobres e atrasados (Hobsbawm, 2021, p. 402).

A princípio, o avanço dessas teorias em uma cultura assentada em valores igualitários pode parecer contraditório. No entanto, o racismo foi justamente o que possibilitou a esta sociedade profundamente desigual naturalizar as contradições que a democracia — implícita em suas instituições — desafiava. De acordo com Hobsbawm (2021, p. 403, grifo do autor), “o liberalismo não tinha nenhuma defesa lógica contra a igualdade e a democracia; assim sendo, a barreira ilógica do racismo foi levantada: a própria ciência, triunfo do liberalismo, podia provar que os homens *não* eram iguais”.

Na esteira dessas teorias, é fundamental ressaltar que o século XIX também foi o período de institucionalização da medicina como disciplina científica, servindo de base para a formulação de políticas públicas interventoras, versando sobre diversas esferas da vida social. O corpo coletivo passa a ser objeto de intervenção por parte do Estado e de instituições como hospitais, escolas, asilos e prisões, promovendo-se a regulamentação dos hábitos e costumes da população segundo critérios biológicos de “normalidade”. Segundo André Mota:

Surgia uma nova forma de controle sobre os indivíduos que, como lembra Foucault, não operava apenas sobre sua consciência ou pela ideologia, mas sobretudo no corpo e com o corpo. O corpo era uma realidade biopolítica, responsabilidade de uma medicina definida como estratégia biopolítica. Para isso, criavam-se órgãos burocráticos e instituições de desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, permitindo a ação de profissionais da medicina e dos cientistas. Estes profissionais pensavam e intervinham

⁸⁰ Gould, 2018, p. 123.

naquilo que diagnosticavam como doença, buscando meios de extirpá-la quer do corpo humano doente, quer do corpo social visto em seus enganos, insensatez e ignorância (Mota, 2005, p. 19).

Dessa forma, os saberes e técnicas provenientes da medicina, psiquiatria e ciências sociais teriam como finalidade o adestramento do corpo social pela contenção, exclusão ou eliminação dos elementos desviantes, construindo modelos de socialização que atendam as demandas do capitalismo emergente. Por isso, o conceito de “saúde” e a ideia do “saudável”, uma vez associado aos de “razão” e “civilização”, adquire sentido normativo — não apenas do ponto de vista biológico, mas também social.

Por fim, a última corrente que convém destacar é a escola histórica de pensamento racial, que se estabelece junto com o nacionalismo de extrema direita no final do século XIX. Segundo essa corrente, os ciclos históricos de progresso e decadência são fundamentalmente determinados por questões de ordem racial, compreendendo a ascensão e queda das civilizações como resultado da superioridade ou inferioridade biológica de seu povo. Nesse sentido, o motor da história não seria a luta de classes, a elevação do espírito ou o avanço da ciência e da técnica, mas sim o embate épico entre raças superiores e inferiores, favorecendo a purificação ou degeneração do patrimônio racial.

Inspirados no romantismo, os adeptos dessa visão geralmente expunham uma concepção pessimista de mundo, criticando a alienação, a corrupção e a desorientação provocadas pela industrialização e burocratização da sociedade moderna. Ao seu ver, o mundo pré-revolucionário — fundado na tradição, hierarquia e cavalheirismo — era melhor em todos os sentidos, assumindo a forma de um Éden perdido. De tal modo, trata-se de uma crítica à racionalização das instituições, costumes e relações sociais na modernidade, negando o igualitarismo e humanismo da tradição iluminista em favor de uma ética guerreira, baseada em valores heróicos e puros. Nesse contexto, a violência é interpretada como virtude, consistindo numa reação emancipatória e catártica ao jugo da razão, restituindo a virilidade e coragem imanentes ao indivíduo.

O primeiro autor a articular essa perspectiva de modo sistemático foi o escritor e diplomata francês, Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), cujo postura reacionária serviria de referência para muitos que o seguiram. Seu pai era um militar que havia servido a dinastia

Bourbon, sendo severamente afetado pela Revolução Francesa e os eventos que a sucederam. A ruína de sua família contribuiu para que Gobineau se tornasse profundamente ressentido, levando-o a desprezar a democracia – assim como as camadas médias e subalternizadas que a defendiam. Seu interesse na questão racial era pautado por uma visão elitista de sociedade, segundo a qual os europeus — em especial a aristocracia — estariam predestinados a dominar o mundo, uma vez que descendiam de uma linhagem milenar, de caráter superior. Ele próprio se considerava um membro esquecido dessa linhagem, vinculando a história de sua família aos antigos vikings e nobres franceses — o que o levava a forjar o título de “conde” para si.⁸¹

Com efeito, Gobineau desenvolveu uma obsessão em torno do sangue, da hereditariedade e da raça, valendo-se desses elementos para interpretar a história europeia, bem como justificar uma visão reacionária de mundo. Em sua principal obra, *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853), Gobineau afirma que os indivíduos são *determinados* por sua constituição racial, cuja expressão se dá em todos os aspectos de sua formação e atuação — desde as aptidões físicas e mentais aos escrúpulos morais. A raça negra, para ele, era a pior de todas, afirmando que seu “caráter animal” é impresso na pelve desde o nascimento, “prefigurando seu destino”.⁸²

A respeito da miscigenação, Gobineau admitia que nem sempre os resultados eram inteiramente prejudiciais. Porém, reconhecia que, se as misturas eram, até certo ponto, benéficas à humanidade, isto seria “meramente às custas da humanidade mesma, que é atrofiada, degradada, enervada e humilhada na pessoa de seus filhos mais nobres” (Gobineau, 1915, p. 210, tradução nossa).

De todo modo, Gobineau não se distingue entre seus contemporâneos por sua visão pessimista e racista de mundo, mas sim pelo culto ao *ariano*, referindo-se ao suposto ancestral dos povos indo-europeus — cujo assentamento se deu posteriormente na Europa e na Ásia. Ao seu ver, os europeus descendiam dessa raça original, sendo a raça nórdica — alemães e escandinavos — seus parentes mais próximos. Por isso, dentro da própria raça branca haveria uma série de gradações, entre as quais a ariana seria a superior, sendo a mais inteligente, bela e

⁸¹ RAEDERS, Georges. **O inimigo cordial do Brasil**: o Conde Gobineau no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Herman, 1997.

⁸² GOBINEAU, Arthur de. **The Inequality of Human Races**. London: William Heinemann, 1915, p. 205.

heróica de todas. Segundo ele, todas as grandes civilizações (entre as quais, a indiana, a assíria, a egípcia, a grega, a chinesa, a romana, a germânica e a americana) devem suas conquistas ao influxo — em maior ou menor grau — de sangue ariano. Por outro lado, Gobineau (1915, p. 212, tradução nossa) afirmava que “na lista acima nenhuma raça negra é vista como fundadora de uma civilização. Apenas quando é misturada com alguma outra pode ser apta a fundar uma”. Da mesma forma, “nenhuma civilização espontânea pode ser encontrada entre as raças amarelas; e quando o sangue ariano se exaure a estagnação prevalece”.

No contexto posterior à Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) — e sobretudo com a virada do século através da obra de Houston Stewart Chamberlain (1855-1927)⁸³ — o arianismo assume o status de um dogma religioso na Alemanha, impulsionando o nacionalismo e o movimento pangermanista. A respeito dessa corrente, o historiador Thomas Skidmore⁸⁴ destaca que:

A impossibilidade de comprovar ou negar o mito deu-lhe uma flexibilidade que permitiu adaptá-lo facilmente à Inglaterra, onde a convicção da superioridade anglo-saxã tornou-se a contrapartida do arianismo. Pormenorizados ensaios históricos corroboravam a teoria: os arianos (ou anglo-saxões) haviam alcançado o nível supremo de civilização e, portanto, estavam destinados, pela natureza e pela história, a ganhar um crescente controle do mundo. Exceções evidentes à tese de que os arianos jamais haviam produzido uma cultura digna desse nome recebiam explicações confusas, mas que remetiam a uma provável participação ariana (Skidmore, 2012, pp. 94-95).

Porém, a escola histórica de pensamento racial não se apoiava apenas no ressentimento de grupos prejudicados ou desiludidos com a modernidade. Muitas vezes ela se pautava em frustrações de caráter mais pontual, advindas de perdas e ganhos nas guerras de unificação ou nos processos de conquista colonial. O caso francês é um exemplo desse fenômeno.

Segundo Lúcia Lippi Oliveira, o nacionalismo de cunho igualitário e humanista adquire expressões racistas, xenofóbicas e autoritárias nos anos que se seguiram à Guerra Franco-Prussiana — da qual a França saíra perdedora. O revanchismo torna-se uma bandeira nacional, mobilizando aqueles que se consideravam franceses contra os elementos “estrangeiros”

⁸³ Os escritos de Chamberlain, especialmente por meio de sua obra *Fundamentos do Século Dezenove* (1899), surtiram um efeito significativo no imaginário nacionalista e racista alemão, sendo posteriormente apropriado e articulado — junto com as ideias de Gobineau — pelo nazismo.

⁸⁴ SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

parasitários — entre os quais, o judeu. Ao mesmo tempo, a valorização romântica da agressividade e da paixão inspira esse sentimento, contribuindo para a radicalização dos discursos racistas.

Na tradição iluminista, supunha-se que o indivíduo poderia se autodeterminar pela razão, sendo apto a exercer sua liberdade de forma responsável e autoconsciente, efetuando escolhas que favorecessem tanto seus interesses quanto os de outrem — designando o interesse público. No entanto, nas últimas décadas do século XIX, gradualmente nega-se a imagem de um ser humano livre e capaz de escolhas racionais, atribuindo maior importância aos sentimentos e às emoções do que à política e à razão. Nesse contexto, destacou-se uma produção intelectual voltada para a formulação de concepções unitárias e orgânicas de nação, elegendo a multidão — e não mais o indivíduo — como agente transformador. Com efeito, o indivíduo autoconsciente cede lugar à *massa*, sendo esta a expressão da dimensão irracional — isto é, afetiva — da natureza humana, cujos impulsos e instintos deveriam ser governados por uma autoridade suprema. Segundo a autora:

Para os nacionalistas franceses, a questão é salvar o país da decadência; é lutar contra a herança da Revolução, a crença no progresso, o otimismo racionalista, o igualitarismo rousseauiano. O combate tem como meta salvar a civilização. O sentimento do trágico e o amor à guerra se inserem neste processo de regeneração que se ergue contra o pacifismo burguês. A luta deve destruir o individualismo que transforma os homens em átomos, em mercadoria. Neste sentido, o novo nacionalismo opõe-se às premissas da democracia, enquanto regime guiado pelo homem comum, indiferenciado. (...) Não mais se acredita no progresso da razão, quer seja no sentido de construção de modelos gerais ou de modelos resultantes do empirismo. Cabe agora à razão a descoberta das leis inexoráveis da natureza, natureza essa concebida dentro de um modelo que tem seu protótipo na biologia (Oliveira, 1990, p. 72).

Assim, o favorecimento da força, da agressividade e dos instintos são tidos como prova de superioridade biológica em relação aos demais grupos que compõem a sociedade, sendo seu valor historicamente consolidado através das lutas e cruzamentos ao longo dos séculos. De acordo com a autora, a estrutura temática do pensamento e do nacionalismo francês se fizeram presentes no Brasil entre os séculos XIX e XX.

Capítulo 3

O pai fundador

(...) a percepção do Pecado Original mostraria, de acordo com a minha teoria, que o homem não havia caído de um estado superior, mas que ele estava rapidamente ascendendo de um inferior.

A história das ideias é um campo dinâmico por excelência. A esse respeito, a advertência de Foucault em *A Arqueologia do Saber*⁸⁶ é correta: não há como definir a “origem” de um determinado saber, como se este fosse fruto de um esforço imediato e consciente por parte de um ou mais autores específicos; não há como buscar aquilo que se pode chamar de “gênese” de um pensamento, apreendendo uma “verdade” que até então permanecera oculta. Nesse sentido, ao invés de assumir a unidade dos campos de estudo como pressuposto, é necessário considerar seu processo histórico de formação, elucidando as redes de sentido construídas em torno de seus enunciados e conceitos particulares. Em outras palavras, trata-se de favorecer uma abordagem a partir das diferenças, e não de uma suposta universalidade imanente ao discurso.

A princípio, é tentador compreender a eugenia sob uma perspectiva linear e cumulativa de progressão histórica, como se o enunciado eugênico, uma vez formalmente elaborado por seu propositor, tivesse uma evolução própria, naturalmente predisposta a resultar nos horrores do século XX; como se o sentido – o “verdadeiro” sentido da eugenia – fosse exclusivamente determinado em função de um contexto político e econômico particular, projetando sempre os mesmos interesses de classe, a mesma ideologia opressora. Sob esta ótica, a eugenia não passaria de uma “mentira”, um subterfúgio ideológico forjado com a única finalidade de legitimar a dominação de uma classe sobre a outra, independentemente das circunstâncias históricas, sociais e políticas.

No entanto, aqueles que se debruçam sobre a história do movimento eugênico – tanto no Brasil como no mundo – logo constatarem que esse não é o caso. A palavra “eugenia” pode ter sido cunhada no século XIX, mas sua história é mais antiga que a obra de Francis Galton e a luta de classes na Inglaterra Vitoriana. Sua proposta principal – a saber, o aprimoramento do ser humano por meio da seleção de indivíduos aptos em detrimento dos inaptos – já se encontrava

⁸⁵ GALTON, Francis. Hereditary Talent and Character. **Macmillian's Magazine**, n.12, pp. 157-166, 318-327, 1865.

⁸⁶ FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013.

presente na Grécia Antiga, na qual recorria-se ao infanticídio e/ou abandono de crianças como forma de eliminar aqueles que não se adequavam a determinados padrões físicos de aptidão e beleza. Em *A República* – obra tida como a principal precursora da literatura utópica no Ocidente –, Platão propõe que o Estado favoreça uniões entre indivíduos que apresentam características vantajosas, inspirando-se na seleção artificial de cães e aves para formar grupos mais aptos. Por seu turno, filhos de indivíduos inferiores — ou que apresentassem alguma deformidade — deveriam ser abandonados em locais inóspitos.⁸⁷ Assim, a cidade ideal seria aquela que, através da regulamentação dos casamentos, mantivesse um estoque adequado de indivíduos superiores, assegurando a reprodução da ordem social.

Durante a Idade Média, a ideia de aperfeiçoamento humano entrou em declínio, uma vez que o conceito de cidade justa passa a ser relacionado ao além, desestimulando a transformação do mundo terreno. Sob essa perspectiva, a verdadeira mudança seria espiritual, sendo levada a cabo no Juízo Final, quando finalmente o homem passaria do estágio inferior ao superior, completando seu ciclo de redenção após a queda do Paraíso. Entretanto, com o surgimento de um horizonte de expectativa e, junto a este, a formação da ideia de progresso, o conceito de perfeição é gradualmente temporalizado, sendo associado, pelo Iluminismo, ao princípio de autodeterminação. Nesse âmbito, a utopia extrapola o campo estritamente imaginativo e especulativo para assumir formas cada vez mais verossímeis, projetando-se em um espaço de experiência em constante e acelerada transformação.

Em 1883, quando Galton propõe o conceito “eugenia” – do grego, “bem-nascido” –, a Inglaterra já dava início à Segunda Revolução Industrial. A ideia de progresso já se convertera em dogma religioso, sendo o cientista seu maior profeta. O darwinismo social e os postulados racistas da antropologia física traduziam a realidade geopolítica e social aos olhos da classe média e das elites industriais. Tudo os levava a crer que as regras do mundo social – e da História – eram análogas às da Natureza, sendo operadas por leis fixas. O universalismo iluminista cede lugar a utopias mais restritivas, que não assumem a felicidade de todos como pressuposto, levando em consideração os limites físicos e mentais da espécie humana. É nesse contexto que uma eugenia propriamente “moderna” é enunciada.

⁸⁷ PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2013, p. 154.

A partir de Galton, o discurso eugênico foi apropriado e aplicado de diversas formas, refletindo correntes e teorias distintas. Com efeito, à medida que se torna internacionalmente conhecida e aceita nas primeiras décadas do século XX, a eugenia assume uma historicidade própria, cujas temporalidades e contradições variam de acordo com demandas particulares. Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, enquanto o discurso eugênico – em sua unidade convencional – se esfacelou, seus enunciados permaneceram presentes, sendo reorganizados, redefinidos e reutilizados à luz de novas demandas e por novos saberes.

Nesse âmbito, ao abordar a vida de Francis Galton e o surgimento da eugenia no século XIX, minha intenção não é apresentar uma história definitiva, assumindo como referência as “origens”, mas situar o discurso eugênico em seu contexto de enunciação, tendo em vista a manifestação de aspectos que caracterizo como “modernos”. Isto é, um saber que assume como premissa o caráter autodeterminante do mundo social e que cumpre uma finalidade biopolítica, elegendo o indivíduo racional como sujeito articulador de um porvir ideal. Dessa forma, minha pretensão é averiguar de que modo a eugenia, no momento de sua primeira elaboração moderna, apresentava e fazia uso desses aspectos.

3.1. Um gênio vitoriano

Francis Galton (1822-1911), ingênuo quanto ao futuro, seguramente relacionava ciência ao progresso.⁸⁸ Primo de Charles Darwin e neto do eminente médico e naturalista, Erasmus Darwin (1731-1802), Galton foi instruído desde criança por sua irmã. Os pais e conhecidos o aclamavam como uma criança prodígio, surpreendendo-se com as habilidades do menino de seis anos que citava longas passagens de Shakespeare, além de ser familiarizado com latim, grego e

⁸⁸ KEVLES, Daniel J. **In the Name of Eugenics: genetics and the uses of human heredity**. New York: Alfred A. Knopf, 1985, p. 3.

francês.⁸⁹ Essa primeira impressão fomentou grandes expectativas sobre seu futuro, pressionando-o pela busca da excelência acadêmica. Porém, quando finalmente teve oportunidade de ser incluído no sistema formal de ensino, Galton teve dificuldades de adaptação aos padrões de exigência e avaliação britânicos.⁹⁰ Em sua formação profissional, apesar de manter uma rotina exaustiva de estudos, ele se viu incapaz de conquistar a primeira colocação nas avaliações gerais do curso de matemática e medicina, permanecendo apenas um ou dois níveis abaixo do primeiro colocado. Em Cambridge, sua tentativa fracassada de se formar entre os melhores alunos em matemática desencadeou um colapso nervoso no terceiro ano, afastando-o das atividades acadêmicas por meses.

Em 1850, com a herança do pai, Galton iniciou sua carreira como cientista amador, transitando de um campo inexplorado ao outro, aplicando o método de um problema aos demais. Viajou pelo continente africano, mapeou regiões desconhecidas e estabeleceu contato com algumas tribos sob os auspícios da *Royal Geographical Society*. Essas atividades renderam-lhe certa influência em círculos acadêmicos, bem como a amizade de autores como Herbert Spencer e Thomas H. Huxley (1825-1895).

Guiado por sua curiosidade, Galton também se aventurou nos campos da frenologia, meteorologia, antropologia, psicologia, estatística e criminologia, sendo um dos primeiros a insistir na importância das impressões digitais como registro criminal. Seu método preferido era o matemático, por meio do qual, através da medição e da estatística, ele julgava ser possível decifrar qualquer objeto. Ao seu ver, os números poderiam ser utilizados para solucionar todos os tipos de questão, possibilitando a síntese mais completa e confiável do saber. Como afirmara certa vez, “até que o fenômeno de qualquer área do conhecimento não seja submetido à medição e numeração, ele não pode assumir o estatuto e dignidade de uma ciência.” (Pearson, 1924, p. 333, tradução nossa).

De acordo com Ruth S. Cowan (1972), mais do que uma opção metodológica, a matemática era uma compulsão para Galton; para onde quer que fosse, ele sempre contava e

⁸⁹ GALTON, Francis. **Memories of my Life**. London: Methuen & Co., 1908.

⁹⁰ Na época, o sistema educacional britânico estabelecia “disciplina” como critério de aquisição de conhecimento, além de classificar os alunos com base no desempenho nas avaliações gerais. Para o jovem Galton, que por toda a infância acostumara-se à instrução informal de sua irmã, o choque com a realidade competitiva da educação foi significativo. Conf. Fancher, 1983, pp. 229-230; Pearson, 1914, pp. 84-90.

fazia medições, aplicando seus métodos em objetos que encontrava pelo caminho ou em pessoas ao seu redor. Em um de seus trabalhos mais obstinados, ele se dispôs a calcular a eficácia da reza, averiguando em que medida membros da realeza seriam favorecidos pela prece que seus súditos lhes dirigiam;⁹¹ em outra ocasião, ele tentou formular um “mapa da beleza” das ilhas britânicas, distribuindo os dados observados de acordo com a classificação das mulheres como “atraente”, “indiferente” ou “repelente”;⁹² em outra, ele tentou medir a frequência com a qual os membros da *Royal Geographical Society* se aborreciam durante conferências particularmente tediosas, calculando o número de inquietações demonstradas pelos ouvintes.⁹³

Assim, não há dúvida de que Galton se destacava por sua crença inabalável nos números. No entanto, como foi visto, essa obsessão se deve ao fascínio pelos números, uma tendência muito comum entre os contemporâneos de Galton, cuja expressão se deu sobretudo em áreas como antropologia criminal e frenologia. Os cientistas que aderiam a essa fé geralmente se enxergavam como humildes apóstolos da objetividade; meros escravos de uma verdade a qual não lhes cabia questionar ou relativizar. Contudo, como lembra Stephen Jay Gould, essa “verdade” era fruto de seus preconceitos, refletindo conclusões formuladas *a priori*.⁹⁴

No caso de Galton, tais conclusões parecem ter sido influenciadas, ao menos em parte, por inseguranças pessoais. Segundo Kevles, a preferência de Galton pela contagem provavelmente se deve a inseguranças pessoais, temendo que um exame mais profundo e subjetivo dos fenômenos humanos contrariasse seus critérios objetivos de percepção. Segundo o autor, “enumerar características humanas não exigia a penetração para além da superfície fenomenológica e estabelecia um muro de objetividade numérica entre observador e as forças do coração” (Kevles, 1985, p. 12, tradução nossa). Ao mesmo tempo, essa sensibilidade possivelmente explicaria a preferência de Galton por campos do conhecimento relativamente inabitados, nos quais ele poderia atuar como pioneiro, liderando outras mentes interessadas. De

⁹¹ GALTON, Francis. Statistical inquiries into the efficacy of prayer. **Fortnightly Review**, v. 12, n. 68, pp. 125-35, Aug. 1872. Disponível em: <<https://galton.org/essays/1870-1879/galton-1872-fort-rev-prayer.pdf>> Acessado em: 23/03/2022.

⁹² Galton, 1909, p. 316.

⁹³ Ibid. p. 278.

⁹⁴ Gould, 2014, p. 68.

acordo com seu pupilo e biógrafo, Karl Pearson (1857-1936), ele era propenso a sentir-se inferior em relação aos seus colegas, sobretudo nos anos posteriores à intensa atividade acadêmica e competitiva na juventude.⁹⁵ Dessa forma, “a inovação de Galton na ciência era intimamente ligada à sua relativa solidão intelectual – uma propensão que crescia com a insegurança em suas habilidades combinada com o desejo compulsivo de se destacar” (Kevles, 1985, p. 10, tradução nossa).

Sabe-se que a valorização do progresso e da ciência nas classes dominantes estimulava um senso de obrigação moral perante a “civilização”. Ao mesmo tempo, é possível interpretar a obsessão pelo sucesso como uma expressão da lógica competitiva e individualista do *laissez-faire*, separando a sociedade entre aqueles capazes e incapazes de alcançar um determinado padrão de excelência. Nesse âmbito, o cientista se destaca como figura virtuosa e obstinada, colocando o “bem comum” acima de tudo; por outro lado, é necessário que o “homem de ciência” se prove perante seus pares, conquistando o direito de assumir a vanguarda do progresso e ser reconhecido por suas contribuições.

A influência dessas noções sobre a autoestima intelectual de Galton possivelmente contribuíram para o incômodo inicial que o levou ao problema eugênico. Estudando medicina na King’s College e matemática em Cambridge, o alto desempenho de alunos com histórico familiar de prestígio em competições regulares — das quais Galton também participava — o levaram a crer que certas características mentais poderiam ser inatas.⁹⁶ Anos depois, quando já dera início às suas investigações sobre hereditariedade e eugenia, Galton afirmou que não poderia haver “evidência mais certa da enorme diferença entre a capacidade intelectual dos homens do que que as diferenças prodigiosas entre as notas obtidas por aqueles que conquistavam honrarias matemáticas em Cambridge” (Galton, 1892, p. 14, tradução nossa). Ao explicar como essas experiências pessoais podem ter estimulado os interesses eugênicos de Galton, Raymond E. Fancher (1983) afirma que

⁹⁵ PEARSON, Karl. **The Life, Letters and Labours of Francis Galton**: vol.1 Birth 1882 to Marriage 1853. Cambridge: University Press, 1914, p. 171; PEARSON, Karl. **The Life, Letters and Labours of Francis Galton**: vol.2. Researches of Middle Life. Cambridge: University Press, 1924, p. 396; FANCHER, Raymond E. Biographical Origins of Francis Galton’s Psychology. *Isis*, York, v.74, n.2, p. 227-233, Jun. 1983.

⁹⁶ Galton, 1908, pp. 288-289; PEARSON, Karl. **The Life, Letters and Labours of Francis Galton**: vol.3a Correlation, Personal Identification and Eugenics. Cambridge: University Press, 1930, p. 347.

Desde sua infância ele foi sensibilizado para a existência e importância de diferenças no tocante às habilidades e conquistas intelectuais dos indivíduos. Ele foi levado a ansiar, e a princípio a esperar, que ele próprio poderia tornar-se um dos gênios no topo da distribuição. Entretanto, sua carreira acadêmica posterior destruiu essas esperanças, pois ele era sempre superado por pelo menos alguns de seus colegas. Com seu desejo ávido por sucesso e suas origens sociais privilegiadas, ele não podia atribuir facilmente seu fracasso relativo a deficiências volitivas ou ambientais. (...) Seu próprio limite elevado, assim como de todas as outras pessoas, parecia ter sido fixado a despeito de todo esforço e treinamento. (Fancher, 1983, p. 232, tradução nossa).

Essa desilusão se mostra presente em uma passagem particular de *Hereditary Genius*, seu primeiro livro sobre eugenia, na qual ele narra a história de um menino que, ao longo de uma extensa trajetória acadêmica e profissional, se vê constantemente desiludido diante do descompasso entre suas expectativas e a realidade, comprovada nas inúmeras competições e comparações com seus pares. O trecho é longo, porém pertinente, uma vez que nos fornece elementos para compreender seu interesse inicial pela hereditariedade e as questões que a envolviam:

O menino ansioso, quando vai à escola pela primeira vez e se depara com dificuldades intelectuais, se surpreende com seu progresso. Ele se regozija com suas habilidades mentais recém-desenvolvidas e sua capacidade crescente de aplicá-las, e, quiçá, sinceramente acredita que estaria ao seu alcance se tornar um dos heróis que marcaram a história mundial. Os anos se passam; ele compete, sucessivamente, nos exames da escola e da faculdade com seus colegas, e logo encontra seu lugar entre eles. Ele sabe que pode vencer este ou aquele candidato; que há aqueles com quem ele pode competir em termos iguais, e outros cujas façanhas intelectuais ele não consegue sequer aproximar-se. Provavelmente sua vaidade continua a tentá-lo, conferindo-lhe um novo estímulo. (...) Ela o lembra de inúmeros casos de pessoas que não foram bem-sucedidas nas competições da juventude, mas que mostraram habilidades na vida posterior que fizeram delas os homens mais ilustres de seu tempo. Assim, com esperança renovada, ele deixa sua universidade e adentra um campo competitivo mais amplo. Nessa instância, o mesmo tipo de experiência pela qual passara o aguarda. Evidenciam-se oportunidades – estendidas a todos os homens – e ele se vê incapaz de aproveitá-las. Ele tenta, e é testado em muitos aspectos. (...) Quando ele atinge a maturidade, ele se mostra confiante apenas até certo ponto, e sabe, ou deveria saber, de si tanto quanto ele provavelmente é julgado pelo mundo, com toda as suas fraquezas inconfundíveis e pontos fortes inegáveis. Ele não é mais atormentado pelos sussurros falaciosos da vaidade arrogante a fim de levar a cabo esforços inúteis, mas ele limita seu entendimento a assuntos do nível que ele é capaz de alcançar, e encontra um verdadeiro repouso moral na convicção honesta de que ele se dedica a tanto trabalho quanto a natureza o permitiu ser capaz de realizar (Galton, 1892, pp. 13-14, tradução nossa).

Contudo, em que pese suas frustrações pessoais, deve-se levar em consideração outros interesses e influências que o orientaram. Já expus no capítulo anterior a fascinação pelos

números. No entanto, é preciso destacar outra tendência marcante do pensamento ocidental no final do século XIX: o esforço intelectual de compreender e explicar as diferenças fundamentais entre os grupos humanos — que crescia à medida que o darwinismo social se disseminava e a expansão imperialista se concretizava. Nesse contexto, o evolucionismo dominava a antropologia, separando a humanidade em povos “civilizados” e “bárbaros”, representando os primeiros como mais adiantados — e superiores — em relação aos últimos. As viagens de Galton pelo continente africano, durante as quais ele teve muitos encontros com povos e culturas diferentes, estimularam seu interesse sobre esses tópicos.⁹⁷ O encontro com o “selvagem” o fascinava tanto quanto qualquer vitoriano “civilizado” de seu tempo, o levando a questionar-se acerca das diferenças físicas e mentais entre grupos humanos. No prefácio de *Hereditary Genius*, publicado em 1869,⁹⁸ Galton comenta que:

A ideia de investigar o gênio hereditário me ocorreu durante um inquérito estritamente etnológico, abordando peculiaridades mentais de diferentes raças; quando o fato de que características se mantêm na família se revelava com tanta frequência diante de mim a ponto de induzir-me a prestar atenção particular neste aspecto do objeto. Eu comecei refletindo acerca dos temperamentos e conquistas de meus contemporâneos na escola, na faculdade e na vida posterior, e me surpreendi de atestar o quão frequentemente a habilidade parecia ser herdada. Em seguida realizei um exame dos parentes de cerca de quatrocentos homens ilustres de todos os períodos da história, e os resultados foram tais que, em minha opinião, pode-se estabelecer a teoria de que o gênio era hereditário sob limitações que ainda exigem ser investigadas (Galton, 1892, p. v, tradução nossa).

Entretanto, um acontecimento em particular o levava a canalizar seus interesses — e incômodos — iniciais em torno da hereditariedade, o inspirando a formular a proposta eugênica: a leitura da obra de seu primo, *A origem das espécies*, publicada em 1858.

⁹⁷ Em seu tempo, Galton atraiu a atenção do público com seus relatos fantásticos de viagem, registrados no livro *The Art of Travel*, publicado em 1855.

⁹⁸ GALTON, Francis. **Hereditary Genius**. London: Macmillan and Co., 1892.

3.2. A nova fé

A leitura d'*A origem das espécies* serviu de considerável incentivo para Galton, que escreveu a Darwin afirmando que a obra o introduzira a uma “província inteiramente nova de conhecimento”.⁹⁹ Dez anos depois, em resposta a uma carta de Darwin que o parabenizava por seu primeiro livro sobre eugenia, Galton reiterou seus elogios, declarando que concebia seu primo da mesma forma que “convertidos da barbárie pensavam do professor que os teria pela primeira vez livrado do fardo intolerável de sua superstição”.¹⁰⁰ Esse sentimento é retomado em sua autobiografia, escrita em 1908, na qual declara que *A origem das espécies* teve como efeito “demolir, em um único golpe, uma multiplicidade de barreiras dogmáticas, bem como instigar um espírito de rebelião contra todas as antigas autoridades cujas declarações positivas e invalidadas foram confrontadas pela ciência moderna” (Galton, 1908, p. 287, tradução nossa). Com esse novo estímulo, Galton foi levado a abordar a questão da hereditariedade sob o ponto de vista de um possível aprimoramento da raça humana.¹⁰¹

A primeira vez em que essa nova perspectiva se fez presente foi em um artigo intitulado *Hereditary Talent and Character*, publicado em duas partes no periódico *Macmillian's Magazine* em 1865.¹⁰² Ao analisar uma série de dados coletados em dicionários biográficos e registros genealógicos de personalidades “eminentes”, Galton conclui que características mentais de caráter elevado se manifestavam com mais frequência em famílias de alta reputação. Com base nisso, ele argumenta que a inteligência seria tão transmissível à prole quanto as características físicas. No entanto, sob esta constatação reside uma preocupação perene, à luz da qual o autor finalmente expõe sua pretensão eugênica. Para Galton, a civilização moderna impusera ao indivíduo demandas maiores do que ele seria capaz de suportar, evidenciando um descompasso entre o desenvolvimento biológico da humanidade e o progresso das condições materiais de existência. Segundo ele,

⁹⁹ GALTON, Francis. Correspondência a Charles Darwin, 1859, tradução nossa. Disponível em: <https://galton.org/letters/darwin/correspondence.htm> Acessado em: 24/03/2022.

¹⁰⁰ GALTON, Francis. Correspondência a Charles Darwin, 1869, tradução nossa. Disponível em: < https://ucl.primo.exlibrisgroup.com/view/delivery/44UCL_INST/12362139810004761> Acessado em: 24/03/2022.

¹⁰¹ Francis Galton, *Memories of My Life*, 1908, p. 288.

¹⁰² GALTON, Francis. *Hereditary Talent and Character*. **Macmillian's Magazine**, n.12, pp. 157-166, 318-327, 1865.

As qualificações naturais de nossa raça não são melhores do que costumavam ser em tempos semibárbaros, ainda que as condições sob as quais nascemos são imensamente mais complexas do que as antigas. As mentes mais importantes do presente parecem hesitar e estagnar diante do fardo intelectual muito pesado para suas capacidades (Galton, 1865, p. 166, tradução nossa).

Galton confessa que “Nós homens dos séculos presentes somos como animais subitamente transplantados para novas condições de clima e comida: nossos instintos falham diante das circunstâncias alteradas” (Galton, 1865, p. 327). Essa tendência seria ainda agravada pelo aumento substancial da população de indivíduos inferiores em relação aos superiores, comprometendo os esforços pela contínua marcha da civilização. Assim, com essa preocupação em mente e levando em consideração as conclusões que tirara de seus estudos, ele se questiona acerca da viabilidade de promover algum tipo de seleção, favorecendo a reprodução das famílias mais aptas em detrimento das inaptas. De acordo com ele:

Se a vigésima parte do custo e esforço fossem gastos em medidas que visassem ao aprimoramento da raça humana, tal qual o é para o aprimoramento das linhagens de cavalo e gado, que galáxia de gênios não poderíamos criar! Nós poderíamos introduzir profetas e sumo-sacerdotes da civilização ao mundo, assim como podemos propagar idiotas pela combinação de *crétins*. Homens e mulheres do presente são, em relação àqueles que esperamos trazer ao mundo, o que os cachorros párias das ruas de uma cidade oriental são para uma de nossas variedades altamente cruzadas (Galton, 1865, pp. 165-166, tradução nossa, itálico do autor).

Essa possibilidade o levou a propor exercícios de imaginação, idealizando um tipo de sociedade na qual a união por compatibilidade hereditária fosse culturalmente aceita e estimulada. Seria útil, por exemplo, organizar competições entre grupos de homens e mulheres a fim de definir quais indivíduos seriam mais aptos ao cruzamento. É sintomático que, nesse âmbito, Galton faça referência ao termo “utopia” para instigar a imaginação do leitor:

Vamos, pois, dar rédeas à nossa fantasia, e imaginemos a Utopia – ou Laputa, se assim o desejarem – na qual um sistema de exame competitivo entre garotas, assim como jovens, tenha sido de tal forma projetado a fim de abarcar toda qualidade mental e corporal de importância, e na qual uma considerável soma fosse coletada anualmente para o financiamento de casamentos sob a promessa de que os filhos se tornariam funcionários eminentes do Estado. Nós poderíamos imaginar uma cerimônia anual nessa Utopia ou Laputa, na qual o Gestor Sênior do Fundo de Investimento se dirigiria a dez moços profundamente encabulados, todos de vinte e cinco anos, nos seguintes termos: “Senhores, eu devo anunciar os resultados de um exame público, conduzido sob princípios estabelecidos; os quais demonstram que vocês ocupam as colocações mais distintas de seu ano, no que tange às qualidades de talento, caráter e vigor físico que se

provaram, como um todo, de maior honraria e serviço à nossa raça” (Galton, 1865, p. 165, tradução nossa).

Esse esforço imaginativo não deixa de ser curioso em razão das competições que marcaram a vida acadêmica e profissional de Galton, nas quais ele se vira constantemente frustrado por não se qualificar entre os primeiros candidatos, contrariando as expectativas que muitos haviam lhe depositado ao longo da vida. De todo modo, mais curioso ainda é sua admissão de que, nesse trabalho preliminar, a partir de dados e conhecimentos rudimentares, a ideia de aprimoramento hereditário da raça humana, não obstante uma utopia, aparece como passível de realização. Ou seja, a alteridade ideal que, até o final do século XVIII, se encontrava fora de alcance — especialmente para os intelectuais que se portavam como fiéis apóstolos da objetividade e sobriedade científicas —, se apresenta a Galton como uma realidade plausível, cuja construção se daria mediante a ação racional e autoconsciente do indivíduo. Com efeito, ainda que se negue o pressuposto da igualdade universal entre os homens, apenas a razão poderia salvá-los, nem que, para isso, sua utopia fosse acessível a poucos. Para ele, não haveria outra saída para a civilização, uma vez que as leis naturais — em particular, a seleção natural — não contemplavam exceções. Dessa forma, não havia como se esquivar da responsabilidade moral de salvar o processo civilizatório de suas contradições internas. Esse determinismo é sublinhado pelo emprego de uma linguagem religiosa (sumo-sacerdote; profetas), os quais se fariam presentes não apenas em Galton como na fala de muitos eugenistas posteriores — inclusive dos brasileiros.

Assim, percebe-se que, já no primeiro texto, uma série de elementos ideológicos e utópicos se destacam em associação com o enunciado eugênico, uma vez que não se propõe apenas uma base teórica, mas também um programa, um chamado à ação diante de um problema que se torna cada vez mais grave, colocando em risco o próprio destino da humanidade. De acordo com a historiadora Ruth Schwartz Cowan,¹⁰³

Galton se baseava na estatística porque ele acreditava que a estatística resolveria o problema da hereditariedade e que a hereditariedade, uma vez compreendida, poderia ser utilizada para resolver os conflitos políticos e sociais que acometem a raça dos

¹⁰³ COWAN, Ruth S. Francis Galton's Statistical Ideas: The Influence of Eugenics. *Isis*, New York, v.63, n.4, p. 509-528, Dec. 1972.

homens. Para Galton isso era um programa político real, e não apenas retórica vaga. Ele sinceramente acreditava que a estatística poderia ser utilizada para construir o estado eugênico perfeito (Cowan, 1972, p. 510, tradução nossa).

Nesse âmbito, como salienta Chris Renwick,¹⁰⁴ a eugenia pode ser compreendida como uma das respostas às questões sociais e políticas que preocupavam a elite vitoriana, que se vira cada vez mais desiludida com os preceitos liberais da escola clássica. À época, assistia-se à ascensão de outros impérios e à unificação de Estados Nacionais que passaram a concorrer com o Império Britânico, em meio à consolidação do capitalismo industrial e financeiro em escala global. Frente a esses processos e suas contradições imanentes, a crença na igualdade e autonomia dos indivíduos é contestada, estimulando temores em torno da capacidade humana de se atualizar em relação às demandas crescentes da civilização. A menos que o indivíduo tomasse alguma providência drástica e assumisse as rédeas de seu processo evolutivo, ele seria consumido pelas circunstâncias que ele próprio concebeu. De acordo com Cowan,

Galton acreditava que suas ideias sobre hereditariedade mental formariam a base de uma reforma política e moral da sociedade. Uma vez que os homens se dessem conta que eles poderiam aprimorar gerações futuras pela manipulação da hereditariedade, eles deixariam de buscar soluções contextuais para problemas políticos – lei dos pobres, leis fabris, leis sanitárias – e começariam a construir uma sociedade na qual os valores eugênicos seriam supremos (Cowan, 1972, p. 511, tradução nossa).

Caberia aos destemidos cientistas, portanto, o fardo messiânico de nos livrar da catástrofe, assumindo controle da seleção natural a fim de restituir o equilíbrio entre as exigências do meio e a constituição biológica da raça humana. A crença inabalável em uma missão a ser cumprida, frequentemente fazendo uso de termos e representações do imaginário religioso, se expressaria de forma tão dogmática entre os eugenistas que se tornaria comum se referir à ciência de Galton como um “credo secular”, sendo seus adeptos os “prosélitos” ou profetas de uma nova ordem mundial. Em um trabalho posterior, Galton deixara claro a importância desse papel, afirmando que: “É o destino óbvio de homens inteligentes – e, devo dizer, seu dever religioso – avançar na direção que a Natureza os determinou; isto é, rumo ao aprimoramento de sua raça” (Galton, 1873, p. 119).

¹⁰⁴ RENWICK, Chris. From political economy to sociology: Francis Galton and the social-scientific origins of eugenics. *The British Journal for the History of Science*, Cambridge, v. 44, n. 3, p. 343-369, Sept. 2011, p. 253-254.

Essa mistura entre ideologia do progresso e da decadência — acompanhadas de um cientificismo cuja expressão se dá na idolatria dos números e na figura messiânica do cientista — é reproduzida no próximo trabalho de Galton, seu primeiro livro sobre eugenia, publicado em 1869. Intitulado *Hereditary Genius*, trata-se de uma versão ampliada das investigações que apresentara no artigo de 1865, apresentando novos dados e considerações. No parágrafo introdutório, o autor deixa claro suas intenções:

Eu me proponho a demonstrar neste livro que as habilidades naturais do homem se originam da herança, sob exatamente as mesmas limitações que a forma e as características físicas de todo o mundo orgânico. Consequentemente, da mesma forma que é fácil, não obstante essas limitações, obter por seleção cuidadosa uma linhagem constante de cães ou cavalos dotados de capacidade peculiar de corrida, ou de qualquer outro feito, seria igualmente plausível produzir uma raça bem-dotada de homens por meio de casamentos judiciosos ao longo de várias gerações consecutivas. Eu pretendo demonstrar que fatores sociais de caráter ordinário, cuja influência é pouco questionada, operam neste momento com vistas à degradação da natureza humana, e que outros operam com vistas ao seu aprimoramento. Eu concluo que cada geração possui enorme poder sobre os dons naturais daquelas que a sucedem, e defendo que investigar o escopo desse poder é um dever que devemos à humanidade, e que devemos exercitá-lo de tal modo que, sem que nos prejudiquemos, será mais vantajoso para futuros habitantes da terra (Galton, 1892, p. 1, tradução nossa).

Galton não hesita em tornar explícito o vínculo entre os postulados teóricos de sua hipótese e a proposta eugênica, de modo que suas contribuições para o debate sobre hereditariedade aparecem constantemente pautados por um programa político e social.

Nesta obra, Galton reúne uma quantidade substancial de dados obtidos a partir de dicionários e registros biográficos de homens considerados de alta reputação, assim como portadores de dons naturais — qualificados como “gênios”. Em seguida, Galton os distribui em categorias de acordo com a ocupação e examina seu histórico familiar, averiguando a frequência com que suas habilidades se revelaram em outros casos. Com base nesse levantamento, também verifica-se o modo como as características mentais poderiam ser distribuídas em uma dada população, valendo-se, para tanto, de leis de estatística e probabilidade. Em particular, ele fez uso da Lei do Erro ou Lei da Frequência do Erro, muito utilizada no campo da meteorologia, segundo a qual os valores de uma mesma medição tendem a ser distribuídos de acordo com um padrão que tende à média, isolando valores residuais — isto é, desviantes — nas extremidades.

Assim, assumindo a população masculina da Grã-Bretanha como referência (estimada, à época, em 15 milhões de homens), ele montou um sistema de classificação da inteligência no qual as pessoas abaixo da média variam de “a” a “g”, ao passo que aquelas acima da média variam de “A” a “G”; dessa forma “a” e “A” são mais próximas da média, enquanto “g” e “G” estariam nas extremidades – representando, respectivamente, “idiota” e “gênio”. Com seus cálculos, ele conclui que as habilidades não são distribuídas de forma aleatória; pelo contrário, elas tendem a regressar em relação à média da população. Ou seja, a quantidade de “gênios” (G) e “idiotas” (g) tende a permanecer estável, mantendo uma média constante de indivíduos medíocres, abaixo ou acima da média no meio de ambos. Portanto, as classes mais prolíficas de pessoas residem nos extremos, conservando a média populacional.

A princípio, essa conclusão gera um problema para Galton, uma vez que, com essa tendência, qualquer esforço de seleção seria aparentemente inútil. No entanto, como ele afirma no prefácio da edição de 1892, é por esse motivo que a seleção não deveria favorecer meras variações individuais, mas sim membros de famílias cuja linhagem não fora degenerada. De acordo com Galton, a seleção das variações mais úteis “não pode sequer produzir qualquer grau de aperfeiçoamento artificial ou temporário, pois o equilíbrio entre desvio e regressão será logo alcançado (...)” (Galton, 1892, p. xviii). Da mesma forma, se os grupos mais prolíficos se encontram no meio, é necessário intervir neste espectro intermediário, tendo em vista a elevação do estoque médio. Daí a importância de se estimular cruzamentos a partir de uma escala populacional, sendo necessário promover uma seleção sistêmica daqueles cuja estirpe familiar, classificada na média, pudesse ser elevada gradualmente. Outra opção seria selecionar indivíduos que apresentassem “mutações” (chamadas de “*sports*” na época),¹⁰⁵ cuja manifestação, boa ou má, representa um desvio significativo em relação à média. De acordo com ele,

Quando a seleção natural favorece uma mutação particular, o faz de modo a contribuir para a formação de novas espécies, mas este benefício que simultaneamente dispensa a meras variações parece não fazer efeito, até onde este fim lhe concerne (Galton, 1892, pp. xviii-xix).

¹⁰⁵ Optei pela tradução livre de “mutações” por ser o termo que, contemporaneamente, mais se aproxima do significado à época atribuído ao conceito de “*sports*”.

A princípio, as conclusões de Galton aparentam ser precipitadas, mas à época – apesar das críticas que seu livro recebeu¹⁰⁶ – poderiam ser levadas a sério por muitos. Também é verdade que a biologia nunca foi um campo no qual a estatística cumprira um papel de destaque em termos metodológicos. No entanto, tratava-se de um período no qual as disciplinas não se encontravam formalmente organizadas. Não havia uma noção clara sobre quais métodos e teorias constituem o corpo “oficial” das ciências naturais. Assim, os métodos de Galton poderiam ser heterodoxos — mesmo para os padrões da época, a julgar pela reação receosa de Darwin —, porém, em um contexto no qual questões como hereditariedade e variabilidade permaneciam em grande parte obscuras, restava aos estudiosos especular e fazer experimentos diversos, tomando como base o pouco que se conhecia ou se presumia verdadeiro.

Uma das hipóteses de Galton – e que, posteriormente, apenas com a redescoberta das Leis de Mendel provara-se verdadeira – é a ideia de que fatores externos não exercem efeito sobre a hereditariedade. Em uma passagem emblemática de *Hereditary Genius*, ele afirma:

Eu não tenho paciência com a hipótese por vezes expressa, e frequentemente sugerida, especialmente em contos para ensinar as crianças a serem boas, de que bebês nascem praticamente iguais, e que os únicos agentes responsáveis pela distinção entre garoto e garoto, e homem e homem, sejam esforço e dedicação. É da forma mais categórica que eu objeto a pretensões de igualdade natural (Galton, 1892, p. 12, tradução nossa).

Com essa negação categórica, Galton contrariava a lei dos caracteres adquiridos, estabelecida pelo naturalista francês Jean-Baptiste Lamarck. Segundo essa lei, tanto o meio como o hábito exerceriam influência direta na formação de novas espécies; com efeito, a exposição do indivíduo a determinados tipos de clima ou a recorrência de certos hábitos acarretaria algum efeito prolongado – ainda que sutil e gradual – em sua constituição biológica. Na época, o lamarckismo – como veio a ser chamada a corrente que defende essa teoria – era amplamente aceito no debate sobre evolução. Um de seus adeptos – para o constrangimento de muitos professores de biologia – era justamente Darwin, que contestou as ideias de Galton a respeito. Para Darwin, a seleção natural dependia de uma alta variabilidade, sendo a herança dos caracteres adquiridos sua própria condição de possibilidade. Assim, se a hereditariedade não admitisse qualquer influência do meio, a variabilidade de características necessária ao

¹⁰⁶ Ruth Schwartz Cowan, 1972, p. 514.

desempenho eficaz da seleção natural não seria possível. Em 1868, Darwin propôs uma teoria própria sobre assunto, conhecida como teoria ou hipótese da “pangênese”. No entanto, os atritos com Galton continuaram. A contenda entre os dois atingiu o auge quando, após uma série de experiências envolvendo a transfusão de sangue entre coelhos, Galton alegou ter refutado a hipótese de Darwin, o que gerou uma resposta aborrecida deste, denunciando as conclusões de Galton como precipitadas.

Para embasar sua teoria sobre o caráter determinista da hereditariedade – e, por conseguinte, suas pretensões eugênicas –, Galton propôs sua própria teoria da herança, apresentada nos artigos *On Blood Relationship*, de 1872,¹⁰⁷ e *A Theory on Heredity*, de 1875.¹⁰⁸ Ele propunha que um conjunto de unidades orgânicas (denominadas “germes”), contendo características hereditárias, se isolam e se acumulam no ovo fertilizado ao longo de gerações, sendo completamente separadas do meio externo. Esse acúmulo sucessivo corresponde ao que Galton chama de “estirpe” ou “estoque” hereditário de cada indivíduo, sendo tal órgão composto de elementos “superiores” e “inferiores”. Dessa forma, a classificação do indivíduo dependeria da quantidade de características hereditárias acumuladas em sua estirpe.

A relação entre essa hipótese e suas aspirações eugênicas é patente. Novamente, cria-se condições para que a seleção seja realizada a partir de estoques hereditários ao invés de “meras variações”. Nesse sentido, o indivíduo nada mais é do que um produto direto de sua linhagem. Por seu turno, o conceito de “estoque” também reforça uma perspectiva determinista, uma vez que, além de sugerir uma distinção clara entre meio externo e interno, viabiliza a abordagem quantitativa de Galton, supondo a existência de elementos isolados, cuja contagem nos permitiria conhecer as leis e atuar sobre elas.¹⁰⁹

Apesar de seus esforços, suas teorias eugênicas não conquistaram um público expressivo. No entanto, isso não desmotivou Galton, que, entre as décadas de 1870 e 1890,

¹⁰⁷ GALTON, Francis. *On Blood Relationship*. **Proceedings of the Royal Society**, v. 20, pp. 194-402, May 1872. Disponível em: <https://galton.org/essays/1870-1879/galton-1872-rsoc-blood-relationship.pdf> Acessado em: 25/03/2022.

¹⁰⁸ GALTON, Francis. *A Theory of Heredity*. **Contemporary Review**, n.27, pp. 80-95, 1875. Disponível em: <https://galton.org/essays/1870-1879/galton-1875-cont-rev-theory-heredity.pdf> Acessado em: 25/03/2022.

¹⁰⁹ DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. In: **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

produziu uma gama de trabalhos sobre hereditariedade, estatística, biometria, geografia, psicologia e educação, abordando, direta ou indiretamente, temas eugênicos. Em 1883 ele publicou mais uma obra completa sobre o assunto, *Inquires into Human Faculty and its Development*, tratando precisamente sobre a relação entre natureza e nutrição – isto é, a distinção entre a influência de fatores externos e internos na formação do indivíduo. Nesta obra Galton se debruça sobre uma variedade rica de assuntos, discutindo temas como a aplicação de métodos estatísticos, o aumento populacional, a variabilidade das características humanas, a domesticação de animais, o método antropométrico, entre outros. Ademais, ela se destaca por ter sido a obra na qual Galton finalmente cunhou o termo “eugenia”, o qual, segundo ele, significa “bom em estoque” ou, mais precisamente, aquele que é hereditariamente dotado de boas qualidades.

Um ano depois, ele teria a oportunidade de coletar mais dados através de um experimento engenhoso, do qual o público poderia participar: um laboratório antropométrico. Montado na Exposição Internacional de Saúde, por apenas algumas moedas os visitantes tinham a chance ter acesso ao laboratório e se submeter a uma série de exames antropométricos, tirando medidas de cada parte do corpo. Os resultados eram cuidadosamente registrados e apresentados aos participantes, emitindo uma cópia que ficaria sob a posse de Galton. Após o evento, Galton manteve o laboratório em operação por seis anos em um museu de Londres, atraindo personalidades notáveis.¹¹⁰

3.3. A fé se expande

Felizmente, para Galton, a popularidade da eugenia teve um crescimento surpreendente a partir da virada do século, o que se deu à luz de fatores tanto internos como alheios à comunidade científica.

Em primeiro lugar, a redescoberta das Leis de Mendel em 1900 foi um acontecimento marcante nas ciências naturais, contribuindo para uma inflexão definitiva no debate sobre

¹¹⁰ Gould, 2014, p. 68.

herança e variabilidade. Uma série de experimentos conduzidos pelo monge agostiniano Gregor Mendel (1822-1884) entre 1856 e 1863 demonstravam que as características individuais eram transmitidas aos descendentes a partir da influência exclusiva de fatores internos e invisíveis (genes). Ainda que publicadas, suas conclusões não foram bem recebidas pela comunidade científica da época, permanecendo pouco conhecidas até o início do século XX, quando os cientistas Hugo de Vries, Carl Correns e Erich von Tschermak as resgataram. De todo modo, no período entre sua proposição e sua redescoberta, as ideias de Mendel foram ainda corroboradas pelas proposições do citologista alemão August Weismann (1834-1914). Inicialmente lamarckista, Weismann mudara de posicionamento em 1882, quando publicou trabalhos propondo a separação entre o plasma germinativo e somático de organismos multicelulares. Com essas contribuições, a lei dos caracteres adquiridos passa a ser rejeitada, contribuindo para o declínio gradual do lamarckismo.

Ao mesmo tempo, a passagem entre os séculos XIX e XX foi acompanhada por transformações profundas no cenário geopolítico. Diante do crescimento econômico e militar avassaladores da Alemanha e dos Estados Unidos, vivia-se o agravamento das tensões entre as potências imperialistas, assim como o conflito entre estas e movimentos nacionalistas que se proliferavam ao redor do mundo – legitimados por ideologias racistas e excludentes. Nesse contexto, as ideias deterministas acumulavam prestígio no meio científico e político, uma vez que pautavam a estruturação de modelos de organização social e econômica calcados na exploração de classe e de outras nacionalidades. Um dos lugares em que essas ideias tiveram mais sucesso foi nos Estados Unidos, no qual o capitalismo monopolista se expandia, concentrando cada vez mais riqueza e privilégio nas mãos de poucos indivíduos. Nessas condições, o darwinismo social torna-se um dogma religioso entre as elites, ao passo que o racismo se reproduzia através de um novo arranjo jurídico-institucional: a segregação racial imposta pelas leis do *Jim Crow*.

Na Inglaterra, a crise econômica de 1873 contribuiu para o declínio dos preceitos liberais de David Ricardo (1772-1823), minando a crença até então inabalável na meritocracia e na autonomia do indivíduo. Este evento — somado à ascensão meteórica dos Estados Unidos — estimulou um sentimento pessimista entre os ingleses, os levando a questionar a visão liberal da

sociedade como entidade autossuficiente, cuja autorregulação se daria mediante a satisfação de interesses individuais.¹¹¹ Seja para os românticos, que idealizavam uma era de ouro pré-capitalista, ou para os pessimistas, que temiam a derrocada da civilização diante do aumento populacional de camadas “inferiores”, a ideologia do progresso passava a ser questionada, dando origem a movimentos extremistas que reivindicavam o resgate de uma índole agressiva e primitiva do ser humano.

Para tornar a situação ainda mais incerta aos olhos da elite, o socialismo adquiria cada vez mais espaço e legitimidade entre os setores excluídos e explorados da população. Aos poucos, a esperança em torno de projetos alternativos de sociedade, nos quais a exploração seria abolida e os seres humanos poderiam finalmente marchar coletivamente rumo ao futuro, adquire formas concretas. A Comuna de Paris (1871) foi um evento traumático nesse sentido, colocando em xeque as aspirações da classe dominante.

Esses dois conjuntos de fatores, com suas múltiplas naturezas e temporalidades, criaram condições favoráveis para a maior aceitação das teorias e ideais eugênicos no início do século, atraindo não apenas conservadores como também socialistas e reformistas. Entre estes últimos, figuram-se personalidades como o dramaturgo George Bernard Shaw (1856-1950), o escritor H. G. Wells (1866-1946), os intelectuais Sidney (1859-1947) e Beatrice Webb (1858-1943), o sexologista Henry Havelock Ellis (1859-1939) e a feminista norte-americana Margaret Sanger (1879-1966). Um dos fatores que contribuíram para o apelo da eugenia no campo progressista foi o fato de sua teoria não adotar a distinção entre classes sociais como parâmetro de inferioridade ou superioridade. Assim, uma vez que não havia uma relação de causa e efeito entre aqueles socialmente e geneticamente “bem-nascidos”, argumenta-se em favor de uma política eugênica que não faça distinção social.¹¹²

Considerando esse fenômeno, pode-se afirmar que a popularização da eugenia em espaços tão diversificados se deu de forma correlata à expansão da imaginação utópica no Ocidente industrial, sendo esta, por seu turno, resultante das inúmeras contradições que se acumulavam e se explicitavam à época, denunciadas tanto por conservadores como dissidentes.

¹¹¹ Chris Renwick, 2011.

¹¹² Herman, 1997, p. 285; GALTON, Francis. **Essays in Eugenics**. London: The Eugenics Education Society, 1909, p. 56.

Estimulado por essa mudança, Galton gradualmente abandona a postura cautelosa de seus primeiros anos de militância. No final do século XIX, seus estudos biométricos e eugênicos já atraíam o interesse de matemáticos, antropólogos e sociólogos, assim a classe média curiosa, composta por empresários, jornalistas, educadores, advogados e médicos. Alguns não apenas aderiram às ideias de Galton como começaram a seguir seus passos, produzindo seus próprios trabalhos sobre eugenia, estatística e hereditariedade. Um desses indivíduos foi Karl Pearson, um matemático, biometrista e eugenista inglês que, no início da década de 1890, iniciara uma amizade duradoura com Galton.

Pearson tinha um pensamento tão matemático quanto seu mestre. Por outro lado, era politicamente mais ativo. Frustrado com a ascensão meteórica dos Estados Unidos e da Alemanha, ele atribuía o aparente declínio da Grã-Bretanha à falta de um sistema que estimulasse a reprodução eugênica dos cidadãos. Ao seu ver, medidas como a proibição do trabalho infantil, a implementação do salário-mínimo e a redução da carga horária não fizeram nada além de prejudicar a seleção dos mais fortes, agravando o problema. Por isso, mais do que uma perspectiva científica sobre a hereditariedade, a eugenia refletia suas ideologias, assumindo a forma de um credo secular.¹¹³ Com o auxílio de outro discípulo de Galton, Walter F. R. Weldon (1860-1906), ele desenvolveu as bases de uma nova ciência, a biometria, dedicada à aplicação de métodos antropométricos e estatísticos ao estudo da hereditariedade. Em 1901, Galton, Pearson e Weldon fundaram o periódico *Biometrika* a fim de divulgar esse novo campo de estudos, conferindo legitimidade teórico-metodológica à eugenia. Essa empreitada os colocou em rota de colisão com os mendelistas, que privilegiavam a análise do genótipo em relação ao fenótipo, negando a abordagem estatística e antropométrica no estudo da hereditariedade.

A disputa entre mendelistas e biometristas foi acirrada na primeira década do século XX, mas foi atenuada à medida que o mendelismo se estabelecia. A morte de Galton e Weldon possivelmente contribuíram para esse desgaste. Contudo, independentemente das disputas teóricas, o gospel eugênico se expandia rapidamente. Em 1912, realiza-se em Londres o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, organizado pela Eugenics Education Society e presidido por Leonard Darwin, filho de Charles Darwin. O evento contou com a presença de personalidades

¹¹³ Kevles, 1985, pp. 32-34.

notáveis, entre as quais Winston Churchill (1874-1965), membros da realeza britânica e os embaixadores da Grécia, França e Noruega. Ao longo das décadas posteriores, dois congressos seriam organizados, além de outros eventos de caráter científico ou político, direta ou indiretamente associado às pretensões eugênicas.

Para acompanhar o crescimento da eugenia, Galton dedicou os últimos dez anos de sua vida à militância. De acordo com uma série de ensaios e pronunciamentos públicos que ele fizera nesse período – reunidos no pequeno volume *Essays in Eugenics*, publicado em 1909 –, o ideal seria que a eugenia se tornasse o novo “dogma religioso” da civilização, em torno do qual os valores, crenças e comportamentos individuais seriam orientados. O caráter utópico dessa proposta se expressa por uma nova relação entre a esfera pública e privada, em virtude da qual o Estado assume um papel interventor no âmbito reprodutivo e comportamental da família burguesa. Com isso, abalam-se alguns dos principais pilares ideológicos da moralidade católica e do liberalismo político.¹¹⁴ Durante um encontro da Sociedade de Sociologia, realizado na Escola de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Londres,¹¹⁵ Galton considerou que:

A evidência de vários costumes relacionados à endogamia mostra como a escolha de casamento pode ser ditada por costume religioso. Isto é, por um costume fundado em uma visão religiosa da propriedade familiar e descendência familiar. A eugenia lida com o que é mais valioso do que dinheiro ou terras, a saber, a herança de caráter elevado, capacidade cerebral, porte físico e vigor; em suma, com tudo que é mais desejável por uma família enquanto direito de nascença. Ela objetiva a evolução e preservação das raças elevadas dos homens, e assim merece, da mesma forma, ser imposta como um dever religioso, como a lei de Levirato o fora. (Galton, 1909, p. 49, tradução nossa).

Para construir esse novo sistema de valores, sacrifícios pessoais seriam necessários. Em outro encontro¹¹⁶ da mesma organização, ele afirma que:

A eugenia estende a função da filantropia às gerações futuras. (...) Ela terminantemente proíbe todas as formas de caridade sentimental que são prejudiciais à raça, ao passo que prontamente se dispõe a realizar atos pessoais de gentileza, compensando pelo que proíbe. (...) Em suma, a eugenia é um credo viril, cheio de esperança e apelativo aos mais nobres sentimentos de nossa natureza. (Galton, 1909, p. 70, tradução nossa).

¹¹⁴ Herman, 1997, p. 284; Renwick, 2011, p. 352.

¹¹⁵ GALTON, Francis. Restrictions in Marriage. In: GALTON, Francis (Org.). **Essays in Eugenics**. London: The Eugenics Education Society, 1909.

¹¹⁶ GALTON, Francis. Studies in National Eugenics. In: GALTON, Francis (Org.). **Essays in Eugenics**. London: The Eugenics Education Society, 1909.

É notável que, não obstante o pessimismo imanente ao enunciado eugênico, Galton mantém um tom idealista e esperançoso, elegendo-o como o credo secular de uma nova era. Assim como Malthus, Spencer, Haeckel e outros pessimistas, Galton admite que o progresso não é uma constante universal. Sua condição de possibilidade é a compreensão e manipulação das leis que governam a hereditariedade. Com efeito, as ideias de declínio e de progresso formam uma dualidade no pensamento galtoniano, legitimando a elaboração e implementação de políticas públicas cuja base utópica — isto é, propositiva — tende a ser restritiva, privilegiando apenas os “eleitos”.

De todo modo, essas representações “quiméricas” não se fizeram presentes apenas em seus estudos e pronunciamentos formais. Em seu último ano de vida, Galton se dedicou a uma obra de literatura utópica própria, um romance intitulado *Kantsaywhere*, do qual sobraram apenas fragmentos. A primeira referência ao imaginário utópico é encontrada logo no título: a fonética da palavra “*Kantsaywhere*”, do inglês, remete à afirmação “*can’t say where*”, traduzida para o português como “não se pode dizer onde”. Essa afirmação deixa explícito ao leitor que o local onde se passa a história se afigura, por hora, como *não-lugar*; isto é, uma alteridade imaginária, inacessível ao leitor.

Nesse sentido, é sintomático que apenas parte do texto tenha sobrevivido. Escandalizada pelo conteúdo impróprio da obra, a família de Galton incumbira sua sobrinha, Millicent Galton Lethbridge, de destruir partes substanciais do texto. De certa forma, pode-se afirmar que o conteúdo moralmente ofensivo do romance atesta seu caráter potencialmente subversivo — especialmente diante de valores conservadores, fundados no liberalismo e no cristianismo. De todo modo, o que teria levado Galton a escrever um romance nesse momento, sobretudo considerando o caráter não ficcional de suas outras obras? Pearson responde essa pergunta da seguinte forma:

Nós precisamos lembrar que Galton estabeleceu diante de si um plano definitivo para a propaganda eugênica nos últimos anos de sua vida. Ele buscava o interesse de homens de ciência através da fundação de um Laboratório de Eugenia; ele definitivamente abordara grupos distintos como os antropólogos em sua *Huxley Lecture* e os sociólogos em sua conferência diante da Sociedade e em seus ensaios subsequentes; ele tinha buscado o interesse do mundo acadêmico em sua *Herbert Spencer Lecture* em Oxford, e do mundo que lê periódicos em sua *Eugenics Education Society*. Mas há estratos da

comunidade que não podem ser alcançados mesmo por esses meios. Para estes, ele [Galton] consentiu em ser entrevistado, e para aquele segmento ainda mais inalcançável que lê romances e apenas olha para as páginas com imagens nos jornais, ele escreveu o que eles precisavam, uma história, sua “Kantsaywhere” (Pearson, 1930, p. 412, tradução nossa).

Assim, de acordo com Pearson, a formulação literária do discurso eugênico nada mais era do que um passo lógico e necessário no intuito de tornar a eugenia mais conhecida entre o público. Entretanto, para além da mera vulgarização, uma motivação de ordem pessoal fizera-se presente:

Refletindo acerca do problema de livros que tiveram uma influência marcante na humanidade, seus pensamentos [de Galton] voltaram-se para aqueles modelos políticos ideais, a *República* de Platão, a *Utopia* de Morus, a *Oceana* de Harrington e a *Erewhon* de Butler. Por que ele não deveria exercer uma influência similar em gerações vindouras ao escrever sua própria Utopia, uma história de uma terra na qual a nação era eugenicamente organizada? (Pearson, 1930, p. 411, tradução nossa).

Portanto, segundo Pearson, haveria uma motivação tanto política como pessoal, de modo que essa obra não deveria ser compreendida somente à luz de seu contexto e propósito imediatos — a saber, a propaganda eugênica no início do século XX —, mas também a partir de uma *tradição literária* que percorreu toda a civilização ocidental. Com efeito, a utopia de Galton seria o esforço mais recente de projetar a comunidade política perfeita, cuja racionalidade impecável deveria ser imitada.

O principal trecho remanescente do manuscrito original é apresentado como *The Eugenics College of Kantsaywhere* (“A Faculdade Eugênica de *Kantsaywhere*”).¹¹⁷ Muitos elementos de sua narrativa guardam relação com outros romances utópicos (ou distópicos), tanto anteriores como posteriores. Nesse mundo, o Estado assume o controle sobre os direitos reprodutivos da população, privilegiando a saúde coletiva em detrimento do indivíduo. Pais devem se submeter a testes físicos e mentais para determinar seu grau de aptidão à reprodução. Aqueles que não recebem um certificado de qualidade genética são transferidos para colônias

¹¹⁷ GALTON, Francis. The Eugenics College of Kantsaywhere. *Utopias Studies*, v. 12, n. 2, pp. 191-209, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20718325> Acessado em: 29/03/2022. A versão digitalizada do manuscrito original é acessível em: <https://www.ucl.ac.uk/library/special-collections/kantsaywhere>.

de trabalho, levando vidas relativamente confortáveis contanto que não se reproduzam — do contrário, um tratamento “especialmente severo” lhes seria dispensado.

O livro nunca fora publicado. Galton o ofereceu à editora, mas foi recusado por ter sido considerado impróprio para a publicação. Anos após a mutilação do texto original, a família de Galton o entregou a Pearson. Atualmente, sua posse está sob a University College London, em cujo site ele se encontra digitalizado. Em um texto introdutório que consta no site do arquivo da instituição, o crítico e jornalista Matthew Sweet¹¹⁸ comenta que:

É uma história que soa familiar, graças aos ecos que detém da ficção científica do século XX: *Admirável Mundo Novo* (1932), de Aldous Huxley, no qual bebês são desenvolvidos em tubos e condicionados a servir os propósitos de um estado consumista; *The Chrysalids* (1955), de John Wyndham, no qual a personagem Sophie sabe que seu sexto dedo é evidência de uma das mutações genéticas tão temidas e desprezadas por sua comunidade; o filme *Gattaca*, de Andrew Niccol, no qual aqueles julgados geneticamente imperfeitos passam em testes de DNA submetendo amostras de DNAs melhores, comprados em um mercado negro de fluidos corporais. Estes, certamente, são exemplos de ficção distópica. O que é surpreendente em *Kantsaywhere* é que é um lugar no qual Francis Galton claramente desejava viver. Uma versão posterior de uma história similar poderia ter representado os excluídos em colônias de trabalho, reivindicando seu direito à reprodução sexual. Tal ideia, entretanto, jamais seria um anátema para Galton. *Kantsaywhere* oferece um projeto para se viver em um estado eugênico, um suficientemente detalhado que poderia ser utilizado como ponto de partida para qualquer um ousado o suficiente para tentar (Sweet, 2011, tradução nossa).

O gospel se tornaria ainda mais popular nos anos posteriores, antes que qualquer um pudesse prever um desfecho tão aterrador como Auschwitz. Galton viveu o suficiente para vislumbrar a elaboração de uma utopia no horizonte, mas não a tempo de testemunhar a concretização de uma distopia.

¹¹⁸ MATTHEW, Sweet. **Introduction.** 2011. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/library/special-collections/kantsaywhere>. Acessado em: 29/03/2022.

Capítulo 4

O contexto intelectual brasileiro no final do século XIX

De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do Império apareceu com toda sua nudez... Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte...

— **Silvio Romero.**¹¹⁹

Esta pesquisa se baseia em três pressupostos. Em primeiro lugar, nega-se qualquer oposição apriorística entre as dimensões simbólica e material da vida social, admitindo a impossibilidade de apreensão do real em sua totalidade. Nesse âmbito, considera-se que a principal função do imaginário não é o ocultamento dos conflitos e contradições que permeiam a vida social, tampouco a legitimação dos sistemas de dominação, mas sim a mediação entre o sujeito e a realidade, favorecendo a apreensão e transformação do mundo objetivo.

Em segundo lugar, partindo das reflexões de Ricoeur, considera-se que representações ideológicas e utópicas podem desempenhar funções simultaneamente opostas e complementares. Isto é, enquanto as ideologias favorecem a integração social, as utopias favorecem a contestação da ordem vigente. Porém, ao refletirem os valores, crenças e ideias do sujeito que imagina, ambas se qualificam como ideologia, sendo utilizadas tanto por setores conservadores como revolucionários em benefício de seus projetos.

Por fim, admite-se que a produção e mobilização de representações sociais tende a ser mais intensa em momentos de crise, refletindo o embate entre grupos favoráveis à manutenção

¹¹⁹ ROMERO, 1900 apud LUCA, Tania Regina de. **Revista do Brasil**: um Diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

da ordem e seus opositores. Nesse contexto, tanto ideologias como utopias compõem o arsenal simbólico, sendo empregadas a fim de conservar ou transformar as estruturas vigentes.

Ao contemplarmos a situação brasileira no final do século XIX, nota-se uma profusão de representações em torno das noções de progresso, nação e civilização, justificando a adoção de modelos alternativos de organização política, pautados no ideal europeu de civilização. Nesse contexto, testemunhava-se o declínio da escravidão, o início da urbanização, o estabelecimento das primeiras indústrias e o influxo crescente de imigrantes, intensificando as desigualdades sociais e regionais. Ao mesmo tempo, as ideias do liberalismo, do darwinismo e do positivismo conquistavam adeptos, ensejando novas perspectivas sobre a sociedade brasileira e seus valores.

Sobretudo partir da década de 1870, a figura do bacharel/burocrata — que favorecia os interesses da classe escravocrata e cuja conduta social se pautava pelo princípio da moderação — cede lugar a uma geração de literatos engajados, de orientação liberal e cientificista, comprometidos com a transformação radical das estruturas políticas e econômicas.¹²⁰ Através desses intelectuais, formam-se as bases de um imaginário nacionalista e cientificista, cujas ideologias e utopias desempenharam papel fundamental na formação e legitimação de movimentos sociais dedicados à construção da nação.

Nesse sentido, este capítulo busca compreender a formação desse imaginário e sua relação com os projetos de construção nacional, interpretando suas representações como elementos destinados à apreensão e estruturação do real segundo as elites.

4.1. A geração de 1870

O final do século XIX anunciava um período de grandes mudanças para a sociedade brasileira. Esse sentimento era amplamente partilhado entre os integrantes da elite, sobretudo entre aqueles que se deslumbravam com as novas ideias e teorias da Europa. Influenciada pelo

¹²⁰ HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. Introdução. In: HERSCHMANN, Micael M.; Pereira, Carlos Alberto Messeder (Org.). **A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 20.

transformismo de Darwin, pelo evolucionismo de Spencer e pelo positivismo de Comte, destaca-se uma nova geração de intelectuais engajados, comprometida com a crítica à monarquia e suas instituições. Adotando a abolição, a república e a democracia como palavras de ordem, o objetivo desse grupo não era apenas contribuir para a derrocada do poder monárquico, mas também favorecer a construção e incorporação de um novo *ethos* nacional. Com efeito, esses intelectuais – entre os quais, professores, militares e profissionais liberais – se lançam à edificação de um imaginário social a partir de conceitos como evolução, progresso e ciência, opondo-se radicalmente à tradição metafísica e aos valores católicos da classe senhorial. Põe-se em questão, dessa forma, o antagonismo entre “antigo” e “moderno”, afirmando os valores de uma “nova era” (representada pelo progresso, ciência e cidadania) em detrimento da “velha” (representada pela colonização, escravidão e superstição).

Segundo a historiadora Tania Regina de Luca:¹²¹

A chamada geração de 1870 talvez tenha sido a que realizou de maneira mais acabada os projetos de que se considerava imbuída. A derrocada da ordem monárquico-escravista está intimamente associada a nomes como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Alberto Sales, Miguel Lemos, Silva Jardim, Clóvis Beviláquia, entre outros. Se nem todos estiveram sempre do mesmo lado no campo de batalha – basta lembrar as convicções monarquistas de Nabuco – eles contribuíram, cada um à sua maneira, para o legado da geração (Luca, 1999, pp. 19-20).

Além destes nomes, a autora ainda cita outros como Tobias Barreto, Silvio Romero, Rui Barbosa, José Veríssimo e Araripe Júnior, cuja relevância é especialmente lembrada em termos de impacto cultural e social. Nesse sentido, cabe a citação clássica de Silvio Romero acerca do sentimento que acometera seus contemporâneos:

Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz... De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do Império apareceu com toda sua nudez... Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte... Positivismo, evolucionismo, darwinismo,

¹²¹ LUCA, Tania Regina de. **Revista do Brasil**: um Diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na prosa e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo se agitou e o brado de alarma partiu da escola do Recife (Romero, 1900, apud Luca, 1999, p. 20).

Refletindo sobre a atuação destes homens, Lúcia Lippi Oliveira afirma que:

Os intelectuais, independente da sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em "pensar" o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. Ao atuarem na construção de consciências coletivas, os intelectuais consideram-se imbuídos de uma missão e procuraram difundir suas propostas mediando aspirações nacionais e políticas governamentais. Nesta tarefa missionária foram os intelectuais que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição (Oliveira, 1990, p. 187).

Para a autora, esse esforço de pensar os sentidos da nacionalidade deve ser compreendido à luz das novas visões de mundo que informavam o conteúdo do nacionalismo no final do século XIX. É necessário lembrar que as desigualdades sociais e étnicas assumem novas implicações histórico-políticas a partir das teorias deterministas. A história passa a ser vista como um processo civilizatório de caráter lógico e universal, no qual “o conflito e a guerra despontam como instrumentos do progresso ou da salvação” (Oliveira, 1990, p. 188). Ao mesmo tempo, “o conceito de decadência passa a desempenhar importante papel, permitindo a denúncia do mal-estar da civilização europeia”, de modo que as “singularidades raciais e/ou históricas retornam à ordem do dia como alternativas que permitem pensar formas de salvação nacional” (Oliveira, 1990, p. 188).

Para Oliveira, toda forma de nacionalismo consiste, basicamente, numa “representação ideológica preocupada em definir os traços específicos de um povo e suas diferenças frente aos demais” (Oliveira, 1990, p. 189). Considerando isso, a autora também lembra que formas mais antigas do nacionalismo não cedem lugar às novas, sendo “atualizadas” em uma sequência cronológica e linear. Pelo contrário, antigos e novos nacionalismos se sobrepõem como “sedimentações de novas camadas no solo”, de modo que “a cada momento histórico elas podem ser revolvidas e voltam a aparecer sob novas configurações” (Oliveira, 1990, p. 189). No caso brasileiro, a autora comenta que:

A influência de matrizes européias no pensamento social brasileiro se fez presente tanto nas situações em que buscávamos nos integrar ao mundo dito civilizado quanto nos momentos em que estávamos procurando acentuar a singularidade brasileira e, portanto, demarcar nossa diferença (Oliveira, 1990, p. 189).

De acordo com Tania Regina de Luca, as tentativas de repensar a nação – seja em sua singularidade ou universalidade, pautando-se pouco ou muito no exemplo estrangeiro – deram-se geralmente em contextos de crise, transformação ou ruptura, tornando-se quase uma compulsão entre as elites intelectuais. Nesse sentido,

A busca dos elementos fundantes da nação, a construção de uma identidade capaz de particularizá-la no confronto com o outro, o esforço para compreender a natureza de sua inserção no contexto internacional e para perscrutar potencialidades a serem concretizadas no futuro, parecem ganhar sentido novo (Luca, 1999, p. 18).

Segundo Luca, em diferentes momentos da história brasileira a elite intelectual incumbira-se a missão de “revelar a verdadeira face da nação e de traçar as suas linhas de força para o futuro”, baseando seu credenciamento para tal tarefa em uma “suposta qualificação para desvendar as regras de funcionamento do social e desse modo formular, a partir de dados e critérios objetivos, políticas de ação” (Luca, 1999, p. 19). Pensando nisso, é notório que, na historiografia brasileira, tanto a geração de 1870 como os intelectuais da Semana de 1922 se mostram “particularmente associados às ideias de transformação, ruptura e modernidade”, uma vez que “esses eventos emblemáticos, que condensam múltiplos significados e sentidos, acabaram por se tornar marcos periodizadores da nossa história” (Luca, 1999, p. 19).

É com isso em mente que Micael Herschmann reitera a importância da geração dos intelectuais do final do século XIX, a qual, junto à vanguarda literária dos anos 1920, formulou aquilo que o autor chama de “paradigma moderno”, referindo-se a um conjunto de modelos, condutas e imagens que correspondem a um ideal brasileiro de modernidade. Assim o fazendo, estes intelectuais teriam “inventado” um Brasil, o Brasil moderno.¹²²

Portanto, levando em conta a oscilação histórica entre nacionalismos políticos e culturais, assim como o fato de que as propostas nacionalistas – sejam políticas ou culturais –

¹²² HERSCHMANN, Micael M. A arte do operatório. Medicina, naturalismo e positivismo (1900-1937). In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 46.

“tendem a se autoatribuir uma missão salvadora, acentuando uma glória passada a ser resgatada, ou futura a ser construída” (Oliveira, 1990, p. 190), é necessário questionar: que tipo de nacionalismo prevaleceu na geração de intelectuais críticos à monarquia e qual foi a referência temporal utilizada para legitimá-lo?

A resposta é comum entre os historiadores. De acordo com Oliveira, o pensamento da geração que produziu seus trabalhos entre 1870 e 1914 foi marcado pela necessidade de atualização e modernização do espírito nacional, construindo um ideal de nacionalidade calcado nos valores universalistas do Iluminismo. Com efeito, não se buscava definir a singularidade da experiência brasileira, mas sim situá-la no processo civilizatório, iniciando o Brasil na marcha histórica do progresso. Sob esta ótica, o darwinismo, o positivismo, o spencerismo e o materialismo cumpriam o mesmo papel ideológico, reafirmando uma “filosofia da história que possibilitava esta integração ao moderno, ao científico, ou ao Estado positivo” (Oliveira, 1990, p. 81).

Esse fenômeno não era exclusivo de regiões que se desenvolviam rapidamente — como São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com Lilia Schwarcz, essas ideias eram assimiladas e difundidas a partir de instituições que congregavam as elites intelectuais em diversas províncias — tais como os institutos históricos e geográficos, os museus de antropologia e as faculdades de medicina e direito — refletindo particularidades regionais e institucionais. A autora aponta que a tendência prevalecente na Faculdade de Direito de Recife é o darwinismo social, o evolucionismo e a antropologia criminal de Lombroso, ao passo que a de São Paulo adota uma visão influenciada pelo modelo político liberal, refletindo as aspirações republicanas das oligarquias paulistas em ascensão. Da mesma forma, a Faculdade de Medicina da Bahia foi muito influenciada pela medicina legal e pelo determinismo racial, enquanto a do Rio de Janeiro privilegiava o estudo do meio, adotando o higienismo e as reformas sanitárias como prioridade.

A autora ainda destaca que esse grupo de intelectuais não era homogêneo, sendo motivado por interesses profissionais, econômicos e regionais distintos. Nesse sentido, sua identidade comum se baseava na crença de que “os espaços científicos dos quais participavam lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país” (Schwarcz, 1993, p. 50). Essa constatação ensejou a autocompreensão desses

pensadores como *homens de ciencia*, encarregados de compreender e solucionar todos os problemas que impedem o Brasil de se tornar, efetivamente, uma nação.

Nesse âmbito, nota-se que a ciência era compreendida mais como um “sacerdócio” (para o qual o indivíduo deveria revelar uma vocação especial) do que uma área profissional (com corpo teórico e metodológico especializado). Em razão disso, a ciência como símbolo precede a ciência enquanto disciplina formal, uma vez que os brasileiros privilegiavam aspectos performáticos e ideológicos – associados aos valores e crenças “civilizados” – em detrimento da pesquisa.¹²³ A esse respeito, Schwarcz comenta que:

O que se valoriza nesse momento (...) não era tanto o avanço científico, enquanto incentivo a pesquisas originais, e sim uma certa ética científica, “uma cientificidade difusa” e indiscriminada. Tanto que se consumiram mais manuais e livros de divulgação científica do que obras ou relatórios originais. A ciência penetra primeiro como “moda” e só muito tempo depois como prática e produção. (Schwarcz, 1993, p. 41).

Evidentemente, essa percepção não era restrita à experiência brasileira. Em todas as sociedades nas quais a burguesia se estabelecia e impunha seus interesses, a ciência se destacava como símbolo de redenção social e espiritual – independentemente da postura “neutra” e “materialista” de seus profetas. No entanto, no caso brasileiro, esse credo secular se associava diretamente às aspirações de construção nacional, propiciando uma adesão massiva ao cientificismo.

Por seu turno, no campo político, essas correntes foram apropriadas de forma distinta por dois dos principais grupos responsáveis pela queda do Império: os liberais e os positivistas. Ainda que ambos adotassem a Abolição e a República como palavras de ordem, seus projetos republicanos divergiam entre si no entendimento do que fosse a República.

Adotando os modelos norte-americano e europeu como referência, os liberais defendiam que o sistema republicano deveria oferecer soluções aos principais impasses entre indivíduo e Estado, assegurando a Abolição, a garantia de liberdades civis e, sobretudo, a descentralização política – que favorecia os interesses das oligarquias paulistas em ascensão.¹²⁴ Em tese, negavam as premissas deterministas da antropologia física e do darwinismo social,

¹²³ Schwarcz, 1993, p. 39.

¹²⁴ Oliveira, 1990, p. 82.

afirmando a autoconsciência e soberania do indivíduo em relação às leis naturais. No entanto, ao mesmo tempo postulavam que a participação política não deveria ser direta e espontânea, devendo ser exercida mediante os canais representativos do Estado e sua elite dirigente. Da mesma forma, no discurso liberal, a questão da cidadania – especialmente no que diz respeito à inclusão social de ex-escravizados – foi escamoteada em benefício da classe industrial e das novas oligarquias, cujo poder se impunha através de novas hierarquias e modos de produção, conservando as desigualdades sociais sob o verniz político-econômico da modernização. Nesse sentido, o ideal de liberdade favorecido pelos liberais se baseava no que Benjamin Constant (1836-1891) caracterizou em 1889 como “liberdade dos modernos”, a qual, em oposição à “liberdade dos antigos”, estabelecia a democracia indireta e a estrutura política vertical como marcos institucionais do modelo republicano, evitando os excessos jacobinos da Revolução Francesa.¹²⁵ Para legitimar esse projeto republicano, lançou-se mão do evolucionismo e da ideologia do progresso, estabelecendo a formação do Estado Nacional como a resolução última de todos os conflitos que permeiam o tecido social, realizando o desfecho lógico do processo civilizatório.

Já a versão positivista de república oferecia uma saída para o impasse entre a liberdade dos antigos e dos modernos. Defendido por estudantes, militares e profissionais liberais, sua preocupação era tornar a república um sistema viável de governo, sem sacrificar as reformas sociais e econômicas necessárias. A tese de Comte postulava um tipo de conservadorismo que buscava conciliar o progresso conquistado pela Revolução Francesa com a ordem necessária para assegurar a transição para a sociedade positivista – baseada na Religião da Humanidade. Inspirando-se na tradição romana e no governo de Danton durante a Revolução Francesa, pregava-se a implantação de uma ditadura republicana, designando um governo representativo de caráter centralizado e discricionário, apto a governar pelas massas. Nesse sentido, o positivismo defende uma via conservadora de modernização, em virtude da qual o progresso seria regido por uma autoridade suprema e independente. A religião proposta por Comte, ao instituir valores racionais e humanitários como o novo estatuto de coesão social e afetiva entre

¹²⁵CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: Imaginário e República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 17.

os sujeitos, promoveria a união entre todos os indivíduos e entidades coletivas nas quais eles se encontram inseridos e com as quais se relacionam (família, pátria e, por fim, humanidade).

Sob esta ótica, o positivismo foi essencial para a formação de um imaginário utópico em torno da república, forjando alteridades ideais a partir de representações que aludiam ao ideal de civilização, progresso e ciência. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, trata-se de um sistema filosófico que buscava substituir a utopia católica da Idade Média pela utopia leiga da Idade Positiva, no âmbito da qual as virtudes cívicas desempenham um papel central.¹²⁶ Ainda que nem todos fossem adeptos da ditadura proposta por Comte, os positivistas brasileiros se envolveram intensamente em praticamente todas as batalhas simbólicas que marcaram a construção do imaginário republicano, fazendo uso de representações que aludiam a modelos alternativos de organização social, pautados na razão e no progresso. De acordo com Micael Herschmann:

A participação de membros ortodoxos ou simpatizantes da doutrina, como Benjamin Constant (e de vários militares de alta patente), na queda do Império e na consolidação do regime republicano reforçou o credo cientificista como “instrumento” que possibilitaria apressar a “marcha” da história, ou seja, da evolução. Empenharam-se no convencimento, na formação de uma “opinião pública”. O uso de símbolos e a veiculação de produção intelectual em livros, jornais, e publicações da Igreja Positivista fizeram com que os símbolos positivistas ganhassem um espaço significativo no imaginário social. Ao lançar mão de “mitos unificadores”, os membros da Igreja Positivista fundam uma “tradição”, ou melhor, “inventam uma tradição” (uma tradição republicana). Em outras palavras, envolvem-se em “batalhas simbólicas” que tinham como objetivo a afirmação e a adoção de seus códigos e valores. Podemos citar, como exemplo, o caso da bandeira, da alegoria da República, do herói nacional, ou, ainda, do hino. Se em alguns casos, como o da bandeira, foram vitoriosos, em outros foram derrotados pela indiferença da população e de segmentos da elite (Herschmann, 1994, pp. 58-59).

Conforme José Murilo de Carvalho, os positivistas angariavam apoio entre as camadas médias urbanas, contemplando médicos, engenheiros e matemáticos que se opunham ao monopólio político dos bacharéis e dos proprietários rurais, denunciando a falta de contato destes com os problemas e demandas reais da sociedade brasileira.¹²⁷ Daí sua associação estreita

¹²⁶ José Murilo de Carvalho, 1990, op. cit.

¹²⁷ Carvalho, 1990, p. 139.

com as correntes científicas, validando sua fala através do saber técnico-científico, mediante o qual o Brasil poderia ser efetivamente conhecido e transformado.

É importante ressaltar que o positivismo foi apropriado de formas diversas pela intelectualidade brasileira, variando entre versões mais próximas e distantes do ideário comteano, assim como mais e menos conservadoras, a depender não apenas do autor como de tradições intelectuais regionalmente estabelecidas. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, os cientificistas positivistas se opunham ao darwinismo social e às teorias de superioridade racial, adotando visões mais otimistas de mundo.¹²⁸ Contudo, os meios de sua realização permaneciam autoritários.

O vínculo do positivismo com o cientificismo era ainda reforçado à luz de uma epistemologia que separava de forma dogmática o sujeito do objeto, pregando que, através da sistematização de todo conhecimento humano, a realidade poderia ser *inteiramente* apreendida, possibilitando a racionalização de todos os fenômenos naturais e sociais. A noção de uma verdade absoluta, passível de apreensão em sua totalidade e objetividade imanente, pressupõe, pois, o esvaziamento das subjetividades que balizam toda construção de conhecimento. Ao negar tais subjetividades, o positivismo reforça seu aspecto doutrinário, elevando a ciência ao status de credo. Pode-se destacar esse aspecto como um segundo elemento responsável pela formação de um imaginário utópico, na medida em que, segundo Bronislaw Baczko, a própria suposição de que seria possível compreender a realidade em si mesma, negando a existência de subjetividades e mediações simbólicas, constitui uma utopia – no caso, tipicamente cientificista.

Por fim, não é possível compreender o pensamento da geração de 1870 sem levar em conta a questão racial. Para uma elite profundamente influenciada pelas teorias deterministas do mundo anglo-saxão, era cada vez mais evidente que a configuração multirracial do país se tornaria um grande problema. Nos anos que se seguiram à Abolição e à Proclamação da República no final do século XIX, a questão é tema de debates acirrados, assumindo grande importância para a construção de um novo sentimento de nacionalidade. Autores europeus como Gobineau, Louis Couty (1854-1884), Thomas Buckle (1821- 1862) e Louis Agassiz (1807-1873) já haviam manifestado opiniões pouco lisonjeiras acerca do Brasil, alegando que o país, em

¹²⁸ Oliveira, 1990, p. 84.

função do clima tropical e de sua população majoritariamente negra e mestiça, estaria condenado de antemão ao atraso. Descrições do país como um “território vazio” e “pernicioso à saúde”, habitado por “seres assustadoramente feios” e “degenerados”¹²⁹ eram comuns, surtindo efeito não apenas entre observadores e viajantes estrangeiros como também muitos brasileiros conscientes da distância que os separava de seu destino civilizatório. Com efeito, constata-se um sentimento expressivo de inadequação e constrangimento entre as elites, gerando receios em torno da suposta inferioridade brasileira em relação aos povos mais desenvolvidos. Nesse contexto, de acordo com Thomas Skidmore, destacam-se três tipos de reação.

A primeira delas, de caráter ufanista, afirmava que a crítica era exagerada, celebrando o potencial promissor do Brasil como grande nação em formação. Para os mais exaltados, o país seria “o melhor que qualquer outro lugar do mundo” (Skidmore, 2012, p. 153). Nesse âmbito, fazia-se referências constantes às riquezas naturais do território brasileiro, às dimensões “continentais”, à beleza do solo e variedade do clima, à história relativamente pacífica e ao caráter “nobre” do povo. Elogiava-se, da mesma forma, a vontade, a autoconfiança e a alegria de um povo que jamais deveria ceder ao pessimismo e à melancolia, tendo sido escolhido por Deus para habitar uma terra privilegiada. A principal referência desse pensamento é o conde de Afonso Celso (1860-1938) em sua obra *Porque me ufano de meu país* (1901).

O segundo posicionamento – menos comum entre os três – era o de rejeição do quadro de referência europeu, argumentando que as mazelas sociais do Brasil deveriam ser compreendidas à luz de uma análise histórica e antropológica, negando as premissas deterministas do pensamento racial. Denunciava-se a falta de tradição científica, a ausência de organização social, o conservadorismo político e o oportunismo como traços típicos do legado colonial, ao passo que se desacreditavam os autores europeus alinhados com o determinismo racial e geográfico, expondo o vínculo desses críticos com interesses geopolíticos de cunho imperialista. Ao mesmo tempo, condenava-se a negligência e apatia dispensada aos negros no contexto pós-Abolição, o que teria agravado ainda mais os problemas sociais do país, relegando

¹²⁹ Skidmore, 2012, p. 68; Schwarcz, 1993, p. 17; SOUZA, Vanderlei Sebastião. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, pp. 146-166, jul-dez. 2008, p. 147; DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p. 91.

setores expressivos da população à própria sorte – seja no campo, onde as condições de vida e trabalho permaneceram precárias, ou nas cidades, onde as péssimas condições de habitação e higiene favoreciam o morticínio cíclico causado pelas epidemias. Haveria, portanto, uma necessidade de aplicar soluções brasileiras a problemas brasileiros; somente assim seria possível construir efetivamente uma nação, promovendo a unidade entre povo e governo. Os principais nomes dessa corrente são Manoel Bandeira e Alberto Torres, cujo pensamento, não obstante impopular no início do século XX, conquistaram cada vez mais adeptos nas décadas posteriores, influenciando a crítica anti-imperialista, a abordagem culturalista na antropologia brasileira, o modernismo e a doutrina econômica do nacional-desenvolvimentismo.

Contudo, se a primeira posição ainda exibía uma inspiração romântica e a segunda permanecia minoritária na elite intelectual, um terceiro posicionamento se mostrava majoritário, propondo a conciliação entre as teorias deterministas com as características e demandas particulares do Brasil. Com isso em mente, os adeptos dessa abordagem efetuaram uma série de adaptações a fim de adequar – na medida do possível – o determinismo à realidade brasileira. O exemplo mais expressivo desse esforço foi a teoria elaborada por Silvio Romero (1851-1914), crítico literário e jurista associado à Faculdade de Direito de Recife.

Influenciado pelo darwinismo social e pelo evolucionismo, Romero foi um dos intelectuais mais combativos de seu tempo, celebrando sua geração como aquela responsável pela morte da metafísica, anunciando a vitória do progresso e da civilização.¹³⁰ Assumindo a abordagem biológico-etnográfica como referência, ele elegia a raça como denominador comum dos problemas e traços da cultura brasileira. Em face disto, sua proposta para o Brasil “consistia em aumentar a imigração de alemães, que deveriam ser espalhados por todo o país, de modo a absorver a cultura brasileira e aceitar a autoridade do governo nacional” (Skidmore, 2012, p. 100). Com isso, Silvio Romero se destaca como um dos primeiros proponentes de uma teoria que futuramente terá o apoio de largos setores da elite intelectual: a tese do branqueamento.

Segundo Schwarcz:

Sem entrar nos meandros da teoria de Romero, mais importa entendê-lo enquanto uma grande influência, uma espécie de “pai fundador”. É na predileção do tema da mestiçagem; no apego aos modelos deterministas biológicos e etnográficos; na fala

¹³⁰ Schwarcz, 1993, p. 194.

radical e cientificista, que vemos a força desse mestre que elabora a teoria e cria um grupo. A partir de Romero, o direito ganha um estatuto diferente no Brasil. Passa a combinar com a antropologia, se elege como “sciencia” nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação (Schwarcz, 1993, p. 203).

Assim, ao final do Império, Romero foi um dos primeiros a exigir que o Brasil fosse reconhecido como nação miscigenada, predizendo bons resultados para a futura evolução étnica do país, uma vez que a mestiçagem de raças eventualmente levaria ao embranquecimento da população. Ao seu ver, essa convicção não o impedia de alinhar-se com os detratores Chamberlain, Gobineau e Lapouge ao defender que o homem loiro do norte europeu era um tipo superior aos demais.

Dessa forma, a relação de grande parte dos intelectuais brasileiros com o determinismo foi ambígua e contraditória, estimulando apropriações inusitadas a fim de conservar as esperanças em um processo civilizatório. Para as elites, era necessário mostrar que, embora as ideias europeias fossem verdadeiras em essência, nem tudo poderia ser aplicado ao caso brasileiro – ou pelo menos não da mesma forma. No entanto, “para onde quer que se voltassem, davam com o prestígio da cultura e o da ciência ‘civilizadas’ em formação de batalha contra o africano” (Skidmore, 2012, p. 97). Ora, se o negro estivesse fadado à extinção, tal como os dinossauros, ou ao menos à dominação pelas raças superiores, “como poderia um simples brasileiro teimar com a evolução?” (Skidmore, 2012, p. 98).

Romero expressava uma tendência muito comum na Faculdade de Direito de Recife e na Faculdade de Medicina da Bahia, influenciada pela antropologia física de Lombroso e pelo darwinismo social de Spencer. Para os intelectuais dessa vertente, o indivíduo não cumpria um papel significativo no processo civilizatório, sendo sobrepujado pelas leis naturais que operavam a luta entre raças e classes na sociedade. Uma das maiores expressões de sua adesão ao determinismo é a adoção frequente de postulados da medicina legal, de inspiração lombrosiana e positivista, que negam o livre-arbítrio em favor da noção de que os criminosos nascem degenerados.¹³¹ Segundo essa vertente, fenômenos sociais seriam inteiramente subordinados aos fenômenos físico-químicos da natureza, sendo a própria noção de indivíduo posta em

¹³¹ Schwarcz, 1993, p. 216; Micael Herschmann, 1994, p. 57.

questão. Ao contrário dos juristas liberais de São Paulo, estes intelectuais se compreendiam como doutrinadores, *homens de sciencia* comprometidos com a análise crítica da nação.¹³²

Quanto à Faculdade de Direito de São Paulo, tratava-se de uma instituição que, não obstante tão antiga como a de Recife e sofrendo problemas iniciais de instalação, consolidou-se como um dos maiores centros de produção intelectual, formando amplos setores da elite dirigente. O perfil dos alunos e professores se caracterizava pelo ecletismo, formando intelectuais que atuariam em áreas tão diversas como a política, o jornalismo, e literatura, a advocacia e o setor público. Com o fortalecimento econômico progressivo das elites cafeeiras a partir de meados do século XIX, cresce a demanda paulista por maior protagonismo no cenário cultural e político, tornando a faculdade de direito um dos maiores redutos de militância republicana e abolicionista. Essas iniciativas frequentemente se legitimam por uma narrativa cada vez mais comum nos espaços acadêmicos, literários e midiáticos, à luz da qual a condição paulista seria excepcional em relação ao resto do Brasil, sendo a expressão mais viva dos valores “civilizados” e “liberais” que qualificam o progresso das nações desenvolvidas. Dessa forma, os bacharéis paulistas seriam os “eleitos da nação”, promovendo o progresso nacional ao construir e salvaguardar o Estado brasileiro.

Nesse contexto, a noção de liberdade postulada pelos paulistas encontra-se estreitamente relacionada com a noção de ordem. As diferenças físicas e mentais entre os indivíduos formam a condição de possibilidade da civilização, representada pela instauração de uma razão jurídica cujo papel é tanto arbitrar como conservar. Segundo Schwarcz, na medida em que esse discurso é “assimilado com certas adaptações que o fariam conviver com a escravidão e o latifúndio durante o Império, e com a hipertrofia estatal e o autoritarismo político republicano, o liberalismo revela claramente seu lado antidemocrático, no Brasil” (Schwarcz, 1993, p. 237).

Dessa forma, ainda que os liberais paulistas buscassem se distanciar dos juristas de Recife, afastando-se de teorias que negavam o livre arbítrio e o papel do indivíduo, isso não significa que o determinismo esteve ausente. Em ambas as instituições, a Escola Positiva de direito penal teve destaque, tornando patológico o comportamento “antissocial” segundo as

¹³² Ibid., 1993, p. 240.

teorias de Lombroso.¹³³ Além disso, dependendo do tema em debate, argumentos de cunho racista eram frequentemente utilizados, como foi o caso da polêmica envolvendo a imigração de africanos e asiáticos, os quais – considerados inferiores aos povos anglo-saxões – eram supostamente avessos ao modelo civilizatório que se almejava construir em solo brasileiro. Nas palavras de Schwarcz:

Enquanto na Escola de Recife um modelo claramente determinista dominava, em São Paulo um liberalismo de fachada, cartão de visita para questões de cunho oficial, convivia com um discurso racial, prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias, explicar desigualdades. A teoria racial cumpria o papel, quando utilizada, de deixar claro como para esses juristas falar em democracia não significava discorrer sobre a noção de cidadania (Schwarcz, 1993, p. 243).

As diferenças entre Recife e São Paulo são importantes para que possamos compreender a postura de cada uma das escolas em relação ao pressuposto determinista que caracteriza as teorias raciais do século XIX, averiguando suas apropriações ou dissimulações no jogo político. Enquanto a primeira escola esboça um projeto explicitamente autoritário, negando a ação dos indivíduos frente ao fator determinante da luta de raças, São Paulo negava a existência de conflitos, reconhecendo o Estado e sua razão jurídica como resultados da evolução da vontade popular, refletindo os anseios e aspirações coletivas através das elites.

Ambas possuíam visões nacionalistas, lançando mão do arcabouço ideológico e utópico ao redor de conceitos como “civilização”, “ciência” e “progresso”. Porém, enquanto uma propunha um projeto claramente restritivo, a outra reivindicava – ao menos no plano teórico – um projeto inclusivo, na esfera do qual as diferenças seriam reconhecidas e arbitradas à luz do “bem comum”. Essa diferença sutil guarda relação com a desigualdade em termos de poder econômico e influência política das duas províncias, pois, enquanto Recife se caracterizava por uma clientela mais contestadora e insatisfeita frente ao deslocamento do eixo político-econômico em favor do Oeste paulista, São Paulo “passava aos poucos de contestador a defensor e responsável por uma fala oficial” (Schwarcz, 1993, p. 245). Dessa forma, poder-se-ia argumentar que o projeto paulista convinha mais à manutenção de um *status quo* das relações

¹³³ FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida**: A utopia médica do biodeterminismo. São Paulo: Alameda, 2009.

sociais – e, conseqüentemente, raciais – do que um projeto como o de Recife, que se apoiava nas diferenças fundamentais entre os grupos humanos para naturalizar a existência de conflitos.

Em todo caso, o suposto liberalismo dos “eleitos da nação” foi posto à prova na Abolição, quando os libertos foram abandonados à própria sorte, a despeito dos protestos de setores mais ilustrados do movimento abolicionista. De acordo com Thomas Skidmore:

Feita a abolição, pareceram confirmar-se as previsões dos escravocratas mais empedernidos de que a emancipação dos escravos provocaria o caos social. Milhares de escravos deixaram as fazendas e se entregaram a uma agricultura de subsistência onde quer que encontrassem uma terra para se instalar, ainda que não tardasse para que muitos ansiassem por retornar à força de trabalho rural e procurassem seus antigos senhores. Outros migraram para as cidades, mal preparadas para receber esse afluxo de trabalhadores não qualificados. Alguns se juntaram a quadrilhas urbanas, cujos membros, os capoeiristas, praticavam uma forma de luta com os pés com que aterrorizavam as cidades. A capoeira conferia aos lutadores boa vantagem contra qualquer adversário que não estivesse armado. Essa ameaça direta à segurança pública confirmou os piores receios de muitos membros da elite, que julgavam menos constrangedor preocupar-se com a criminalidade urbana que com as conseqüências sociais da escravidão (Skidmore, 2012, pp. 89-90).

Esses acontecimentos reforçaram a imagem do negro como elemento atrasado e antissocial, incentivando as elites a trabalharem por um Brasil mais branco. Com efeito, os estímulos à imigração – de preferência anglo-saxã – foram redobrados, colocando em prática o projeto de branqueamento da sociedade brasileira, à luz do qual o país poderia se “civilizar”. Diante da desvantagem de conhecimentos e experiência em relação ao trabalhador imigrante, bem como da preferência pela mão-de-obra branca e estrangeira, os negros foram ainda mais prejudicados, agravando as desigualdades sociais entre estes e os brancos.

4.2. A emergência dos especialistas e a temporalização do imaginário utópico

Uma abolição sem reparação e reforma agrária, somada às grandes turbulências políticas e econômicas da primeira década do regime republicano, resultou na desilusão de grande parte da elite intelectual. Segundo Micael Herschmann e Carlos Alberto Pereira, os literatos se viram frustrados por um Estado que não os incluiu no projeto nacional, contribuindo

para a desagregação dessa geração ao invés de unificá-la em torno de um projeto comum.¹³⁴

Lúcia Lippi Oliveira complementa essa afirmação, acrescentando que

Esta geração, que refletia e elaborava um novo pensar no Brasil, estes “mosqueteiros-intelectuais” encontraram um país surdo ou preguiçoso à sua campanha salvacionista (...) Entre 1890 e 1900, um grande número de escritores abandonou uma posição de engajamento mais direto na vida social para uma posição de ceticismo e distanciamento frente à estrutura política, social e econômica do país. A República existente, pela qual tantos lutaram, não só não correspondia a seus sonhos como também os afastava das funções públicas (Oliveira, 1990, pp. 86-87).

Nesse âmbito, os republicanos liberais lamentavam a ausência do individualismo que caracterizava a cultura norte-americana e que balizava seu sistema político, ao passo que os positivistas e jacobinos tentavam – sem sucesso – reverter o quadro caótico que se instalara com a especulação desenfreada e o agravamento das desigualdades sociais. Acima de tudo, constatava-se a ausência de um sentimento de nacionalidade, dificultando a coesão social e identificação das diversas camadas sociais com os princípios aludidos pelo regime republicano.¹³⁵ Logo, ficou claro para todos que o modelo de República implementado não foi aquele defendido por liberais e abolicionistas ilustrados, mas sim aquele que favorecia os interesses econômicos e políticos de um novo grupo dominante – representado pelas oligarquias paulistas e pela classe industrial.

O positivismo, por seu turno, contribuiu para o delineamento de uma estrutura política autoritária e tutelar, à luz da qual o Estado – para levar a cabo a Ordem e o Progresso – assume o protagonismo na organização da vida social. Nesse sentido, segundo Herschmann e Pereira, as ideias positivistas foram especialmente úteis para a definição de um grau limitado de liberdade e inclusão do indivíduo na esfera pública, deixando por conta do Estado autoritário republicano a “tarefa de levar o país a uma posição que o colocasse em pé de igualdade com a Europa” (Herschmann; Pereira, 1994, p. 25). Dessa forma, “os intelectuais daquele período acreditavam que a ‘nação’ tão almejada podia ser alcançada do ‘alto para baixo’; ou seja, a ‘nação’, nos discursos destes positivistas, personificava-se no Estado” (Herschmann; Pereira, 1994, pp. 25-26).

¹³⁴ Herschmann; Pereira, 1994, p. 23.

¹³⁵ José Murilo de Carvalho, 1990, p. 32.

Segundo José Murilo de Carvalho, a tendência de delegar o agenciamento da vida social ao Estado não era novidade na cultura política brasileira, remontando a uma longa tradição estatista do país, evidenciada no despotismo ilustrado da era pombalina. Por mais que os positivistas – influenciados por sua vertente jacobina — buscassem a realização do bem comum através do Estado, promovendo políticas que preparassem a sociedade para o estágio positivo de desenvolvimento histórico, tais medidas acabavam reforçando, segundo o historiador, o habitual paternalismo governamental; na pior das hipóteses, acabavam “levando água para o moinho do autoritarismo tecnocrático, com ou sem os militares” (Carvalho, 1990, pp. 31-32).

É nesse contexto caótico e contraditório que a figura do intelectual cede espaço à do especialista/cientista, cujo prestígio se assentava sobre as novas demandas do Estado republicano e da camada dominante. Legitimando-se pela doutrina do progresso – que, nesse período, já impregnava o país¹³⁶ – essa nova classe intelectual assume como tarefa a transformação do espaço público e dos valores sociais à imagem do modelo europeu de civilização. De acordo com Herschmann e Pereira:

(...) espaços como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro passam a ser considerados prioritários, ou seja, a “arte do operatório”, dos engenheiros, médicos e educadores, vem sobrepujar a “arte da retórica” dos bacharéis. A questão naquele momento era produzir uma “cultura da reforma”, que compreendia não só a remodelação do plano urbano (reformas de embelezamento da cidade), mas relatórios, artigos publicados nos jornais, polêmicas públicas etc. Diante desse quadro, essa geração literária de 1870 tinha duas opções: partir para a crítica ao regime (ao verem a República dos seus sonhos não se realizar), ou aderir simplesmente ao “projeto” republicano, incorporando ou não em seus textos as estratégias do discurso científico (Herschmann; Pereira, 1994, p. 23).

Assim, no lugar do observador literário – promovido pela tradição “bacharelesca” do império – surge o cientista, que “fundamentava seu discurso, por um lado, em certa tradição retórica ‘realista’ inspirada em um ‘culto à observação’ e, por outro, em uma nova doutrina filosófica, o positivismo” (Herschmann, 1994, p. 45). Ao mesmo tempo, a definição deste grupo como “artistas do operatório” guarda relação com a influência de seu discurso no campo estético e literário – em particular, no naturalismo –, de modo que esses intelectuais podem ser

¹³⁶ Micael Herschmann, 1994, p. 46.

considerados “um pouco cientistas e um pouco poetas, poetas da ciência, ou melhor, ‘poetas do progresso’” (Herschmann, 1994, p. 46).

Logo, do ponto de vista do imaginário, a vitória dos especialistas também pode ser compreendida como resultado do deslocamento – operado inicialmente pelos literatos – do referencial simbólico de legitimação política, em virtude do qual as representações e discursos estáticos do Império foram abandonados em favor do dinamismo e voluntarismo republicano.¹³⁷ Em outras palavras, enquanto no Império as tradições e a idealização do passado ocupavam um lugar central (sobretudo com relação ao romantismo) nos discursos que legitimavam o regime, o cientificismo (representado pelo naturalismo) elege a descrição “objetiva” da realidade como critério de legitimidade, voltando-se para a construção de um futuro ideal. Dessa forma, a nação não seria construída à luz de uma alteridade estática, referindo-se a uma *Natureza* edênica que se manifestara em tempos áureos, mas sim à luz de um diagnóstico objetivo, mediante o qual o meio natural se constitui como objeto de *intervenção racional*. De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho:

Na década de 1870 (...), com a formulação de um projeto político alternativo à ordem imperial, a noção de mudança impôs-se com força à parcela da inteligência brasileira treinada na prática da mediação científica entre o observador e a “realidade”. E foram eles – engenheiros, médicos, sanitaristas e industriais – que puseram em questão a dimensão atemporal do projeto romântico brasileiro, a ausência de uma perspectiva cronológica (...) na construção da legitimidade tradicional do Império. Com eles o pensamento utópico brasileiro deixava de ser estático e se curava da sensação de esmagamento diante do “ciclopismo tropical”, afirmando a possibilidade de controle humano sobre os acontecimentos e de constituição de uma nova linguagem moral e política de justificação do poder (Carvalho, 1989, p. 309).

Assim, o tema da *cidade ideal* – o paradigma do imaginário utópico no pensamento ocidental – “substitui a *Natureza* na figuração do paraíso brasileiro” (Carvalho, 1989, p. 310).

A autora reconhece que o estranhamento do observador diante de uma alteridade imaginária permanece vigente, separando o sujeito do ideal almejado. No entanto, a postura dos intelectuais brasileiros em relação à *cidade ideal* é adequá-la à Razão e à História, o que, em outras palavras, significa a temporalização do imaginário utópico. Nesse contexto, destaca-se a

¹³⁷ CARVALHO, Maria Alice Rezende. República Brasileira: viagem ao mesmo lugar. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, pp. 303-321, maio-agosto. 1989.

ação racional e voluntarista do indivíduo como um fator necessário para a construção de um paraíso terreno – o que, no caso brasileiro, deveria corresponder à imagem orgânica e racional da “nação”.

Herschmann e Pereira (1994, p. 25) corroboram essa análise ao afirmar que, com a Proclamação da República, os discursos e narrativas atemporais dos autores românticos são substituídos pela fala de especialistas, os quais “passam a promover uma perspectiva cronológica, a constituição de uma nova linguagem moral e política justificadora do poder”. De acordo com Herschmann (1994, p. 55), a natureza deixa de ser um referencial mítico que nos remete às origens do “espírito” da nação para se tornar um princípio explicativo das condições de existência; isto é, um “suporte ‘documental’, ponto de partida para a elaboração de sistemas explicativos ‘pragmáticos’ e ‘científicos’ que deveriam dar conta do indivíduo e da ‘realidade nacional’”. Nesse âmbito, o naturalismo exerce um papel central, estabelecendo a natureza como marco de compreensão e construção nacional, à luz do qual revelar-se-iam todos os problemas, contradições e características da sociedade e do indivíduo brasileiro. Daí obras como *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha – em cuja descrição dramática é possível compreender a natureza como sujeito histórico, sendo este incorporado à narrativa da nação.¹³⁸ Nas palavras de Herschmann (1994, p. 55), “Inaugura-se, portanto, uma retórica que tem na natureza sua ‘fonte de inspiração’, pratica-se um ‘culto à observação da natureza’ profundamente comprometido com a ‘origem’, com a construção da ‘nação’”.

O positivismo, por seu turno, oferecia uma segunda base de sustentação para esses especialistas e cientistas, na medida em que lhes permitia justificar seus diagnósticos e intervenções à luz de uma concepção dogmática de “verdade científica”, cujo acesso se restringia somente a eles, dispensando quaisquer questionamentos acerca de suas motivações, meios e objetivos. Em outras palavras, o positivismo

(...) proporcionou-lhes um “método”, fez desses cientistas “missionários do progresso”, “sacerdotes do conhecimento”, transformou a ciência no único caminho para se atingir a saúde plena do “corpo social”, a “civilização”. Era preciso, no entanto, segundo esses intelectuais, “intervir”, “organizar”, “sanear”, “prevenir”, a fim de evitar os “perigos”, “excessos”, “falhas” e “desvios” que ameaçavam o meio ambiente, a cultura e o indivíduo, isto é, a concretização do principal objetivo: a “realização plena da nação”.

¹³⁸ Micael Herschmann, 1994, pp. 55-56.

Essa doutrina assumiu, portanto, para essa nova geração de pensadores, cientistas-escretores-intelectuais, um significado fundamental. Constituiu-se na matriz ideológica, no ponto de partida para os que se engajaram na “marcha rumo ao progresso”. Respaldou a ascensão desses indivíduos à condição de intelectuais junto ao Estado e legitimou suas intervenções (Herschmann, 1994, p. 57).

Em suma, tanto o naturalismo como positivismo se constituíram enquanto pontos de partida para a elaboração de explicações e utopias sobre o Brasil. Enquanto a primeira doutrina “constituiu-se em uma ‘preocupação’ com a ‘origem’, com a construção de nossa singularidade, a segunda permitiu a elaboração de ‘fórmulas’, de um ‘método objetivo e eficaz’ que permitiria identificar dilemas e soluções para a ‘realidade nacional’” (Herschmann, 1994, p. 60). De acordo com o autor:

O discurso do intelectual moderno teve como base esta dupla tendência científico-literária ou positivista-naturalista, e mais, ficou preso aos problemas e às soluções formuladas por estes intelectuais (cientistas e escritores) nas três primeiras décadas deste século. Foram elaboradas naquele período “retratos”, “manuais” e “histórias” que pretendiam dar conta das seguintes questões: que país é esse? Como solucionar seus problemas? (Herschmann, 1994, p. 65).

Dessa forma, através dessas doutrinas fundamentaram-se os discursos que forjaram e celebraram aquilo que Herschmann chama de “paradigma moderno” – um ideal brasileiro de modernidade, constituído a partir da assimilação de elementos estéticos e teóricos da cultura europeia.

Aglutinados em torno desses princípios, médicos, engenheiros e educadores se destacam como os principais articuladores da nação, introjetado na população – por meio de suas intervenções sanitárias e urbanas, assim como polêmicas e pronunciamentos públicos – os valores adequados à modernidade. Por conseguinte, à medida que moldam o corpo, o espaço e a mentalidade social, esses especialistas se comprometem a construir um alhures ideal, aproximando o Brasil da “civilização”.

Em que pese a vitória de um grupo sobre o outro, é fundamental ressaltar que tanto literatos como especialistas contribuíram de forma substancial para a formação de um imaginário utópico entre as elites brasileiras. A partir de então, ainda que o alhures ideal variasse, suas bases ideológicas – de caráter cientificista e autoritário – perduraram ao longo de décadas, ensejando percepções diversas sobre a questão nacional.

Pode-se afirmar que, ao recusar o passado como base para a construção de um futuro, efetuiu-se a expansão do horizonte de expectativas, afirmando o potencial de autodeterminação do sujeito pela razão. No entanto, por se tratar de um imaginário imbuído de representações autoritárias, assumindo a negação da diferença como pressuposto, as alteridades ideais que daí emergem apresentam caráter restritivo, concebendo projetos de nação que – não obstante promovidos em benefício de todos – beneficiam, de fato, os poucos.

Esse fenômeno nos permite compreender de que modo a ideia de progresso foi historicamente articulada no Brasil em favor de projetos que, ainda que por vezes inovadores, opuseram-se a mudanças de caráter estrutural, conservando a desigualdade e exclusão social. Esse fato guarda relação com as conclusões de Herschmann, segundo as quais o naturalismo e positivismo, ao favorecerem tanto a construção de um ideário moderno como a afirmação de uma certa identidade para os intelectuais brasileiros,

Constituíram-se nos alicerces sobre os quais assentaram-se os discursos que formularam as principais propostas de âmbito “nacional”, que possibilitaram a elaboração de grandes modelos explicativos da “realidade nacional”, enfim, que viabilizaram a formulação de um paradigma excludente e autoritário (Herschmann, 1994, p. 65).

Ao fim e ao cabo, compreender a temporalização do imaginário utópico brasileiro é essencial para os propósitos da presente análise, uma vez que essas representações balizaram o processo de institucionalização da medicina brasileira, cumprindo papel de destaque na formação e legitimação do movimento sanitarista – do qual originar-se-ia o movimento eugênico.

Capítulo 5

A cruzada sanitária

O Brasil será o Brasil da nossa aspiração, será o grande Brasil de amanhã, quando nelle se implantar a consciencia sanitaria e civica, quando todos brasileiros souberem zelar a saude physica e psychica, quando todos os brasileiros, enfim, se tornarem aptos para o trabalho e para a cidadania.

– Boletim de Eugenia, 1929¹³⁹

Os primeiros dez anos de República – narrados de forma dramática pelos contemporâneos – se consagraram como um dos períodos mais caóticos da história brasileira. Tão logo o novo regime é fundado, as oligarquias e elites dirigentes se mobilizam a fim de não apenas construir um novo sistema político, mas também introjetar um novo sentimento de nacionalidade com vistas a legitimá-lo. Logo, era evidente que essa tarefa não seria fácil. As consequências sociais de uma abolição sem reparação evidenciavam-se tanto nas áreas rurais como urbanas, intensificando as desigualdades e preconceitos raciais preexistentes. Ao mesmo tempo, levadas cada vez maiores de imigrantes adentravam o país em busca de trabalho e melhores condições de vida, favorecidos por setores da elite que desejavam embranquecer a população a todo custo. No campo político, por seu turno, as forças que haviam momentaneamente se unido em torno da causa republicana se chocavam constantemente, gerando embates que envolviam, sobretudo, dois grupos: a tendência federalista (representada pelas oligarquias que aspiravam à hegemonia política) e a tendência jacobina (representada pelos militares, de cunho nacionalista, autoritário e antioligárquico).¹⁴⁰ Para agravar a situação, a economia entrara em crise profunda

¹³⁹ PATRIOTISMO, Eugenia e. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 3, maio 1929.

¹⁴⁰ Lúcia Lippi Oliveira, 1990, p. 89; COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 398.

como resultado da emissão de capitais e a alta especulação financeira. José Murilo de Carvalho resume esse quadro da seguinte forma:

Em vez da agitação do Terceiro Estado, a República brasileira nasceu no meio da agitação dos especuladores, agitação que ela só fez aumentar pela continuação da política emissionista. O espírito da especulação, de enriquecimento pessoal a todo custo, denunciado amplamente na imprensa, na tribuna, nos romances, dava ao novo regime uma marca incompatível com a virtude republicana. Em tais circunstâncias, não se podia falar na definição utilitarista do interesse público como a soma dos interesses individuais. Simplesmente não havia preocupação com o público. Predominava a mentalidade predatória, o espírito do capitalismo sem ética protestante (Carvalho, 1990, p. 30).

Segundo o historiador, a dificuldade de implementação e legitimação do regime republicano decorria de uma questão ainda mais complexa, profundamente enraizada na sociedade brasileira: a ausência de um “sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que antigamente podia ser o de pertencer a uma cidade e que modernamente é o de pertencer a uma nação” (Carvalho, 1990, p. 32). Nesse sentido, “A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930)” (Carvalho, 1990, p. 32).

De acordo com Lúcia Lippi Oliveira, nesse período constata-se a presença de duas correntes principais no pensamento nacionalista — ambas de caráter conservador. A primeira delas propunha a singularidade como critério de autorreconhecimento, baseando-se numa compreensão positiva do passado colonial e imperial. Essa vertente era popular entre os monarquistas que sonhavam com a Restauração, assim como românticos ufanistas, cuja fala defendia o resgate de um ideal idílico e puro de nacionalidade, enraizado nas profundezas do território e da consciência coletiva. Ambas assumiam uma alteridade ideal de caráter estático, localizada no passado, como referência para a construção da nacionalidade.

Contudo, uma segunda corrente se desenvolvia desde as últimas décadas do século XIX, impulsionada pela geração de literatos de 1870 e levada a cabo pelos especialistas após a Proclamação. Ao invés de buscar no passado a realização de uma essência nacional, caracterizada por elementos que tornam os brasileiros singulares, postula-se o ingresso do Brasil no “concerto das nações civilizadas” – como se dizia à época –, submetendo-o às leis que regem o progresso universal da humanidade. Essa proposta, de caráter liberal e universalista, compreendia a

República como uma ruptura necessária ao passado português e imperial, concebendo a nacionalidade como resultado da construção de uma nova sociedade.¹⁴¹ Tratar-se-ia, portanto, de uma alteridade futura, passível de construção através da ação racional e voluntarista do sujeito.

No entanto, ainda que a origem dessa corrente possa ser atribuída em grande parte aos literatos da geração de 1870, foram os especialistas e cientistas que assumiram sua aplicação como missão. Logo, no contexto imediatamente posterior à Proclamação, a figura do especialista – personificada pelo educador, pelo engenheiro e pelo médico – sobrepõe a do intelectual engajado, articulando-se ao Estado a fim de promover políticas que visam à reorganização e adestramento da vida social, adequando os valores e princípios da sociedade brasileira à *cidade ideal* da civilização. Nesse sentido, ainda que o ideal seja de matriz liberal e universalista, os meios de sua implementação seriam notoriamente autoritários, destacando o Estado como promotor da ordem e do progresso. Nas palavras de Herschmann e Pereira,

Esse Estado que se propôs orquestrar esses indivíduos, articulando-se a um saber técnico-científico, tinha diante de si uma sociedade eminentemente patriarcal e que ainda se comportava como tal. Era preciso, segundo esses especialistas/cientistas, vencer o “atraso colonial”. Era preciso promover o trabalho assalariado, o mercado, em suma, implantar o *ethos* capitalista (Herschmann; Pereira, 1994, pp. 26-27, itálico dos autores).

Nesse âmbito, o espaço urbano se destaca como o objeto de intervenção por excelência, na medida em que deveria refletir os valores, normas e novidades do mundo civilizado, servindo como “cartão de visitas” para estrangeiros que desejassem ingressar e investir no Brasil. Ao mesmo tempo,

A cidade, com sua organização físico-espacial, seus rituais de “progresso” – como no caso das exposições nacionais e internacionais –, passa a ter um caráter pedagógico. Torna-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos. Assim, quando estes especialistas-cientistas se propunham a reformar, a organizar, mesmo que em nível superficial, a esperança que tinham era de que essa projeção externa, pública, cidadina, pudesse atingir e orientar os indivíduos (Herschmann; Pereira, 1994, p. 27).

¹⁴¹ Oliveira, 1990, pp. 190-191.

Entre esses interventores, destacam-se os médicos sanitaristas, um grupo cuja influência e poder político cresceu consideravelmente através de sua atuação nas cidades. As campanhas contra a febre amarela, a varíola e a peste bubônica no início do século XX, somadas às reformas urbanas que tinham como objetivo sanear e embelezar a capital federal, instituíram o médico como uma das classes profissionais mais prestigiadas da elite, atribuindo-lhe a missão de moldar o espaço e a mentalidade coletiva. Novamente, os conceitos de progresso, civilização e nação são amplamente mobilizados nos discursos políticos e pronunciamentos na imprensa, reafirmando a ciência como ferramenta mor de construção da nacionalidade.

No entanto, para compreendermos esse processo e o peso simbólico dessas representações, é necessário abordar a institucionalização da medicina no século XIX e a emergência do médico como figura messiânica.

5.1. A medicina no século XIX e a imagem social do médico

Como foi visto, com o surgimento do nacionalismo cultural, a expansão imperialista e a incorporação das ideias darwinistas ao *ethos* capitalista, as teorias deterministas foram disseminadas nas sociedades industriais, angariando cada vez mais adeptos entre políticos, empresários, intelectuais e cientistas. Nesse contexto, a medicina assume importância estratégica, produzindo saberes que ensejam novas relações de poder. Segundo Michel Foucault, é nesse período que a biopolítica se estabelece como nova tecnologia de poder, sendo operada através de práticas e discursos que – assumindo o bem-estar como prioridade – visam à regulamentação dos corpos e hábitos coletivos. Logo, desenvolvem-se categorias analítico-descritivas a fim de distinguir e opor representações acerca do “normal” e do “patológico”,¹⁴² associando o primeiro grupo à imagem do indivíduo civilizado, racional e prudente, ao passo que o segundo seria o indivíduo desviante e antissocial. Assim, criminosos, homossexuais, dissidentes políticos, povos dominados, prostitutas, doentes mentais, dentre outros, são compreendidos como manifestações patológicas do tecido social, estando sujeitos ao controle, regulamentação

¹⁴² MOTA, André. **Tropeços da Medicina Bandeirante**: Medicina Paulista entre 1892-1920. São Paulo: Edusp, 2005.

e reclusão impostos por instituições como prisões, hospitais psiquiátricos, escolas, asilos etc. Nesse sentido, o conhecimento produzido pela medicina e pela psiquiatria ensejam discursos de caráter normatizador, tendo em vista a readequação destes corpos ao ideal de racionalidade do corpo “saudável”, assim como a promoção do bem-estar coletivo através de políticas voltadas para setores específicos da população (idosos, mulheres, jovens, famílias). Com efeito, o ser humano se consolida como objeto de estudo e intervenção, de modo que a “arte do operatório”¹⁴³ consiste, neste caso, na racionalização de suas disposições e capacidades, modelando-o de acordo com as demandas econômicas e sociais do capitalismo moderno.

Assim, a medicina se constitui como *estratégia biopolítica*, haja vista que, ao levar a cabo práticas de caráter previdenciário e disciplinar, visa não apenas à cura do corpo individual como também ao aumento da longevidade do corpo coletivo. Desse modo, fundam-se os primeiros centros de pesquisa e formação especializada, os hospitais modernos e os primeiros programas de reforma sanitária. Segundo Schwarcz: “eleva-se a figura do médico: ele deixa de pender da remuneração individual e passa a viver de seu trabalho como cientista, pesquisador, que, financiado pela nação e formado pelas universidades, intervém na realidade e a transforma” (Schwarcz, 1993, p. 150-151).

Ao mesmo tempo, é necessário considerar que, segundo André Mota, a distinção do médico à luz de outras profissões técnicas se dá em virtude das qualidades específicas exigidas para sua formação, bem como “normas de conduta internamente estabelecidas, definindo uma moral resultante de sua prática e da implicação de uma sabedoria no uso de seus conhecimentos e valores éticos” (Mota, 2005, p. 21). Diante disso, concebe-se a noção de que o médico é um indivíduo excepcional, cuja competência repousa menos em sua formação ou atuação qualificada do que na presença de um “dom” inerente à sua pessoa. Essa noção de caráter transcendental e essencialista atribui ao médico “distinção entre outras profissões e autoridade frente a uma sociedade hierarquizada, que o autorizava a garantir o preparo e a direção de toda a sociedade e, por que não?, de toda a humanidade” (Mota, 2005, p. 21). Diante disso, o médico ocupa um lugar central não apenas no que diz respeito à elaboração e aplicação de tais políticas, mas

¹⁴³ Terminologia de Herschmann e Pereira, 1994.

também ao imaginário no qual ele se encontra inserido, sendo imbuído de representações que aludem ao ideal redentor e utópico de modernidade.

Assim, a profissão médica é compreendida como “vocação” e “predestinação”, atribuindo aos seus praticantes uma áurea messiânica. Segundo Mota:

A partir desse poder conferido aos médicos e às suas instâncias normativas, as políticas públicas de saúde incorporam-se ao planejamento das cidades e zonas rurais sob a forma de combate sistêmico das doenças, domínio e saúde do corpo social: o médico tornou-se cientista social, integrando, à sua lógica, a estatística, a geografia, a demografia, a topografia e a história, e planejamento do mundo urbano, já que as grandes transformações da cidade estariam, a partir de então, ligadas à questão de saúde (Mota, 2005, p. 22).

Mota frisa que tais iniciativas se estabelecem e se desenvolvem a partir de demandas geradas pelo caráter excepcional da Revolução Industrial e da expansão Imperialista, sendo o médico “responsável, a partir da segunda metade século XIX, pelo cuidado individual e coletivo de uma sociedade consumida pelas doenças e epidemias que avançavam por todos os pontos onde o capitalismo fincava suas fundações” (2005, p. 20). Ou seja, o surgimento da indústria moderna, na medida em que exige a manutenção de um estoque contínuo de mão-de-obra capacitada, traz consigo a necessidade de promover uma reorganização sistemática do espaço urbano, controlando os efeitos biológicos do inchaço populacional das cidades, assim como da própria desigualdade gerada pelo capitalismo. Com efeito, nasce a Saúde Pública, lançando mão da epidemiologia e da clínica como seus instrumentos privilegiados de intervenção na esfera social, amparadas pela ampla produção teórica dos séculos XVIII e XIX.¹⁴⁴

No Brasil, durante grande parte do século XIX, a institucionalização da medicina ocorreu em detrimento de um projeto científico original, sendo prejudicada pela falta de verba, a pouca capacitação dos mestres, a indisciplina dos alunos e a benevolência nos exames.¹⁴⁵ No campo administrativo, órgãos como a Comissão Central de Saúde Pública, criada em 1850, e a Inspetoria Geral de Higiene, criada em 1886, tiveram atuação e duração limitada, não havendo uma instância que atuasse de forma sistêmica e nacional, empregando esforços e conhecimentos especializados. Na capital federal, as epidemias de varíola, cólera e peste bubônica aconteciam

¹⁴⁴ Mota, 2005, p. 22.

¹⁴⁵ Schwarcz, 1993, p. 259.

com uma regularidade sazonal, ao passo que a malária, a febre amarela, a tuberculose e as disenterias “crepitavam como flagelos crônicos na capital e nas províncias” (Benchimol, 2018, p. 221). Para entender seu padrão e propor medidas profiláticas, os médicos se valiam do instrumental técnico-teórico das novas ciências físicas, químicas e sociais, mantendo os pressupostos da medicina hipocrática. Nesse contexto, também surgiam dificuldades regionais e políticas, reduzindo a eficácia das iniciativas tomadas. De acordo com Luiz Antonio de Castro Santos,¹⁴⁶ a burocracia do regime monárquico oferecia duas respostas:

(...) de um lado, a retórica engajada dos ministros do Império, inspetores gerais de Higiene e autoridades provinciais, traçando planos para os quais jamais se destinavam recursos ou se capacitavam os profissionais necessários, ou contra cujos planos, e contra a interferência excessiva da Coroa, prontamente se insurgiam os interesses locais e provinciais. De outro lado, e apesar de problemas orçamentários e da tosca organização político-administrativa, realizaram-se alguns progressos no equipamento urbano, em particular no tocante à instalação de serviços de água e esgotos em cidades portuárias e em São Paulo (Santos, 2004, p. 256).

Ainda que não tenham conseguido deter as epidemias, a atuação dos higienistas resultou na promulgação das primeiras leis que regulavam o crescimento da cidade, influenciando os padrões de sociabilidade e organização do espaço. Dessa forma, a medicina social mostrou-se eficaz na elaboração de um discurso sobre o urbano, cujos argumentos são reproduzidos por engenheiros, políticos, jornalistas e outros atores sociais que se formam nas zonas urbanas, sendo incorporados no senso comum. A partir das décadas de 1870 e 1880 tais posicionamentos já eram contundentes na opinião pública, que se mostrava cada vez mais favorável às pretensões modernizantes e saneadoras.

Além disso, com o crescimento populacional nas cidades, assim como a assimilação de teorias e práticas da medicina europeia, a situação começa a mudar. As zonas urbanas não possuíam infraestrutura sanitária e habitacional para acomodar o influxo crescente de imigrantes e trabalhadores libertos, agravando o morticínio causado pelas epidemias – sobretudo entre as camadas mais pobres e vulneráveis da população. Gradualmente, testemunha-se o aumento da miséria, criminalidade, prostituição e embriaguez nesses espaços, levando as elites a

¹⁴⁶ SANTOS, Luiz Antonio de Castro. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

reconhecerem tais fenômenos como sintomas de enfermidades sociais, pondo em risco seus anseios modernizantes.

Diante desse problema, as reformas sanitárias e a educação higiênica ocupam lugar estratégico nas políticas públicas de saúde, sendo balizadas pelas ideologias de construção nacional. Surge a figura do “médico-missionário”, encarregado de redimir a sociedade brasileira pela regeneração integral de seu povo, esculpindo a nação a partir de sua forma bruta. Logo, forma-se um movimento social em torno das reformas urbanas e do combate às epidemias, compreendendo tais propostas como parte de uma cruzada épica pela formação da nacionalidade.

É importante ressaltar que, ao reconhecerem a possibilidade de regeneração nacional, os sanitaristas contestaram as visões deterministas e pessimistas que ainda influenciavam parte da elite intelectual — constringida pelos escritos de Buckle, Agassiz e Gobineau sobre o Brasil. Ao mesmo tempo, contestava-se a perspectiva conservadora e idealista dos ufanistas, que negava a Europa e seu ideal de civilização como referência. Assim, ao menos em um primeiro momento, o movimento sanitarista foi impulsionado por um nacionalismo de orientação pró-europeia, sem, no entanto, aderir ao diagnóstico proposto pelas teorias deterministas. Tratava-se de adotar o ideal europeu de civilização, negando as implicações lógicas das teorias e ideologias que o legitimavam. Não à toa, o branqueamento da população foi uma das principais motivações para as reformas urbanas, na medida em que estas deveriam favorecer o ingresso de imigrantes brancos e europeus, cujos valores e princípios seriam compatíveis com o modelo de sociedade aspirado pelas elites; a miscigenação deveria integrar o projeto sanitarista, de modo que o Brasil pudesse recuperar o atraso no processo civilizatório, formando-se enquanto nação.¹⁴⁷

¹⁴⁷ SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985. Segundo o autor, a despeito da forte política imigratória lançada pelo governo central, “o terror inspirado pela ameaça da febre amarela nos principais portos brasileiros reduziu drasticamente o número de imigrantes” (Santos, 1985, p. 194). De acordo com dados apresentados por Santos, na primeira década do regime republicano cerca de 120 mil imigrantes chegavam ao Brasil por ano. Contudo, entre 1900 e 1904, como consequência do estado de calamidade da saúde pública, as entradas baixaram para 50 mil. O sucesso dos esforços de Oswaldo Cruz propiciou a recuperação do fluxo imigratório. Conf. Santos, 1985, p. 194.

Dessa forma, ao lançar mão da medicina a partir do final do século XIX, o Estado republicano declarava sua intenção de estabelecer novos mecanismos de controle social. O objetivo principal dos especialistas – liderados pelo sanitarista – era normatizar o corpo coletivo, tornando os homens e mulheres aptos a desempenhar seus papéis como reprodutores de uma ordem social “higiênica e civilizada”.¹⁴⁸ A medicina, ao diversificar suas áreas de atuação (medicina legal, criminologia, higiene e psiquiatria), elegeu como seu inimigo o elemento dissidente, referindo-se aos “vícios”, “excessos” e “perversões” que se manifestavam nos hábitos e na conduta diária da população, justificando uma “intervenção social intensa, autoritária e sem fronteiras” (Herschmann, 1994, p. 49).¹⁴⁹ Por seu turno, o pressuposto do olhar “realista” e “objetivo” consistia, segundo Herschmann, no “principal pretexto para a inventividade ideológica”, uma vez que

Proclamar que o real se constrói por si mesmo foi a maneira que estes médicos-intelectuais encontraram para respaldar os seus discursos, essas representações da “realidade”. (...) Em outras palavras, como detentores das leis do “real” e soberanos da utopia, os intelectuais pretendiam ser o elemento que permitiria a simbiose entre o “povo e a “nação” (Herschmann, 1994, p. 51).

Como se levou a cabo essa empreitada? Teria sido bem-sucedida? Quais foram suas consequências – sobretudo para as camadas subalternizadas, a quem lhes fora imposto um novo modelo de socialização? Para responder essas perguntas, convém analisar o caso das reformas sanitárias empreendidas no Rio de Janeiro pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913), sob a gestão de Oswaldo Cruz (1872-1917) na Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP).

5.2. Primeira fase: reforma urbana e controle social

No início do século XX, a cidade de Rio de Janeiro era a mais populosa do país, totalizando 811.444 habitantes, seguida por São Paulo e Salvador – com cerca de 200 mil

¹⁴⁸ Micael, 1994, p. 49.

¹⁴⁹ Ibid., p. 49.

habitantes cada.¹⁵⁰ Chegavam à cidade grandes contingentes de imigrantes e ex-escravizados das zonas cafeeiras em decadência, cujas condições de vida e trabalho foram afetadas pelos anos de febril especulação econômica, que resultou em falências e inflação incontrolável. Não obstante a modernização do transporte, comunicação, iluminação e outros serviços públicos, além da formação de zonas industriais voltadas para a produção de bens de consumo corrente, o grosso da população se acumulava no centro do Rio de Janeiro, na Cidade Velha e arredores, ocupando habitações coletivas cuja precariedade e falta de saneamento ampliavam os efeitos das epidemias. As mudanças que ocorriam em ritmo acelerado — com a abertura de empresas comerciais e industriais, remoção de terras, demolições e construções — agravavam o quadro sanitário e habitacional, prejudicando, sobretudo, a população que vivia nos cortiços, estalagens e casas de cômodo, assim como prisões, pensionatos, manicômios e hospitais.¹⁵¹ Enquanto isso, a varíola, malária, peste bubônica e tuberculose ceifavam cada vez mais vidas, inutilizando as medidas profiláticas tradicionais. Frente a esse problema, discutia-se as fronteiras entre o Estado e a iniciativa privada, assim como os modos de surgimento e disseminação das doenças.

Ao suceder a Campos Sales como Presidente, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906) fez do saneamento e embelezamento da capital uma de suas prioridades. Para tanto, aplicou um amplo projeto de remodelação do porto da cidade e a construção da avenida Central — ambos financiados com empréstimo de bancos estrangeiros e comissionados pelo governo federal —, tendo em vista a adequação desses espaços às novas demandas do capitalismo emergente e internacional. Segundo Jaime Larry Benchimol, a nova avenida seria a “espinha dorsal dos melhoramentos urbanísticos projetados com a finalidade de transformar a cidade colonial numa metrópole parecida com Paris” (Benchimol, 2018, p. 239). Estendendo-se por 2 km, ela rasgou o labirinto de ruas estreitas e movimentadas da Cidade Velha, desabrigando milhares de pessoas com a demolição de 700 prédios e desapropriação de 641 casas de comércio.¹⁵² As faixadas foram ocupadas por uma variedade rica de prédios suntuosos, ostentando lojas, clubes, hotéis e jornais, além de edifícios públicos como a Biblioteca Nacional,

¹⁵⁰ BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico, da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 225.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 227.

¹⁵² *Ibid.*, p. 239.

o Supremo Tribunal e o Teatro Municipal – inspirado no Teatro de Ópera de Paris e projetado pelo filho do prefeito, Francisco de Oliveira Passos.

Além dessas obras, construíram-se novas avenidas que se destacaram como principal instrumento de remodelação urbana, tendo em vista a promoção da saúde pública, a circulação urbana e a transformação das formas sociais de ocupação dos espaços.¹⁵³ Tratava-se de um esforço do poder público em não apenas sanear como favorecer novos modelos de socialização ditados pelo capitalismo, estimulando o desenvolvimento de novas atividades econômicas e culturais que refletissem o padrão de vida “civilizado”. Com efeito,

Os melhoramentos atingiram áreas selecionadas com o objetivo de desarticular a trama de relações cuja permanência, ali, se tornara incompatível com a cidade requerida pelo grande capital, e com a capital requerida pelo Estado republicano. Na linguagem com que os urbanistas da época justificavam esse propósito, as contradições reais de interesses eram dissimuladas pela oposição de gostos arquitetônicos, pela contraposição retórica entre prédios modernos e higiênicos *versus* edificação antiestética e repugnante; cidade civilizada e cosmopolita em lugar da cidade colonial e rotineira... (Benchimol, 2018, p. 243).

Para complementar essas reformas e compensar os gastos com o empréstimo, Pereira Passos lançou mão de uma política fiscal despótica que estabelecia diversos impostos e multas com vistas a regular e proibir a permanência de atividades incompatíveis com seu ideal de civilização. Com o emprego de guardas e agentes municipais, pretendia-se dar fim a formas de trabalho, lazer, costumes e hábitos arraigados no tecido social, econômico e cultural das camadas mais pobres. Ainda segundo Benchimol,

Independentemente das razões invocadas para justificar cada um desses atos, eles traduzem um discurso, uma mentalidade, um projeto moralizador e autoritário ao extremo: ao Estado cabia transformar, na marra, a multidão indisciplinada de “pés-descaços” em cidadãos talhados segundo os estereótipos que serviam à burguesia europeia para o exercício de sua dominação. Isso se observava, nitidamente, na repressão policial a festas profanas e sagradas: o carnaval, a serenata, a boêmia e o candomblé (Benchimol, 2018, p. 246).

Sem renda e estabilidade de emprego para se deslocar até os subúrbios, uma parte substancial da população permaneceu no Centro, ocupando áreas de risco. Gradualmente, esse processo resultou na formação das primeiras favelas.

¹⁵³ Ibid., p. 240.

Outro agente fundamental para a renovação sanitária e social foi a Diretoria-Geral de Saúde Pública (DGSP), instituída em 1º de fevereiro de 1897 como parte da estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Exteriores, tendo em vista o controle e erradicação de epidemias nos centros urbanos – sobretudo na capital. Assumindo a direção do DGSP em 1903, Oswaldo Cruz compromete-se a combater as epidemias que assolavam o Rio de Janeiro, lançando uma campanha de bases militares, pautada na coação.¹⁵⁴ Repartiu-se a cidade em dez distritos sanitários, com delegacias de saúde encarregadas de aplicar multas, intimar proprietários e aplicar soros e vacinas. No caso de doenças contagiosas como a peste e a varíola, os doentes eram isolados no desinfectório da região central ou nos hospitais. No entanto, para a inconveniência dos gestores, o ódio e o descontentamento da população, acumulado durante meses de demolição, desapropriação, humilhação e violência, explode com a promulgação da lei de vacinação obrigatória, desencadeando a Revolta da Vacina em novembro de 1904.

A complexidade da Revolta é evidenciada pelo protagonismo heterogêneo de suas forças sociais, bem como as raízes da insatisfação popular frente ao avanço avassalador da “civilização”, representada pela aplicação autoritária da ciência. Para Benchimol,¹⁵⁵ o caráter autoritário e apressado das reformas urbanas se deu em virtude da necessidade de superação do passado colonial. No entanto, ao invés de superado, esse passado continuou a se reproduzir mediante a própria relutância das elites em reconhecer as consequências sociais da escravidão. Para Margarida de Neves,¹⁵⁶ esse empreendimento tinha como objetivo a despolitização da capital federal, aplicando-lhe um verniz civilizatório que permitia ao regime republicano legitimar-se perante as elites e o capitalismo internacional.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Ibid., p. 253.

¹⁵⁵ Ibid., p. 256.

¹⁵⁶ Neves, op. cit., p. 37.

¹⁵⁷ Carlos Fidelis da Ponte e Ângela Pôrto destacam a influência significativa que charges, boatos e marchinhas exerceram sobre a população, prejudicando a comunicação entre esta e as autoridades médicas. Após o ocorrido, uma nova onda de varíola abateu-se sobre a capital federal no ano de 1908, resultando no aumento expressivo do número de casos. A partir desse momento, a população começou a procurar voluntariamente os postos de saúde. Conf. PONTE, Carlos Fidelis da.; PÔRTO, Ângela. Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, supl. 2, pp. 725-742, 2003; DANDARA, Luana. Cinco dias de fúria: Revolta da Vacina envolveu muito mais do que insatisfação com a vacina. jun. 2022. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao#:~:text=Depois%20de%20a%20poeira%20abaixar&text=A%20Revolta%20da%20Vacina%20durou,derrubaram%20%C3%A1rvores%20e%20apedrejaram%20carros>> Acessado em: 27/07/2022.

Nesse sentido, Emília Viotti da Costa afirma que:

As estruturas sociais e econômicas que as elites brasileiras desejavam conservar significavam a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem e de valores que representavam a verdadeira essência do que os liberais europeus pretendiam destruir (Costa, 2010, p. 136).

A busca por uma maneira de lidar com a contradição entre liberalismo e patronagem escravagista foi o maior desafio das elites liberais desde a segunda metade do século XIX, no decorrer do qual o conflito entre prática e discurso foram constantes. Com a consolidação efetiva do sistema republicano-oligárquico por Campos Sales e Rodrigues Alves, esse desafio é finalmente superado pela instauração simultânea da ordem (representada pela permanência de estruturas sociais e econômicas coloniais) e do progresso (representado pelo saneamento e higienização da capital). Assim, contraditoriamente, as elites que aspiram ao mesmo grau de prestígio e complexidade das nações civilizadas estão comprometidas com a manutenção das estruturas e relações que inviabilizam este sonho, conformando o grande paradoxo de uma sociedade cujas temporalidades, não obstante distintas e antagônicas em diversos níveis, formam uma estrutura orgânica e funcional.

Quanto a Oswaldo Cruz, as elites foram obstinadas em elevá-lo à categoria de herói nacional, destacando sua figura como símbolo da civilização e do progresso.¹⁵⁸ Entre 1905 e 1918, no subúrbio de Manguinhos, constrói-se um imponente castelo mourisco para alojar os novos laboratórios do instituto soroterápico, posteriormente rebatizado em sua homenagem. Inspirado pelo Instituto Pasteur de Paris, o edifício ostenta o elevado estatuto simbólico da ciência no imaginário das elites e classes médias urbanas, legitimando a autoridade de seus profissionais perante a opinião pública.¹⁵⁹ Através de sua iniciativa, os higienistas de outrora cedem espaço aos pesquisadores de laboratório, ao clínico e ao sanitarista, contribuindo para a institucionalização das ciências naturais e a formação de novas especializações e classes profissionais. Enquanto a higiene combatia as epidemias por meio de batalhas em inúmeras frentes, partindo de aspectos geográficos, sociais, meteorológicos e biológicos, os pasteurianos

¹⁵⁸ MOTA, André. **Tropeços da Medicina Bandeirante**: Medicina Paulista entre 1892-1920. São Paulo: Edusp, 2005, p. 40.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 240.

— como é conhecida a corrente etiológica adotada por essas novas classes profissionais — delimitam batalhas prioritárias, atendo-se aos micróbios e hospedeiros intermediários das enfermidades, pelo controle e combate dos quais poder-se-ia deter as epidemias.¹⁶⁰

Celebrado como pai da bacteriologia e sanitarismo no Brasil, as imagens messiânicas em torno de Oswaldo Cruz serviram para legitimar uma tradição republicana calcada no cientificismo e harmonia constitucional, reafirmando a imagem de um Brasil “moderno e saneado”.¹⁶¹ Por seu turno, a antítese dessa ideia é encontrada nos revoltosos, que assumem a forma da massa obscura de ignorantes e indisciplinados, refratários ao esclarecimento trazido pela ciência.

Amparado por essa estrutura simbólica e institucional, o médico sanitalista começou a se destacar como profissão autônoma, com especializações próprias, associando-se ao poder público ou a entidades filantrópicas. Esse processo contribuiu para o declínio gradual das teorias deterministas, uma vez que – sob o olhar do diagnóstico sanitalista – o atraso brasileiro não se deve à miscigenação e à inferioridade racial, mas sim às condições sanitárias e morais das camadas populares e menos instruídas da população. Até o final da década de 1910, esse diagnóstico extrapolaria o campo acadêmico e alcançaria a imprensa, influenciando as políticas de saúde pública e a própria percepção das elites intelectuais sobre o sistema político federalista.

5.3. Segunda fase: o “progresso” chega aos sertões

Como foi visto até aqui, as últimas décadas do século XIX foram marcadas por inúmeras e profundas transformações. No entanto, essas mudanças permaneceram concentradas em regiões específicas, contribuindo para o descompasso crescente entre interior e litoral. Nas cidades que cresciam, constata-se um sentimento agudo de vertigem e aceleração, descrito por Margarida de Souza Neves da seguinte forma:

Tudo parecia mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas. Como nas subidas, descidas, voltas e reviravoltas de uma montanha-russa estonteante, na feliz imagem

¹⁶⁰ Ibid., p. 252.

¹⁶¹ Mota, 2005, p. 41.

utilizada por Nicolau Sevcenko, o progresso, tudo parecia arrebatado em sua corrida desenfreada (Neves, 2018, p. 11).

Com efeito, a mudança era uma força constante e intensa, afetando não apenas o entorno do indivíduo como também ele próprio. Segundo Tania Regina de Luca:

Os emblemas da modernidade não se expressavam apenas nas grandes obras públicas, antes impregnavam o cotidiano, povoando-o com novos artefatos, maravilhas da ciência que de forma sutil, porém definitiva, inauguravam uma outra sensibilidade, alteravam valores, comportamentos, papéis e relações sociais. Bondes, carros, trens, aviões, telefones, fonógrafos, gramofones, cinematógrafos impunham outra dinâmica à vida, encurtavam distâncias, transformavam os modos de percepção, esfumaçavam as fronteiras entre o real e o fictício.

Tempo e espaço deixaram de ser percebidos como absolutos não apenas pela física einsteiniana – domínio insondável para os não iniciados – mas na experiência diária, marcada pelo ritmo apressado, impaciente e nervoso das metrópoles nascentes. O passar das horas não deveria ser contemplado, mas tornado útil, comprimido e racionalizado, enquanto o espaço, a distância a ser vencida com a maior brevidade possível, fundia-se num embriagante contínuo de imagens que desfilavam sobrepostas graças aos efeitos da modernidade (Luca, 1999, p. 25).

Em contraponto, experimentava-se o marasmo da vida interiorana, vivenciada nas fazendas, vilas e sertões do país, onde o tempo não parecia transcorrer. Segundo Neves:

Ali, nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na inviolabilidade da vontade senhorial dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo (Neves, 2018, p. 11).

Portanto, na terminologia do historiador Fernand Braudel, pode-se afirmar que o tempo hegemônico nas cidades é de curta duração, contemplando o ritmo dos acontecimentos, ao passo que o tempo do interior seria de longa duração, referindo-se às estruturas sociais, políticas, econômicas e simbólicas que se perpetuam ao longo de décadas ou até mesmo séculos.¹⁶² Isso não significa que o tempo de longa duração é inexistente nos centros urbanos, mas sim que o tempo acelerado adquire maior destaque – sobretudo para o indivíduo –, sendo favorecido pela incorporação paulatina da ciência e da técnica no cotidiano. Além disso, com a industrialização e

¹⁶² BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

a formação da classe operária nas primeiras décadas do século XX, formam-se novas estruturas sociais e simbólicas, cuja longa duração se evidencia até os dias de hoje.

À medida que as cidades adotam programas de reforma e saneamento similares às que foram aplicadas no Rio de Janeiro, o problema do descompasso entre litoral e interior ocupa um lugar central nos debates em torno da questão nacional, pondo em dúvida a viabilidade do Brasil como nação. Para muitos intelectuais, as diferenças socioculturais e tecnológicas se tornavam tão explícitas que haveria o risco do país se dividir em dois, comprometendo seus esforços pela criação de um sentimento comum de nacionalidade. Segundo Lorena Ribeiro Zem El-Dine,

O estranhamento frente aos recônditos do país, identificado pelo signo da *barbárie*, não raro gerou entre alguns intelectuais o desconforto de não se reconhecerem como brasileiros. Em outros, suscitou ainda a urgência de se identificarem como “caipiras”, opondo-se, deste modo, aos valores expressos pelo litoral. (El-Dine, 2010, p. 19, grifo da autora).

Ao mesmo tempo, destacavam-se as diferenças entre as regiões do norte e do sul, sendo as primeiras tidas como isoladas e inóspitas, em eterna luta contra uma natureza ingrata, e as segundas como polos civilizatórios, formados a partir da industrialização e do branqueamento. De acordo com Tania Regina de Luca, temia-se que essa segmentação resultasse na formação de tipos raciais distintos, diferindo-se não apenas em termos físicos como intelectuais e espirituais.¹⁶³

Essa preocupação ensejou perspectivas distintas sobre os sertões e o grupo étnico descrito pelos intelectuais como “caboclo” — isto é, o “sertanejo” ou “caipira”, designando a mistura entre negro e indígena. Nesse sentido, destacam-se duas imagens acerca do caboclo na visão das elites. A primeira, de caráter romântico, o idealizava como um tipo rústico e original de brasileiro, representando a “essência” da nacionalidade. Sob esta ótica, o Brasil era um paraíso rico e pacífico, cujo povo, humilde e cordial, seria naturalmente predisposto à agricultura e à vida no campo. Já a segunda visão, de caráter determinista, postulava a inferioridade racial do sertanejo, denunciando sua preguiça e indolência como reflexos da condição degenerada do

¹⁶³ Tania Regina de Luca, 1999, p. 194.

povo brasileiro.¹⁶⁴ Nessa versão pessimista, o Brasil aparece como uma nação fadada à incompletude, habitada por um povo que nada produzira de original e duradouro, sendo eternamente lesado pelo cruzamento racial com povos física e intelectualmente inferiores. Desse modo, o esforço para superar o atraso teria que ser tanto hercúleo como imediato; por outro lado, essa necessidade tornava os brasileiros propensos a imitar e valorizar cegamente tudo que fosse do estrangeiro em detrimento do nacional.¹⁶⁵

Essas perspectivas traziam consigo diversos sentidos associados ao “sertão”. No período analisado, esse termo possui uma designação mais ampla, referindo-se a quaisquer regiões interioranas ocupadas por populações em situação de miséria e vulnerabilidade. Assim, longe de restringir-se ao norte e nordeste,¹⁶⁶ os sertões contemplavam tanto as regiões menos habitadas e vastas do território nacional como as periferias de centros urbanos e zonas rurais de cada estado, podendo “começar na beira da capital da república, como também na cidade do país que mais se desenvolvia, São Paulo” (El-Dine, 2010, p. 25).

No entanto, constata-se a presença de outros significados, precisamente relacionados ao “sertão” como representação, situando-o no imaginário das elites brasileiras. Nesse âmbito, o termo se destaca por seu tempo de longa duração, sendo presente nas ciências sociais, na historiografia e na literatura há séculos, constituindo uma categoria central nas interpretações sobre a formação histórica, social e cultural brasileira.¹⁶⁷

Entre os séculos XIV e XV, o termo “sertão” era utilizado pelos portugueses para se referir ao espaço vasto e desconhecido para além de Lisboa, assim como as regiões interioranas dos territórios conquistados, diferenciando-as das áreas costeiras, mais populosas. Porém, a partir do final do século XVII, com a expansão da economia mineradora, a reestruturação da burocracia lusitana e a reconfiguração dos núcleos urbanos na América Portuguesa, o termo adquire sentido pejorativo, referindo-se às regiões inóspitas do interior e à população

¹⁶⁴ A primeira visão veio a influenciar as concepções da medicina sobre o campo e o sertão na segunda metade do século XIX, concebendo tais regiões como lugares propícios à vida saudável e harmoniosa – em oposição à cidade, que seria o *locus* do vício, da doença e do caos (Lima; Hochman, 1996, p. 28).

¹⁶⁵ Tania Regine de Luca, 1999, p. 191.

¹⁶⁶ Mota, 2005, p. 37.

¹⁶⁷ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 145-151, 1995, p. 145.

“selvagem” que as habitavam, obstruindo os interesses da coroa portuguesa. Segundo Janaína Amado, esse significado continuou presente nos relatos de viajantes nativos e estrangeiros, de modo que, às vésperas da independência, o termo “sertão” ou “sertões”

(...) denotava “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente. (Amado, 1995, p. 148).

Dessa forma, a imagem do “sertão” é gradualmente construída em oposição ao “litoral”, de modo que ambos os conceitos se constituem como categorias ao mesmo tempo opostas e complementares, forjadas a partir do binômio civilização/barbárie. De acordo com Janaína Amado, “litoral” e “sertão”

(...) foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), “sertão” esvazia-se de sentido, tornando-se ininteligível, e vice-versa. (...) Para o colonizador, “sertão” constitui o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade. Que outro, porém, senão o próprio invertido, deformado, estilizado? A partir da construção de alteridades, durante os processos de colonização, os europeus erigiram e refinaram suas próprias identidades. (Amado, 1995, p. 159).

Esse jogo entre identidade e diferença é perceptível nas concepções das elites acerca do sertão no início do século XX. Seja de forma positiva ou negativa, enaltecendo ou condenando a figura do sertanejo, ambas as imagens se definem como projeções ideais, em contraponto às quais os sujeitos constroem e refinam suas identidades próprias. Nesse âmbito, destacam-se duas utopias, sendo uma delas referente a uma alteridade futura (representada pelo litoral) e a outra a uma alteridade passada (representada pelo sertão); enquanto os deterministas elegem o litoral como referência (consistindo este na alteridade a ser imitada, uma vez que se assemelha à “civilização”), os ufanistas se voltam para os sertões (compreendidos como as “verdadeiras raízes” da nacionalidade). Ambas as imagens assumem um alhures como referência, ambas contrastam com a “realidade” e ambas são uma forma de escapismo e legitimação, servindo para reafirmar a condição do sujeito – isto é, o romântico ou pessimista – em relação ao outro. Assim, em contraste com o sertão, os deterministas propunham sua alteridade ideal (civilização, pautada no universalismo), ao passo que, pelo (re)encontro com o sertão, os ufanistas

propunham uma versão própria de alteridade (calcada no “bom selvagem”, resgatando a singularidade da condição brasileira).

É importante ressaltar que essas imagens e perspectivas muitas vezes se confundiam, apresentando intersecções conforme as circunstâncias. Nesse sentido, é possível identificar uma terceira corrente, de caráter pragmático, impulsionada pelo movimento sanitarista e por intelectuais como Silvio Romero. Adaptando os pressupostos deterministas em seu favor, esse grupo depositava suas esperanças no saneamento e embranquecimento da população. Dessa forma, admitia-se a possibilidade de redenção, ainda que favorecendo o modelo europeu de civilização. No início do século XX, essa corrente adquire cada vez mais influência com as reformas urbanas e sanitárias, oferecendo uma saída honrosa ao problema da inadequação.

No entanto, a imagem persistente de um campo “vasto e inóspito”, ainda marcado pela “barbárie” e “degeneração”, gerava angústia entre as elites, impondo-lhes questões urgentes: afinal, seríamos fadados ao fracasso ou poderíamos nos redimir? Em que medida devemos nos basear no estrangeiro para forjar nossa identidade? O que fazer diante da constituição étnica do país e que efeito isso teria para o nosso processo civilizatório? Como agir com relação ao sertanejo: deve-se branqueá-lo ou incorporá-lo em um projeto de nação?

Em meio a essas questões, a literatura sugere um caminho promissor.

5.4. “O Brasil é um hospital”

Publicado em 1902 por Euclides da Cunha, *Os Sertões* gerou grande impacto entre os intelectuais brasileiros. Neste relato dramático e complexo da Guerra de Canudos (1896-1897), que opõe os extremos da civilização e do atraso a partir da cidade e do campo, o sertanejo aparece como figura retrógrada, e não degenerada. O caboclo não se caracteriza por uma suposta inferioridade racial, mas sim pela condição de isolamento. Essa distinção é fundamental, uma vez que, através dela, a inferioridade é temporalizada, definindo-a como um problema passível de resolução. Com efeito, bastaria sincronizar os tempos sociais do campo e do litoral

para que as massas retardatárias e brutas do interior fossem finalmente redimidas, tornando-as aptas a integrar a civilização.¹⁶⁸

No contexto de sua publicação, o relato de Euclides da Cunha e sua atuação como intelectual e militante chamou a atenção do pensamento médico para a influência de fatores externos no desenvolvimento de enfermidades e mazelas sociais. Segundo André Mota,

Esse ponto de vista, somado aos estudos e relatórios formulados por representantes da própria classe médica, levou à formação de uma verdadeira cruzada sanitária, que pretendia curar as doenças e igualmente edificar todos os elementos civilizatórios que não tinham chegado a todo o território nacional. O discurso patriótico mesclava-se em representações que reiteravam, por meio de determinações científicas, a possibilidade de transformação do país (Mota, 2005, p. 35).

Em 1912, motivados por essa nova abordagem, os médicos Belisário Penna (1868-1939) e Artur Neiva (1880-1943), sob a direção de Oswaldo Cruz,¹⁶⁹ levam a cabo e primeira de uma série de expedições médico-sanitárias por diversas regiões no interior do Brasil, tendo em vista o levantamento das condições de saúde e saneamento da população. O relatório dessa viagem foi reproduzido por Penna em uma série de artigos publicados entre 1916 e 1917 no jornal *Correio da Manhã*, junto com um amplo estudo das condições climáticas, socioeconômicas e nosológicas, fartamente documentadas por registros fotográficos.¹⁷⁰ As observações revelaram um quadro sanitário lastimável, agravado pela falta de infraestrutura e ignorância da população. Corroborando a visão de Euclides da Cunha, o sertanejo aparece como rústico, supersticioso e atrasado, marcado pela miséria e pelo alcoolismo, isolado da civilização e muitas vezes refratário a esta. A presença do governo federal seria expressiva apenas em seus aspectos coercitivos, ao passo que a população se via constantemente acometida pelas endemias rurais – em particular, a *tripanossomíase americana*, descrita pelo doutor Carlos Chagas (1879-1934) em 1909. Em meio a isso, constatava-se a ausência de um sentimento de identidade nacional.

Com esse diagnóstico, o sertanejo é visto como um indivíduo doente, e não degenerado. Suas enfermidades seriam favorecidas pelas péssimas condições sanitárias e pela falta de educação higiênica, sendo estas consequências do isolamento. Por conseguinte, o que

¹⁶⁸ Mota, 2005, p. 35; Lima; Hochman, 1996, p. 29.

¹⁶⁹ *Ibid.*, 2005, p. 36.

¹⁷⁰ Lima; Hochman, 1996, p. 29.

antes era interpretado como sinal de uma natureza preguiçosa e indolente passa a ser compreendido como sintoma de enfermidades reais, afetando não apenas a disposição do sertanejo ao trabalho como também sua aparência física e caráter moral. Desse modo, a imagem da doença aparece como fator associado à ideia de abandono,¹⁷¹ destacando a cura como única solução para a reabilitação de uma sociedade enferma. Segundo Vanderlei Sebastião de Souza:

O avanço das pesquisas bacteriológicas e os estudos sobre a patologia das moléstias tropicais contribuiriam também para reforçar a percepção dos sanitaristas, e da própria sociedade brasileira, quanto às possibilidades que o conhecimento científico apresentava enquanto ferramenta para regenerar a população nacional. Se, até então, a mestiçagem e o clima eram vistos como as principais causas da degeneração racial, a ciência demonstrava, agora, que o atraso do país estaria relacionado às doenças e a falta de saneamento. De uma interpretação determinista sobre os problemas sociais, a ciência abriria caminho para uma interpretação médico-sanitarista (Souza, 2006, p. 26).

Com essa visão, os médicos sanitaristas operam uma inflexão de suma importância no pensamento das elites, ao passo que afirmam sua posição como profissionais aptos à condução do interesse público, opondo-se à indiferença e incompetência de uma república oligárquica.

Certamente, o exemplo mais citado dessa inflexão é o caso do personagem “Jeca Tatu”, concebido por Monteiro Lobato para representar a figura preguiçosa e indolente do sertanejo. Sua aparição se deu em dois artigos publicados em 1914 no jornal *O Estado de São Paulo*, nos quais Lobato, em reação à idealização romântica do caboclo, expõe uma visão fatalista e racista sobre a população interiorana, denunciando-a como a principal praga nacional. Todavia, influenciado pela imagem do Brasil e do povo brasileiro construída pela campanha sanitarista, o autor não hesitou em se retratar, reabilitando o personagem em uma série de artigos publicados em 1918 no mesmo jornal. Ao rever seu posicionamento, ele deixa claro que o Jeca “de agora” representa o modelo do empresário moderno e capitalista, adotando a higiene como seu evangelho.¹⁷² Para Tania Regina de Luca, o personagem Jeca Tatu representou mais do que uma mera crítica aos românticos – e, posteriormente, aos deterministas. Ao seu ver:

O Jeca Tatu extravasou os limites da ficção para encarnar o anti-herói nacional, que incomodava na medida em que comprometia uma dada concepção da vida cabocla, rompia com o discurso ufanista a respeito do país e seus habitantes – como já o fizera Lima Barreto em *Triste fim de Policarpo Quaresma* –, e trazia à tona questões sobre a permeabilidade do Brasil à modernização, os caminhos a serem trilhados para atingi-la,

¹⁷¹ El-Dine, 2010, p. 25.

¹⁷² Lima; Hochman, 1996, p. 32.

as causas e os responsáveis pelo nosso descompasso; numa palavra, discuti-lo implicava ter por objeto o próprio país (Luca, 1999, pp. 62-63, itálico da autora).

A gravidade do quadro descrito por Penna e Neiva se torna ainda mais alarmante à luz dos debates sobre mobilização e recrutamento no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), cuja eclosão se deu apenas dois anos após a primeira expedição. Nesse âmbito, frisava-se urgentemente a necessidade de propostas que levassem a cabo a regeneração racial da nação, direcionando a atenção de amplos setores da elite e da classe média em favor da causa sanitaria. O discurso dos médicos se fazia presente nas páginas de periódicos e jornais de grande circulação, informando a opinião pública acerca dos problemas e contradições que acometiam a sociedade brasileira, denunciando indivíduos e instituições que obstruíam a ciência.

Foi com esse senso de urgência que, em resposta aos elogios ufanistas do caboclo, o Doutor Miguel Pereira (1871-1918), professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, declarou que “o Brasil é um imenso hospital”, conclamando uma “cruzada da medicina pela pátria”(Pereira apud Lima; Hochman, 1996, p. 24). De acordo com Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, essa fala é sintomática, uma vez que reflete as críticas cada vez mais frequentes à República, postulando a substituição da autoridade governamental pela do médico. Segundo os autores:

Os conhecimentos dos médicos-higienistas sobre a saúde dos brasileiros e sobre as condições sanitárias em grande parte do território nacional, revelados ao público em meados da década de 1910, nos absolviavam enquanto povo e encontravam um novo réu. O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos (Lima; Hochman, 1996, p. 23).

Assim, ao representar o sertão como um espaço marcado pela ausência do poder público, o objeto da crítica não é mais o sertanejo, mas sim as elites dirigentes e o sistema federalista, cujo caráter descentralizado contribuía para o isolamento e abandono de setores expressivos da população.

Por outro lado, à medida que as demandas da guerra tornam o atraso brasileiro ainda mais explícito, sinalizando a dependência do país em relação ao estrangeiro, o despreparo físico da população, a inaptidão do poder público e a própria carnificina sem precedentes provocam

reações de choque na opinião pública, contribuindo para o desgaste do modelo europeu de civilização. Diante do declínio de uma alteridade ideal calcada nos valores universalistas do liberalismo europeu e norte-americano, os intelectuais se voltam para a formação de uma nova alteridade, calcada na singularidade da experiência nacional. No entanto, ao contrário dos românticos, não se propõe o resgate de um estágio ideal — que precede a “queda do paraíso” —, mas sim a construção de um modelo original e autêntico de civilização, refletindo as demandas e problemas reais da nação.¹⁷³ Com efeito, surge um novo nacionalismo, o qual, preocupado com o redescobrimento e reafirmação dos princípios da nacionalidade, compreende o Estado Nação como seu meio e *locus* de realização.¹⁷⁴ De acordo com Tania Regina de Luca:

De uma exaltação contemplativa da beleza natural e das potencialidades ilimitadas da terra, passou-se a advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território (...). Proliferaram então discursos nos quais o Brasil interessava não pelo que era, mas pelo que poderia vir a ser (Luca, 1999, p. 40).

Sob esta ótica, o Brasil era compreendido como uma nação que ainda estaria em sua “infância”, percorrendo as primeiras fases de uma trajetória longa e tortuosa de realização. Nas palavras de Luca (1999, p. 40), “recorria-se a metáforas que insistiam na ideia de indefinição, desequilíbrio, agitação, instabilidade, desordem, ebulição, tumulto, consideradas típicas de um período de formação”. Nesse contexto, assim como a geração de 1870 o fizera, estes intelectuais outorgaram-se o direito exclusivo de desvendar e realizar os “verdadeiros sentidos” da nacionalidade, nem que para isso fosse necessário lançar mão de modelos e doutrinas políticas autoritárias. Segundo Vanderlei Souza (2006, p. 36), “calcado numa ‘força nativa’, os intelectuais visavam reconfigurar a consciência nacional como meio de ‘redescobrir’ as especificidades que formavam a nação brasileira”. Dessa forma, dotados de uma crença inabalável em suas atribuições e obrigações para com a nação, eles não hesitaram em se representar como figuras

¹⁷³ Skidmore, 2012, p. 240; El-Dine, 2010, p. 12; SOUZA, Vanderlei Sebastião. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências)-Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006, p. 36; STEPAN, Nancy L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 356.

¹⁷⁴ Lima; Hochman, 1996, p. 24.

messiânicas, a quem lhes caberia o fardo de salvar a população, liderando o país rumo ao progresso. Segundo Luca:

Por se considerarem os únicos capazes de interpretar corretamente o mundo, pareciam-lhes evidente que apenas eles dispunham da competência necessária para (re)colocar o país em sintonia com os seus *verdadeiros valores*. Essa vocação para conduzir os negócios públicos, de inspiração nitidamente iluminista, encontra-se manifesta nas explicações, sínteses, balanços, propostas e projetos que arquitetaram (Luca, 1999, p. 41, itálicos da autora).

Comprometidos com esse ideal comum, os intelectuais brasileiros se reuniram e se organizaram na forma de inúmeras ligas, reivindicando e propondo caminhos para a (re)fundação da nacionalidade, abordando questões como recrutamento militar, profissionalização do exército, alfabetização, saúde, higiene e ampliação do colégio eleitoral.¹⁷⁵ Uma dessas organizações foi a Liga Pró-Saneamento do Brasil, que, fundada em fevereiro de 1918 e dirigida por Belisário Penna, congregava membros da elite em torno de um projeto nacional que incorporasse o homem do interior. Entre seus sócios fundadores, encontravam-se membros da Academia Nacional de Medicina, catedráticos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, antropólogos do Museu Nacional, militares, educadores, juristas e o próprio Presidente da República, Venceslau Brás (1914-1918). O objetivo principal da liga era favorecer a criação de uma agência federal de saúde pública que “coordenasse efetivamente as ações de saúde pública em todo o território nacional e superasse os limites que constrangiam a ação da Diretoria Geral de Saúde Pública” (Lima; Hochman, 1996, p. 26).

Essa reivindicação expõe a insatisfação com o sistema federalista, que delegava aos poderes locais a responsabilidade pela saúde da população.¹⁷⁶ A Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) era o único órgão federal encarregado desse serviço,¹⁷⁷ cuja fundação, em 1897, se deu à luz de um relativo consenso acerca das péssimas condições de saneamento do interior e dos centros urbanos. No entanto, é apenas a partir de meados da década de 1910, com as expedições de Belisário Penna, as novas correntes nacionalistas e o desgaste político do regime republicano,

¹⁷⁵ Skidmore, 2012, pp. 230-231; Lima; Hochman, 1996, p. 24.

¹⁷⁶ Ao governo federal caberia garantir a saúde do Distrito Federal, a vigilância sanitária dos portos e a assistência dos estados da federação.

¹⁷⁷ Lima; Hochman, 1996, p. 25.

que a saúde passa a ocupar um lugar central na agenda política, criando condições para o crescimento de sua autonomia ministerial.

Assim, segundo Lima e Hochman, seria impossível dissociar o avanço do movimento sanitaria da críticas ao governo republicano. Se o federalismo teria propiciado a oligarquização da política, sendo incapaz de atuar diante do grave quadro sanitário e social, caberia à ciência – e, mais precisamente, à saúde pública – o papel chave numa nova organização nacional, privilegiando a eficiência na resolução dos problemas nacionais.

À medida que a causa sanitaria conquistava mais adeptos, surgem novas demandas sociais, exigindo modelos alternativos de intervenção. O acúmulo dessas demandas contribuiu para a redefinição do espaço dedicado às políticas de saúde pública na esfera federal, assim como a consolidação do sanitaria como classe profissional autônoma no interior da medicina. Em suma, levou-se a cabo a redefinição das estruturas institucionais do Estado e sua esfera de competência no que tange à saúde, assumindo a responsabilidade de reconstruir as bases da identidade nacional pela regeneração do corpo social.

5.5. Ideologias e utopias regionais: o caso paulista

O movimento sanitaria apresentou características institucionais e simbólicas que variavam de acordo com a região. Nesse sentido, convém abordar o caso paulista, cujas ideologias e utopias se fizeram particularmente influentes no movimento eugênico brasileiro, assim como no próprio processo de institucionalização da pesquisa e ensino médico no estado.

Assim como ocorrera na capital federal, a cidade de São Paulo dera início a um amplo projeto de reformas urbanas e sanitárias a fim de estabelecer o controle sobre os efeitos sociais de seu crescimento econômico, efetuando a higiene dos costumes e do espaço urbano. A cidade se expandia, os serviços se multiplicavam, a paisagem urbana se modificava e as tecnologias mais recentes se faziam presentes no cotidiano dos paulistas. A implementação de sistemas de esgoto e abastecimento de água foi simultânea ao aparecimento dos bondes, da iluminação elétrica, do telégrafo e do correio; por seu turno, na esfera cultural, as classes médias paulatinamente

adotavam um estilo de vida burguês, caracterizado pela valorização da higiene, da família nuclear, do lar e da austeridade moral. Nesse processo,

São Paulo sentia-se a mais jovem amante da belle époque, compondo, em detalhes de sua arquitetura e na transparência de seus vitrais e luminárias, a cidade-luz que iluminaria, no final do século XIX, junto com Rio de Janeiro e Buenos Aires, o continente apagado da América do Sul (Mota, 2005, p. 76).

Para Luiz Antônio de Castro Santos, a reforma da saúde pública no estado de São Paulo deve ser compreendida à luz dos interesses gerados pela economia cafeeira. Nesse sentido, os serviços de saúde tinham como objetivo inicial o estímulo à entrada de imigrantes, assegurando sua contínua afluência. Segundo o autor:

Os serviços e campanhas sanitárias estenderam-se por uma grande área, incluindo a capital do estado e várias cidades do interior, mas não alcançaram as áreas rurais até o final da década de 1910. Antes da Primeira Guerra Mundial, a oligarquia cafeeira recusou qualquer tipo de inspeção estadual das condições sociais e de saúde nas fazendas (Santos, 2004, p. 261).

Com a guerra, a redução da entrada de trabalhadores estrangeiros forçou os fazendeiros a cuidar das condições saúde e de trabalho nas fazendas, levando o governo estadual a aprovar, em 1917, um código de saúde rural que ampliava os serviços sanitários nas áreas agrícolas. A partir de 1920, a composição da força de trabalho seria transformada com a afluência de migrantes internos, vindos sobretudo de Minas Gerais e da Bahia. Assim, mais importante do que a entrada de estrangeiros era a salvação dos caboclos que se juntariam a estes nas lavouras, oferecendo uma bandeira para o movimento sanitarista em São Paulo.

A elaboração e implementação de tais medidas também foi favorecida pelo caráter sólido da estrutura partidária paulista, que possibilitava a mediação entre o governo estadual e as oligarquias com vistas a assegurar a unidade dos interesses políticos. No entanto, de acordo com Santos, ainda que as políticas de saneamento tenham sido inicialmente orientadas por interesses particulares, o governo estadual gradualmente adquiriu autonomia em relação aos fazendeiros, levando a cabo medidas sem o consentimento destes. Segundo o autor:

De um lado, a forte organização do partido traduzia os interesses das oligarquias em propostas concretas e assegurava sua aprovação em lei. Os passos iniciais dados pelo serviço sanitário em várias cidades da região do café e no porto de Santos foram uma

resposta às demandas dos fazendeiros. Mas, em contrapartida, à medida que as funções administrativas estaduais se tornavam mais complexas, e os serviços sanitários e as instituições de pesquisa mais produtivos, o aparelho estadual tomou a liderança da reforma sanitária, pressionando por programas de saúde que iam contra os interesses imediatos dos coronéis. Até 1917, a oligarquia do café recusava a inspeção nas fazendas por funcionários da saúde. Lenta, mas firmemente, os oligarcas foram forçados a ceder diante da inspeção sanitária. Naquele ano, o governo de São Paulo efetivamente usou o PRP para quebrar a oposição coronelista à aprovação de um código de saúde rural (Santos,2004, p. 264).

Diante disso, os serviços sanitários tiraram vantagem do clima ideológico e da opinião pública favorável para exercer maior controle sobre as áreas agrícolas na década de 1920.

Além desse aspecto político, São Paulo também se distinguiu por possuir um ambiente intelectual e científico propício ao desenvolvimento da saúde. Sua classe médica fora influenciada por correntes não ortodoxas do positivismo, favorecendo a elaboração de uma agenda política na qual a higiene e a educação pública se destacavam como prioridade. Os médicos dessa vertente compreendiam a importância dessas áreas como polos estratégicos de investimento, uma vez que não apenas visavam à formação e ao controle de mão-de-obra qualificada, mas também contribuíam para a manutenção da hegemonia paulista na federação, reafirmando São Paulo como o principal modelo civilizatório do país, representando o exemplo a ser seguido.¹⁷⁸ A consolidação dessa infraestrutura acadêmica, científica e física de padrão internacional foi possível graças a dois fatores principais: a fundação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo em 1912 e a relação desta instituição com a Fundação Rockefeller, cuja atividade filantrópica, não obstante presente em vários estados da federação, se deu de forma particular no caso paulista.

De acordo com Maria Gabriela S. M. C. Marinho,¹⁷⁹ a fundação da Faculdade de Medicina deve ser compreendida à luz de um processo amplo, iniciado nos primeiros anos do regime republicano. A consolidação de São Paulo como polo econômico no final do século XIX não se deu à luz de uma representação política correspondente, o que agravou as disputas entre as

¹⁷⁸ Santos, 2004, p. 262.

¹⁷⁹ MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. Elites em Negociação: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931). In: MARINHO, Gabriela S. M. C.; MOTA, André (Org.). **Caminhos e Trajetos da Filantropia Científica em São Paulo**: A Fundação Rockefeller e suas Articulações no Ensino, Pesquisa e Assistência para a Medicina e Saúde (1916-1952). São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

oligarquias paulistas e o exército na década de 1890. Nesse contexto, fazia-se necessária a implementação de um programa de ensino superior, tendo em vista a formação de quadros para gerir a estrutura social e econômica do estado – que se expandia e se tornava mais complexa com a urbanização. Com efeito, o decreto número 19, de 24 de novembro de 1891, sancionado pelo presidente do estado, Américo Brasiliense, dispôs da criação da Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia de São Paulo.

No entanto, com a queda de Marechal Deodoro da Fonseca e a subsequente deposição de Brasiliense, essa iniciativa não logrou êxito, resultando na descontinuidade dos projetos. Seguiram-se intensos debates entre membros da classe médica, política e jornalística, oscilando entre argumentos que salientavam a urgência de uma instituição de ensino médico e aqueles que apontavam para a escassez de verba pública para sua instalação. Nesse âmbito, assinalava-se a contradição do governo paulista, que alegava falta de recursos enquanto subsidiava escolas particulares de ensino superior.

A classe médica se valeu de todo arsenal simbólico e político em seu favor, frisando sua responsabilidade para com a regeneração da raça brasileira. Segundo Marinho (2013, p. 108): “A necessidade social do médico extrapolava, em fins do século XIX, a sua atuação individual e curativa, para assumir um papel destacado em relação às condições sanitárias”.

Pela lei n. 43 de 18 de junho de 1892, criara-se o Serviço Sanitário do Estado, órgão subordinado à Secretaria do Interior, responsável pela coordenação da assistência e socorro nos níveis preventivo e curativo. Pela mesma lei, instituíra-se o Instituto Vacinogênico (posteriormente conhecido como Instituto Butantã), assim como laboratórios de análise química e estudos bacteriológicos. No entanto, mesmo após essa lei, a situação permaneceu grave, ameaçando o influxo imigratório que permitiria a substituição da mão-de-obra negra, bem como a própria estrutura de produção nas lavouras de café. Assim, um dos fatores que motivaram a aglutinação de diferentes setores da elite em torno do projeto foi o evidente descompasso entre, de um lado, a “pujança” e “vitalidade” da economia paulista e, de outro, a precariedade da situação sanitária.

A fundação de uma instituição de ensino superior de medicina se deu apenas na gestão estadual de Francisco de Paula Rodrigues Alves, através da promulgação da lei n. 1357 de 19 de

dezembro de 1912, lançando as bases da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (FMCSPP). Em janeiro do ano seguinte, estabeleceu-se via decreto o regulamento da escola, nomeando para sua direção o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, figura de alto prestígio e influência na comunidade médica, que também ocupava os cargos de diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia desde 1894 e do Instituto Vacinogênico desde 1892.¹⁸⁰ A gestão de Carvalho se caracterizou pelo esforço de conferir base científica e experimental ao ensino médico, dando ênfase na pesquisa e no laboratório. Foi em virtude dessa pretensão, além da base científica, intelectual e econômica de São Paulo, que a Fundação Rockefeller estabeleceu seus primeiros contatos com a Faculdade, tendo em vista a implantação de um modelo de ensino e pesquisa que aprimorasse as políticas de saúde pública.

Uma das maiores e mais antigas instituições filantrópicas norte-americanas, a Fundação manteve uma atuação expressiva em diversos setores da vida social e política, não apenas nos Estados Unidos, mas também em outros países. Segundo Maria Gabriela S. M. C. Marinho, ela contribuiu – junto com a Carnegie Corporation – para o deslocamento do eixo de produção científica da Europa para os Estados Unidos no período entre guerras,

(...) financiando atividades em saúde pública, educação, ensino médico, psiquiatria, e ciências naturais – especialmente nos campos da genética, endocrinologia, fisiologia e estudos quantitativos em biologia, além de física e química aplicadas (Marinho, 2013, p. 90).

Fruto de uma das maiores fortunas pessoais já acumuladas na história dos Estados Unidos, sua fundação se deu em 1913, tendo como objetivo a centralização das ações filantrópicas da família Rockefeller, as quais vinham sendo sistemática e paulatinamente praticadas desde o fim do século XIX.¹⁸¹ Suas atividades internacionais são comumente associadas à expansão dos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos a partir desse período. Nesse sentido, sua vinda ao Brasil na década de 1910 coincide com a crescente

¹⁸⁰ A carreira de sucesso de Dr. Arnaldo Vieira atesta a notoriedade de seu prestígio entre a classe médica. Além de assumir a direção da Santa Casa de Misericórdia, da Faculdade de Medicina e Cirurgia e do Instituto Vacinogênico, fora um dos fundadores da Sociedade de Medicina de São Paulo em 1895 – da qual passou a ser vice-presidente honorário a partir de 1910 –, sócio fundador e membro permanente da Comissão do Instituto Pasteur de São Paulo, fundador e diretor dos Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia e Presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1919. Conf. Marinho, 2013, pp. 109-110.

¹⁸¹ Maria Gabriela S. M. C. Marinho, 2013, p. 96.

influência deste país na América Latina.¹⁸² De acordo com Elizabete Mayumy Kobayashi,¹⁸³ assim como outras instituições filantrópicas norte-americanas, a Fundação Rockefeller se apoiava sobre uma ética protestante que conciliava interesses comerciais e humanitários, de modo que

A filantropia científica/fundações filantrópicas eram consideradas “remédios” para aliviar os “males sociais de uma sociedade urbana”, ao mesmo tempo que, para outros, essas iniciativas eram uma maneira alternativa de perpetuar o poder e a riqueza já conquistados por seus patronos, além de poder influenciar nas políticas públicas, sob a égide do desinteresse científico (Kobayashi, 2007, p. 9).

Segundo Marinho (2013, p. 87), o objetivo da Fundação, no que diz respeito à Faculdade de Cirurgia e Medicina de São Paulo, era “introduzir no continente uma instituição-modelo de ensino voltada para a medicina experimental em conformidade com os critérios de excelência que a instituição vinha se encarregando de difundir em ações semelhantes em todo mundo”. Ainda que São Paulo já possuísse uma tradição de pesquisa em bacteriologia e higienismo – sobretudo por influência de Emílio Ribas, Adolfo Lutz e Arnaldo Vieira de Carvalho –, a Fundação foi instrumental para a incorporação e consolidação de um projeto pedagógico que assumia a saúde como espaço de pesquisa — e não apenas como clínica médica.

Para tanto, a Fundação teve que se adaptar a tradições pré-estabelecidas.¹⁸⁴ Sua primeira comissão de especialistas chegou à América Latina em 1915. Em 1916, duas novas comissões retornaram à região a fim de estabelecer contatos para a atuação no continente latino-americano. Os primeiros acordos com a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foram estabelecidos em 1918, tendo em vista o financiamento de instalações e programas de ensino e pesquisa. Deste primeiro vínculo resultou a fundação da cadeira e Departamento de Higiene, dando origem, posteriormente, ao Instituto de Higiene.¹⁸⁵ Nesse âmbito, o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho cumpriu um papel fundamental, uma vez que já se destacava como

¹⁸² Maria Gabriela S. M. C. Marinho, 2013, pp. 91-92.

¹⁸³ KOBAYASHI, Elizabete Mayumy. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como instrumento de regeneração nacional.** 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica)-Instituto de Geociências, Campinas, 2007.

¹⁸⁴ Elizabete Mayumy Kobayashi, 2007, p. 67.

¹⁸⁵ A partir de 1926 O Instituto se desvincula da Faculdade de Medicina de São Paulo, adquirindo autonomia administrativa. Em 1945, daria origem à Faculdade de Saúde Pública pelo decreto-lei n. 14.857 de 10 de outubro daquele ano. Conf. Marinho, 2013, p. 119.

proponente assíduo de um modelo de ensino laboratorial (voltado para pesquisa), divergindo da tendência teórica (voltada para a clínica), privilegiada no resto do país.¹⁸⁶

Sob os auspícios da Fundação, consolidou-se um modelo de ensino caracterizado pela redução do número de alunos, a adoção de regime de tempo integral e a vinculação do ensino clínico à estrutura de hospital-escola. Juntos, esses três fatores foram essenciais para assegurar uma base contínua e robusta para a capacitação profissional da classe médica paulista. Em 1925, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo é renomeada para Faculdade de Medicina de São Paulo. Em 1934, a instituição é efetivamente integrada à Universidade de São Paulo.

De acordo com Kobayashi (2007), a relação da Fundação com a Faculdade refletiu as demandas institucionais e políticas do estado, impulsionando a popularidade do movimento sanitário – e, como demonstrarei, do movimento eugênico. Para Santos (1985), a adequação da Fundação a uma infraestrutura política e acadêmica pré-estabelecida – ao contrário do que ocorrera na Tailândia e nas Filipinas – pode tornar compreensível o fato de não ter tido resistência significativa à sua atuação por parte de grupos nacionalistas.¹⁸⁷ Segundo Marinho (2013), as contrapartidas exigidas pela Fundação Rockefeller por seu apoio financeiro e logístico influenciaram profundamente no modelo de ensino e pesquisa adotado pela Faculdade, sobretudo a partir de 1925, quando este passa a ser efetivamente consolidado. Esse processo foi essencial para o delineamento de políticas públicas de saúde e higiene, tendo em vista o combate a epidemias e endemias que ainda afetavam a população, prejudicando a manutenção da força de trabalho. Eventualmente, a Fundação firmou acordos com outros estados ao sul do país, sob a supervisão do Departamento Nacional de Saúde Pública, ao passo que, em estados do norte e nordeste, diante da escassez de recursos, o governo federal teve de assumir a responsabilidade pelos acordos financeiros.¹⁸⁸

No entanto, é necessário abordar outra dimensão de suma importância para o encaminhamento das políticas de saúde no estado de São Paulo: as ideologias e utopias

¹⁸⁶ Gabriela S. M. C. Marinho, 2013, p. 111.

¹⁸⁷ SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, pp. 193-2010, 1985, p. 15.

¹⁸⁸ Ibid. 1985, p. 15.

mobilizadas pela intelectualidade paulista – e pela classe médica em particular – a fim de atribuir legitimidade às suas propostas no plano político, tanto regional como federal.

No que diz respeito ao imaginário, a elite fez amplo uso de uma concepção que vinha sendo construída desde as últimas décadas do século XIX, à medida que o estado passava por um processo intenso de urbanização: a ideologia bandeirante. Segundo esse pensamento, os paulistas se distinguiam por uma predisposição natural ao progresso, possuindo uma vocação empreendedora que remonta ao espírito desbravador dos antigos bandeirantes. Nesse âmbito, a importância da historiografia das bandeiras — produzida por literatos, juristas e historiadores entre os séculos XIX e XX — é fundamental, na medida em que favorece a construção de narrativas ideológicas sobre o passado paulista, destacando sua importância central para a formação social e política do Brasil moderno. Nesses textos, a escrita do passado frequentemente assume um formato épico e romântico, dando ênfase na biografia de indivíduos excepcionais, na genealogia das famílias mais prestigiadas e nos principais acontecimentos protagonizados por paulistas, atribuindo a estes uma força superior, que transcende seu tempo. De acordo com Antonio Celso Ferreira:

Essa obsessiva pesquisa das origens denota, enfim, tanto o investimento grupal na tradição, como a identificação subjetiva com o passado regional, uma vez que muitos dos autores descendiam das pessoas ou das famílias estudadas. Tal identificação era, quase sempre, o Porto Seguro para aqueles que se viam cercados por forças velozes e destruidoras, advindas da modernização: o cosmopolitismo, a imigração, as classes médias e populares, as multidões, a expansão urbana e a fugacidade dos valores sociais e morais (Ferreira, 2002, p. 128).

Desde as últimas décadas do século XIX, o esforço da intelectualidade paulista em legitimar a posição política, econômica e cultural privilegiada do estado através desse formato é notório, produzindo e divulgando sua historiografia a partir do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Museu Paulista e da Academia Paulista de Letras, além dos periódicos *Almanach Litterario* e *Revista do Brasil*. De acordo com Ferreira:

Aqueles que se colocaram à frente da criação dessas duas últimas instituições [Instituto Histórico e Geográfico e Museu Paulista] compartilhavam a crença na função luminosa que as ciências – naturais e humanas – poderiam exercer no desenvolvimento de São Paulo, mas tinham em mira algo que excedia tais expectativas. Servindo-se dos instrumentos ditados por elas, pretendiam fincar as raízes de um povo, as tradições de uma região e um porto seguro na avalanche modernizadora. Para tanto, era essencial buscar o amparo, especialmente, da geografia, da etnografia e da história, razão de ser do Instituto e do Museu. Nem por isso, esses homens letrados, poetas de velha data,

prescindiram das substâncias e modelos imaginativos literários, que há muito eram suas âncoras mais firmes (Ferreira, 2002, p. 97).

Assim, constrói-se uma identidade paulista marcada pela ideia de excepcionalidade, destacando seus valores heroicos e ousados, elegendo o bandeirante como seu pai fundador. De acordo com essa concepção, seria a São Paulo que o Brasil deve a sua formação, cabendo aos paulistas o fardo de liderar a nação rumo às utopias modernas de progresso e civilização.¹⁸⁹ Essa propensão natural haveria de consagrar o paulista como uma raça superior dentre aquelas que compõem o território brasileiro, visão que se faria presente no pensamento eugenista de muitos autores, sobretudo a partir da década de 1920. Segundo Tania Regina de Luca,

O alentador exemplo de São Paulo apontava para possibilidade de síntese, ou seja, tornar-se moderno, incorporando realizações e populações provenientes de 'áreas evoluídas', sem ter necessariamente que abdicar de um projeto de brasilidade (Luca, 1999, p. 201).

Veiculada na forma de poemas, almanaques, romances, novelas, estudos linguísticos, etnológicos e folclóricos, essa ideologia traduz uma certa cultura e mentalidade histórica regional, sendo institucionalizada em práticas sociais e simbólicas que se perpetuam até hoje.¹⁹⁰ Entre os autores que se engajaram nessa empreitada, destacam-se Euclides da Cunha, Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), Júlio Ribeiro (1845-1890), Valdomiro Silveira (1873-1841), Menotti del Picchia (1892-1988), Alfredo Ellis Junior (1896-1974), entre outros, ostentando conexões e atuações diversificadas nas esferas política, econômica e cultural de São Paulo. No início da década de 1920, estimulados por um novo sentimento ufanista e pela defesa da hegemonia paulista frente aos seus críticos, alguns desses autores formariam correntes do movimento modernista.

A metrópole civilizada aspirada pelas elites intelectuais e dirigentes, que simbolizava a pujança política e econômica das oligarquias bandeirantes, devia refletir as demais capitais e metrópoles mundiais. Para tanto, reconheceu-se a importância central do aparato médico-sanitário no processo de reestruturação da vida social, econômica e cultural do estado. As

¹⁸⁹ MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 81; Mota, 2005, p. 48; El-Dine, 2010, p. 12.

¹⁹⁰ FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 23.

instituições de pesquisa e ensino, as inspetorias de higiene, as organizações filantrópicas, ligas e associações médicas comprometeram-se integralmente com esse ideal, articulando o saneamento do meio com as pesquisas realizadas pelo Instituto Bacteriológico de São Paulo.

A criação do Serviço Sanitário, em 1891, representa o primeiro esforço de institucionalizar e centralizar as políticas de saneamento no estado. Em 1894 implementou-se um novo código sanitário, visando à regulamentação da higiene em espaços públicos, estabelecimentos comerciais, escolas e fábricas. Por seu turno, as habitações coletivas, por configurarem zonas de maior risco biológico, ocupadas por camadas “sujas” e “perniciosas” da população, receberam atenção especial das autoridades sanitárias, que estabeleceram a proibição e demolição dos cortiços e casas comuns. As consequências desse processo são reveladas pela segregação das camadas pobres, continuamente relegadas à periferia, ocupando espaços isolados dos serviços públicos essenciais.¹⁹¹

As regiões interioranas também foram objeto de intervenção durante a primeira década do século XX, ainda que, nesse caso, inúmeras disputas políticas entre os municípios e as autoridades estaduais prejudicassem a aplicação sistemática das políticas sanitárias.¹⁹² Apesar dos melhores esforços do então diretor-geral do Serviço Sanitário, o Doutor Emílio Marcondes Ribas — que se incumbiu de enfrentar as instâncias municipais pela aplicação de um projeto amplo de saneamento e higiene —, certas doenças e epidemias persistiram, assim como as resistências locais. Logo, o problema residia na forma como a centralização e aplicação das medidas de saneamento eram realizadas, fazendo uso do aparato coercitivo em meio à falta de diagnósticos precisos e à má gestão de recursos.¹⁹³ Paulatinamente, interesses políticos e econômicos se sobrepunham às políticas sanitárias, limitando-as a espaços que não interferissem no modelo agroexportador administrado pelas elites.¹⁹⁴ Ainda que muitas iniciativas tenham logrado pouco ou nenhum êxito, continuava-se a louvar a superioridade do aparato técnico-

¹⁹¹ Mota, 2005, p. 92.

¹⁹² Mota, 2005; VERZOLLA, Beatriz Lopes Porto. **Medicina, saúde e educação**: o discurso médico-eugênico nas teses doutorais da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo entre 1920 e 1939. 2017. 214 f. Dissertação (Mestre em Ciências)-Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-FEUSP, São Paulo, 2017.

¹⁹³ Mota, 2005, p. 64.

¹⁹⁴ De acordo com Mota (2005), a epidemia de lepra configura um dos maiores exemplos da ineficiência e diminuição de recursos destinados à profilaxia higiênico-sanitária. Por décadas, do final do Império à década de 1910, o problema não era devidamente reconhecido, diagnosticado e enfrentado pela comunidade científica.

instrumental das instituições médicas paulistas, bem como o status da capital como exemplo de metrópole higienizada, medicalizada e, portanto, civilizada. Sua nova aparência e padrão higiênico constituíam um novo corpo simbólico, em virtude do qual legitima-se a independência do estado em relação à esfera federal, bem como sua hegemonia na federação. Havia, nesse âmbito, um conflito expressivo entre os planos real e ideal, perpetuado luz de uma utopia – a paulicéia progressista e civilizada, na qual todos deveriam se inspirar – que cumpria funções ideológicas na estrutura social. Com efeito, reivindica-se, paradoxalmente, um projeto republicano cuja universalidade se caracteriza pela seletividade. Tratava-se, de fato, de um porvir que legitimava a permanência de determinadas relações de poder, ao passo que promovia mudanças em espaços limitados, privilegiando as classes médias e as elites.

Ao considerar a influência marcante desse arcabouço simbólico no projeto sanitário de reestruturação da saúde pública, Mota frisa que a reabilitação do Jeca representa mais do que a influência indelével do diagnóstico sanitário na opinião pública; expressa também a própria restauração do passado bandeirante, cujo legado cultural e genético é reivindicado pelos paulistas para legitimar sua imagem como empreendedores.¹⁹⁵ Favorecidos pela Providência, os paulistas, assim como seus ancestrais bandeirantes, assumem o fardo de realizar o destino manifesto da nação brasileira, desbravando o terreno inóspito do interior e submetendo a alteridade retrógrada e selvagem ao jugo da razão. De acordo com Mota:

Com esse destino traçado, os órgãos de saúde pública organizados em São Paulo no final do século XIX foram se estendendo por todo o interior do Estado, erradicando parte das moléstias, higienizando e diagnosticando, na medida do possível, os ambientes insalubres, contudo considerando alcançados os seus objetivos maiores. A avaliação positiva decorria do nível tecnológico do projeto médico-sanitário (formação de médicos e especialistas, nível de aparelhagem, pesquisas e estudos) e do que se considerava ser a natureza de todo esse processo: a própria origem de São Paulo (Mota, 2003, p. 83).

Por fim, a campanha pelo saneamento do Brasil se ampliou a partir de 1918 com a fundação da Liga Pró-Saneamento, marcando presença diária nos jornais e nas pautas do Congresso Federal. Em 1917 a Academia Nacional de Medicina (ANM) apresentou um relatório com sugestões para a campanha de saneamento no sertão, propondo a criação de um órgão

¹⁹⁵ Mota, 2005, p. 50.

autônomo para os serviços de saúde. Criticava-se a subordinação da saúde, via DGSP, ao Ministério da Justiça e Negócios Exteriores, propondo a criação de um Ministério de Saúde Pública, indiferente a assuntos políticos. Contudo, em razão de uma série de dificuldades e da urgência, sugeriu-se a criação de um Conselho de Higiene, encarregado de coordenar as ações de saúde e saneamento, garantindo a autonomia política, técnica, financeira e administrativa. O projeto foi criticado por inúmeros parlamentares, incluindo membros da ANM, os quais alegaram sua inconstitucionalidade ao ferir a autonomia dos estados e municípios.¹⁹⁶ Nesse sentido, o impacto provocado pela gripe espanhola foi decisivo, estimulando a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em dezembro de 1919, a partir do qual promoveu-se a reorganização e ampliação dos serviços sanitários federais — ainda que mantendo a necessidade de acordos com os estados para viabilizar os trabalhos de profilaxia e tratamento. Segundo Lima e Hochman,¹⁹⁷ essa conquista se deu pela influência da campanha liderada pela Liga, o efeito devastador da gripe espanhola, o empenho do Presidente da República e a constatação das elites intelectuais que, sem o apoio federal, apenas São Paulo poderia promover uma política eficaz de saúde.

Uma vez cumprido o objetivo de favorecer a nacionalização da saúde pública através da fundação do DNSP, a Liga foi extinta. A constatação do Brasil como país doente possibilitou o rompimento com as teorias deterministas e ufanistas, conferindo ao povo brasileiro a possibilidade de redenção. Embora tais intervenções, de início, tivessem como objetivo projetar a imagem de “progresso” no regime oligárquico — através das reformas urbanas e sanitárias na capital federal —, foi por meio das expedições ao interior que o movimento sanitarista se destacou como ator político relevante, propondo projetos calcados em demandas singulares da realidade nacional. Ao fim e ao cabo, a ciência que ajudara a legitimar o sistema federalista em um primeiro momento criava condições para sua contestação, unindo-se aos demais movimentos e correntes que, a partir da década de 1920, haveriam de reivindicar modelos alternativos de organização política, pautados em interpretações mais autênticas da realidade social e cultural brasileira.

¹⁹⁶ Lima; Hochman, 1996, p. 35.

¹⁹⁷ Lima; Hochman, 1996, p. 36.

No entanto, a despeito de seus esforços, o movimento sanitarista se retrai e se esfacela com o início do período Vargas, o que, segundo Santos, ocorrera por dois motivos.¹⁹⁸ Em primeiro lugar, os propagandistas “missionários” dos primeiros anos são incorporados à estrutura institucional do Estado, atuando através do Ministério da Educação e da Saúde Pública. Com efeito, constata-se a burocratização do movimento, reduzindo seu valor simbólico à medida que o Estado varguista se consolida. Em segundo lugar, o Estado Novo lança mão de um novo mito para a mobilização do imaginário nacionalista, o mito da “fronteira”, que substitui o “sertão” como *locus* de redenção.

Dessa forma, o autor destaca que a relevância política do movimento sanitarista reside em seus aspectos ideológicos e “não em suas realizações práticas, que não lograram a erradicação das endemias rurais” (Santos 1985, p. 11). Nesse sentido, a causa sanitarista cumpria uma função importante como “ideia-força avassaladora”, cuja função era favorecer a mobilização de amplos setores da elite em torno de iniciativas que visassem à redefinição e reorganização do aparelho estatal. Daí a postura militante e proselitista de seus principais adeptos – em especial de Belisário Penna.¹⁹⁹ Segundo Santos:

Longe de ser uma conquista pela cidadania, como se observa nas políticas de saúde dos tempos atuais, a primeira reforma sanitária no Brasil foi “outorgada” pelas elites que controlavam o aparelho de Estado. As medidas sanitárias contribuíram para mudanças estruturais – para a construção do Estado, para a mudança do perfil demográfico, para o dinamismo dos setores urbano e agrícola –, mas foram mudanças “pelo alto”, sem a participação popular (Santos, 2004, p. 284).

¹⁹⁸ Santos, 1985, p. 17.

¹⁹⁹ Santos, 1985, p. 10.

Capítulo 6

O movimento eugênico brasileiro

Se os homens tivessem consciência do que representa “casar e multiplicar” - o grande problema da felicidade estaria resolvido.

— Renato Kehl.²⁰⁰

O movimento eugênico brasileiro se desenvolveu a partir de preocupações e anseios muito similares aos do movimento sanitarista, de modo que muitos intelectuais consideravam os dois campos complementares, quando não iguais. Entre seus adeptos, figuravam-se não apenas médicos e higienistas como também juristas, jornalistas, empresários, educadores e engenheiros. Em um contexto político profundamente afetado por convulsões sociais, ao mesmo tempo marcado pela institucionalização da saúde e da ciência, as elites oscilavam entre o receio da degeneração racial e a esperança de que a ciência promoveria a ordem e o progresso nacional. Diante disso, a eugenia emerge como uma das principais ferramentas de intervenção racional, encarregando-se de esculpir o corpo social à imagem e semelhança de diferentes ideais de nacionalidade. Neste capítulo, focarei no processo de formação do movimento eugênico no Brasil, destacando suas ideias, acontecimentos e personagens centrais, bem como seu papel na reestruturação da saúde e da profissão médica. Mais precisamente, tentarei compreendê-lo a partir de seu arcabouço simbólico, composto por ideologias e utopias em torno do que seria — e deveria de ser — o Brasil.

No entanto, para levar a cabo essa tarefa, é necessário abordar alguns aspectos essenciais do pensamento racial das elites brasileiras, uma vez que suas ideias e representações exerceram influência substancial nas políticas de saúde e higiene no início do século XX,

²⁰⁰ KEHL, Renato. Educação e eugenia. **Boletim de Eugenia**, v. 1, n. 9, pp. 1-2, set. 1929, p. 2.

propiciando o surgimento de um enunciado eugênico *sui generis*. Ora, se a eugenia se caracterizava, desde sua elaboração por Francis Galton, pelo determinismo hereditário, de que modo os brasileiros puderam conceber um discurso eugênico, tendo em vista uma realidade social, histórica e cultural marcada pela miscigenação? De que forma, em um contexto intelectual e ideológico influenciado por novas ideias nacionalistas e antideterministas, a eugenia pôde se estabelecer? No que consistiu a eugenia brasileiro e que tipo de país ela vislumbrava?

6.1. Eugenia, sanitarismo e o pensamento racial na Primeira República

No início do século XX, as teorias deterministas eram dificilmente reproduzidas no Brasil da mesma forma que foram na Europa e nos EUA. Para a maior parte da elite, adotar posições radicais quanto à questão racial não era prudente, haja vista a realidade multirracial do país. De acordo com Skidmore (2012, p. 99), a visão desses grupos deixava claro que “uma coisa era dizer que os brancos (arianos) eram superiores e os negros, inferiores; mas outra, bastante diferente, era acrescentar que qualquer mistura das duas raças era intrinsecamente perniciosa”.

Com efeito, ao se distinguir do modelo segregacionista e birracial dos EUA, a sociedade brasileira impossibilitava a aplicação direta de tais teorias, uma vez que aceitá-las implicaria negar a viabilidade do Brasil como nação. Assim, para contrapô-las e, ao mesmo tempo, afirmar o país como candidato legítimo ao panteão das potências civilizadas, a maior parte dos intelectuais compreendia o Brasil como uma nação *em formação*, se constituindo por meio de um processo gradual de branqueamento.²⁰¹ Para os adeptos dessa tese, a superioridade da raça branca, uma vez cruzada com as demais raças, prevaleceria sobre os elementos inferiores, resultando no branqueamento progressivo da sociedade. Dessa forma, ao invés de resultar na degeneração e decadência social de um povo, a miscigenação é compreendida como um meio de solucionar o “problema do negro” no Brasil, concebendo uma população mestiça cada vez mais clara, capaz de adaptar-se física e moralmente à civilização. Daí a preferência pela imigração

²⁰¹ Skidmore, 2012; Schwarcz, 1993; Stepan, 1996; Souza, 2006.

como uma das principais ferramentas para orientar esse processo, privilegiando os cruzamentos que contribuíssem para o embranquecimento do povo brasileiro.

Como foi exposto, Silvio Romero foi um dos primeiros proponentes da teoria do branqueamento, ao passo que, contraditoriamente, admitia sua filiação com os maiores nomes do determinismo biológico. A partir dele, uma gama cada vez maior de intelectuais veio a adotá-la, elegendo-a – junto à campanha sanitarista e higienista – como uma das principais vias de regeneração nacional. Frente a isto, destaca-se a atuação do diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda (1846-1915), que, ao apresentar um relatório no I Congresso Universal de Raças em Londres (1911), argumentara em favor da superioridade do mestiço em relação ao negro. Segundo ele, o mestiço se encontrava assimilado de tal modo na sociedade brasileira que sua origem negra é esquecida em face às qualidades morais e intelectuais comparáveis aos dos brancos. No ano seguinte, com base na análise de dados do censo brasileiro, Lacerda estimou que, no decurso de um século, o negro seria extinto, restando não mais do que 3% da população “mulata”.²⁰²

Outro intelectual de grande destaque foi o jurista, sociólogo e historiador Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), para quem a sociedade brasileira, através da miscigenação, estaria passando por um processo de “arianização”. Viana se mostrava deferente perante os principais teóricos do determinismo racial e geográfico, tais como Gobineau, Lapouge e Ratzel, elogiando-os por sua grandiosidade e genialidade, mas isso não o impedia de afirmar que as raças “inferiores” poderiam ser gradualmente “purificadas” pelo cruzamento com as “superiores”.²⁰³ Por suas análises originais sobre a tese do branqueamento e sua militância política, Viana se consagrou como um dos autores mais lidos e prestigiados da época, sendo o maior exemplo de conciliação entre os pressupostos racistas de autores europeus e as particularidades da miscigenação.

Desse modo, pode-se afirmar que a teoria do branqueamento se define pelo descarte de duas premissas fundamentais da teoria racista de matriz anglo-saxã: o caráter inato das

²⁰² Stepan, 2004, p. 358; Skidmore, 2012, p. 111.

²⁰³ Skidmore, 2012, p. 278; STEPAN, Nancy L. **The Hour of Eugenics**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1996, p. 155.

diferenças raciais e a degeneração provocada pela mestiçagem.²⁰⁴ Com a exclusão desses dois elementos, as elites argumentavam que a miscigenação deveria ser reafirmada como traço característico da condição histórica e biológica brasileira, sendo a via mais adequada à construção de um Brasil moderno. Porém, o valor e finalidade atribuídos à miscigenação atestam o caráter conservador dessas teorias, uma vez que, ao privilegiar o branco como referência de pureza e superioridade, reafirma-se a manutenção da ordem social em favor das elites. De acordo com Stepan,

A fé da intelligentsia na capacidade de a ‘branquidade’ dominar a ‘negritude’ foi reforçada pelo continuado ‘sucesso’, tanto dos mecanismos informais de controle social da mobilidade dos negros como das formas mais institucionalizadas de repressão, tais como o uso da polícia para manter a ‘ordem’ social e racial até fins da década de 1930, momento em que as relações sociais e de poder foram reorganizadas dentro do novo Estado autoritário (Stepan, 2004, p. 359).

Na visão desses intelectuais, em contraponto à agressividade e desumanidade do racismo norte-americano, salienta-se a cordialidade e a harmonia como marcos da identidade étnico-cultural brasileira, naturalizando o caráter paternalista, autoritário e hierárquico das relações raciais à luz de uma concepção do brasileiro como homem afetuoso, modesto e subserviente.²⁰⁵ À medida que a Primeira Guerra Mundial chamava atenção para o atraso socioeconômico do país e a nova corrente nacionalista emergia, as teorias deterministas foram adaptadas ou abandonadas em favor de perspectivas mais otimistas, privilegiando uma visão “original” sobre a realidade nacional, ainda que mantendo o pressuposto racista e higienista.

No entanto, em que pesem as adaptações e concessões, o determinismo ainda se encontrava presente em certos setores da elite, ensejando visões pessimistas de futuro entre o final do século XIX e a década de 1910. O médico e darwinista social Nina Rodrigues é um dos principais exemplos desse grupo. Um dos maiores doutrinadores racistas de sua época, pioneiro no campo da medicina legal e autor do primeiro estudo etnológico sobre o negro no Brasil,²⁰⁶ Rodrigues, apesar de mestiço, denunciava o sentimentalismo de abordagens que buscavam redimir a condição biológica de inferioridade do negro. A esse respeito, sua postura determinista

²⁰⁴ Skidmore, 2012.

²⁰⁵ Stepan, 2004, p. 357; Stepan, 1996, p. 154.

²⁰⁶ Skidmore, 2012, p. 102.

extrapolava o campo teórico, influenciando seus trabalhos sobre medicina legal – nos quais propunha a imputação de graus variados de responsabilidade ao infrator de acordo com seu caráter inferior ou superior. Apesar de não condenar o mestiço de forma geral, seu diagnóstico sobre a presença do negro é fundamentalmente negativo, expressando-se de forma pessimista. Suas ideias se fizeram presentes em debates acirrados em torno da imigração entre as décadas de 1890 e 1920, embasando políticas restritivas à entrada de determinados grupos étnicos — sobretudo asiáticos e africanos.

Concomitantemente, à medida que a urbanização e industrialização estimulavam o crescimento populacional nas cidades, problemas como alcoolismo, prostituição, indigência e crime se agravaram, sendo interpretados por esses pensadores como mazelas resultantes da inferioridade moral e racial das camadas menos favorecidas. Ao seu ver, a grave desigualdade social e a crise sanitária que acometia os setores mais vulneráveis da população— composto, em sua maioria, por mestiços e negros — não decorriam da exclusão e da exploração social a que essas camadas eram submetidas, mas de suas predisposições biológicas à promiscuidade, criminalidade e vagabundagem. Soma-se a isto as revoltas e greves que se multiplicaram ao longo das duas primeiras décadas do século XX, intensificando os temores das elites e das classes médias em torno de uma possível sublevação social. Por conseguinte, a repressão policial foi ampliada e aprofundada, agravando as tensões entre as camadas menos e mais favorecidas.

É nesse contexto que uma série de medos antigos e novos são mobilizados no imaginário social das elites: enquanto negros e mestiços eram tradicionalmente representados como vagabundos, loucos, bêbados e preguiçosos, os operários e imigrantes começam a ser retratados como agentes subversivos perigosos.²⁰⁷ Juntas, essas duas camadas não apenas ameaçavam os interesses econômicos e políticos das elites dirigentes como punham em xeque suas aspirações ideológicas; isto é, contestava-se a utopia de um Brasil moderno, civilizado e racional, apto a juntar-se às demais nações. Assim, para favorecer a ordem social e o progresso econômico, articulam-se imagens ideológicas e utópicas em torno da ciência, destacando seu papel como promotora de um novo mundo — cujo caráter restritivo se revelava no interesse de manter

²⁰⁷ Stepan, 2004, p. 337.

determinadas estruturas de poder operantes. Como foi abordado, em nenhuma outra profissão essa ideia era tão presente como na do médico. Para Beatriz Verzolla,

Diante do caos gerado por essas transformações fazia-se necessário, para os representantes do Estado, o restabelecimento do equilíbrio e da ordem, a busca por uma sociedade que desenvolvesse o modo de produção capitalista, sem ser prejudicada pela luta de classes. Assim, os médicos seriam os responsáveis por promover a saúde dos corpos, contribuindo no adestramento das mentes, na adequação de comportamentos e na imposição de novos hábitos, criando distinções claras entre as classes sociais. Desde meados do século XVI, o medo das doenças e a culpa foram sentimentos que passaram a fazer parte da vida da população e foram resgatados, então, para apoiar a afirmação de normas médicas no cotidiano da sociedade (Verzolla, 2017, p. 38).

Diante disto, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a saúde adquire um objetivo político, mobilizando medos antigos e novos com o fito de promover a cura e a “limpeza” da nação. As imagens formadas em torno da doença foram associadas a práticas sociais desviantes, sendo a regeneração compreendida como readequação aos padrões biossociais de normalidade. Evidenciavam-se, de tal modo, as aspirações prometeicas dos médicos e sanitaristas que, munidos de sua vocação científica, encarregar-se-iam de moldar não apenas o espaço como o próprio caráter social e racial do povo brasileiro.

Em um contexto marcado por tais preocupações, anseios, temores e esperanças, as ideias eugênicas floresceram no Brasil, assumindo diversas formas e associações com outras correntes intelectuais e movimentos sociais. Sua presença geralmente se dava em debates acerca de questões raciais e sociais decorrentes da urbanização, industrialização e pauperização no contexto pós-Abolição, abordando temas como sexualidade, imigração, reprodução, puericultura, higiene, educação, saúde mental e física, entre outros. Desde cedo, a eugenia se constitui como discurso vinculado à comunidade médica, contribuindo para a legitimação e profissionalização de diversas áreas na saúde, sobretudo da medicina legal, da psiquiatria e da saúde pública. Entretanto, em virtude da situação racial brasileira, seu corpo teórico é consideravelmente eclético, misturando posicionamentos radicais e moderados, apoiando-se em pressupostos deterministas e não deterministas.

Dessa forma, não era incomum que certos autores adeptos da teoria do branqueamento também favorecessem medidas de eugenia negativa, visando ao controle reprodutivo das

camadas “inferiores”; concomitantemente, defensores do saneamento poderiam concordar com o diagnóstico pessimista de certas teorias racistas, vinculando a missão sanitária à regeneração do “estoque” hereditário. Em muitos casos, tanto “radicais” como “moderados” debatiam os principais dilemas associados à questão racial, apoiando a implementação de medidas restritivas — ainda que sua forma e condições de implementação variasse. Em razão disto, embora a eugenia brasileira tenha surgido num contexto intelectual marcado pelo declínio das ideias deterministas, os debates permaneciam intensos e os campos de adesão variados, sendo o único consenso a necessidade imperativa de promover a regeneração nacional por todos os meios possíveis, seja privilegiando a eugenia em relação ao sanitarismo ou tomando ambos como campos complementares.²⁰⁸

De acordo com a historiadora Nancy Stepan, essa mescla de posicionamentos e a aproximação entre eugenia e sanitarismo constitui um traço peculiar do movimento eugênico no Brasil, sendo reflexo da influência preponderante das ideias neolamarckistas sobre os intelectuais brasileiros.²⁰⁹ Como foi atestado, o determinismo da eugenia se baseia na suposição de que o meio não exerce influência na formação e transmissão das características individuais. No decorrer das primeiras décadas do século XX, as conclusões apresentadas pelos trabalhos de August Weismann e Gregor Mendel corroboraram essa hipótese, contribuindo — sobretudo nos países anglo-saxões — para a refutação do lamarckismo e o aumento da popularidade da eugenia na comunidade científica.²¹⁰ No entanto, segundo Stepan, a lei dos caracteres adquiridos continuou presente na biologia e na medicina francesas desse período, o que se deu tanto em virtude da influência profunda das teorias lamarckistas na França como das dificuldades no tratamento de certas patologias humanas — como por exemplo a sífilis, cujo efeito sobre a prole era tido como indício de transmissão hereditária.²¹¹ Uma vez que o campo da genética surgia e se definia a partir das conclusões suscitadas pelo mendelismo, o lamarckismo é forçado a se adaptar, reivindicando influência sobre determinadas questões ainda incertas. Forma-se, pois, o

²⁰⁸ PRIOR, Tamara. *Contra a Decadência: O mito da Virtude Eugênica*. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. (Org.). **Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades**. São Paulo: Coleção Medicina, Saúde & Sociedade, 2013, p. 91.

²⁰⁹ Stepan, 1996; 2004.

²¹⁰ Prior, 2013, p. 89; Stepan, 2004, p. 346.

²¹¹ Stepan, 2004, p. 346.

neolamarckismo, designando o campo teórico dedicado à aplicação da lei dos caracteres adquiridos a problemas específicos da relação entre hereditariedade e meio.

Além da França, essa corrente também foi contemplada pela comunidade científica latino-americana — particularmente pela brasileira, cuja cultura e estrutura institucional fora diretamente inspirada pelos franceses. Ao fim e ao cabo, diante de uma profunda crise sanitária, de uma população largamente miscigenada e da necessidade de renovar a força de trabalho para a emergente indústria capitalista, os sanitaristas e médicos brasileiros incorporaram o neolamarckismo em suas pretensões eugênicas, postulando a associação direta entre fatores ambientais, sociológicos e hereditários. Dessa forma, sua “flexibilidade” teórica favorecia a formulação de políticas públicas de caráter social-reformista, satisfazendo as novas demandas socioeconômicas da acumulação capitalista.

Ao mesmo tempo, a união entre sanitarismo e eugenia ensejava o surgimento e expansão de novos campos de atuação na medicina, destacando o médico como missionário da ordem e do progresso, angariando o apoio de jornalistas, juristas, educadores, empresários e outros profissionais em suas iniciativas redentoras. Segundo Vanderlei Souza (2006, p. 28), ao associar-se à empreitada sanitária pelos sertões e cidades, “a eugenia garantia a um grupo de intelectuais brasileiros, sobretudo aqueles ligados à medicina social, um espaço de autoridade onde pudessem dar continuidade à implementação de políticas de saúde públicas”. Com isso, favorecia-se intervenções que visavam não apenas ao aprimoramento das condições de saúde e habitação como também dos costumes e valores da população, versando sobre os hábitos higiênicos e o tratamento de “vícios sociais” — tais como alcoolismo, promiscuidade e criminalidade. Nesse sentido,

o estilo neolamarckiano da eugenia era também congruente com a moralidade tradicional, o que o torna ainda mais atraente no Brasil. Como o estilo neolamarckiano de eugenia mantinha abertas as possibilidades de regeneração e um lugar para a ação moralizadora, encaixava-se bem na doutrina católica e permitia a fusão das linguagens moral e científica. Pobreza, doenças venéreas e alcoolismo podiam ser vistos como produtos tanto de condições sociais como de escolha moral (Stepan, 2004, p. 349).

Assim, fomentar-se-ia um conjunto amplo e diversificado de abordagens, reunindo profissionais não necessariamente vinculados à medicina, mas igualmente engajados no projeto de regeneração nacional por meio de reformas. Aquilo que representava uma flagrante

contradição com os princípios estabelecidos por Galton e seus discípulos era, para os brasileiros, um meio de compreender a nação em sua singularidade, mobilizando setores distintos da sociedade civil em torno de demandas econômicas, políticas e ideológicas pré-existentes.

Essa eugenia, portanto, reconhecia a importância da educação sanitária e sexual, da higiene, da prática de exercícios e da puericultura, promovendo medidas que visavam não apenas à seleção dos grupos superiores em detrimento dos inferiores como também ao condicionamento físico e mental do corpo coletivo. Assim, ao favorecerem a articulação de intervenções sanitárias, educacionais e higiênicas com medidas negativas — tais como a imposição de restrições à imigração e ao cruzamento de determinados grupos —, os eugenistas brasileiros se compreendiam como os sucessores de figuras heróicas como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, incumbindo-se de expandir e modernizar seu legado.²¹²

Contudo, ainda que a preferência pelos pressupostos lamarckistas e pela teoria do branqueamento constituísse maioria entre os intelectuais da década de 1910, deve-se levar em conta uma gama de fatores regionais que influenciaram o caráter e extensão das ideias eugênicas, bem como sua relação com o sanitarismo. Um dos exemplos mais expressivos nesse sentido é o de São Paulo, cujo perfil ideológico dos profissionais e instituições médico-sanitárias foi em grande parte influenciado pela noção de “excepcionalidade paulista”, discurso que assume caráter expressamente racista.²¹³ Ademais, até o final da década de 1920 — com a evolução dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que deram fim à Primeira República, somados à influência das ideias eugenistas dos EUA e da Alemanha —, certos eugenistas e sanitaristas assumiram posturas mais radicais em determinadas questões, favorecendo a adoção da eugenia negativa. A seguir, tratarei da história do movimento eugênico e suas principais correntes com mais detalhe.

²¹² Souza, 2006, p. 28.

²¹³ Mota, 2005; Verzolla, 2017.

6.2. Dos primeiros anos à Sociedade Eugênica de São Paulo

É possível que as ideias de regeneração e aprimoramento já tivessem se manifestado durante os últimos anos do Império, impulsionadas pela crítica intelectual e ideológica dos literatos da geração de 1870. No entanto, sua formulação propositiva se dá apenas no final da década de 1890, quando o então deputado federal, Dr. Agostinho José de Souza Lima (1842-1921), pronunciou-se perante a Academia Nacional de Medicina em favor de uma lei que tornasse obrigatório o exame médico pré-nupcial, impondo a proibição do matrimônio aos indivíduos diagnosticados com tuberculose, sífilis e outras doenças infectocontagiosas.²¹⁴

Souza Lima ministrava cursos nas Faculdades de Medicina e Direito do Rio de Janeiro, assumindo o cargo de diretor de Higiene e da Assistência Pública Municipal do mesmo estado em 1894; havia sido membro titular da Academia Imperial de Medicina, da qual fora presidente entre 1883 e 1889, e presidiu a Academia Nacional de Medicina entre 1896 e 1897 e entre 1900 e 1901.²¹⁵ Seu perfil representa o primeiro de muitos quadros prestigiados e influentes da comunidade médica em favor do movimento eugênico.

A princípio, essas ideias careciam de uma definição formal. Não havia uma associação direta entre seus pressupostos e a eugenia — tal como era conhecida e divulgada no exterior. No contexto das expedições sanitárias da década de 1910, elas adquirem destaque na imprensa e no meio acadêmico, associando-se às correntes nacionalistas que se comprometiam com um novo projeto de regeneração nacional. O quadro sanitário deplorável dos sertões e das cidades, agravado pela explosão demográfica, pela desigualdade social e pelo abandono de amplos setores da população, exigia a criação de novas organizações e instituições destinadas à produção e aplicação do conhecimento científico. Com isso, foca-se não apenas no aprimoramento do arcabouço técnico-teórico dos pesquisadores, privilegiando abordagens empíricas e trabalhos originais, como na maximização e diversificação das intervenções médico-sanitárias, contemplando todas as esferas da vida social. É nesse âmbito que os primeiros trabalhos sobre eugenia são publicados, os quais, ainda que modestos, se provaram marcantes.

²¹⁴ Souza, 2006, p. 34.

²¹⁵ Prior, 2013, p. 91.

Em 1912, Horácio de Carvalho publica um artigo no jornal *O Estado de São Paulo*, no qual expõe algumas considerações gerais sobre a organização e atuação do movimento eugênico na Inglaterra. Um ano depois, o Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães (1873-1943), professor da Faculdade de Medicina da Bahia e diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, profere uma conferência intitulada “Pró-eugenismo” em Salvador. Em 1914, o filólogo João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, empregou pela primeira vez o termo “eugenia”, privilegiando-a em detrimento de “eugênica” – cuja forma derivava de uma tradução mais próxima do inglês, “*eugenics*”.²¹⁶ No mesmo ano, sob orientação do Dr. Miguel Couto, o médico Alexandre Tepedino defendeu, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a tese “Eugenia”. Em 1916, o eugenista inglês Charles W. Arminstrong publicou um opúsculo intitulado “Melhoremos a nossa raça”, no qual apresentava os principais preceitos da proposta eugênica, reivindicando sua aplicação no Brasil.

Essa primeira fase de artigos, conferências e teses já indicava a influência expressiva do nacionalismo nas pretensões eugênicas, lançando mão de uma série de imagens que remetem ao ideal almejado de civilização e progresso, destacando a responsabilidade do Estado e das instituições públicas como os principais promotores desse sonho. Com efeito, o tom das manifestações em seu favor é frequentemente apaixonado, revelando um movimento social em vias de formação. Esse aspecto se torna explícito em uma das passagens da tese de Tepedino, na qual o autor afirma:

É crime contra a civilização, o descuido da geração de amanhã! Os governos têm moralmente a obrigação de zelar pelo futuro da raça, pela qualidade dos homens, pela saúde da população. O legislador de hoje não pode ignorar os fenômenos biológicos da hereditariedade. E a eugenia é a religião nova que dirige os destinos da raça humana, de modo a torná-la mais bela, mais moralizada, mais inteligente (Tepedino, 1914 apud Souza, 2006, p. 30).

Logo, a causa eugênica, não obstante protagonizada por médicos e sanitaristas, dependeria do esforço conjunto de autoridades políticas e judiciárias, assim como de membros da imprensa, encarregados de conscientizar a sociedade civil acerca do tema, frisando sua importância indelével para o futuro de um Brasil moderno e saneado. Nesse âmbito, nenhum

²¹⁶ Souza, 2006; Prior, 2013.

outro divulgador foi tão dedicado e bem-sucedido como o médico Renato Ferraz Kehl (1889-1974).

Nascido em Limeira, graduou-se pela Escola de Farmácia de São Paulo em 1909 e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1915. Ao longo de sua prolífica carreira como médico e intelectual, Kehl atuou em consultório particular e como propagandista da indústria química, mas adquiriu maior fama como o principal divulgador da eugenia no Brasil, organizando eventos, apresentando conferências, publicando materiais de divulgação, fundando instituições e correspondendo-se com inúmeros intelectuais, tanto brasileiros como estrangeiros. Ao seu ver, a educação moral, mental e física seria a tríade que salvaria a nação brasileira de seus infortúnios.²¹⁷ Seu objetivo era contribuir para a institucionalização do movimento eugênico, estabelecendo a eugenia como base para políticas públicas em saúde e educação. Sua primeira iniciativa nesse sentido foi a conferência intitulada “Eugenia”, apresentada em São Paulo a convite da Associação Cristã de Moços. Posteriormente, sua fala foi publicada na íntegra pelo *Jornal do Comércio*, gerando maior repercussão no meio intelectual paulista.²¹⁸

No entanto, artigos e conferências não seriam suficientes para assegurar o grau de mobilização pretendido por Kehl. Fazia-se necessária a criação de uma organização que reunisse e representasse todos aqueles comprometidos com a fé eugênica. Logo, no dia 15 de janeiro de 1918, realiza-se a sessão inaugural da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada por Renato Kehl e presidida pelo Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920). Como fundador e diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Arnaldo foi instrumental para angariar o apoio da elite médica, conferindo legitimidade e prestígio à entidade.

Reunindo mais de 140 membros, em sua maioria médicos paulistas, a Sociedade se definia como “organização científica” comprometida com o estudo e aplicação da eugenia no Brasil, tratando de questões relativas à hereditariedade e evolução, assim como de projetos de lei que versavam sobre as diversas influências sociais em relação ao caráter físico, moral e intelectual do povo. Para tanto, também se voltava para a divulgação das ideias eugênicas entre o grande público, sondando seu grau de aceitação pela opinião pública.²¹⁹

²¹⁷ Prior, 2013, p. 92.

²¹⁸ Souza, 2006, p. 32; Stepan, 2004, p. 341.

²¹⁹ Souza, 2006, p. 33.

De acordo com Stepan,²²⁰ mais importante do que o tamanho da Sociedade é seu quadro de associados. Apenas dois não possuíam o título de doutor, não havia membros do sexo feminino e vinte membros não eram paulistas – entre os quais Victor Delfino, fundador da eugenia na Argentina, e Carlos Enrique Paz Soldan, pioneiro da medicina social no Peru, que participavam como correspondentes.²²¹ Essa associação revela uma rede bem estabelecida de contatos no meio intelectual, ainda que o perfil profissional, regional e nacional de seus membros fosse limitado.

O cargo de Secretário Geral foi ocupado por Kehl, ao passo que a vice-presidência coube aos médicos Olegário de Moura, Bernardo Magalhães e Luis Pereira Barreto. Para assegurar maior projeção à entidade, nomes como Belisário Penna, Amâncio de Carvalho e Agostinho de Souza Lima foram aceitos, atuando como importantes divulgadores da eugenia no meio carioca, além de Afrânio Peixoto, Juliano Moreira e Antonio Austregésilo — figuras vinculadas à medicina legal e psiquiatria no Rio de Janeiro. Também se juntaram a estes o sanitarista e pesquisador, Artur Neiva; o Senador da República, Alfredo Ellis; o médico e cientista do Instituto Butantã, Vital Brazil; e o sociólogo, Fernando Azevedo.²²²

A fundação da Sociedade contou com amplo apoio da imprensa. Jornais como *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulista* e *Jornal do Comércio*, bem como a *Revista Brazil-Médico* e a *Revista do Brasil*, contribuíram com artigos, comentários e anúncios referentes à entidade.²²³ Júlio Mesquita, diretor e proprietário d' *O Estado de São Paulo*, era genro do Dr. Arnaldo Vieira, o que poderia explicar, conforme a historiadora Pietra Diwan,²²⁴ a ampla publicidade dispensada ao movimento eugênico pelo jornal paulista.

Dessa forma, a Sociedade Eugênica foi fundada sobre uma rede de conexões intelectuais estabelecidas por vínculo profissional, institucional, econômico, político e familiar. De janeiro de 1918 a dezembro de 1919, a entidade se reuniu quatro vezes no Salão Nobre da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo, a fim de discutir questões como imigração, hereditariedade, saneamento, educação física, degeneração, estética, exame médico pré-nupcial e males

²²⁰ Stepan, 2004.

²²¹ Stepan, 2004, p. 340.

²²² Souza, 2006, pp. 34-35; Stepan, 2004, p. 350.

²²³ Souza, 2006, p. 33.

²²⁴ Diwan, 2003, p. 39.

provocados por “vícios sociais” – tuberculose, sífilis e alcoolismo.²²⁵ Além das reuniões, uma série de artigos foram publicados na imprensa e realizaram-se conferências em escolas e associações. Apesar do esforço comum de divulgação, os debates eram intensos, prevalecendo o tom nacionalista e apaixonado dos membros sobre a nova ciência que, articulada com a higiene e o sanitarismo, promoveria a regeneração integral da raça brasileira. Tomado pelo entusiasmo, Kehl declarou nas páginas do jornal *Estado de São Paulo* que as atividades realizadas na Sociedade estariam contribuindo para que a eugenia deixasse de ser uma utopia diante dos “incrédulos”.²²⁶

Nas reuniões, diversas imagens vinculadas ao imaginário nacionalista e cientificista foram empregadas a fim de legitimar a reestruturação das práticas médico-sanitárias, destacando a eugenia como aliada indispensável. Uma conferência realizada pelo médico Rubião Meira exemplifica essa relação:

O máximo objetivo, senhores, que nos reúne sob o teto auspicioso desta agremiação, que hoje lança o seu primeiro brado do comando e inicia a arregimentação de suas forças, é o aperfeiçoamento de nossa raça, a cultura física aprimorada de nossa gente, o levantamento de nossas energias futuras, a constituição de um povo forte e valentemente argamassado na sua organização plástica, de um povo sadio, esbelto, sacudido, liberto de sobrecargas hereditárias, imune de taras malsãs (...). Foi preciso que no velho continente, essa malfadada guerra, que é vergonha do século da civilização e da luz, inundasse de torpezas, de barbárie e de crueldades, e ensangüentasse de lodo as terras, com o opróbrio de vilanias nunca vistas, para que nós nos convencêssemos da necessidade de nos congregarmos todos em torno desse ideal sublime, que é a nacionalização do nosso povo (...), fortalecendo e elevando o vigor de nossa raça (Meira, 1919, p. 49-50 apud Souza, 2006, p. 36-37).

O uso de metáforas militares — “brado de comando” e “arregimentação de suas forças” — em defesa da “constituição de um povo forte e valentemente argamassado na sua organização plástica”, livre de “sobrecargas hereditárias” e “taras”, evoca a utopia do corpo saudável e racional. Livre de impurezas, essa massa orgânica e unitária, maleável de acordo com os desígnios do sujeito que a idealiza, se constituiria, pois, de corpos e mentes dóceis, aptas ao desempenho de funções preestabelecidas.²²⁷

Ao mesmo tempo, a associação entre sanitarismo e eugenia é patente, chamando atenção para as influências neolamarckistas de muitos membros. De modo geral, ambos eram

²²⁵ Souza, 2006, p. 38.

²²⁶ Souza, 2006, p. 77.

²²⁷ Verzolla, 2013.

compreendidos como campos iguais ou complementares; este é o caso de Olegório de Moura, para quem “sanear é eugenizar”, definindo eugenia e saneamento como meios de aplicar a “ordem e progresso”.²²⁸ Nesse sentido, interpretava-se a eugenia como mais um ramo da higiene.²²⁹ Segundo Vanderlei Souza:

No final dos anos 1910, o discurso sanitaria e a crença nesse poder salvacionista do laboratório, reforçariam a convicção na capacidade da ciência em resolver os grandes problemas nacionais. Neste contexto em que a confiança profética no poder dos “homens de ciência” se afirmava, em que o pensamento sanitaria se transformava numa ideologia da construção da nacionalidade, os eugenistas encontrariam um solo fértil para propagarem suas ideias e se estabeleceram no campo científico brasileiro, assumindo um importante lugar no discurso regenerador da nação (Souza, 2006, p. 27).

Nesse âmbito, de acordo com o autor, o movimento eugênico brasileiro não se formalizou a partir de debates no campo teórico, abordando questões como hereditariedade e variabilidade, mas sim a partir de um contexto ideológico favorável, estabelecido através do cientificismo e do movimento sanitaria, refletindo as demandas sociais, econômicas e políticas das elites dirigentes. Essa observação é de suma importância para um estudo sobre imaginário, pois revela que o processo de institucionalização da eugenia no Brasil foi inicialmente favorecido pela adoção e exaltação de uma pauta ideológica comum, a despeito das discordâncias. Isto é, ainda que as propostas se diferenciavam ou se chocassem, o comprometimento com a questão nacional, lançando mão da ciência e da imprensa como recurso de redenção e conscientização, manteve-se constante, forjando uma identidade que, até a década de 1920, tornar-se-ia autônoma em relação ao movimento sanitaria.

Por seu turno, ainda que as medidas de teor negativo não tenham se manifestado com tanta frequência e intensidade nessa primeira fase do movimento eugênico brasileiro, elas se fizeram presentes em meio aos debates sobre imigração, segregação e obrigatoriedade do exame pré-nupcial. No caso da esterilização, por mais que não tenha sido aplicada pelo Estado, era abertamente defendida e divulgada nos manuais e compêndios de higiene, especialmente a

²²⁸ Souza, 2006, p. 44.

²²⁹ Stepan, 2004, p. 348.

partir de meados da década de 1920.²³⁰ De acordo com Nancy Stepan, entre as décadas de 1910 e 1920

os eugenistas brasileiros discutiram algumas vezes aborto, controle de natalidade e até esterilização, como medidas eugênicas para controle dos indivíduos inadequados. Psiquiatras, especialistas em medicina legal e criminologistas estavam particularmente inclinados a levantar a questão da esterilização para controle da reprodução dos indivíduos ‘grosseiramente’ degenerados (Stepan, 2004, p. 352).

De todo modo, o início do movimento eugênico brasileiro parecia promissor. As conferências, pronunciamentos e artigos da Sociedade Eugênica de São Paulo foram reunidos em um volume intitulado *Annaes de Eugenia*, publicado pela *Revista do Brasil* — à época, dirigida por Monteiro Lobato. Contudo, com a morte de Arnaldo Vieira e a mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro, o entusiasmo do primeiro ano se esvaziou, contribuindo para o encerramento de suas atividades.²³¹

A partir de então, o movimento eugênico passa por uma fase de fragmentação, difundindo-se por meio de associações e organizações vinculadas aos campos da psiquiatria, saneamento e educação.

6.3. Fragmentação e difusão na década de 1920

Como foi visto, os traumas gerados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) contribuíram para o esgotamento dos valores liberais e humanistas, levando à crise da ideia de progresso e dos preceitos universalistas do Iluminismo. Logo, o otimismo que marcou as classes médias na primeira década do século XX cede lugar ao pessimismo, fundamentando uma descrença cada vez maior no sistema republicano. Assim como ocorrera com a geração de 1870, novas figuras se destacam no cenário artístico e intelectual, reivindicando a necessidade de se repensar o sentido da nacionalidade, propondo modelos alternativos de organização social e política. Ao invés de assumir o estrangeiro como referência, uma parcela expressiva desses

²³⁰ Mota, 2003.

²³¹ Diwan, 2003; Stepan, 2004; Souza, 2006.

intelectuais se voltou para a realidade brasileira, influenciada – dentre outros fatores – pelo “novo Brasil” que teria sido revelado pelas observações de Belisário Penna e Artur Neiva.

No entanto, se essa nova empreitada contribuiu para o declínio dos pressupostos deterministas que marcavam o pensamento racial e social das elites, constata-se, por outro lado, a defesa persistente de medidas restritivas e coercitivas, fundamentadas pela tese do branqueamento e por uma série de preconceitos e medos sociais. Em particular, o determinismo se manteve influente na medicina legal e na psiquiatria, cujas ideias e propostas ainda adotavam Lombroso e Nina Rodrigues como referências de peso. Assim, ainda que a ineficiência e incompetência do regime republicano fossem paulatinamente evidenciadas pela campanha sanitária, as críticas à República não favoreciam modalidades mais democráticas de intervenção, mas sim autoritárias, aplicadas de forma unilateral e vertical, partindo de um poder público central.

Nesse contexto, ainda que não fosse institucionalmente organizado, o discurso eugênico continuou a ser divulgado entre a elite e certos setores da classe média, especialmente por meio de médicos e sanitários envolvidos com questões relativas à higiene e saúde pública. Embora a maior parte das opiniões favorecesse abordagens mais “moderadas”, defendendo – a partir de uma perspectiva neolamarckista – o branqueamento e a educação higiênica da população, alguns posicionamentos de eugenia negativa se fizeram presentes, especialmente no que diz respeito à imigração e à obrigatoriedade do exame pré-nupcial.

Nesse âmbito, a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1922 foi um marco importante, uma vez que se constituiu como um novo espaço de produção e difusão da eugenia. De acordo com Stepan, o objetivo original de seu fundador, o médico Gustavo Riedel, era “promover a ‘nova’ psiquiatria para ampliar o escopo da profissão psiquiátrica na vida cotidiana e realizar um programa de higiene mental, particularmente para os pobres e os criminalmente insanos” (Stepan, 2004, p. 343). Suas atividades tratavam de temas relativos à “higiene mental”,²³² contemplando discursos e práticas com vistas ao tratamento dos “vícios sociais” e

²³² De acordo com Gustavo Q. Tarelou, o termo “higiene mental” deriva de uma compreensão mais ampla da missão regeneradora assumida pela psiquiatria, para a qual a “melhoria da raça” não dependia apenas do controle da natalidade ou fiscalização das moléstias hereditárias, mas deveria contemplar a educação e o saneamento. Assim, os defensores dessa vertente entendiam que “a preservação do bem-estar da mente era tão fundamental quanto a

suas consequências nefastas sobre a população. Fenômenos como prostituição, delinquência juvenil, alcoolismo, doenças venéreas, desnutrição e criminalidade eram objetos de análise e intervenção dos membros da entidade.

Segundo Pietra Diwan, a organização foi moldada a partir de outras ligas e associações psiquiátricas da época, compondo um quadro tão prestigiado quanto o da Sociedade Eugênica que a precedeu. Reunindo médicos, juristas, políticos, educadores, empresários e jornalistas, muitos nomes são familiares:

Juliano Moreira, diretor do Sanatório de Saúde Mental; Miguel Couto, presidente da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro; Fernando Magalhães, professor de Ginecologia e Obstetrícia da Escola Médica do Rio de Janeiro; Carlos Chagas, “descobridor” da doença de Chagas e diretor do Instituto Oswaldo Cruz e do Departamento Nacional de Saúde Pública; Edgar Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional; e os psiquiatras Henrique Roxo e Antonio Austregésilo estavam entre os mais de 120 associados da LBHM em 1929 e, sem dúvida, representavam a elite médica e científica do Rio de Janeiro (Diwan, 2007, p. 104).

A princípio, as discussões versavam sobre medidas de saneamento e educação, identificadas com a eugenia preventiva. Porém, ao longo dos anos, posições favoráveis à eugenia negativa se tornam mais frequentes, sendo manifestadas por indivíduos como Afrânio Peixoto, Juliano Moreira e Antônio Carlos Pacheco e Silva, assim como o psiquiatra Ernani Lopes, que assume a presidência da Liga a partir de 1929. Gradualmente, os projetos da Liga ultrapassaram as aspirações iniciais de seus membros – referentes ao tratamento e assistência aos doentes – e começaram a contemplar ações preventivas e negativas.²³³ A amizade de Ernani Lopes com Renato Kehl – também filiado à organização – é um indício dessa transição, ampliando o escopo das discussões sobre eugenia. Essa mudança é também perceptível pelas páginas do jornal oficial da Liga, *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, publicado entre intervalos longos a partir de 1925. No primeiro volume, Juliano Moreira manifestou sua indignação frente à entrada de grupos indesejados no Brasil, cobrando a implementação de mecanismos e medidas de fiscalização. Era

luta contra a malária ou a febre amarela, por exemplo” (Tarelow, 2011, p. 4). Conf. TARELOW, Querodia Gustavo. A moral, a política e algumas questões científicas presentes no Hospital Juquery: Abordagens de Pacheco e Silva (1923-1950). **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 51, pp. 1-12, dez. 2011.

²³³ WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p. 263-288.

inútil, argumentava o autor, investir em políticas de saúde mental se o influxo de indesejáveis permanecia elevado, resultando no acúmulo de problemas sociais como criminalidade, delinquência, loucura, prostituição e alcoolismo.²³⁴ Da mesma forma, Pacheco e Silva²³⁵ alertava para o risco de caos social provocado pela entrada de grupos portadores de vícios e “taras”, afirmando que, ao favorecer a imigração restritiva, seria possível selecionar aqueles cuja condição biológica e social fosse mais favorável à formação racial da nação.

Com efeito, de acordo com Diwan (2007, p. 104), os psiquiatras “colocavam no mesmo nível fenômenos de natureza distinta, como a miséria e a loucura”, supondo que a pobreza era causada por uma série de “vícios sociais” que deveriam ser controlados, tratados e erradicados, recorrendo a intervenções diretas ou indiretas. As campanhas contra o alcoolismo são um dos maiores exemplos desse fenômeno, associando o consumo excessivo de bebida alcóolica à população pobre e negra. Desse modo, a situação de vulnerabilidade, miséria e exclusão desses setores se daria em virtude de sua predisposição hereditária a desenvolver vícios morais e sociais, contribuindo para o aumento da criminalidade, promiscuidade e loucura.

Nesse âmbito, uma parcela expressiva dos posicionamentos deterministas se dava em torno da higiene mental. Particularmente defendida por médicos associados à medicina legal, essa vertente postulava uma associação direta entre fatores biológicos e a criminalidade, justificando a implementação de medidas preventivas e restritivas contra indivíduos e grupos considerados socialmente desviantes. Afrânio Peixoto foi um dos autores mais prolíficos nesse campo. Discípulo de Nina Rodrigues – o eminente patrono da medicina legal no Brasil –, Peixoto advogava por uma profilaxia penal, assegurada pela cooperação entre as ciências médicas e jurídicas.

²³⁴ Souza, 2006, p. 62.

²³⁵ Pacheco e Silva fora uma das principais figuras do alienismo paulista. Associado a movimentos conservadores, nacionalistas e cientificistas de seu tempo, possuía laços familiares na política local e nacional, gozando de elevada influência no meio intelectual e institucional da psiquiatria paulista. Em 1923, assumiu a administração do Hospício Juquery, no atual Franco da Rocha, onde executava tratamentos com Eletroconvulsoterapia e Malarioterapia. Em 1926, fundou a Liga Paulista de Higiene Mental (associada à Brasileira), em 1930, tornou-se diretor do Departamento de Assistência aos Psicopatas de São Paulo e, em 1934, fora indicado para integrar a Assembleia Nacional Constituinte, onde defendeu a implementação de uma legislação eugênica, propondo esterilização de doentes mentais e obrigatoriedade de exame médico pré-nupcial. Sua atuação política foi ampla, sendo um dos diretores da Liga Anticomunista Internacional e um dos apoiadores do Golpe Civil-Militar de 1964. Para acessar um perfil crítico e biográfico completo de Pacheco e Silva, conf. Gustavo Q. Tarelow, 2011, op. cit.

Segundo Luis Ferla (2009), é necessário lembrar que a medicina legal – assim como outras áreas da saúde – passou por um processo radical de expansão e institucionalização entre as décadas de 1920 e 1930, contemplando abordagens que versavam sobre dois objetos principais, a saber:

(...) aqueles que se relacionavam de alguma maneira com o comportamento humano, como os exames de delinquentes, de homossexuais, ou de trabalhadores problemáticos, e os demais, compreendendo uma ampla gama de possibilidades, como a verificação da idade de cadáveres, a causa da morte, a perícia em armas de fogo, a determinação de lesões pré-existentes em acidentes de trabalho ou a identificação de criminosos por marcas de impressão digital (Ferla, 2009, p. 67).

Segundo o autor, a ótica biodeterminista “buscava, em última análise, a coisificação do comportamento, a sua tradução em variáveis objetivas passíveis de medição e determinação”,²³⁶ favorecendo a imposição de um programa-utopia de inspiração positivista.²³⁷

Enquanto os intelectuais da Liga Brasileira de Higiene Mental discutiam questões teóricas e propositivas, promovendo os preceitos sanitaristas e eugênicos, outros intelectuais se engajavam na esfera política, articulando-se em prol de uma legislação que contemplasse tais interesses. Em 17 de agosto de 1926, o jornalista e historiador Alfredo Ellis Jr. (1896-1974) tomou providências nesse sentido. Na condição de deputado estadual, submeteu à Assembleia Legislativa paulista um projeto de lei que regulamentava a criação de um “aparelhamento científico” com vistas a estudar os imigrantes que ingressavam no estado. Sua expectativa era de que tal conhecimento pudesse favorecer a seleção imigratória de grupos física e mentalmente aptos.²³⁸

Ellis Jr. era filho do médico e cafeicultor Alfredo Ellis — uma das figuras mais prestigiadas e proeminentes da elite dirigente, além de ex-membro da Sociedade Eugênica de São Paulo. Na década de 1920, Ellis Jr. abandonou a profissão jurídica para se juntar à imprensa paulista. Enquanto trabalhava no *Correio Paulistano*, estabeleceu as bases de sua carreira política

²³⁶ Ferla, 2009, p. 67.

²³⁷ Ferla (2009) aborda o intrincado processo de institucionalização da medicina legal em São Paulo, bem como as influências teóricas da Escola Positivista na criminologia e na psiquiatria, cuja missão seria contemplar a sociedade em sua totalidade, promovendo a normalização paulatina do corpo social – seja pelo tratamento ou prevenção.

²³⁸ EL-DINE, Lorenna Ribeiro Zem. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna e Menotti Del Picchia, 1926. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl., dez. 2016, p. 243-252.

e literária, promovendo-se como um intelectual engajado e prolífico, intimamente envolvido com os temas nacionalistas que marcaram sua época. Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia Paulista de Letras, tendo publicado duas de suas principais obras até meados da década: *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano* (1924) e *Raça de Gigantes* (1926). Com essas obras, ele rapidamente se consagrou pela produção de narrativas históricas que legitimavam a hegemonia política e econômica de São Paulo, promovendo a ideia de que os paulistas seriam uma “sub-raça superior”, formada a partir de uma miscigenação que favoreceu elementos como empreendedorismo e ousadia. Influenciado pelas teorias deterministas na sociologia, biologia e geografia, Ellis Jr. afirmava que o sucesso dessa mistura deve ser atribuído, entre outros fatores, à miscigenação entre povos indígenas e portugueses, relegando aos negros um papel marginal na formação da sociedade paulista. Ao mesmo tempo, à medida que dava ênfase à miscigenação, Ellis Jr. também afirmava que o meio exercia influência na formação social e biológica das coletividades, mostrando-se adepto das premissas neolamarckistas. Segundo Lorena El-Dine:

Alfredo Ellis Junior costumava definir-se como adepto de um ecletismo teórico, não considerando conflitantes as contribuições específicas do darwinismo, do lamarckismo e do mendelismo. Em sua opinião, as seleções natural e social (darwinismo), a influência do meio sobre os caracteres hereditários (lamarckismo), como também o esquema de transmissão das características genéticas, com base nas relações de dominância e recessividade (mendelismo), configuravam forças distintas que teriam agido em favor da eugenia racial da população paulista (El-Dine, 2016, p. 246).

Dessa forma, o processo civilizatório de São Paulo seria o exemplo *sui generis* de uma “miscigenação eugênica”, sendo resultado de uma série de fatores que, embora contraditórios, funcionaram no caso paulista. Ainda de acordo com a historiadora, a ambiguidade dessa interpretação é patente, uma vez que Ellis Jr. negava a validade do determinismo no caso paulista como meio de afirmá-lo para todos os demais casos.²³⁹

Outra esfera de atuação do discurso eugênico foi a puericultura, versando sobre a educação higiênica de crianças e jovens. Ao abordar as intervenções médicas nesse campo, a historiadora Beatriz L. P. Verzolla destaca a importância da escola e da cultura escolar como áreas

²³⁹ El-Dine, 2017, p. 86.

de intervenção biopolítica, tendo em vista a construção de uma nova consciência coletiva através da regulamentação dos corpos físicos. Nesse âmbito, a autora afirma que

(...) a figura da criança era tida como a esperança da regeneração nacional e desejava-se estabelecer um padrão de “criança higienizada” por meio da educação física e da promoção de outros hábitos saudáveis, que levariam à formação de um corpo apto. As crianças eram alvo das esperanças dos trabalhadores que almejavam mudanças sociais, o que reforçou a propagação de hábitos considerados sadios, a fim de garantir uma força forte e combativa. Os jovens estavam no centro das práticas educativas por sua potência como geradores de descendentes fortes e combativos e para evitar sua degeneração física e moral, o que colocaria em risco o futuro da espécie e a mudança da sociedade (Verzolla, 2013, p. 53).

Assim, essa empreitada não tinha como objetivo familiarizar as crianças acerca de hábitos higiênicos, mas sim introjetar uma certa percepção sobre o corpo individual e coletivo, favorecendo sua gestão e docilidade.²⁴⁰ Para cumprir esse objetivo, a criança deveria ser submetida a um regime de vigilância amplo e constante, promovendo iniciativas educativas a fim de regulamentar seus hábitos, valores, costumes, crenças, funções e movimentos. De acordo com Nancy Stepan (2004, p. 351), “a popularização da palavra ‘puericultura’ e a nova ênfase no bem-estar das crianças e na saúde materna estiveram, no Brasil da década de 1920, intimamente associadas com a eugenia”. Nesse âmbito, Verzolla (2013, p. 53) salienta que a puericultura podia ser definida como ramo da Higiene Geral, sendo um instrumento utilizado para “garantir a prevenção de doenças, o aprimoramento do regime alimentar e o cuidado pré-natal, desde as primeiras fases da vida infantil, contribuindo, dessa forma, para a preservação e aperfeiçoamento da raça” (Verzolla, 2013, p. 53).

Com este objetivo, leva-se a cabo uma série de práticas voltadas à normatização de aspectos como vestimenta, nutrição, higiene e comportamento, assim como preferências estéticas e valores morais. Esse processo se daria pela repetição diária de tarefas e exercícios, tendo em vista a memorização e internalização dos princípios ensinados.

Ao analisar um conjunto de materiais didáticos, Verzolla identificou uma série de elementos que cumprem essa função normatizadora. No livro *História Natural ou o Brasil e suas riquezas e algumas noções de hygiene: para uso das escolas*, publicado pelo médico e professor

²⁴⁰ Verzolla, 2013, p. 52.

Waldemiro Potsch em 1923, é possível encontrar a descrição detalhada de moléstias como varíola, sífilis, lepra e tuberculose, inculcando o sentimento de medo e culpa no leitor. Ainda que apresente uma linguagem acessível, Verzolla constata que o conteúdo do texto tem caráter punitivo e moralizante; a profilaxia do corpo seria a obrigação de todo cidadão saudável, sendo a doença interpretada como o resultado infeliz da negligência ou ignorância do indivíduo.

Outro material, o livro *Album Infantil: o livro das crianças*, publicado por Augusto Wanderley Filho em 1929, apresenta um sistema de classificação social que se define por uma série de oposições (saudável e enfermo, limpo e sujo, bonito e feio), educando as crianças por meio de dicotomias entre conceitos negativos e positivos. Para ilustrá-los, as páginas exibem imagens de crianças personificando figuras caricatas do imaginário popular: o médico, o estrangeiro, o analfabeto e a criada. Enquanto o médico e o estrangeiro são representados como figuras brancas, bem vestidas e educadas, o analfabeto e a criada são representados como crianças mestiças e negras, aludindo à miséria e ignorância.²⁴¹

Em ambos os casos, constata-se o emprego de representações preconceituosas e racistas, cujo propósito é estabelecer distinções claras entre padrões étnicos e culturais de matriz “superior” e “inferior”, responsabilizando o indivíduo pelas condutas morais regeneradoras ou degenerativas. Ao mesmo tempo, o caráter esquemático e simplificado das oposições revela um dos traços associados ao conceito de ideologia, tal como levantados por Ricoeur: aprimorar a eficácia social das ideias que são inculcadas, formando o código interpretativo dos atores sociais. Concomitantemente, a tentativa de desqualificar e desautorizar métodos tradicionais de cura, ancorados em sistemas de valores e crenças profundamente arraigados, reflete o processo de imposição de um sistema simbólico sobre outro, estabelecendo os princípios “científicos” e “civilizados” como universalmente verdadeiros e absolutos. Com isso, os médicos e sanitaristas aprimoraram sua capacidade de “fazer crer”, instituindo novos critérios de inteligibilidade do real.

Como foi exposto, ainda que faltasse uma organização exclusivamente dedicada à eugenia na década de 1920, seu discurso se fez presente em uma variedade rica de campos e abordagens. De acordo com Vanderlei Souza, os eugenistas promoveram uma associação íntima

²⁴¹ Verzolla, 2013, p. 62.

entre eugenia, saneamento, psiquiatria, educação, medicina social e puericultura, deslocando-se entre abordagens mais moderadas e radicais, ao passo que mantinham a esperança de um futuro promissor, ditado pelo branqueamento. Desse modo, forjou-se um equilíbrio delicado, possibilitando o enaltecimento de uma “solução pacífica” para a questão racial brasileira, ao passo que ainda se defendia a eugenia negativa em determinados tópicos. Segundo o autor:

Por um lado, os eugenistas acionaram o discurso médico e sanitarista para explicar que a suposta inferioridade do homem brasileiro era devido às péssimas condições sociais e do meio, cuja regeneração poderia ser estabelecida com eficiência pela ação saneadora da eugenia. Por outro, os eugenistas entendiam que o “cruzamento racial” que estava se processando no território brasileiro não apresentava características degenerativas. Ao contrário, argumentavam eles, a “mescla racial” entre brasileiros e imigrantes bem selecionados produziria uma “miscigenação eugênica”, tendo como resultado a definição de uma “nacionalidade forte e varonil” (Souza, 2006, p. 63).

No entanto, esse equilíbrio seria abalado a partir de 1929, quando uma divisão teórica e ideológica haveria de se estabelecer entre os eugenistas: de um lado, aqueles que ainda se identificavam com o saneamento e o branqueamento, favorecendo a eugenia positiva e preventiva; de outro, aqueles que se identificavam com as teorias deterministas que se popularizavam nos EUA e na Alemanha, favorecendo a eugenia negativa e colocando-se contra a miscigenação.²⁴²

6.4. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: divergências ideológicas e teóricas

Entre os dias 1 a 7 de julho de 1929, realizou-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Academia Nacional de Medicina, presidida por Miguel Couto. O evento reuniu mais de duzentos inscritos, entre professores, médicos, biólogos, psiquiatras, jornalistas, escritores, deputados e representantes de instituições públicas de saúde, assim como delegados de países como Argentina, Chile, Paraguai e Peru.²⁴³

²⁴² Souza, 2006; Stepan, 2004; Diwan, 2007; Bizzo, 1995; Schwarcz, 1993.

²⁴³ Diwan, 2007.

Na mesma semana, realizou-se também a 4ª Conferência Pan-Americana de Higiene, Microbiologia e Pathologia, o 2º Congresso Pan-Americano de Tuberculose, o 10º Congresso Brasileiro de Medicina e o 1º Centenário da Academia Nacional de Medicina. Segundo Diwan (2007, p. 113), o objetivo do Congresso de Eugenia era “definir, através de consensos quais seriam as propostas para políticas públicas para o governo que se iniciaria no ano seguinte, mesmo com a crise política que resultaria na Revolução de 1930 e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder”.

Dividido em três seções – “Antropologia”, “Genética” e “Educação e Legislação” –, o evento foi marcado por inúmeras polêmicas que explicitaram divisões profundas no movimento eugênico. A seguir serão abordadas as principais contendas entre os eugenistas, bem como a radicalização das propostas eugênicas até meados da década de 1930 — quando o pensamento racial se transforma em decorrência das novas circunstâncias políticas e ideológicas introduzidas pelo Estado Novo.

De acordo com Nancy Stepan, a maioria dos médicos brasileiros não atuava como pesquisador. A medicina como profissão e campo de pesquisa ainda passava por um processo de institucionalização, sendo a carreira médica tradicionalmente escolhida pelo prestígio social que conferia à elite intelectual e dirigente. Segundo a autora, “como médicos, a maior parte dos eugenistas brasileiros estava na prática clínica; poucos tinham conhecimentos de primeira mão sobre genética, ou sequer liam alemão ou inglês fluentemente” (Stepan, 2004, p. 361). Em parte, isso explicaria a adesão tão generalizada dos médicos brasileiros ao neolamarckismo, uma vez que eram pouco familiarizados com a pesquisa empírica na genética. Contudo, a partir de meados da década de 1920, uma nova geração de cientistas se destaca em sua atuação profissional e intelectual, assumindo posicionamentos baseados em pesquisas recentes, realizadas no exterior.

No meio eugenista, a figura de maior destaque foi Edgar Roquette-Pinto, que exercera o cargo de diretor do Museu Nacional de Antropologia entre 1926 e 1936 e fora presidente do Congresso Brasileiro de Eugenia. Assumindo o mendelismo como premissa, posicionou-se contra vários de seus colegas neolamarckistas, efetuando a separação entre eugenia e higiene. No entanto, ao invés de valorizar uma em detrimento da outra, Roquette-Pinto postulava a cooperação entre os dois campos, afirmando que ambos visariam ao aprimoramento das

condições de saúde e da herança genética.²⁴⁴ Na sessão inaugural do Congresso, realizada no dia 1º de julho de 1929,²⁴⁵ afirmou que:

Durante muito tempo, supoz-se que o meio dominava os organismos, portanto a medicina e a hygiene resolveriam o problema da saude; mas a sciencia demonstrou haver alguma cousa que independe da hygiene: é a semente, a herança, que depende da *eugenia* (Roquette-Pinto, 1929, p. 11, itálico do autor).

Entretanto, ainda que aderisse aos pressupostos de Weismann e Mendel, Roquette-Pinto se opunha às medidas restritivas, favorecendo reformas sanitárias e educacionais como solução para a degeneração racial. Para ele, o objetivo da eugenia não era branquear, mas sim educar, de modo que os indivíduos “eugenicamente inclinados” pudessem voluntariamente tomar parte na purificação da raça.²⁴⁶

Outras figuras importantes associadas ao mendelismo destacaram-se nas pesquisas genéticas produzidas na Escola Agrícola de Queiroz, em Piracicaba. Octavio Domingues, vinculado ao Departamento de Zootecnia, assumiu importante papel como divulgador das concepções mendelianas no Brasil e como membro do movimento eugênico, no qual expressava suas críticas ferrenhas ao neolamarckismo. A respeito de seus colegas, ele lamentou que

Nossos cultivadores da eugenia estão seguindo um caminho errôneo, confundindo eugenia com hygiene individual e social, com ginástica, desenvolvimento físico individual, com esportes – assuntos que estão ligados à ciência de Galton, mas que não são propriamente eugenia (Domingues, 1929, p. 139 apud Stepan, 2004, p. 363).

Assim como Roquette-Pinto, Octavio Domingues favorecia a aplicação conjunta do saneamento e da eugenia.

Domingues era colega de outra figura importante entre os mendelistas, André Dreyfus, que se destacaria futuramente como um dos maiores nomes da genética brasileira. Em sua conferência intitulada *O estado actual do problema de hereditariedade*,²⁴⁷ realizada no Congresso Brasileiro de Eugenia, Dreyfus afirmou que, até pouco tempo, os estudos em

²⁴⁴ Souza, 2006, p. 161.

²⁴⁵ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Actas do Congresso de Eugenia: Acta da Sessão Inaugural. CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1. 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929. pp. 11-16.

²⁴⁶ Stepan, 2004, p. 371.

²⁴⁷ DREYFUS, André. O estado actual dos problemas de hereditariedade. CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1. 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929. pp. 87-97.

hereditariedade careciam de uma base sistemática e empírica como, por exemplo, na física. Com efeito, teria sido impossível deduzir a ocorrência de determinados fenômenos. No entanto, a situação atual seria outra, pois “as descobertas de Mendel permitiram estabelecer uma teoria biológica conduzindo a previsões que a observação e a experiência confirmaram” (Dreyfus, 1929, p. 87). Por isso, segundo o autor, seria correto dizer que os trabalhos de Mendel iniciaram uma era efetivamente “científica” no tocante à hereditariedade.

Surgia, portanto, uma divisão expressiva entre mendelistas e neolamarckistas na comunidade eugênica brasileira. Em especial, muitos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental se opuseram aos mendelistas, persistindo na defesa do saneamento e da educação higiênica como respostas ideais para a grave degeneração que acometia a raça brasileira. Contudo, o fato de serem mendelistas não fazia destes médicos e pesquisadores necessariamente adeptos de medidas mais restritivas. Como foi visto, Roquette-Pinto mostrava-se mais favorável à eugenia preventiva, estimulando cruzamentos eugênicos através da educação e higiene — o que o aproximava da teoria do branqueamento. Ademais, Roquette-Pinto se associara — junto com Gilberto Freyre — à escola culturalista de antropologia, liderada pelo antropólogo norte-americano Franz Boas (1858-1942), conhecido por suas opiniões críticas à eugenia. Octavio Domingues, por seu turno, também era adepto do branqueamento. No seu caso, ainda que defendesse o controle da natalidade e até mesmo a esterilização, não o fazia em bases raciais, mas sim individuais, dando preferência a uma eugenia positiva e preventiva.²⁴⁸

Entre os opositores do mendelismo que se manifestaram no Congresso, destaca-se o médico Levi Carneiro. Ao presidir a sessão intitulada *Educação e Eugenia*,²⁴⁹ Carneiro afirmou que, mesmo à luz dos avanços da genética, a importância fundamental da educação e do saneamento jamais deveria ser abandonada, sobretudo a fim de combater a transmissão de doenças venéreas e o desenvolvimento de “taras” sociais como o alcoolismo, cuja propensão poderia ser genética. Daí a importância da educação moral, sanitária e intelectual do povo, atuando como medida de prevenção contra as moléstias hereditárias que causariam a

²⁴⁸ Stepan, 2004, p. 369.

²⁴⁹ CARNEIRO, Levi. *Educação e Eugenia*. CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1. 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929. pp. 107-116.

degeneração. O Estado cumpre um papel central na implementação de tais medidas, auxiliado por uma legislação baseada em diretrizes eugênicas. De acordo com Carneiro,

Com o alcoolismo – havemos de combater as doenças venereas, e as outras, e o pauperismo. Tudo o que compromette a raça e, em grande parte, resulta apenas da ignorancia.

O ensinamento da Eugenia é, afinal, o mesmo da Educação; a defesa da raça depende, como a do individuo – da Educação. Só a educação completa a obra stricta da Eugenia. Dá á semente o campo, o ambiente em que se desenvolva, floresça e fructifique. A Eugenia é uma collaboradora da Educação, não uma adversaria. Aproveitemo-nos della (Carneiro, 1929, p. 116).

Para além de divergências teóricas, uma divisão de outra natureza se intensificava no meio eugenista, referindo-se à questão racial e à aplicação da eugenia negativa. Como foi atestado, a Liga Brasileira de Hygiene Mental tendia paulatinamente à eugenia negativa na segunda metade da década de 1920. Defendida por intelectuais como Pacheco e Silva, Ernani Lopes e Alberto Farani, essa vertente apresentava caráter mais “radical”, contemplando medidas como esterilização compulsória, segregação e impedimentos à imigração. Entre seus adeptos, Vanderlei Souza cita o próprio Renato Kehl, cujo posicionamento acerca de várias questões teria — de acordo com o historiador — se transformado a partir de 1929.

Neste ano, Kehl realizou uma viagem de cinco meses pelo norte da Europa, a convite da Indústria Química Bayer, passando por países como Alemanha, Áustria, Dinamarca e Suécia.²⁵⁰ Ao longo de sua estadia, visitou universidades, museus e institutos de eugenia, nos quais realizou pesquisas e fez contato com alguns dos principais especialistas no assunto.²⁵¹ Com sua nova rede de apoiadores e correspondentes internacionais, retornou ao Brasil com outras percepções sobre a questão racial e as práticas eugênicas, aproximando-se do mendelismo e do determinismo. Essas opiniões seriam manifestadas nos trabalhos posteriores do eugenista, tais como *Lições de Eugenia*, de 1929, e o próprio *Boletim de Eugenia*, publicado entre 1929 e 1933. No entanto,

²⁵⁰ Souza, 2006.

²⁵¹ Entre os nomes que o receberam, figuram-se Hermann Muckermann, diretor do Instituto de Eugenia de Berlim; Eugen Fischer, diretor do Instituto de Antropologia, Genética Humana e Eugenia na Universidade Kaiser Wilhelm de Berlim; Hans Haustein, eugenista e antropólogo alemão. Além destes, correspondia-se com Alfred Hermann, diretor do Instituto de Antropologia de Viena, e Hermann Lundborg, diretor do Instituto de Biologia Racial em Uppsala, além de John Alfred Mjöen, diretor do Winderen Laboratorium e da revista *Den Nordiske Race* (Wegner; Souza, 2013, p. 266).

como será possível aferir, o grau de influência dessas “novas ideias” sobre seu posicionamento quanto à higiene e ao saneamento permanece em aberto, sendo objeto de debate historiográfico.

É preciso lembrar que, nesse mesmo período, o contexto internacional era favorável à adoção de medidas mais restritivas. Experimentos e leis eugênicas já eram aplicadas em países como EUA e Suécia, ao passo que a pesquisa alemã em higiene racial adquiria prestígio no meio científico e na opinião pública. A crise de 1929 contribuiu indiretamente para esse processo de radicalização, uma vez que reafirmou a descrença nas instituições e valores da democracia liberal, estimulando o surgimento de ideologias autoritárias de caráter orgânico, estatizante e conservador; essas ideias encontraram expressão no fascismo e no nazismo, bem como na Ação Integralista Brasileira, fundada por Plínio Salgado.

Segundo Stepan, é possível que a ascensão de tais movimentos tenha surtido efeito nos intelectuais brasileiros – ainda que, no caso dos integralistas, a religião católica fosse um empecilho para os eugenistas mais radicais. Finalmente, um último fator que possivelmente explica a radicalização das propostas eugênicas é a diminuição da imigração europeia a partir da década de 1920, acompanhada pelo influxo crescente de japoneses, gerando receios entre aqueles que ainda depositavam suas esperanças no branqueamento da população brasileira.

De acordo com Stepan, Diwan e Souza,²⁵² a forma com que esses posicionamentos se manifestaram no Congresso em 1929 — e as polêmicas que se seguiram — constituem indícios de uma inflexão no pensamento eugênico brasileiro, chamando a atenção para uma aparente radicalização, motivada por fatores tanto teóricos como ideológicos.

No evento em questão, Kehl teve oportunidade de expressar suas opiniões em uma sessão intitulada *Eugenia no Brasil*, no qual ofereceu um *Esboço histórico e bibliográfico* sobre as ideias eugênicas brasileiras.²⁵³ Ele iniciou sua fala com uma retrospectiva histórica, alegando que o problema da degeneração sempre fora enfrentado pelas instituições, valores morais e preceitos higiênicos desenvolvidos pelo homem. Através das leis, das normas religiosas, da educação e dos filósofos, tentou-se fazer do homem “*mais homem, portanto menos animal*, mais

²⁵² Stepan, 2004; Diwan, 2003; Souza, 2006.

²⁵³ KEHL, Renato F. *Eugenia no Brasil: Esboço bibliográfico*. CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1. 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929. pp. 45-61.

sadio e de melhores sentimentos, sem que evidenciassem os resultados na altura dos esforços dispendidos” (Kehl, 1929, p. 45, *itálico do autor*). A universalidade das luzes e da ciência possibilitou a socialização da humanidade, tornando-a mais civilizada. Contudo, ele adverte que “a evolução do gênero humano, porém, não se processou por igual, não se fez em uma sequencia homogenizadora, centrífuga, que partindo de um núcleo central fosse atingir todas as camadas sociaes, todos os povos do planeta.” Nesse sentido, o progresso da humanidade teria sido “unilateral”, não correspondendo aos “esforços dispendidos por tantos discipulos abnegados das doutrinas do amor, da paz e do progresso social atravez de tantas gerações” (Kehl, 1929, p. 46).

Tendo isso em vista, Kehl coloca em questão as lutas, barbáries e contradições de seu tempo, alegando que a seleção natural, ainda que operante, estaria “viciada”, sendo limitada pelo “verniz de uma pseudo-civilização”; da mesma forma, a Grande Guerra de 1914 a 1918 era uma das provas mais contundentes de como, “em nome da civilização, sob a bandeira da justiça, dois partidos se lançaram em terrível carnificina para a defesa de identicos principios, envolvendo interesses economico-territoriaes” (Kehl, 1929, p. 46). Com esse diagnóstico pessimista, Kehl conclui que:

Estes fatos demonstram que a educação e as injunções religiosas não bastaram para moderar as paixões, para tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, mais philanthropica. Isto porque o homem continuou escravo de sua natureza particularissima, indelevel a simples influencias moraes e mentaes, preso a uma força que o subjuga biologicamente, que lhe imprime o temperamento, o caracter, de modo inexoravel, – a hereditariedade (Kehl, 1929, p. 47).

Assim, “devemos pedir ás leis da hereditariedade o que aquelles methods não têm podido dar com resultado desejado: bons homens, homens melhores; maior belleza physica, mental e moral da especie” (Kehl, 1929, p. 47).

Sua fala não foi recebida sem polêmicas. Além de Levi Carneiro e Roquette-Pinto, o antropólogo Fróes da Fonseca posicionou-se em favor da educação e do saneamento, fazendo frente ao pessimismo manifestado por Renato Kehl. Em sua sessão, intitulada *Os Grandes Problemas da Anthropologia*,²⁵⁴ Fonseca advertiu: “nada mais facil que tirem-se de postulados

²⁵⁴ FONSECA, A. Fróes da. *Os Grandes Problemas da Anthropologia*. CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1. 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929.pp. 63-86.

bem sonantes, inverídicos mas expostos como dogmas da Sciencia, as mais perigosas illações de ordem social e política” (Fonseca, 1929, p. 63). Ao definir a antropologia como “biologia comparativa dos grupos humanos”, Fonseca prossegue com a exposição do conceito de raça, abordando as correntes monogenista e poligenista. Nesse sentido, ainda que se mostre mais favorável à última, ele reconhece que “a mestiçagem em si não é causa de degradação” (Fonseca, 1929, p. 76), uma vez que todas as populações humanas apresentam graus variados de miscigenação. Segundo ele:

Os trabalhos de Franz Boas vieram scientificamente demonstrar a insanidade da argumentação espetaculosa e vasia em que se baseam ainda hoje os dogmatistas de uma pretensa superioridade racial ingenita. Os factôres preponderantes no adeantamento ou atrazo culturaes não são precisamente os de raça. E nada impede que populações, após amplos periodos de estacionamento, rapidamente conquistem, como succedeu ao Japão, logar proeminente (Fonseca, 1929, p. 77).

Citando os trabalhos de Eugen Fischer, diretor do Instituto de Antropologia, Genética Humana e Eugenia de Berlim, Fonseca se posiciona em favor do mendelismo e contra as teorias que postulam a degeneração do mulato – o que o aproxima das ideias de Roquette-Pinto, a quem presta muitos elogios. Dessa forma, o que precisaríamos evitar é

(...) a confusão inconsciente ou intencionalmente feita dos mestiços criados em condições saudaveis com os que se rejeitam á margem da sociedade, desenvolvidos atravez de todas as falhas da hygiene, privados de educação moral, presa facil do alcool, da syphiles, da opilação e da malaria (Fonseca, 1929, p. 77).

A seguir, uma vez distinguindo o que seria da ordem das condições sociais e da hereditariedade Fonseca questiona:

Haverá vantagem numa intervenção directa, seleccionadôra, para levar, gradativamente, uma população mestiça a um estado de purificação homogenizante, á formação de um typo humano padrão, que regularmente se repita atravez das gerações? Haverá nisto um bem para a humanidade?

Crêmos, e muito sinceramente, que não (Fonseca, 1929, p. 79).

Por fim, sua crença é de que “o problema fundamental é o da educação em geral e o da hygiene em especial. A selecção que se impõe no movimento immigratório é a selecção do individuo e não da raça” (Fonseca, 1929, p. 79).

Nesse contexto, a polêmica principal se desdobrou em torno da sessão presidida pelo deputado racista e mendeliano, Azevedo Amaral, tratando sobre *O problema eugênico da imigração*.²⁵⁵ Ao iniciar sua fala, Amaral retoma a “tendencia característica do espirito moderno a fazer intervir a acção orientadora da intelligencia e da vontade humanas”, mediante as quais o sujeito estabelece uma relação de dominância sobre determinados fenômenos que, até pouco tempo, seriam relegados exclusivamente à ordem do “acaso”, sujeitos à “pressão exclusiva de circunstancias ocasionaes e ambientes” (Amaral, 1929, p. 327). Entre esses novos campos de “acção consciente”, encontra-se a migração.

Segundo o autor, antes da época moderna, as correntes migratórias eram estimuladas por fatores externos, sobretudo as guerras, resultando em diásporas e na colonização de novos territórios. Sob uma ótica darwinista social, Amaral afirma que as migrações “tomam o caracter de movimento de conquista por meio dos quaes os grupos melhor adaptados mental e physicamente conseguem deslocar-se até regiões mais longinquas” (Amaral, 1929, p. 328). Contudo, a formação dos Estados nacionais e o advento do capitalismo tornaram necessário o controle dos fluxos migratórios, por meio do qual promover-se-ia o gerenciamento populacional da mão de obra. Nesse âmbito, sem o estímulo de “forças alheias”, as correntes migratórias passam a ser orientadas pela “acção deliberada e consciente dos povos”. Dito isso, Amaral se posiciona explicitamente em favor da hipótese poligenista, uma vez que

Não se pode realmente estudar as collectividades humanas, tanto nas organizações rudimentares do selvagismo e das formas mais atrasadas da barbaria, como nos typos superiores de civilização, sem sentir a frequente verificação de diferenças profundamente acentuadas de mentalidade e de emotividade. Não se pode, portanto, contestar com segurança que aquillo que chamamos humanidade seja a expressão da coexistencia de representantes de especies zoologicas diferentes, cujos caracteristicos, perpetuados pela intangibilidade do plasma germinativo, se affirmam nas peculiaridades da psychologia collectiva das nações (Amaral, 1929, p. 329).

²⁵⁵ AMARAL, A. J. de Azevedo. O problema eugenico da imigração. CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1. 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929. pp. 327-342.

Com efeito, ao seu ver, o problema que deveria ser tratado pelos intelectuais brasileiros não se referia tanto à necessidade de selecionar grupos étnicos, mas sim à “formação de uma *nova raça nacional*, isto é, a criação de um *typo ethnico* novo por meio da selecção systematica dos elementos da elite encontrados na propria população nacional e dos que forem importados de outras terras” (Amaral, 1929, p. 330, itálico nosso). A princípio, por razões econômicas, países recentes como os EUA e mesmo o Brasil, favoreceram a entrada de imigrantes a fim de abastecer um mercado de trabalho que, com a industrialização e a urbanização, encontrava-se em expansão. Porém, uma vez que a tecnologia e os modelos de produção tinham evoluído a ponto de substituir em grande parte o trabalho braçal, o autor reconhece que o número de estrangeiros já não convém tanto quanto sua qualidade. Por isso,

(...) o valor do immigrante sob o ponto de vista méramente physico, isto é, da sua capacidade de trabalho muscular e da sua isenção de molestias chronicas transmissiveis ou não, não corresponde ao objetivo eugenico. A nossa preocupação tem de ser a de formação de uma raça superior e uma raça superior não é apenas aquella que goza de saúde physica e de robustez muscular, mas a que possúe os attributos intellectuaes necessarios á assimilação e ao desenvolvimento da cultura, de que dependem o progresso material da civilização, a estabilidade moral da sociedade e a segurança politica do Estado (Amaral, 1929, p. 333).

Segundo Stepan,²⁵⁶ as proposições de Amaral dominaram o evento, gerando debates acirrados nos dias que se seguiram. Era comum que eugenistas se posicionassem em favor de algum sistema de seleção imigratória, mas, geralmente, o consenso se dava em torno de critérios individuais, e não raciais. Ademais, ainda tinha o fato de Azevedo Amaral ser ferrenhamente contra o lamarckismo e apoiar o poligenismo, o que agravou as polêmicas. Ainda de acordo com a historiadora, o cenário tornou-se tão acalorado que as propostas de Amaral — a primeira referente à restrição da entrada aos não europeus e a segunda à restrição específica dos negros — tiveram de ser reformuladas e votadas separadamente. De tal modo, as posições se organizaram do seguinte modo:

Ao afirmar que a mistura racial leva à degeneração, Amaral teve o apoio de Fontanelle, higienista mental, de Xavier de Oliveira, médico e clínico, e do presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto. Opuseram-se a ele Roquette-Pinto, o antropólogo Fróes da Fonseca, Belisário Penna e Fernando Magalhães e o fisiologista Miguel Osório

²⁵⁶ Op. cit., 2004.

de Almeida, todos ou defensores dos cruzamentos raciais, ou contrários à restrição à imigração com base em critérios étnicos ou raciais (Stepan, 2004, p. 371).

Como presidente do Congresso, Roquette-Pinto reafirmou que a questão eugênica deveria privilegiar a higiene, e não a raça, optando pela educação como abordagem mais adequada. Ao mesmo tempo, defendeu o valor eugênico dos japoneses, indo de encontro ao posicionamento de Miguel Couto, que se opunha à entrada de povos de origem asiática. Ao fim e ao cabo, os opositores de Azevedo Amaral reconheceram a importância de restrições com base na saúde e adaptação individual à cultura brasileira, mas rechaçaram a proposta de uma seleção racial.

As contendas do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia representaram um marco importante na história do movimento, explicitando diferenças não apenas no com relação aos meios de realização do projeto eugênico, mas também à própria forma social e biológica desse projeto. Para Souza, tais divergências poderiam ser definidas, em primeiro lugar

(...) como uma luta de interesses pela definição das práticas e das concepções que prevaleceriam como hegemônicas no interior do campo eugênico brasileiro e, em segundo lugar, como defesa ideológica e nacionalista de diferentes projetos de políticas públicas voltados para a resolução dos problemas nacionais. Em grande medida, acreditamos que a tradição do pensamento médico ambientalista desejava que a eugenia - vista como uma “ciência moderna” - continuasse compartilhando do ideário reformista e das políticas públicas dirigidas à ação médico- sanitária e da educação. Num outro ponto de vista, alguns eugenistas, sobretudo Renato Kehl, procuravam construir um conceito de eugenia restrito, que definisse um espaço mais claro sobre a atuação desta ciência enquanto ferramenta de intervenção pública. O confronto e as polêmicas em torno do significado da eugenia, portanto, não dizia respeito apenas às discussões sobre a defesa de conceitos científicos, era, antes de tudo, um *conflito ideológico* pela definição de projetos nacionais, uma luta de poder para estabelecer concepções legítimas dentro do campo científico (Souza, 2006, p. 164, itálico meu).

Para Pietra Diwan, os eugenistas não partilhavam ideais idênticos. No entanto, um aspecto comum de seu discurso consistia na postura arrogante dos médicos. O modo laudatório e excessivamente pomposo com que se dirigiam, reafirmando a autoridade de suas visões em relação às demais classes profissionais, pode ser explicado à luz do alto capital simbólico acumulado em torno da profissão médica, elegendo os doutores como detentores do conhecimento necessário para organizar a vida e a sociedade. Como foi visto, essa identidade cumpriu um papel de destaque na institucionalização da medicina brasileira, arregimentando o

corpo médico em torno de valores e princípios comuns. No entanto, à medida que áreas como a higiene e a eugenia se tornavam autônomas, formando objetos e departamentos próprios, as tensões entre ambas cresceram, contribuindo para sua distinção.²⁵⁷

Por fim, ainda que tenha se verificado a predominância do neolamarckismo, as posições mais “radicais” se estabeleceram com maior clareza e confiança. É necessário lembrar, contudo, que a adesão ao mendelismo não refletia um pensamento necessariamente determinista; da mesma forma, ser adepto do neolamarckismo não impedia a defesa de medidas restritivas. A diferença entre a “moderação” ou “radicalidade” centrava-se, sobretudo, em torno da questão racial, à luz da qual haveria dois posicionamentos viáveis: o branqueamento (realizado pelo cruzamento contínuo com tipos brancos) e a seleção racial (empregando métodos negativos no que tange à raça). É fundamental ressaltar que ambas as perspectivas são de caráter racista e conservador, uma vez que fundamentam a construção da nacionalidade a partir de um certo padrão de superioridade racial, tendo em vista a manutenção da ordem em vigente. Ainda assim, com a ascensão do nazismo no início da década de 1930, bem como a ascensão do governo autoritário, estatista e nacionalista de Getúlio Vargas, os eugenistas negativos tiveram alguma vantagem.

Após a Revolução de 1930 e a formação do governo provisório, Kehl fundou, em 1931, a Comissão Central Brasileira de Eugenia, a primeira organização dedicada à eugenia desde a extinta Sociedade Eugênica de São Paulo. Porém, ao contrário do que ocorrera no passado, as atividades e debates promovidos pela entidade se dariam por meio de correspondência, evitando as sessões intermináveis de polêmicas e discussões que predominaram no Congresso. Nesse sentido, a função da Comissão era favorecer a autonomia das discussões e propostas concernentes à eugenia, unificando o movimento em torno de consensos fundamentais. Para tanto, a estrutura institucional da organização era vertical e centralizada na figura do presidente, Renato Kehl. As teses e assuntos gerais seriam encaminhados à Comissão, que por seu turno os remetia aos membros para que estes pudessem expressar sua opinião. Ao presidente caberia registrar e apurar os posicionamentos da maioria.

²⁵⁷ Diwan, 2007, p. 115.

Por meio desse sistema, a entidade se propunha a “manter no país o interesse pelos estudos das questões da hereditariedade e da eugenia, a propugnar pela difusão dos ideais de regeneração integral do homem e a prestigiar os empreendimentos científicos ou humanitários de caráter eugênico” (Kehl, 1931 apud Diwan, 2003, p. 51). Com isso em vista, a Comissão realizou inquéritos sobre imigração, povoamento e natalidade, além de intensa propaganda através da imprensa e do rádio, ampliando sua visibilidade política às vésperas da Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934).

Nesse contexto, Kehl, Miguel Couto e Roquette-Pinto foram convidados para uma comissão especial no Ministério do Trabalho, organizada por Oliveira Vianna, com o objetivo de prestar consultoria sobre eugenia e problemas relacionados à imigração.²⁵⁸ Pacheco e Silva, que também era membro da Comissão Central Brasileira de Eugenia, foi indicado pelo setor industrial para integrar a Assembleia, assim como Miguel Couto e Xavier de Oliveira, que defenderam a restrição à imigração de negros e asiáticos.²⁵⁹ Por um breve instante, parecia que os eugenistas finalmente conquistavam espaço na esfera política, influenciando a elaboração de leis que servissem a seus interesses. Os maiores exemplos nesse sentido são o artigo 138b da Constituição de 1934, que incumbia à União, aos estados e aos municípios estimular a educação eugênica, e o parágrafo 6 do artigo 121 (ou “lei de cotas”), que estabelecia limites para a entrada de estrangeiros, tendo em vista a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”.²⁶⁰ Em especial, as leis de restrição à imigração visavam a japoneses e judeus, tidos como étnica e culturalmente inassimiláveis.²⁶¹

Porém, não obstante esses sucessos iniciais, o golpe de 1937, que resulta na ditadura corporativista do Estado Novo, gera uma reviravolta no cenário político e intelectual brasileiro. A eliminação de todos os partidos, a perseguição de opositores políticos – à direita e à esquerda – e o nacionalismo voltaram a desestimular as propostas eugênicas mais radicais na esfera pública. Em contraponto aos modelos segregacionistas e hierárquicos favorecidos pelo

²⁵⁸ Stepan, 2004; Diwan, 2007.

²⁵⁹ Souza, 2006.

²⁶⁰ Além destes, ainda havia o decreto 24.215, de 9 de maio de 1934, que estabelecia o controle rígido da entrada de imigrantes com base em critérios eugênicos. Vetava-se a entrada de cego ou surdo-mudo, portador de enfermidade incurável ou contagiosa grave, aleijado ou mutilado, cigano ou nômade e doentes mentais.

²⁶¹ Diwan, 2007, p. 119.

determinismo racial, privilegiar-se-ia uma visão do corpo social como uma entidade orgânica e unitária. Nesse âmbito, os ideólogos do Estado Novo foram os principais promotores de uma ideologia racial pautada na miscigenação e na cordialidade, negando a existência de conflitos de natureza racial.

Além desse fator, é necessário destacar a oposição do catolicismo à eugenia, justificada à luz de critérios morais, sobretudo relativos à esterilização. Desde o início da década de 1920, os católicos adquiriam cada vez mais espaço institucional, organizados em entidades como A Ordem, fundada em 1921, e no Centro Dom Vital, fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo. Criticava-se o caráter prometeico da biologia moderna — e da eugenia em especial —, alegando que seus praticantes pretendiam torná-las uma “nova religião da humanidade”.

Em contrapartida, os eugenistas mais radicais consideravam a Igreja um de seus principais obstáculos, como fizera o psiquiatra Alberto Farani em artigo publicado em 1931, no qual acusava o catolicismo de privilegiar os direitos do indivíduo em detrimento do coletivo.²⁶² Outros eugenistas, por seu turno, esforçavam-se para demonstrar que não havia oposição entre seus objetivos e os preceitos católicos, uma vez que ambos se pautavam em valores humanitários, promovendo a regeneração tanto da raça como do espírito. De todo modo, a aproximação entre Estado e Igreja a partir de 1930 prejudicou a aceitação de medidas como esterilização, controle matrimonial e, em casos extremos, aborto.²⁶³

No entanto, o governo continuou a se valer dos preceitos eugênicos e higienistas para legitimar a perseguição política, a reclusão de indesejáveis sociais e a instalação de um aparato corporativista de governabilidade. Nesse sentido, Nancy Stepan (2004, p. 373) ressalta o caráter complexo e ambíguo do Estado Novo, caracterizado por uma “desconcertante mistura de elementos reacionários e progressistas”. Segundo a autora:

A complexidade do regime Vargas encontrou seu par no movimento eugênico – em sua orientação científica (neolamarckiana e mendeliana), em sua ideologia racial (que ia do segregacionismo ao assimilacionismo) e em sua proposta de políticas sociais (higiene pública, proteção à maternidade, legislação trabalhista, controle da imigração). A formação de um novo departamento nacional de saúde, em 1934, a ênfase no bem-estar infantil (ainda que ineficaz na prática), a restrição ao trabalho feminino e infantil (também ilusória) e a atenção dada à saúde das mães não podem ser entendidas sem

²⁶² Wegner;Souza, 2013, p. 273.

²⁶³ Stepan, 2004, p. 375.

referência à história da eugenia no país. Mesmo que tais desenvolvimentos fossem, obviamente, resultado de muito mais que meras pressões dos eugenistas, estes defenderam ativamente seus pontos de vista durante os debates da Assembléia Constituinte de 1933 e conseguiram transformar parte de suas preocupações eugênicas em novas leis e instituições culturais e sociais (Stepan, 2004, p. 374).

Assim, a eugenia e o saneamento se fizeram presentes na Era Vargas através de uma série de discursos, práticas e instituições de caráter previdenciário e orgânico, fundamentando programas direcionados à maternidade, aos desempregados, às crianças e aos trabalhadores; a valorização da família nuclear e da moral conservadora; o estímulo à educação física e a esportes em equipe; as clínicas estatais para crianças, adolescentes e “delinquentes”; e a identificação e controle de elementos subversivos ou desviantes.²⁶⁴

Portanto, o discurso triunfal na década de 1930 – e especialmente após a Segunda Guerra Mundial – não é do determinismo, mas sim do culturalismo antropológico, calcado no mito da “democracia racial”. Angariando substancial adesão de setores conservadores, esse conceito viria a representar uma nova ideologia racial, destacando a cordialidade, o patrimonialismo, o personalismo e a miscigenação “pacífica” como traços singulares do processo civilizatório brasileiro.

No capítulo seguinte, discorrerei sobre a vida e obra de Renato Kehl, uma figura fundamental na história do movimento eugênico brasileiro.

²⁶⁴ Diwan, 2007.

Capítulo 7

Renato Kehl

Meu caro, dá-me a impressão de um D. Quixote científico, com todo o nobre entusiasmo do manchego, mas sem a loucura delle, a pregar para uma legião de Panças. O que dizes é o que ha de sensato, de sabio, de util, de interessante, mas haverá quem te ouça?

– Monteiro Lobato.²⁶⁵

7.1. Vida, obra e aportes historiográficos

Saudado por seus contemporâneos – entre os quais seu amigo, Monteiro Lobato, e o eminente sanitaria, Belisário Penna – como o “campeão da eugenia”, Renato Kehl não mediou esforços para a divulgação da ciência de Galton no Brasil. Ao longo de sua carreira, publicou mais de vinte livros diretamente relacionados às teorias eugênicas, além de inúmeros artigos, entrevistas e conferências editadas através da imprensa e em revistas especializadas, tanto no Brasil como no exterior.²⁶⁶ Foi membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia e da Liga Brasileira de Higiene Mental, assim como membro titular da Academia Nacional de Medicina. Também era membro correspondente de diversas associações científicas estrangeiras. Sua atuação como divulgador da eugenia lhe rendeu a reputação como a grande autoridade brasileira no assunto — além de uma das maiores na América Latina, sendo elogiado e prestigiado internacionalmente.

Suas obras foram tantas e tão influentes que muitas pesquisas já foram realizadas a seu respeito, abordando sua trajetória profissional, suas influências teóricas e ideológicas, sua

²⁶⁵ LOBATO, Monteiro apud Kinoshita, 2013, p. 13.

²⁶⁶ Op. cit., 2006.

relação com outros membros do movimento eugênico e sua atuação como intelectual político incansável.

Convencido de que a eugenia seria a panaceia para todos os males do povo brasileiro, Kehl não hesitava em apresentar-se como a figura mais apta e disposta a implementá-la, sempre lamentando a falta de interesse e iniciativa por parte daqueles que não eram tão esclarecidos e patrióticos quanto ele. Nesta seção, farei uma breve retrospectiva da vida e obra de Renato Kehl, discutindo algumas perspectivas historiográficas a seu respeito.

Renato Ferraz Kehl nasceu em 22 de agosto de 1889 no município de Limeira, interior do estado de São Paulo. Filho de um prestigiado médico, farmacêutico e empresário da emergente classe média do período, concluiu sua formação escolar em 1904, ingressando, no ano seguinte, na Faculdade de Farmácia de São Paulo, pela qual graduou-se em 1909. Um ano depois, iniciou sua formação como médico na tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, local onde firmou contato com professores e colegas, além de intelectuais de destaque — como Belisário Penna, Miguel Couto, Eduardo Rabelo e Agostinho de Souza Lima —, os quais marcariam sua trajetória profissional e pessoal. De acordo com Souza (2006), foi também neste período que Kehl teve contato com obras de autores como Lamarck, Darwin, Spencer, Lapouge, Agassiz, Dechambre, Galton e Weismann, através das quais seu interesse por temas como evolução, hereditariedade, raça, degeneração e eugenia começou a ser gestado.

No entanto, seu fascínio por eugenia tornou-se ainda mais expressivo a partir de 1912, na ocasião do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres, chamando a atenção de Kehl para a popularidade do assunto no cenário mundial. A princípio, como aponta Carolina Kinoshita (2013), a eugenia teria sido o objeto de seu trabalho de conclusão de curso. Porém, devido à escassez de material e estudos especializados sobre o tema, Kehl mudou de ideia, apresentando a tese *Blastomicose* em 1915, aprovada com distinção.

Em todo caso, foi apenas dois anos depois, quando já tinha iniciado sua carreira médica em São Paulo, que finalmente teve a oportunidade de elaborar e apresentar seu primeiro trabalho sobre a ciência de Galton. Em abril de 1917, a convite de membros da Associação Cristã de Moços em São Paulo, Kehl apresentou uma conferência intitulada “Eugenia”. Nesta ocasião, frisou o vínculo íntimo entre as aspirações eugênicas e a formação da nacionalidade, atribuindo

papel de destaque à imprensa, que haveria de se encarregar da divulgação e conscientização eugênica.²⁶⁷ Sua fala foi publicada na íntegra nas páginas do *Jornal do Comércio*, rendendo elogios de Monteiro Lobato – que já havia se consagrado como escritor e intelectual engajado, ferrenho defensor da causa sanitarista.²⁶⁸

Assim, beneficiado por um contexto político e intelectual marcado pela renovação dos debates acerca da nacionalidade, em meio aos quais a ciência emergia como a principal ferramenta de construção nacional, Kehl fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo, cuja sessão inaugural foi realizada em 15 de janeiro de 1918. Ainda que a entidade tenha durado apenas até dezembro de 1919, sua criação foi o primeiro passo para a institucionalização do movimento eugênico brasileiro, sinalizando o interesse da elite intelectual sobre as teorias e medidas eugenistas.

Ainda em 1919, Kehl se casou com a filha de Belisário Penna, Eunice Penna, e se mudou para o Rio de Janeiro a fim de assumir, em 1920, o posto de inspetor sanitário rural do Departamento de Saneamento e Profilaxia Rural, vinculado ao recém-criado Departamento Nacional de Saúde Pública. Um ano depois, assumiu um cargo de destaque no Serviço de Educação e Propaganda Sanitária, na mesma instituição, onde permaneceria até 1927. Segundo Kinoshita (2013), foi nesse período que Kehl iniciou sua carreira como divulgador da higiene e da eugenia, elaborando livros e manuais escolares sobre o assunto. Entre as obras de maior destaque, figuram-se *Eugenia e Medicina Social* (1920); *A Cura da Fealdade* (1923); *Como escolher um bom marido* (1924); e *Bíblia da Saúde* (1926).

Em 1927, ele ingressa na Indústria Química e Farmacêutica Casa Bayer, permanecendo na empresa até 1944. Como foi visto no capítulo anterior, o período em que Kehl trabalhou na Casa Bayer foi fundamental para a ampliação de seus contatos na comunidade eugênica internacional, sobretudo na Alemanha, Áustria, Dinamarca e Suécia. Como consequência, seu pensamento foi profundamente influenciado por concepções mais radicais, estimulando sua adesão ao mendelismo e a medidas negativas. Seus novos posicionamentos logo se tornaram explícitos no livro *Lições de Eugenia* (1929), publicado apenas meses antes da realização do

²⁶⁷ Souza, 2006, p. 74.

²⁶⁸ Kinoshita, 2013, p. 20.

Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, no qual enfrentaria a ferrenha oposição de muitos de seus colegas brasileiros.²⁶⁹

No mesmo ano, ao mesmo tempo em que escrevia *Lições*, Kehl funda o *Boletim de Eugenia* (1929-1933), primeiro periódico exclusivamente dedicado à divulgação da eugenia no Brasil. O *Boletim* se destacou por sua variedade de contribuições nacionais e internacionais, consolidando a reputação de Kehl como grande promotor dos ideais eugênicos no país. Ainda que refletisse posicionamentos variados do movimento eugênico brasileiro, é possível afirmar que o *Boletim* consistiu, em grande parte, numa publicação favorável às medidas de eugenia negativa, sobretudo à luz do mendelismo.²⁷⁰

Com o virar da década, diante dos novos rumos políticos que se anunciavam com a Revolução de 1930 e a assembleia constituinte, Kehl funda, em 1931, a Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), visando à centralização – sob seu comando – do movimento eugênico brasileiro. Ainda neste período, mesmo com o aumento da resistência às ideias eugênicas durante o governo Vargas, Kehl publicou dois trabalhos sobre o tema: *Por que sou eugenista? 30 anos de campanha eugênica* (1937), *Pais, médicos e mestres, problemas de educação e hereditariedade* (1939) e *Catecismo para adultos* (1942). Mesmo durante e após a Segunda Guerra Mundial, continuou divulgando as ideias eugênicas através d’*A Gazeta*, assim como da imprensa médica argentina, peruana e espanhola, produzindo milhares de artigos sobre temas relacionados à hereditariedade e higiene. Em 1967, recebeu da Academia Nacional de Medicina um pergaminho Honorífico pela sua “atividade médica e científica em prol da pátria e

²⁶⁹ Stepan, 2004; Souza, 2006; Diwan, 2003.

²⁷⁰ É necessário frisar que a adesão de Kehl a correntes mais radicais da eugenia anglo-saxã não significa que ele tenha abandonado suas iniciativas em prol da eugenia preventiva e positiva. De acordo com Kinoshita (2013), ele continuou atuando como divulgador das concepções higienistas na década de 1930, ainda que atribuísse à eugenia o *status* de ciência autônoma. Da mesma forma, Góes (2015) demonstra que Kehl já se manifestava em favor de medidas negativas desde a década de 1920, antes da publicação de *Lições de Eugenia* em 1929, ao passo que Santos (2008, p. 201) vai além, afirmando que a radicalização de Kehl abrangeu toda sua política eugênica, “fosse ela saneadora do meio ambiente, controladora dos genes e do sexo e educadora dos indivíduos”. Nesse sentido, as conclusões desses autores contrapõem as de Souza (2006). Em todo caso, a noção de complementariedade entre eugenia e higiene é patente em diversos artigos que compõem o *Boletim de Eugenia*.

do acervo” e, no ano seguinte, o distintivo de Membro Emérito da mesma organização. Intelectual e militante incansável, faleceu em 14 de agosto de 1978.²⁷¹

Muitos autores e autoras se debruçaram sobre a vida e obra de Renato Kehl. Por ter sido um intelectual particularmente engajado e prolífico, destacando-se como o maior difusor da eugenia no Brasil, qualquer estudo sobre o tema seria incompleto sem sua inclusão. Isso posto, convém apresentar algumas perspectivas produzidas recentemente pela historiografia, selecionadas a partir de questões e preocupações que versam sobre a relação entre epistemologia e imaginário.

Em seu estudo sobre a trajetória intelectual e o pensamento médico de Renato Kehl, Vanderlei Souza aborda os fatores que motivaram sua radicalização a partir do final da década de 1920,²⁷² assim como a construção de sua reputação na comunidade científica através da acumulação de capital simbólico. Segundo o autor, desde cedo o movimento eugênico brasileiro se constituiu como um campo complexo e fragmentado, marcado por inúmeras disputas e tensões entre as áreas que o compunham. Nesse sentido, Souza lança mão do conceito de “campo científico”, do sociólogo Pierre Bourdieu, segundo o qual os diversos campos que compõem a comunidade científica assumem formas heterônomas ou autônomas, configurando espaços sociais de conflito. Dessa forma, o autor assume como tarefa realizar a “reconstrução deste campo conjuntural, as disputas científicas, os interesses dos agentes envolvidos, as estratégias e a luta por prestígio e reconhecimento – aquilo que Bourdieu chama de ‘capital simbólico’” (Souza, 2006, p. 17).

Munido desse arcabouço teórico-conceitual, Souza busca entender as estratégias levadas a cabo por Kehl a fim de acumular crédito científico e impor um modelo dominante de ciência eugênica, ao passo que avalia o processo de formação da eugenia brasileira a partir de sua relação com outros campos científicos. Segundo o autor, a rede institucional formada por

²⁷¹ Além de resumos biográficos apresentados nas teses e dissertações supracitadas, conferir a biografia de Kehl na página oficial da Academia Nacional de Medicina, disponível em: <https://www.anm.org.br/renato-ferraz-kehl/>. Acessado em: 24/11/2021.

²⁷² SOUZA, Vanderlei Sebastião. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências)-Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006. A visão de Souza e Diwan (2003) sobre uma suposta radicalização do pensamento de Kehl tem como contraponto os trabalhos de Santos (2008), Kinoshita (2013) e Góes (2015).

Renato Kehl, reunindo intelectuais de diversas áreas do conhecimento, contemplando não apenas áreas da saúde como também de ramos variados do pensamento social brasileiro, é um indício do caráter polimorfo assumido pelo discurso eugênico no Brasil e na América Latina.

Souza considera que, quanto mais autônomo for um campo científico, mais suas disputas e tensões internas se valerão de conceitos e argumentos restritos à comunidade científica, obedecendo seus estatutos internos; por outro lado, quando o campo é heterônimo, essa concorrência interna tende a se valer de recursos externos, mobilizando forças não-científicas. Isso explica o fato da eugenia ser tão rica em termos de capital simbólico, lançando mão de concepções provenientes tanto da biologia como das ciências sociais – através da história, antropologia e sociologia.

Com efeito, na condição de uma ciência “pouco autônoma” – isto é, um campo científico que se define a partir da absorção de outros campos –, a eugenia é caracterizada pela associação de forças sociais e políticas alheias à comunidade científica, levando seus adeptos a mobilizar elementos não-científicos a fim de – paradoxalmente – promovê-la como científica. Como lembra Souza, Nancy Stepan²⁷³ também destaca essa relação ao definir a eugenia como um movimento social, na medida em que visa a introduzir ideias sociais e políticas que definiriam formas de pensamento, tradições, práticas institucionais e projetos políticos.²⁷⁴

A construção e mobilização desse capital simbólico em favor da eugenia, valendo-se de elementos externos à ciência para legitimá-la frente a outros campos e disputas institucionais, também beneficiava pessoalmente Renato Kehl, possibilitando a construção de sua reputação e identidade intelectual como principal líder do movimento eugênico brasileiro. Segundo Souza,

A percepção do seu nome como o “grande apóstolo” da “ciência eugênica” possibilitava-lhe conquistar reconhecimento, status social e maior visibilidade no meio científico e político nacional. Apropriando-se desse “capital simbólico” – definido por Pierre Bourdieu como uma forma de propriedade reconhecida pelos agentes sociais como carregada de valor e efeitos simbólicos – Renato Kehl buscava afirmar o seu espaço de autoridade e a sua posição dominante dentro do campo científico brasileiro (Souza, 2006, p. 86).

²⁷³ Op. Cit., 2004.

²⁷⁴ Souza, 2006, p. 85.

Da mesma forma, ao incluir eugenistas latino-americanos no debate e formar vínculos institucionais por correspondência,

Este intelectual parecia compreender que o jogo de lutas e de concorrência para determinar a posição de um agente social no seio do campo científico, dependeria, acima de tudo, de crédito científico e de um grande número de aliados que pudessem legitimar e reconhecer sua autoridade (Souza, 2006, p. 86).

Assim, as conclusões de Souza referentes ao acúmulo de capital simbólico pelos eugenistas são essenciais para a compreensão do papel desempenhado por representações sociais de diferentes matizes, responsáveis por conferir inteligibilidade e legitimidade à eugenia, fazendo uso de elementos utópicos e ideológicos a fim de caracterizá-la não apenas como científica, mas também como projeto.

Pode-se complementar a abordagem de Souza com a análise de Pietra Diwan,²⁷⁵ cujo estudo versa sobre a estrutura das relações que conformavam o movimento eugênico brasileiro, destacando o papel de Kehl como um dos maiores responsáveis por sua construção e operação. De acordo com a autora, a comunidade eugênica no Brasil era constituída por uma ampla rede de relações entre diversos agentes sociais, refletindo interesses de ordem política, econômica e ideológica. Tais relações eram mantidas entre os poderes público e privado, entre o Brasil e o exterior, entre os médicos e outros profissionais e entre movimentos sociais das mais diversas matizes teórico-ideológicas, constituindo o que Diwan chama de “redes de poder”.

Conceito definido a partir dos trabalhos de Gilles Deleuze, Félix Guattari, Bruno Latour e Michel Foucault, as redes de poder possuem uma estrutura que se assemelha às ramificações de um tronco de árvore. Ao expandir-se sobre várias esferas da vida coletiva, elas exercem influência sobre os indivíduos através de relações que se reproduzem em escala microssocial – isto é, no âmbito das instituições políticas, sociais, econômicas e culturais. No caso da eugenia, a população constitui o tronco, sendo os braços da árvore as diversas áreas que se valem de suas teorias e práticas como instrumento de regeneração nacional (áreas como higiene, legislação, genética, alienismo, imigração, educação física, educação sexual etc.).²⁷⁶

²⁷⁵ DIWAN, Pietra Stefania. **O Espetáculo do Feio**: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl. 1917-1937. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo, 2003.

²⁷⁶ Diwan, 2003, p. 21.

Dessa forma, o tipo de eugenia que se consolidou no Brasil seria *sui generis*, na medida em que partiu de demandas e conflitos oriundos das redes de poder da sociedade brasileira. Motivada pelo nacionalismo e pelos problemas sociais decorrentes da imigração e da urbanização acelerada, a eugenia foi apropriada pela saúde coletiva e pelas ciências sociais com o objetivo de promover a adequação de todas as práticas e relações a determinados padrões físicos, morais e estéticos de aptidão.

Assim, considerando o papel central do imaginário diante da configuração e do funcionamento das redes de poder, Diwan também analisa as representações que caracterizam o “tipo ideal” em oposição ao tipo “disgênico”, abordando as noções de beleza, feiura, anormalidade e monstrosidade empregadas pelos eugenistas – e, em especial, Renato Kehl. Através da associação do conceito de beleza ao de normalidade, contrapondo-o à anormalidade daquilo que é monstruoso e doente, os eugenistas desumanizavam a alteridade a fim de justificar medidas que a excluíssem do espaço social. Compreendida como desvio, a doença assume um caráter patológico, tornando a enfermidade um obstáculo para o progresso e felicidade da nação.²⁷⁷ Logo, a imagem do feio é associada a diversos tipos de comportamento antissocial, tais como alcoolismo, criminalidade, prostituição, indisciplina, loucura e promiscuidade, referindo-se, em geral, aos membros de classes sociais mais baixas. Essa associação é patente não apenas nas falas oficiais dos eugenistas como também em sua correspondência privada, como é o caso de Renato Kehl, cujas cartas trocadas com Monteiro Lobato – assim como outros colegas e amigos próximos – são analisadas pela autora.²⁷⁸

Segundo Diwan, ainda que Kehl possa ser considerado um dos maiores articuladores da rede de poder que compunha o movimento eugênico brasileiro, é necessário lembrar que ele era apenas um dos integrantes dessa estrutura. Por isso, é preciso situá-lo em relação aos processos históricos e sociais que o circunscreveram e o condicionaram, avaliando a atuação de outros setores da elite brasileira interessados na eugenia.

²⁷⁷ Diwan, 2003, p. 145.

²⁷⁸ Diwan, 2003, p. 169.

Nesse sentido, o trabalho de Tamara Prior²⁷⁹ versa sobre as ideias de progresso e decadência no pensamento eugênico de Kehl. Partindo da análise das teorias sobre evolução e raça no século XIX para abordar a construção das bases teóricas e ideológicas da eugenia, a autora destaca as noções de progresso e decadência foram instrumentais para a legitimação do discurso e das práticas eugênicas, na medida em que postulavam uma certa concepção de história à luz da qual o sujeito, com o auxílio da razão, deveria impedir um processo de degeneração moral e biológica em curso. Assim como Diwan, Prior associa essa aspiração ao ideal biopolítico de sociedade orgânica, no âmbito da qual todos os processos relacionados à biologia populacional — saúde, higiene, longevidade, resistência etc. — seriam submetidos à regulamentação racional do Estado e outras instituições. Segundo a autora, “as utopias eugenistas consistiram na expressão mais radical destes mecanismos” (Prior, 2015, p. 66).

Em razão disso, a eugenia se pauta tanto no determinismo biológico como no histórico, articulando representações do social à luz da biologia, ao passo que a hereditariedade atuaria como a principal força motriz da história, conduzindo os povos rumo ao progresso ou à decadência. Kehl, como principal difusor da eugenia no Brasil, faz amplo uso dessas representações, reafirmando a esperança de que a eugenia, como nova religião da humanidade, nos legaria um futuro promissor, promovendo a criação da “nova Canaan” ou “novo reino de Abraão” (Kehl, 1929 apud Prior, 2015, p. 126). Em diversas passagens Prior frisa o caráter religioso atribuído por Kehl à eugenia. Assim como Galton, ele a compreendia como “o pedestal da religião que tem por escopo a regeneração integral da humanidade”, sendo a “verdadeira ciência da felicidade, porque se esforça pela elevação moral e física do homem, a fim de dotá-lo de qualidades ótimas, de fornecer-lhes elementos de paz na família e na sociedade” (Kehl, 1942 apud Prior, 2015, p. 132). Contudo, como a autora demonstra, ainda que Kehl e outros eugenistas se mostrassem otimistas nesse aspecto, o pessimismo decadentista permanece presente, sobretudo ao contemplar o processo histórico de sociedades diferentes do padrão europeu e anglo-saxão, consideradas inferiores. Por isso, a utopia pregada pelos eugenistas eram negativas,

²⁷⁹ PRIOR, Tamara. **Hereditariedade, progresso e decadência no pensamento médico-eugenista de Renato Kehl**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)—Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo—FMUSP, São Paulo, 2015.

condenando a miscigenação como vetor do atraso e da degeneração, enaltecendo um ideal de felicidade que se define não apenas pela exclusão do outro, mas também por sua eliminação.

A concepção da eugenia como religião é um dos fatores que explica o comprometimento de Kehl como difusor do movimento, sendo sua militância muitas vezes comparada à atuação de um profeta que, orientado pela revelação divina, assume o fardo da pregação em meio aos ignorantes. Isso também guarda relação com os termos “prosélito” e “apóstolo” utilizados por alguns eugenistas e sanitaristas para se referir a si próprios. Por isso, a imprensa e a educação se destacavam como campos privilegiados de intervenção eugênica, através dos quais os eugenistas promoveriam a conscientização da população, instigando a reforma dos hábitos e saberes populares.

Pensando nisso, Carolina Kinoshita²⁸⁰ apresenta um estudo sobre dois manuais escolares de higiene escritos por Renato Kehl, os quais foram recomendados e adotados pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal e dos estados de São Paulo, Pará e Pernambuco, assim como pela Comissão de Educação. Esses manuais se dirigiam tanto a crianças do ensino primário como professores e pais, tornando o lar um importante espaço de aprendizado, reprodução e difusão das normas higiênicas. Ao versar sobre assuntos que abrangem todas as esferas da vida individual – tais como o ar, a água, a alimentação, os hábitos, a prática de exercícios físicos, o sono, as vestes etc. – o autor buscava evidenciar os benefícios do corpo disciplinado, forjando um sujeito saudável sob a perspectiva eugênica do modelo “civilizado” de socialização.²⁸¹

No exemplo do manual *A Fada Hygia: primeiro livro de higiene* (1923), Kinoshita chama atenção para o tom altamente moralizante da obra, contrapondo os “bons exemplos” aos “maus” através de desenhos e expressões que instigam o medo e a condenação dos vícios. Com isso, a insalubridade e a doença são compreendidas como fatores de responsabilidade exclusiva do indivíduo, desprezando os efeitos nocivos da desigualdade social sobre a falta de higiene e nutrição. Já no segundo exemplo, *Cartilha de Higiene: alfabeto da saúde* (1936), o autor reitera

²⁸⁰ KINOSHITA, Carolina. **Um D. Quixote Científico a pregar para uma legião de Panças**: os manuais escolares de higiene à sombra da eugenia (1923-1936). 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

²⁸¹ Carolina Kinoshita, 2006, p. 135.

os ideais de beleza, força e saúde promovidos pelos eugenistas, mas de modo mais simples e acessível, com instruções claras e mais ilustrações. Este manual, que deveria servir de introdução ao primeiro, também não leva em consideração distinções entre classes sociais, assumindo o mundo higienizado e abastado como referência de aprendizado. Por isso, Kinoshita (2013, p. 148) conclui que “a obra pode ser lida, em seu conjunto, como uma representação do mundo ideal propagado por diversos médicos, sanitaristas e eugenistas, que atrelava a saúde ao progresso social”.

Por fim, observa-se que o alhures utópico – isto é, a alteridade idealizada pelo eugenista – corresponde às normas e valores da sociedade europeia, desconsiderando os problemas e demandas sociais que inviabilizam sua transposição para o Brasil. Nesse âmbito, Kinoshita afirma que os esforços educacionais por parte de eugenistas como Renato Kehl devem ser compreendidos como alternativas aos métodos autoritários levados a cabo pelo poder público. O objetivo era promover a mudança de hábitos e costumes através da educação e conscientização, incentivando o indivíduo a assumir responsabilidade pelo bem coletivo.

Esse processo, segundo a autora, resultou na diminuição das intervenções estatais de caráter direto, mantendo o poder público como gestor de políticas voltadas para a educação e propaganda. Por conseguinte, ainda que sutilmente, o Estado desempenhava um papel central na divulgação e institucionalização das ideias eugênicas e higiênicas, o que é comprovado pela introdução de livros didáticos elaborados por Kehl em escolas da rede primária. Assim, o eugenista acreditava estar “preparando as crianças para participar de um projeto eugênico. E o Estado, por sua vez, compactuava com esse ideal” (Kinoshita, 2013, p. 162).

No que diz respeito a esse alhures, Marcos Nalli²⁸² investiga os fundamentos epistemológicos e propositivos da eugenia defendida por Kehl, buscando compreender o tipo ideal de indivíduo e de sociedade em sua obra. Segundo o autor, o vínculo entre estes dois aspectos se dá pela defesa daquilo que poderíamos chamar de “epistemocracia”, referindo-se à “concepção, defesa e projeto de natureza eminentemente cientificista de que se pode construir, controlar e gerir, portanto, governar a sociedade em sua totalidade e em suas partes, sua

²⁸² NALLI, Marcos. Antropologia e Racismo no Discurso Eugênico de Renato Kehl. *Teoria & Pesquisa*, v. 1, n. 47, pp. 119-156, jul./dez. 2005.

estrutura dinâmica” (Nalli, 2005, p. 120). Isto é, ao pensar a sociedade como uma entidade orgânica, composta por unidades celulares cujo comportamento influencia diretamente a integridade e funcionamento do todo, o ideal de sociedade promovido por Kehl se pauta mais pela conformação dos hábitos e valores individuais a um determinado padrão de conduta do que pela implementação, de cima para baixo, de um modelo normativo de sociedade. Dessa forma, a sociedade que Kehl imagina “não é um todo coletivo, mas uma sociedade de indivíduos, cuja sociabilidade se reduz às possibilidades de cruzamentos eficazes para a permanência da espécie e para o aprimoramento racial da sociedade” (Nalli, 2005, p. 124).

Nesse sentido, Kehl admite que um tipo eugênico – isto é, um tipo ideal – é inacessível, constituindo, portanto, um alhures utópico; porém, acredita que é possível nos aproximarmos dele ou alcançá-lo em alguma medida através da aplicação de políticas eugênicas. Com efeito, ele concebe a coletividade como um mero arranjo de corpos individuais, suscetíveis de manipulação e maleabilidade por iniciativa própria, o que, por seu turno, justifica a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação, promovendo intervenções no âmbito comportamental e privado. Sua utopia seria, portanto, de caráter epistemocrático, uma vez que sua eugenia “se pretendia reguladora e controladora do indivíduo, e por sua linhagem, reguladora da sociedade como espaço de relações hierarquizadas eminentemente raciais” (Nalli, 2005, p. 140).

Por seu turno, segundo Weber Lopes Góes,²⁸³ é justamente em razão da ausência de uma teoria política sólida – e formalmente expressa através de uma alteridade ideal – que Renato Kehl não representa, na terminologia de Gramsci, um “intelectual orgânico”. Isto é, ao invés de um ideólogo ou teórico original da eugenia, Kehl era, na verdade, um difusor e interlocutor do movimento eugênico no Brasil, lançando mão de representações utópicas que não tinham como objetivo delinear uma utopia específica, mas sim imagens mais ou menos definidas de um porvir possível e, quiçá, ideal. Assim, de acordo com Goés,

Sua preocupação central não era a de construir um povo, pois, acreditava que o Brasil já estava construído. Contudo, o seu esforço está em oferecer elementos para a

²⁸³ GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. 2015. 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília 2015.

consolidação de um povo e, nesse sentido, cabia à eugenia, apresentar estudos sobre as condições do país e disponibilizá-los para serem efetivados (Góes, 2015, pp. 209-2010).

Sob essa perspectiva, Góes compreende as ideias de Kehl como resultado e reflexo de diversas correntes que permeavam o pensamento conservador brasileiro à época, postulando um projeto excludente de nacionalidade, ainda que sob o verniz retórico da modernização. Com isso, o objetivo de Kehl era oferecer subsídios para a efetivação desse projeto, promovendo um ideal de sociedade no qual as classes e grupos subalternizados fossem controlados – ou, de preferência, gradualmente eliminados –, assumindo o branco anglo-saxão como tipo ideal. Nesse sentido, a eugenia cumpre a função negativa da ideologia, legitimando a manutenção das desigualdades e injustiças sociais em benefício das elites dirigentes.

Por fim, Ricardo Augusto dos Santos²⁸⁴ lembra que Renato Kehl sempre advogou por uma eugenia ampla, sendo favorável a medidas positivas, negativas e preventivas desde o início de sua carreira como divulgador. Ao seu ver, essa defesa ampla se dava pelo fato de que, naquele momento, era mais importante divulgar o gospel da ciência galtoaniana do que defini-la em termos precisos – preocupação que começa a surgir apenas no início da década de 1930, sobretudo à luz da fundação da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Assim, se é verdade que, por um lado, Kehl acreditava na necessidade de se implementar políticas em educação e higiene, por outro, associar-se ao movimento sanitarista na defesa de uma eugenia ampla lhe assegurava vantagens pessoais e institucionais, promovendo o acúmulo de capital simbólico e consolidando a base de apoio em torno da eugenia.

Ao analisar os textos de Kehl sob a perspectiva do imaginário, Santos, assim como Souza, se vale de Bourdieu para compreender os elementos simbólicos articulados pelo eugenista. Segundo o autor (2008, p. 214), “os textos de Kehl devem ser compreendidos como produções simbólicas da construção da identidade nacional”, pois são “representações que acrescentavam significados às ações humanas”. Com base nisso, Santos afirma que “o poder não é um exercício mecânico de dominação. Pelo contrário, ele é repressão e normas regulares de convivências; assumindo, por vezes, ambas as facetas simultaneamente” (Santos, 2008, p. 214). Nesse sentido,

²⁸⁴ SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-1937)**. 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

as “produções simbólicas” de Kehl devem ser compreendidas no contexto de sua relação com outras produções, as quais, não obstante suas diferenças e eventuais conflitos, assumiram o compromisso comum de construir uma nova nação, à imagem e semelhança dos valores, interesses e visões de mundo de seus propositores.

Assim, essa característica ambígua do imaginário – representada pela dupla função da ideologia, tal como foi descrita no primeiro capítulo – também se revela nos discursos produzidos e divulgados pelos eugenistas; ela expressa não apenas concepções acerca de sua situação presente, conformando aquilo que Bourdieu denomina *habitus*, mas também do que seria uma situação futura, assumindo a forma de alteridades ideais no horizonte de expectativas. Por isso, o estudo histórico da eugenia, independente da abordagem particular de cada autor, exige que se leve em conta a dimensão simbólica que a constitui; assumindo a forma de ideologias e utopias, essas representações fundamentam o caráter propositivo do enunciado eugênico, viabilizando a definição e legitimação da eugenia como movimento social. Dotado de uma historicidade que lhe é própria, esse sistema simbólico reflete visões variadas acerca do *ser e dever ser* brasileiro – constantemente às voltas com o problema da formação nacional.

Com isso em mente, passarei à análise do periódico *Boletim de Eugenia*.

Capítulo 8

O Boletim de Eugenia (1929-1933)

É sabido que a Revolução Francesa trouxe transformações na organização social. Camadas populares, mantidas até então à distância, fizeram irrupção na sociedade, trazendo ideias que inegavelmente favoreceram a civilização. Isso, entretanto, nem sempre sucedeu. Uma noção altamente prezada naquele tempo e de caráter acentuadamente dogmático, teve um efeito inteiramente contrário; ao invés de favorecer o progresso, retardou-o. Refiro-me à ideia da igualdade íntima de todos os homens.

— H. Lundborg²⁸⁵

Fundado e dirigido por Renato Kehl, o *Boletim de Eugenia* (1929-1933) foi o primeiro periódico brasileiro exclusivamente dedicado à divulgação da eugenia, sendo filiado à Liga Brasileira de Higiene Mental. Ao todo, somam-se quarenta e dois números distribuídos em cinco volumes, reunindo dezenas de artigos, notas, resenhas e anúncios, com contribuições nacionais e estrangeiras sobre diversos assuntos (educação, genética, higiene, religião, matrimônio, nutrição, puericultura, natalidade, mortalidade etc.). Com tiragem inicial de mil exemplares, distribuídos gratuitamente mediante solicitação via caixa postal, o *Boletim* teve circulação mensal nos primeiros três anos, passando para trimestral em 1932. A partir da edição de junho/julho de 1929 (n. 6-7), a pedido “amigável” do Dr. Theophilo de Almeida, o periódico se torna suplemento da famosa revista médica *Medicamenta*, ampliando seu alcance por todo o país.

Segundo Kehl, seu propósito seria “auxiliar a campanha em prol da Eugenia entre os elementos cultos e entre os elementos que, embora de mediana cultura, desejam, também,

²⁸⁵ LUNDBORG, Herman. Eugenia, hereditariedade e meio. **Boletim de Eugenia**, v. 2, n. 17, pp. 3-5, maio 1930, p. 3.

orientar-se sobre o momentoso assumpto” (Kehl, 1929, n. 1, p. 1). Ou seja, seu conteúdo era destinado às classes médias urbanas — formadas por advogados, empresários, médicos, jornalistas, literatos, educadores e outros setores instruídos da sociedade —, além de interessados em geral. Por isso, os artigos seriam de “simples vulgarização”, em “linguagem simples e clara”, com vistas a ampliar o interesse público em torno da eugenia e, conseqüentemente, impulsionar a campanha pela fundação de um Instituto Brasileiro de Eugenia. Esperava-se que, com o estabelecimento de um Instituto, reforçar-se-iam as bases institucionais do movimento eugênico brasileiro, conferindo maior visibilidade à causa na esfera política.

A análise documental foi realizada a partir da leitura de um conjunto amplo de artigos, resenhas e notas, focando, sobretudo, em contribuições de autores brasileiros. Entre estes, destacam-se nomes como o Dr. Renato Kehl, Dr. Belisário Penna, Dr. Geraldo de Andrade, Dr. Alberto Farani, Dr. Salvador Toledo Piza Júnior, Octavio Domingues, Oliveira Vianna, Julio Dantas e E.R. (o qual não foi possível identificar). No caso de publicações estrangeiras, buscou-se compreender os vínculos simbólicos entre o discurso do autor e dos eugenistas brasileiros, averiguando o emprego de ideias-imagens comuns. Entre os autores brasileiros analisados, cito nomes como Dr. Victor Delfino, da Academia de Medicina de Madrid; o Dr. Hermann Muckermann, diretor do Instituto de Eugenia de Berlim; e a Dra. Paulina Luisi, de Montevideú.

Ao abordar elementos que dizem respeito à ideologia dos eugenistas, foquei em representações em torno de conceitos como raça, nação, progresso, civilização e felicidade. Nesse sentido, busquei averiguar as motivações, valores e visões de mundo dos autores, tal como expressas nos artigos do Boletim, destacando sua relação com determinadas correntes de pensamento. Sob esta chave, as representações destacadas podem se referir tanto a uma corrente formalmente delimitada — o neomalthusianismo, o determinismo ou a tese do branqueamento — como a concepções acerca do papel social do médico, do ideal de beleza dos eugenistas, de opiniões sobre hábitos e valores da população, de noções de patriotismo, de esperanças ou receios sobre o futuro e de percepções sobre questões morais e éticas relativas à eugenia.

Nesse plano, para viabilizar a análise do material coletado, efetuei a divisão deste a partir de quatro eixos temáticos. O primeiro seria o nacionalismo, no qual abordo a relação simbólica entre patriotismo, educação e bem-estar social; o segundo diz respeito às representações sobre a ciência e o papel social do cientista, bem como o uso do conceito de utopia pelos eugenistas; no terceiro, analiso a questão racial e sua relação com as falas sobre formação nacional; finalmente, no quarto eixo, foco nos valores e princípios que norteiam a proposta eugênica do ponto de vista político e social, assinalando o posicionamento dos autores sobre questões de gênero, sistemas de governo e diferenças de classe.

Ao mesmo tempo, farei a leitura daquilo que compreendo como representações do imaginário utópico, referindo-me às ideias e imagens que remetem a formas mais ou menos definidas de alteridade ideal na visão dos autores. Isto é, as ideias-imagens ideológicas que assumem como pressuposto um Outro ideal, denotando, de forma vaga ou explícita, a forma como a sociedade *deveria* ou *poderia ser* através da ação voluntarista dos eugenistas. Nesse sentido, também buscarei analisar a percepção dos autores sobre o *status* utópico ou não-utópico de seu discurso, averiguando a definição de utopia segundo os eugenistas.

Como afirmei no primeiro capítulo, as definições de ideologia e utopia aqui utilizadas são de caráter amplo, relacionando-se com os imaginários sociais que têm por função a mediação, motivação, justificação e legitimação da ação social, seja para conservar estruturas e relações preexistentes, seja para subvertê-las em alguma medida. Sob esse aspecto, levarei em conta, ainda, a forma como essas representações sociais traduzem uma certa experiência temporal, sendo esta aludida pelo distanciamento entre espaço de experiência e horizonte de expectativa — a partir do qual os sujeitos experimentam a aceleração temporal. Logo, considero que noções como progresso, civilização e raça, assim como a própria concepção de ciência e da prática científica, eram compreendidas à luz de certas representações comuns entre os eugenistas, refletindo a forma como esses indivíduos interpretavam e justificavam suas ações em seu contexto social. A partir do sentido simbólico coletivamente atribuído a estes conceitos, assim como as práticas sociais a estes vinculados, estes autores construíam sua identidade e estabeleciam distinções, definindo os limites do que seria o movimento eugênico brasileiro e seu projeto de nação. Ainda que inúmeras divergências internas fossem explícitas, acredita-se que a

relação entre as identidades e alteridades construídas e mantidas pelos atores sociais possuíam lastros simbólicos entre si, viabilizando a inteligibilidade, mediação e legitimação de suas falas.

Assim, busco definir e compreender as representações utilizadas pelos eugenistas a fim de expressar suas motivações, valores e noções acerca de um futuro ideal, assim como determinar em que medida essas ideias-imagens possuíam uma base simbólica comum, mediante a qual o movimento eugênico brasileiro se organizava e se legitimava.²⁸⁶

8.1. Nacionalismo e educação

Como foi possível atestar, as ideologias que conformam o discurso eugênico brasileiro são muitas e diversas. Pela leitura do *Boletim*, foi possível constatar a presença de falas nacionalistas, deterministas e cientificistas, assim como valores e crenças coletivamente partilhadas pelos autores. Começarei pela análise das representações em torno da nação, assumindo como referência as concepções sobre bem-estar e educação.

Em seu primeiro ano de existência, uma das principais pautas do *Boletim* era a campanha pela fundação do Instituto Brasileiro de Eugenia, cuja sede seria no Rio de Janeiro. No artigo que introduz o periódico,²⁸⁷ Kehl se mostra otimista quanto à possibilidade de finalmente realizar seus planos, celebrando o aumento da popularidade da eugenia no final da década de 1920, cujos “proselytos” haviam se multiplicado quase que por “milagre”. Contudo, na edição seguinte,²⁸⁸ o autor lamenta a falta de interesse na criação do Instituto e na eugenia em geral. Segundo ele, “vivemos ainda num ambiente intelectual mais utilitarista que humanista, mais individualista que coletivista” (Kehl, 1929, p. 1). Com essas palavras, Kehl deixa claro que o sucesso efetivo das medidas eugênicas exigiria da sociedade civil a adoção de outras prioridades, mobilizando todos os cidadãos por um interesse comum. O instituto lançaria “apenas a

²⁸⁶ Para favorecer uma compreensão mais autêntica dos textos, optei pela preservação de sua grafia original.

²⁸⁷ KEHL, Renato. O nosso Boletim. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1, jan. 1929.

²⁸⁸ KEHL, Renato. Instituto Brasileiro de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1., fev. 1929.

semente”, a partir da qual “um milagre” se faria; se concretizado, este local se tornaria o “templo onde se cuidará da nacionalidade brasileira” (Kehl, 1929, p. 1).

Nesse texto, constata-se a presença de dois elementos muito recorrentes no imaginário nacionalista da época. O primeiro se refere à valorização do bem-estar coletivo em detrimento do individual, postulando um ideal orgânico de nação, à luz do qual toda dissidência deve ser excluída e/ou eliminada para o bem de todos. O segundo diz respeito à imagem dos eugenistas como sujeitos altruístas, os quais, frustrados com a ignorância ou indiferença das massas, incumbem-se de guiá-las e iluminá-las com sua sabedoria. Com isso, o objetivo era tornar a eugenia um pilar da cidadania moderna, favorecendo uma concepção excludente de “interesse comum”.

Um dos maiores adeptos dessa visão foi Octavio Domingues. Em uma palestra realizada na “Semana da Educação”, posteriormente reproduzida na décima oitava edição do *Boletim*,²⁸⁹ ele nega o preceito igualitário de que cada indivíduo possui valor em si mesmo. Ao seu ver, esse valor varia de acordo com o estado físico, mental e moral de cada um, dividindo a sociedade entre aqueles aptos e inaptos a integrá-la. De acordo com ele,

Os elementos sociaes desvaliosos, de merito negativos são justamente aquelles infelizes que não podem gozar a suprema ventura de um corpo e de uma alma sadia. São os factores deficitarios da sociedade, são o seu peso morto, que dia a dia parece mais crescer, avolumar-se por via de uma seleção puramente regressiva a que a humanidade vem sendo submettida. O homem improductivo é homem sem saude. É difficil conceber-se um individuo improductivo, parasitando a sociedade – parentes, amigos, ou meros conhecidos – que não seja um ser doente do corpo ou do espirito (Domingues, 1930, p. 2-3).

Assim, todo cidadão saudável exerceria uma função particular no sistema produtivo, assegurando a manutenção da ordem em benefício de todos. Aqueles que não se adequassem às exigências mínimas desse fim deveriam ser considerados “peso morto”, isto é, parasitas que se beneficiam do trabalho alheio, sendo um fardo para a sociedade. Em condições normais, a seleção natural poderia atuar, selecionando os indivíduos aptos em detrimento dos demais. No entanto, a higiene e a medicina, ao propiciar melhores condições de vida e procriação aos grupos

²⁸⁹ DOMINGUES, Octavio. Saude, Hygiene e Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, pp. 2-5, jun. 1930.

inferiores, agravaram o problema ao invés de solucioná-lo, promovendo o “socorro do individuo em detrimento da comunidade social” (Domingues, 1930, p. 4). Daí a importância da eugenia, que, “com os seus methods novos ou renovados, prena de promessas encantadoras” (Domingues, 1930, p. 4), seria encarregada de promover uma seleção favorável ao progresso humano. Nesse sentido,

(...) o que menos está em jogo é a nossa felicidade pessoal, porquanto os rebentos humanos que hão de surgir é que sentirão as boas ou más consequencias dahi advindas de modo tão fatal, como a queda de um corpo que cae no espaço, sob a acção inevitavel da gravidade (Domingues, 1930, p. 4).

Dessa forma, é apenas em relação a um corpo social ativo — apto a reproduzir as condições materiais de existência sob o capitalismo — que o individuo adquire valor, sendo feliz aquele que, “recebendo a saude como herança dos seus, tem a felicidade ainda de saber conserval-a e transmittil-a aos filhos do seu amor, gozando a vida não como um fim, mas como um meio de ser útil á familia, á patria e á Humanidade” (Domingues, 1930, p. 4-5).

Para realizar esse ideal, era essencial que todos priorizassem o bem-estar coletivo em relação ao sofrimento individual, atentando-se aos perigos do “sentimentalismo”. Um dos maiores exemplos desse argumento é oferecido por Julio Dantas,²⁹⁰ que propõe políticas de restrição matrimonial sob o pretexto de curar a nação de suas enfermidades sociais. Segundo o autor, “Não pode reconhecer-se a um enfermo, a um degenerado, a um debil, a um intoxicado grave, o direito de perpetuar o seu soffrimento, a sua deformidade e a sua miseria” (Dantas, 1930, p. 5).

Apesar das objeções morais e religiosas a essa medida, Dantas se porta como misericordioso e altruísta, afirmando que nenhum sentimento deve prevalecer sobre a necessidade de promover a saúde das futuras gerações. Segundo o autor:

Convenho que é uma atrocidade roubar aos degenerados, aos fracos, aos doentes, a unica consolação que lhes resta na vida, – a de poderem amar-se, unir-se, amparar-se, construir, sob a protecção da lei divina e humana a sua felicidade e o seu lar. Mas não é, porventura, uma atrocidade maior ainda, não é mil vezes mais revoltante obter essa felicidade á custa do martyrio de pequeninos entes que não são culpados por ter nascido, e que vêm ao mundo apenas para expiar, entre os supplicos mais horriveis, o beijo egoista e criminoso dos paes? (Dantas, 1930, n. 18, p. 5).

²⁹⁰ DANTAS, Julio. A proposito de eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 5-6, jun. 1930.

Assim, o valor ético da proposta eugênica se baseia na quantificação e comparação do sofrimento humano, justificando, do ponto de vista racional e moral, a eliminação de alguns em benefício do todo.

Haveria aqueles que, entretanto, questionam tais medidas como atentados à liberdade individual e ao direito fundamental à vida, aos quais Dantas responde:

Mas não é das liberdades de todos nós que os Estados e as Sociedades se alimentam? Também o direito à vida é um direito fundamental, – e os Estados ainda há pouco fizeram correr, numa guerra hedionda, o sangue dos seus filhos. Qual é a violência, qual é a tyrannia maior, – proibir os deuses e os enfermos de se casarem, ou mandar os homens sãos e fortes morrerem na guerra? Se aceitamos uma porque não havemos de aceitar a outra, mil vezes mais util, mais generosa e mais humana?” (Dantas, 1930, n. 18, p. 5).

Dantas não é o único a se indignar diante dessas críticas. Ao defender a obrigatoriedade do exame pré-nupcial,²⁹¹ o Dr. Victor Delfino, médico filiado à Academia de Medicina de Madrid, lamenta que tal proposta tenha enfrentado resistência à luz de objeções sentimentais e econômicas “mais ou menos dissimuladas” (Delfino, 1929, p. 2). Ao seu ver,

(...) seja qual fôr a opinião dos que pensam que a intervenção do Estado nos assumptos particulares e pessoas dos subditos constitue um attentado á liberdade, pensamos que o interesse geral deve sempre prevalecer sobre o interesse particular, pelo facto de que a sociedade tem o dever de constituir uma raça forte e sã, capaz de realizar sem tropeços seus destinos no mundo, e de impedir, por outro lado, que se propague a série espantosa dos tarados, degenerados de toda especie, loucos, idiotas, de conducta anormal, etc., cuja existencia pesa gravemente sobre os orçamentos dos Estados (Delfino, 1929, p. 3).

Tanto em Delfino como em Dantas, é interessante notar as justificativas para a restrição ou suspensão de liberdades individuais. Cientes de que sua proposta contradiz os marcos ideológicos fundacionais do Estado de Direito, eles se afirmam como verdadeiros humanistas, contestando críticos liberais da eugenia.

²⁹¹ DELFINO, Victor. O attestado Medico pre-nupcial. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, pp. 2-3, dez. 1929.

O Dr. Alberto Farani, por seu turno, apresenta um posicionamento mais radical.²⁹² Em sua conferência realizada na Liga Brasileira de Higiene Mental, reproduzida na trigésima quarta edição do *Boletim*, o eugenista afirma que a restrição matrimonial não é o suficiente para impedir o nascimento de indivíduos socialmente indesejáveis, sendo necessária sua esterilização compulsória. Considerando as medidas de internação economicamente inviáveis e moralmente cruéis, Farani afirma que seria “mais racional, mais econômica e mais humana a esterilização e a liberdade sob a palavra do que a segregação até à menopausa para impedir a reprodução” (Farani, 1931, p. 7). Dessa forma, o objetivo não seria eliminar os mais fracos, mas sim impedir seu nascimento. Por ser uma medida de caráter “profilático”, ela não é vista como agressiva e desumana pelo autor, mas sim uma alternativa prática e moral, adequando-se às demandas econômicas e afetivas da sociedade.

Assim como Domingues, Farani também apresenta uma concepção orgânica de coletividade, na qual o valor do indivíduo é determinado pelo seu grau de utilidade no sistema produtivo, cabendo ao Estado favorecer os aptos em detrimento dos demais. De acordo com o autor:

Os homens não são criados para uma finalidade individual, ou restrita a seus próximos. Eles têm papel mais saliente a representar, devem ser úteis à sociedade, de que são membros. Por esta razão é que a sociedade, por sua vez, deve assegurar-lhe proteção a seu direito de viver. Uma vez que o Estado preveja indesejáveis possíveis, ele tem o direito de precaver-se contra eles. Tanto mais quanto estes indivíduos, se são indesejáveis para a humanidade, também o são para si próprios. São párias, e nem sequer lhes aproveita a felicidade postuma, pois são condenados de antemão, por infratores de todas as leis morais (Farani, 1931, p. 5).

Nesse contexto, Farani afirma que “o indivíduo tem direitos, sem dúvida, mas também deveres, que consistem em não prejudicar os direitos de terceiros” (Farani, 1931, p. 6). Por isso, o autor lamenta que se priorize sempre os direitos do indivíduo, ao passo que “a ciência e a sociedade propugnam cada vez mais pelos direitos sociais” (Farani, 1931, p. 6).

É interessante notar que neste aspecto a defesa da eugenia se baseia na afirmação dos direitos civis instituídos pela tradição liberal, na medida em que justifica a restrição de direitos

²⁹² FARANI, Alberto. Como evitar as proles degeneradas? Resposta às objeções de ordem moral da encíclica *Casti connubi*. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 34, p. 3-7, out. 1931.

individuais sob o pretexto de favorecer o interesse público. Essa relação se revela na própria definição de moral proposta pelo autor, que seria

(...) tudo aquilo que contribua para a felicidade e bem estar da sociedade. O critério da moralidade reside na sua repercussão sobre o benefício individual e geral. E o cuidado pelo interesse geral legitima certamente as restrições, ao interesse individual (Farani, 1931, p. 6).

Com essa definição em mente, Farani faz uma extensa crítica aos opositores católicos da eugenia. Segundo o autor, a preferência destes pela segregação ao invés da esterilização evidencia a hipocrisia de uma ética cristã que, sob o pretexto de favorecer o próximo, beneficia apenas o indivíduo. Essa contradição seria ainda mais evidente ao considerar o posicionamento ambíguo de muitos católicos sobre males como a sífilis, tuberculose e alcoolismo, pois, por um lado, estes admitem a possibilidade de “herança tarada”, reconhecendo a natureza degenerada de seus portadores, mas por outro, se opõem às soluções eugênicas, considerando-as cruéis, utilitaristas e individualistas. Dessa forma,

Quando se trata de apontar o remédio, aceitam a degeneração herdada, mas acham imoral que se a procure diminuir. Por outro lado, batem-se pelos preceitos higienicos, atuais ou profilaticos, que todos aceitam, a que todos aspiramos (Farani, 1931, p. 6).

A única medida contraceptiva aceita pelos católicos seria a abstinência, o que, na visão do autor, não passaria de uma “utopia hipocrita”. Farani considera que não há nada de moralmente condenável no prazer sexual e tampouco em favorecer a procriação em grandes números, contanto que esses dois objetivos visem a uma finalidade maior, promovendo o bem-estar geral da nação. Em suas palavras,

Individualista, são eles que, a pretexto de integridade corporal e dignidade humana, acham que a família mais vale que a humanidade. Com acrimonia vituperam contra a satisfação sexual, e negam os malefícios da abstinencia forçada. Entretanto acham que a lei natural se infringe pela não concepção, e apontam como castigo contra os infratores as perturbações por não satisfação sexual! (Farani, 1930, p. 7).

Assim, para os católicos, as melhores soluções seriam a educação, a segregação, o exame pré-nupcial e a abstinência sexual, compreendidas pelo autor como insuficientes, imorais,

ineficazes e irrealistas.²⁹³ Em contraponto ao idealismo ingênuo dessas propostas, a eugenia seria ancorada no pragmatismo humanista da ciência, exercendo um “utilitarismo louvável”, uma vez que “encara o bem social”, visando ao “benefício da raça” (Farani, 1931, p. 6).

A eugenia representaria, dessa forma, o verdadeiro altruísmo, pautado na verdadeira solidariedade, assegurando a integridade do indivíduo, da família e do corpo social como um todo. A fala de Farani se destaca no *Boletim* como uma das críticas mais diretas e ferrenhas à oposição católica, lançando mão de ideias-imagens usualmente associadas ao imaginário cristão a fim de legitimar medidas de eugenia negativa. Assim, é um exemplo notório de como o autor compreende a oposição conservadora à eugenia, liderada em grande medida por setores vinculados à Igreja Católica.

Diferente de Farani, o Dr. Hermann Muckermann,²⁹⁴ padre jesuíta e médico que presidia o Instituto de Eugenia de Berlim, afirma que não há grande conflito entre os preceitos eugênicos e católicos, desde que as medidas corretas sejam adotadas. O autor contesta a suposição de que o catolicismo se opõe à esterilização em qualquer circunstância, afirmando que tal medida, quando aplicada para fins terapêuticos, não deveria estimular objeções de caráter moral. O problema seria realizar tal procedimento para fins privados, com vistas a evitar descendência, o que resultaria no “abuso ilimitado” desse direito. Por isso, a esterilização deveria ter um propósito humanitário e solidário, tendo em vista o bem coletivo. Quanto à condenação do adultério e do sexo antes do casamento, o autor argumenta que tais restrições favorecem o combate às doenças venéreas, concluindo que o pecado da carne seria prejudicial não apenas ao espírito como também à raça. Logo, conclui:

É certo que os inferiores, uma vez que existem, nunca serão excluídos daquella grande amor do próximo que, na forma do ‘mandatum novum’, representa o criterio pratico dos ensinamentos de Jesus. Mesmo aos tarados por herança se applicam as palavras: ‘O que fizerdes ao menor dos meus irmãos a mim o fareis’. Seria, porém, uma interpretação erronea considerar a inferioridade como alguma coisa valida em si mesma, e não reflectir que todos os esforços devem servir afinal para tornar desnecessarios os serviços de assistencia (Muckermann, 1929, p. 2).

²⁹³ Segundo Farani, a educação seria ineficaz diante de indivíduos ineducáveis; o exame pré-nupcial seria insuficiente, na medida em que se limita apenas às uniões matrimoniais; e a abstinência seria irrealista, sendo nada mais do que uma “utopia hipocrita” (Farani, 1931, p. 7).

²⁹⁴ MUCKERMANN, Hermann. Eugenia e Catholicismo. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, pp. 2-3, abril 1929.

No trecho acima, observa-se que o autor associa um argumento religioso a outro de caráter econômico, alegando que as medidas negativas tornariam desnecessários os programas de assistência social. A ideia de que a diminuição de indivíduos inferiores poderia aliviar o fardo financeiro de seu sustento, poupando as famílias e o Estado das despesas, era uma motivação muito comum entre os eugenistas. Sob essa perspectiva, preocupações de ordem moral eram não apenas irracionais como irrelevantes, uma vez que problemas econômicos seriam de natureza objetiva e pragmática, dispensando o juízo moral. Uma nota²⁹⁵ publicada em 1929 exemplifica esse argumento com precisão:

A esterilização eugenica é uma das medidas indispensaveis em qualquer programma que vise o bem estar da sociedade. É parte integrante de um systema geral de proteção e vigilancia para aquelles que em virtude de moléstia ou deficiencia mental são incapazes de arcar com as responsabilidades da cidadania. Ella permite que certos lares continuem unidos, e consente que muitos individuos se casem, e vivam por seu proprio esforço, dignamente, desfructando uma vida normal, quando do contrario teriam de ser internados em um hospital do governo (BE, 1929, p. 4).

Além disso, a nota recomenda a concessão de autorização para aqueles que desejam se submeter voluntariamente à esterilização eugênica, cabendo ao poder público arcar com as despesas da operação em casos excepcionais, mas também defende o procedimento como medida compulsória para todos aqueles tidos como deficientes mentais ou “atacados por moléstias mentaes” (BE, 1929, p. 4). De acordo com o texto, caso a esterilização compulsória fosse aprovada, o paciente poderia solicitar uma audiência para reverter a decisão, “de modo que os direitos de cada um não possam ser lesados” (BE, 1929, p. 5). Essas passagens são elucidativas, na medida em que revelam a lógica de bem-estar social associada às aspirações eugênicas, do papel do Estado como principal promotor e gestor dessas políticas e, sobretudo, dos preceitos éticos sobre os quais a eugenia se baseia, aludindo a valores supostamente humanitários e altruístas.

Nesse sentido, postula-se uma utopia negativa, uma vez que sua realização tem como pressuposto a exclusão e/ou eliminação de grupos sociais dissidentes. Se o Estado não é onipotente e se os recursos são limitados, propõe-se a adoção de medidas que, não obstante

²⁹⁵ ESTERILIZAÇÃO para aperfeiçoamento humano: Alguns resultados salientes de 6.000 operações feitas na California. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, p. 4-5, dez. 1929.

agressivas, visam à felicidade geral. Assim, reafirma-se a imagem dos eugenistas como sujeitos obstinados e altruístas, os quais, motivados apenas pelo bem comum, levariam a cabo a máxima utilitarista da “maior felicidade para o maior número de pessoas”, promovendo a maximização dos prazeres a custo do “menor” sofrimento.²⁹⁶ É possível constatar essa relação em uma nota publicada na edição de número 12, de 1929,²⁹⁷ na qual o autor atribui à eugenia “a alta missão de reduzir o sofrimento e supprimir a dôr humana, preparando para as gerações vindouras uma vida mais equilibrada, mais equitativa, mais duradoura e mais feliz” (BE, 1929, p. 6).

No entanto, ao mesmo tempo em que argumentam em prol da eugenia negativa, muitos autores são enfáticos na defesa da educação, sendo esta outro elemento central no imaginário nacionalista das elites letradas. Destacada em diversos textos do *Boletim*, a educação é valorizada sobretudo à luz da pretensão de introjetar os preceitos higiênicos e eugênicos no senso comum, formando gradualmente aquilo que os autores chamam de uma “consciência eugênica/sanitária” na população. Segundo os eugenistas, isto seria possível tanto por meio de políticas voltadas para a educação de crianças e jovens nas escolas como de uma propaganda “intensa” e “continuada”, estimulando o interesse público sobre o tema.

Assim, mais do que um conjunto de práticas e saberes regulamentados por lei, a eugenia deveria se tornar o novo “dogma religioso” da humanidade, à luz do qual um novo sistema de valores seria fundado, orientando os comportamentos individuais e coletivos. Por isso, é possível constatar um forte componente utópico atrelado ao conceito de “consciência eugênica” ou “consciência sanitária”, aludindo a um alhures no qual todos os indivíduos, uma vez cientes de seus deveres e obrigações para com a nação, levariam a cabo espontaneamente as recomendações eugênicas, incorporando-as ao seu cotidiano. Na mesma nota de 1929, afirma-se que: “Quando estiver na consciencia das massas populares que é sentimento de piedosa humanidade evitar a propagação de seus males aos seus filhos, ellas procurarão o tratamento de suas masellas, e diminuirão dessa fórma a cohorte dos soffredores” (BE, 1929, p. 6); segundo outra nota,²⁹⁸ do mesmo ano,

²⁹⁶ A associação entre eugenia, cientificismo e a ética utilitarista é destacada em Peukert (1998).

²⁹⁷ IIº CONGRESSO de eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, p. 6, dez. 1929.

²⁹⁸ EUGENIA e patriotismo. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro v. 1, n. 5, p. 3, maio 1929.

(...) o Brasil será o Brasil da nossa aspiração, será o grande Brasil de amanhã, quando nelle se implantar a consciência sanitaria e cívica, quando todos os brasileiros souberem zelar a saúde physica e psychica, quando todos os brasileiros, enfim, se tornarem aptos para o trabalho e para a cidadania (BE, 1929, p. 3).

Um dos autores que propõe a educação como solução é o próprio Alberto Farani. No mesmo texto em que defende a esterilização, Farani nega que a suposta imoralidade das classes mais pobres seja a causa do aumento de sua natalidade, alegando que o problema do crescimento demográfico se deve ao desconhecimento da população sobre métodos contraceptivos. Assim, ele defende a necessidade de uma educação eugênica, de modo que o conhecimento acerca dos propósitos e medidas da eugenia oriente o juízo e comportamento dos indivíduos no tocante à reprodução. “Quando assim acontecer”, afirma o autor, “não haverá mais razão para discussões, e ninguém mais exigirá a limitação ou abolição da prole nos tarados de qualquer especie” (Farani, 1931, p. 5). Dessa forma, as políticas de eugenia negativa constituem apenas medidas paliativas, sendo a mudança de mentalidade – através da educação – a verdadeira solução.

É interessante notar que, apesar de Farani partir de uma premissa malthusiana, considerando que a causa da pobreza é o aumento da natalidade, ele não responsabiliza os próprios pobres por sua condição. Ao invés disso, ele afirma que a ignorância sobre os preceitos eugênicos seria a raiz do problema. De acordo com o autor:

No dia em que a educação permitir que se viva vida higienica, ninguém mais pensará nas medidas coercitivas, tal a esterilização. Mas, enquanto não alcançarmos tal era de felicidade social? Será justo, será moral não evitar o mal maior, sob pretexto de que futuramente poderíamos obter bem efetivo? Enquanto não advém esta época, procuremos obviar ao mal moderno atual. Isto é que é justo, isto é que é moral, isto é que constitue direito *atual* de legitima defesa (Farani, 1931, p. 6, grifo do autor).

Por isso, adverte que a eugenia não visa à diminuição da natalidade, mas sim ao maior controle sobre seu crescimento, estimulando a procriação consciente.

Em 1929, o professor John Edgar, da Universidade de Saint Andrews, reitera a ideia de que as medidas mais radicais seriam temporárias.²⁹⁹ Ao seu ver, a educação deveria ser priorizada em conjunto com as medidas eugênicas que versam sobre a constituição biológica dos indivíduos.

²⁹⁹ EDGAR, John. Eugenia e patriotismo. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 2, mar. 1929.

Segundo o autor, o ideal eugênico seria realizado através de três caminhos: primeiro, uma educação que fomentasse um novo senso de responsabilidade para com a sociedade e a raça; segundo, a formação de uma opinião pública favorável à eugenia, tornando-a um novo “senso comum”, um “código moral” aceito e reproduzido por todos; terceiro, a adoção de uma legislação eugênica focada em casos excepcionais, uma vez que a consciência coletiva, quando convertida em favor da eugenia, dispensaria a necessidade de um aparato penal amplo. Assim, Edgar privilegia a mudança de mentalidade em relação às leis, afirmando que a transformação dos valores e do comportamento coletivo, ainda que lenta, é mais profunda e mais decisiva do que qualquer medida de caráter coercitivo. Ao seu ver,

O eugenista encontrará muitas pessoas que aceitarão os factos garantidos pela sciencia, mas que recusarão seu auxilio ao systema social, mesmo que estes factos lhe entrem pelos olhos. O eugenista deve ter paciencia, e perseverança, continuando sempre a estudar e educar (Edgar, 1929, p. 2).

Nesse sentido, a figura do educador — assim como do legislador e do médico — assume caráter utópico, destacando o papel obstinado e heróico daqueles que se dispõem a conscientizar a população, realizando a reforma social através da transformação da mentalidade. O autor expressa essa ideia ao concluir que a grande missão prática do eugenista deveria ser a criação e desenvolvimento de um “novo patriotismo” (Edgar, 1929, p. 2).

Renato Kehl, por seu turno, acredita que a educação deve assumir como ponto de partida a condição biológica dos indivíduos, uma vez que as características físicas e mentais de cada um influenciam sua resistência e disposição a aprender.³⁰⁰ Desse modo, a educação seria impotente diante de um “indócil, cuja constituição é resultante de um processo hereditario irremovível” (Kehl, 1929, p. 1). Essa crença o leva a afirmar que

O unico recurso certo, radical, para o melhoramento da especie humana, é o recurso eugenico, o melhoramento genetico da humanidade. (...) Não existe outro caminho. Tudo o mais, educação, conforto, progresso material, são, apenas, subsidios para a realização do grande ideal (Kehl, 1929, p. 1).

A proposta educacional de Kehl tem como alvo, portanto, aqueles que já se adequam aos parâmetros aceitáveis de aptidão física e mental, ao passo que o Estado se encarregaria de

³⁰⁰ KEHL, Renato. Educação e eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, pp. 1-2, set. 1929.

controlar o nascimento dos indivíduos inferiores por meio da restrição matrimonial e esterilização compulsória. De acordo com ele,

Tudo farei para que os nossos semelhantes recebam as luzes esclarecedoras sobre a responsabilidade que representa a procreação, perante elles proprios e á posteridade. Enquanto não se estabelecer a 'consciencia eugenica', o mundo continuará o mesmo, um paraíso perdido pelo genero humano, constituido por um amontoado amorpho de anormaes, parasitando um nucleo relativamente pequeno de equilibrados (Kehl, 1929, p. 2).

Com isso, Kehl se apresenta como uma das poucas autoridades aptas e dispostas a fomentar a “consciência eugênica” entre a população, de modo que o “paraíso perdido” se converta em um “paraíso possível”, edificado por indivíduos esclarecidos, cientes de sua responsabilidade social. Novamente, constata-se o emprego de imagens utópicas que remetem a um alhures ideal, construído pela ação voluntarista de figuras altruístas e obstinadas, de caráter excepcional. Essa relação se encontra presente em uma de suas conferências realizadas em 1932, cuja resenha fora originalmente publicada no periódico *O Comercio do Porto*, sendo reproduzida na quadragésima edição do *Boletim*.³⁰¹ Ao defender a causa eugênica, Kehl critica os “ignorantes que a combatem em nome de uma pseudo-moral, dizendo que ela pretende fazer com o homem o que este pratica com os animais racionais” (BE, 1932, p. 93). Pelo contrário:

A eugenia é uma doutrina cujos preceitos são da mais pura e elevada moral; é uma doutrina que, por meio da educação galtoniana paulatina e perseverante, fará aumentar, progressivamente, o numero dos individuos conscientes de suas responsabilidades perante a familia e a sociedade; é uma doutrina, em suma, que combate o egoismo, procurando elevar os homens ao verdadeiro nivel de seres racionais, pela compreensão exata dos seus deveres em relação á espécie (BE, 1932, p. 92).

A eugenia representaria, portanto, a causa daqueles que são nobres de espírito; as personalidades que, ao atuar na vanguarda do progresso, dedicam-se a construir, através da razão, um paraíso terreno.

Entretanto, a educação não se daria apenas através das escolas. Era necessário a criação de um dispositivo jurídico e técnico que incentivasse as práticas eugênicas individuais. Nesse

³⁰¹ UMA BRILHANTE conferencia pelo Dr. Renato Kehl na Universidade do Porto. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 4, p. 92-93.

sentido, o autor defende a implementação de um sistema universal de registro genealógico, contemplando os dados pessoais e familiares de todos os cidadãos a partir de seu nascimento.³⁰² Segundo Kehl, ao contrário de um passado no qual a genealogia era utilizada como ferramenta de distinção entre as linhagens nobres, uma nova genealogia deveria ser favorecida, tendo na genética sua prioridade. Com isso, sua finalidade seria “despertar o interesse pela tradição de família para o seu melhoramento progressivo” (Kehl, 1932, p. 22), contribuindo gradualmente para a formação das “futuras nobrezas eugenicistas” (Kehl, 1932, p. 23). Contribuir-se-ia, portanto, para a formação da chamada “consciência eugênica”, na medida em que “os interessados compreenderão, em tempo, as consequências desastrosas, os sofrimentos que sobreviriam se se casassem” (Kehl, 1932, p. 24). De acordo com o autor:

No dia em que se generalizarem os registros de família, segundo as normas eugenicistas, as gerações se capacitarão do dever que cabe a cada indivíduo em relação à prole, e cada geração em relação às outras. Dar-se-á mais importância aos méritos individuais; instituir-se-á a merecida veneração aos antepassados que concorreram para a saúde, paz e prosperidade de cada família, segundo preceitos ditados pela Eugenia (Kehl, 1932, p. 24).

Assim, o autor revela a esperança de que um dia será possível construir um alhures no qual os indivíduos, uma vez conscientizados, apliquem os preceitos eugênicos em seu cotidiano. Ainda que essa alteridade imaginária não possua um conteúdo formal, seus mecanismos internos podem ser previstos e — espera-se — iniciados pela ordem vigente.

Observa-se, portanto, que a educação assume um lugar central no imaginário nacionalista, adquirindo, na visão de muitos autores, prioridade em relação a medidas de caráter coercitivo. Em artigo publicado em 1931, um autor identificado apenas como Macrobio alega que o Brasil carece de “homogeneidade de cultura, de sentimentos, e de *typo* racial” (Macrobio, 1931, p. 3), sendo necessário levar a cabo um plano nacional de educação.³⁰³ Ao seu ver, a construção nacional não seria promovida pela via política, mas sim pela construção de laços culturais, morais e raciais, lançando mão da educação como principal ferramenta para tal fim.

³⁰² KEHL, Renato. Registro individual obrigatório e registro genealógico de família. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 4, p. n. 38, pp. 22-24, abr.-jun. 1932.

³⁰³ MACROBIO. A educação dos sentimentos políticos e a Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 29, pp. 3-4, maio 1931.

Por isso, enquanto uma mentalidade brasileira não fosse efetivamente forjada, não haveria como realizar um projeto de nação.

Nesse sentido, o Dr. Victor Delfino associa o papel da educação a um projeto de reforma sistemática dos costumes e dos valores, visando a combater o sentimentalismo e individualismo que ainda imperam na sociedade.³⁰⁴ Segundo o autor:

Objectar-nos-ão que isto vai de encontro ás praticas sociaes, á nossa maneira de ser; que se entrechoca com os costumes de antanho, estabelecidos em quase todos os povos e aos quaes somos tão respeitosos; igualmente, que os dictados do coração se sobrepõem a todas as normas, a todas as leis escriptas, e que seu impulso irreprimivel não póde ter a opposição de uma disposição geral (Delfino, 1929, p. 3)

Com isso em mente, Delfino conclama uma reação aos tais “costumes”, defendendo que

(...) mediante uma educação adequada, uma propaganda séria e tenaz, se chegue a modificar esse estado de causas, fazendo a nova *consciencia eugenica* e incorporando ao acervo de nossa legislação civil, ainda demasiado rigida e atrasada para dobrar-se ás magnificas conquistas das sciencias biologicas, o attestado medico pre-nupcial (Delfino, 1929, p. 3, itálico meu).

Por seu turno, ao tecer um panorama mais franco sobre a situação brasileira, Salvador de Toledo Piza Junior³⁰⁵ admite que “no Brasil não há eugenia”, alegando que a presença desta consiste apenas em “uma duzia de proseliticos, meia duzia de entusiastas e um quarto de duzia de livros sobre a Eugenia” (Piza Junior, 1933, p. 17). Ao considerar que o florescimento da eugenia depende de um terreno fértil, previamente preparado, o autor lamenta que essas condições não se encontrem no Brasil, uma terra na qual “quase a totalidade da população não sabe ler e o restante, que sabe, não lê” (p.5). Por isso, qualquer iniciativa em favor da eugenia exigiria intervenções de caráter mais geral, versando sobre o problema da educação pública. Em especial, o autor atribui grande parte do potencial eugênico à escola primária, através da qual a ciência de Galton se firmaria como um dos grandes pilares da cidadania brasileira. De acordo com Piza Junior,

³⁰⁴ Delfino, Op. Cit., 1929.

³⁰⁵ PIZA JUNIOR, Salvador de Toledo. Um programa para a eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, pp. 16-17, abr.-jun. 1933.

Si é bem verdade que as escolas secundarias e superiores formam tecnicos, profissionais, cientistas, a escola primaria forma o cidadão. E o cidadão, isto é, o individuo de cultura ou não, que aprendeu a conhecer a grandeza e as possibilidades de sua terra, que se habituou a respeitar seus concidadãos, que se acostumou a crer na palavra do mestre, e sobretudo, do individuo que aprendeu na escola a cumprir as leis que vigoram no seu paiz e amar a patria e a familia, depende em primeira linha o sucesso de qualquer medida eugenica (Piza Junior, 1933, p. 17).

Assim, uma vez estabelecidas as bases da cidadania a partir da eugenia, os jovens das escolas secundárias e superiores preocupar-se-iam em aplicar os preceitos eugênicos no cotidiano, sendo aptos a, posteriormente, transformá-los em legislação. Piza Junior se alinha, portanto, com outros eugenistas que defendem a formação de uma “consciência eugênica” na população através da educação, após a qual seguir-se-ia a implementação de um sistema formal de medidas positivas e negativas no plano jurídico. Segundo ele,

Sendo possivel ao individuo encobrir muitas de suas taras e molestias, os melhores resultados colherá a Eugenia, quando cada qual, em pleno conhecimento de si proprio, procurar livre e espontaneamente os encarregados da applicação das medidas eugenizantes e a elas submeter-se desapeadamente (Pisa Junior, 1933, p. 17).

Junto com Piza Junior e Macrobio, Octavio Domingues foi um dos autores mais comprometidos com a formação prévia de uma consciência eugênica, destacando a educação como uma forma de eugenia positiva. Em 1932, o autor elogiou a iniciativa do Partido Nacionalista ao propor um projeto de lei que impunha a obrigatoriedade do exame pré-nupcial.³⁰⁶ Contudo, reconheceu que, a menos que a população fosse previamente educada de acordo com os preceitos eugênicos, a legislação não teria valor prático algum. Assim, antes de qualquer lei de caráter coercitivo, era necessário que a formação de uma “consciência eugênica” fosse favorecida, sem a qual a geração da prole “continuará sendo um ato mais instintivo do que proprio de um animal que raciocina” (Domingues, 1932, p. 84). Por conseguinte, deve-se priorizar o combate à ignorância popular, de modo a “tornar o homem senhor de sua propria biologia, do mecanismo da sua revivescencia através das gerações” (Domingues, 1932, p. 84).

³⁰⁶ DOMINGUES, Octavio. Limalhas de um eugenista. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40, pp. 82-85, out.-dez. 1932.

Nesse contexto, o posicionamento de Oscar Fontenelle representa a exceção. Em sua fala na Câmara dos Deputados em 1930,³⁰⁷ Fontenelle propõe a elaboração de um dispositivo penal para combater as doenças venéreas, afirmando que a propaganda sanitária não é o suficiente. Apoiando-se em postulados biodeterministas, ele afirma que “(...) as leis penaes agem sobre a formação de hábitos e noções, de maneira que o delicto de contagio concorrerá para que germine e floresça na consciencia publica a idéa de que a saude representa um bem individual e social inviolavel” (Fontenelle, 1930, p. 3). Com essa declaração, o eugenista se posiciona a favor da implementação de uma legislação eugênica, de modo que esta possa fomentar o desenvolvimento de novos hábitos e costumes na população.

Fontenelle ainda considera que “a evolução que passou o conceito em que era tida a doença, creando novos deveres para a sociedade e o individuo, legitima a intervenção do Estado para determinar normas de conducta” (Fontenelle, 1930, p. 3). Segundo ele, “mesmo nos torvos periodos em que reinava grosseiro individualismo, o interesse do Estado e da preservação da maioria já originava providencias restrictivas da liberdade” (Fontenelle, 1930, p. 3). Em outras palavras, o Estado, assim como em momentos anteriores de necessidade, deveria assumir a prerrogativa de suspender ou restringir certas liberdades civis, de modo a estimular comportamentos e valores que atendam ao interesse público. Desse modo, exigir-se-ia “systema preservativo e protector contra as contaminações decorrentes da vontade ou da desidia dos seus vehiculadores” (Fontenelle, 1930, p. 3). Afinal, “É ou não é crime (...), arruinar a saude de outrem, roubar-lhe annos de vida, transformal-o em peso morto para a familia e a sociedade, estragar as gerações futuras engendrando a degenerescencia da raça?” (Fontenelle, 1930, p. 3).

Nessas passagens, é possível entrever a imagem utópica do legislador biopolítico, cuja função é promover, verticalmente, a regulamentação da vida em suas diversas esferas. O pressuposto desse pensamento é a desconfiança em relação ao indivíduo, o qual, ignorante e isolado, cederia às tentações imorais da carne ao invés de submeter seus instintos ao controle da razão. Daí a necessidade de tornar o homem “senhor de sua biologia”, como afirma Octavio Domingues, de modo que o indivíduo, uma vez esclarecido, assuma responsabilidade por si e pelo todo.

³⁰⁷ FONTENELLE, Oscar. Os Problemas Eugenicos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, pp. 3-4, out. 1930.

Entretanto, Fontenelle é a exceção. A maioria dos autores que abordam o problema da educação reafirmam a necessidade de se promover uma consciência eugênica, sem a qual nenhuma outra medida — positiva, negativa ou preventiva — teria efeito duradouro. Isso indica que os eugenistas são conscientes de que a mudança que desejam será a longo prazo, exigindo a reforma gradual de hábitos, costumes e valores há muito reproduzidos e aceitos pela população. Assim, tem-se um panorama quixotesco, à luz do qual um grupo seleto de “homens de ciência” se dispõe a esclarecer a mente de uma ampla gama de miseráveis inertes. Esse quadro gerou frustrações para os eugenistas, como é o caso de Octavio Domingues, que se aborrecia não apenas com as opiniões divergentes dentro do movimento eugênico como também com o descompasso entre aqueles que detinham o conhecimento especializado e o público leigo. Dessa forma, o fracasso em alcançar consensos e educar o público não é atribuído a uma falha de comunicação por parte dos eugenistas, mas sim à indisposição, indiferença, ignorância e teimosia dos outros.³⁰⁸

Por fim, a despeito de suas divergências teóricas e ideológicas, os eugenistas se apresentavam como os verdadeiros paladinos do povo, opondo-se àqueles que, egoisticamente, obstruíam o progresso.

8.2. Ciência, cientista e cientificismo

Como mencionado anteriormente, o altruísmo foi um recurso retórico muito empregado pelos eugenistas a fim de atribuir legitimidade moral às suas pretensões. No entanto, é necessário ressaltar que esse recurso não foi uma invenção destes autores, mas sim uma ideia que já se encontrava presente na fala de médicos, jornalistas, juristas e intelectuais, sendo formada a partir do imaginário cientificista desde as últimas décadas do século XIX. Como afirma o Dr. Alexandre Tepedino em um artigo do *Boletim*,³⁰⁹ “O progresso, a ascensão gloriosa da

³⁰⁸ A frustração do autor é expressa em DOMINGUES, Octavio. Limalhas de um eugenista. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40, pp. 82-85, out-dez. 1932.

³⁰⁹ TEPEDINO, Alexandre. A Syphilis e o casamento – exame prenupcial. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 4, mar. 1930.

sciencia é feita á custa de vidas preciosas que se immolam no altar de um nobre objetivo” (Tepedino, 1930, p. 4). Portanto, trata-se de um elemento de longa duração, sendo esta evidenciada por seu uso amplo e contínuo pela elite intelectual.

Para os eugenistas e higienistas, nenhuma atividade representava tão bem o altruísmo de suas aspirações como a do médico. A formação em medicina era compreendida por esses autores como uma vocação sagrada, representando os valores e princípios da civilização moderna. Desde o final do século XIX, no contexto de consolidação do regime republicano, os médicos começavam a disputar espaço político e simbólico com a elite do Direito, afirmando-se como homens de ciência, incumbidos de promover a formação nacional através da higiene. No período de 1900 a 1920, com as reformas sanitárias, as campanhas de vacinação e as expedições pelo interior do Brasil, as representações messiânicas em torno do médico se tornam ainda mais comuns, contribuindo para o aumento de seu prestígio entre as elites e classes médias. Figuras como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas foram canonizadas no imaginário desses grupos, assumindo a forma de personalidades solitárias, destemidas e obstinadas, comprometidas com a formação nacional à imagem e semelhança das nações civilizadas.

Considerando esse fenômeno, há inúmeras passagens nas quais o médico é celebrado no *Boletim de Eugenia*. Em artigo publicado por Renato Kehl em 1929,³¹⁰ o autor afirma que essa classe profissional seria a de “maior importância para a nação”, uma vez que seus membros seriam os “expoentes mais influentes e incisivos das classes liberais” (Kehl, 1929, p. 1). Kehl acreditava que, por praticarem uma mistura entre ciência e arte, cujo fundamento seria a Biologia, os médicos deveriam dedicar suas vidas ao interesse público através de uma variedade rica de atividades, atuando não apenas na saúde como também na política, na lavoura e na indústria. Segundo o autor: “Com os conhecimentos que possuem ou, pelo menos, que deveriam possuir, representam os elementos mais cultos e melhor aparelhados não só para a própria luta pela vida como para a disseminação do progresso nos diversos ramos de actividade” (Kehl, 1929, p. 1). Ao dominar um arcabouço farto de conhecimentos necessários ao progresso, o médico se caracterizaria primariamente por sua função interventora:

³¹⁰ KEHL, Renato. Médicos, curandeiros e charlatões. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, pp. 1-2, mar. 1929.

No exercício de sua profissão entra em todos os lares, tanto dos pobres como dos ricos, fazendo, por isso, juízo mais seguro do que seja a vida de um povo, seus hábitos e costumes. Representam, à vista deste facto, os mais preciosos elementos para exercer funções legislativas e administrativas de um paiz (Kehl, 1929, p. 1).

Dada a sua vocação para o governo, o médico cumpre um papel de destaque no imaginário utópico mobilizado pelos eugenistas, uma vez que somente essa classe profissional seria capaz de definir e alcançar o alhures desejado. Nas palavras do Dr. Francisco de Campos,³¹¹

Nenhuma outra profissão mais interfere, que a do medico, os destinos de uma nacionalidade, porque na medicina preventiva e curativa, em beneficio da vida, aproveitam-se as melhores conquistas do genio universal, nos vastos dominios da biologia (Campos, 1931, p. 5).

Uma dessas ferramentas consistiria no sistema de registro genealógico proposto por Kehl em seu artigo de 1932. Segundo o autor, sendo o médico apto a estabelecer prognósticos seguros acerca de determinadas doenças e moléstias hereditárias, caberia a ele organizar e orientar os registros individuais, opinando de modo favorável ou desfavorável sobre as uniões matrimoniais pretendidas. Dependendo do caso, a esterilização poderia ser recomendada, desestimulando a procriação. Constata-se, pois, a idealização de um alhures no qual os médicos cumpririam papeis fundamentais não apenas que diz respeito à formulação de uma legislação eugênica como também sua aplicação em escala individual, através do exame familiar.³¹²

Não obstante as divergências entre higienistas, eugenistas e outros setores da classe médica, percebe-se que essas representações constituem um traço comum de seu discurso, sendo frequentemente utilizadas para reafirmar o senso de prestígio e solidariedade entre seus membros.

Um exemplo notório desse fenômeno pode ser encontrado na fala de Octavio Domingues em “Saude, Hygiene e Eugenia”.³¹³ Nesse artigo, apesar de criticar o fato de alguns intelectuais darem mais preferência à higiene do que à eugenia, Domingues salienta a importância indelével do higienista, a quem saúda como grande humanitário. Segundo o autor,

³¹¹ CAMPOS, Francisco de. A eugenia e a reforma do ensino. **Boletim de Eugenia**, v. 3, n. 28, pp. 4-5, abr. 1931.

³¹² KEHL, Renato. Registro individual obrigatorio e registro genealogico de familia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 38, p. 22-24, abril-jun. 1932.

³¹³ DOMINGUES, Octavio. Saude, hygiene e eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, pp. 2-5, jun. 1930.

a higiene não constituiu um mal em si mesmo. Pelo contrário, ela representa “tudo quanto ha de mais humano e amoroso”, aludindo à “suprema manifestação do homem como obra divina” (Domingues, 1930, p. 3). Dessa forma, quando se compara um indivíduo como Einstein e Keyserling por um lado e o médico Laennec por outro, o autor não hesita em enaltecer o último, uma vez que “não ha como negar-se a maxima exaltação a quem viveu como o humanitario tisiologo, no contacto diario com a morte, entre enfermos contagiosos, pesquisando as manifestações do terrivel mal, numa abnegação quase divina pela vida nossa humana” (Domingues, 1930, p. 3).

A imagem messiânica do médico se evidencia de forma explícita nas referências a Renato Kehl, a quem muitos autores tecem homenagens e elogios, enaltecendo-o como o grande patrono e líder do movimento eugênico brasileiro. De acordo com seu sogro e colega higienista, Belisário Penna,³¹⁴ Renato Kehl seria o “campeão da Eugenia”, a quem caberia a “gloria de haver despertado e estimulado a consciencia nacional para os problemas da hygiene da raça” (Penna, 1929, p. 3). Já para João do Norte,³¹⁵ da Academia Brasileira de Letras, Kehl se distingue como “um sábio e um ‘bandeirante’ de rara envergadura de lutador e de rara fibra patriotica”, o qual,

(...) tendo sido taxado de utopista, no alvorecer de sua campanha, tem a dita de vê-la nos nossos dias vencedora em todos os espiritos, porque sómente os cegos poderão negar a “imperiosa necessidade da defesa eugenica da familia e da nacionalidade” (Norte, 1929, p. 4).

Nesse panorama, o autor lança mão da figura mítica do bandeirante, já consolidada no imaginário social paulista, para dimensionar a importância e prestígio de Kehl no contexto nacionalista. Ao mesmo tempo, a alegação de que Kehl teria sido “taxado de utopista” no início de sua militância também é notória, na medida em que pressupõe uma definição pejorativa de utopia, atrelando-a, novamente, ao campo semântico do irreal, fanático e ilusório. Dessa forma, o fato da eugenia ter conquistado maior adesão no final da década de 1920 atestaria, na visão do autor, seu distanciamento progressivo em relação a esse campo, sendo sua viabilidade cada vez mais reconhecida no meio intelectual.

³¹⁴ PENNA, Belisario. Eugenia e eugenismo. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, pp. 3-4, out. 1929.

³¹⁵ NORTE, João do. O Brasil e a raça. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 4, agosto. 1929.

Outra referência laudatória a Kehl se faz presente em uma nota introdutória à trigésima-oitava edição do *Boletim*, publicada em 1932.³¹⁶ Na ocasião, celebrava-se o fato de que o periódico agregara dois nomes ao seu corpo diretor, sendo estes o Dr. Salvador de Toledo Piza Junior e Octavio Domingues. O autor declara que as motivações que levaram Domingues e Piza Junior a assumir seus novos cargos não partiram da vaidade ou da ambição pessoal, mas sim do dever de ambos perante a vontade de Renato Kehl, a quem lhes caberia obedecer:

Os dois companheiros do dr. Kehl não mais fizeram do que agir tendo apenas o intuito de obedecer. Obedecer ao chamado de quem se fizera digno, merecedor dessa obediência, pelo seu grande prestígio. Prestígio conquistado pelo seu saber, pelo seu trabalho e pela sua dedicação – tres qualidades necessarias para chefe de homens cultos (BE, 1932, p. 21).

Assim, seria inegável que tal prestígio se referisse à figura eminente de Kehl, eleito como “o chefe, o guia, o líder do movimento eugenico no Brasil” (BE, 1932, p. 21).

Essas passagens corroboram a tese de Souza (2006) acerca do acúmulo de capital simbólico por parte de Kehl. Através dos contatos que mantinha, do prestígio que acumulou e de sua atuação como diretor do *Boletim*, Kehl pretendia consolidar sua influência institucional e simbólica sobre a eugenia brasileira, assumindo uma posição que lhe permitia determinar os rumos e objetivos do movimento.

Por outro lado, se a concepção dos eugenistas acerca do médico ou do cientista era dotada de um forte componente ideológico, suas noções sobre a ciência e o fazer científico também apresentavam uma dimensão simbólica expressiva, aludindo a valores e crenças que fundamentavam a identidade destes autores como homens de ciência, detentores de um saber universalmente verdadeiro e incontestável. Nesse sentido, trata-se da ideologia cientificista, muito influente entre os adeptos do positivismo no Brasil, caracterizada pela ideia de que o conhecimento científico representa um ideal absoluto de verdade, sendo neutro e objetivo. Com efeito, nega-se a existência de subjetividades que atuam na produção, disseminação e instrumentalização do saber, definindo os cientistas como sujeitos sóbrios e impessoais, destituídos de interesses e ideologias particulares, alienados de seu contexto social. Através de um processo cumulativo de coleta e análise de dados, caberia a estes homens sintetizar todo o

³¹⁶ O BOLETIM. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 38, p. 1, abr.-jun. 1932.

conhecimento humano, alcançando verdades que — cada vez maiores e mais seguras — lhes garantissem o domínio pleno sobre si e sobre a natureza.

Dessa forma, o cientificismo se associa à ideologia do progresso, ensejando uma imagem do cientista e da produção científica que favorece a mediação e legitimação de ações sociais no âmbito da biopolítica. Ou seja, saberes produzidos pela medicina, pela psiquiatria e pelas ciências sociais, ao se afirmarem como universalmente verdadeiros e incontestáveis, fundamentam práticas sociais que visam a conter, gerenciar ou eliminar os indivíduos que não se adequam a um determinado padrão tido como “racional”. A eugenia é um dos exemplos mais emblemáticos dessa relação, na medida em que, à luz de um alhures ideal e de um saber que se instituí como “neutro”, justificam-se uma série de falas e práticas que visam a restaurar e preservar o “bem-estar” populacional. Em seguida, buscarei demonstrar como cientificismo se faz presente na fala dos autores e que relação este mantém com o imaginário utópico.

O primeiro exemplo que nos chama atenção é um artigo de Renato Kehl sobre o fundador da ciência eugênica, Francis Galton.³¹⁷ Ao exaltar suas qualidades físicas, intelectuais e morais, descrevendo de forma apaixonada o retrato de Galton impresso junto ao artigo, Kehl afirma que ele

(...) não foi um especulativo, como tantos que se apaixonam pelas nervuras de uma aza de mosquito ou que se engolfam em divagações theoricas sem qualquer valor scientifico ou utilidade pratica. Ao contrario, pois, da maioria dos pesquisadores, dos idealistas e dos pensadores, que tanto mais se dedicam a um assumpto, quanto mais se afastam da realidade das coisas terrenas, Galton nunca se perdeu nos dominios microscopiotas ou no reino da Utopia, devotando-se, como homem de acção utilitaria para estabelecer um conjuncto systematizado de medidas exequiveis para o melhoramento real e integral do genero humano (Kehl, 1930, p. 2).

A fala de Kehl estabelece uma contraposição entre ciência (que seria pautada pela razão e pelo método experimental) e utopia (pautada pela metafísica e pela especulação idealista). Longe de adotar uma postura especulativa perante a realidade, Galton seria um exemplo digno de cientista, sendo o primeiro pensador a se debruçar sobre o problema da degeneração biológica a partir da análise empírica. A utopia representaria, portanto, a antítese do científico, uma vez que não se pauta na realidade objetiva, sendo fruto exclusivo de divagações e

³¹⁷ KEHL, Renato. Galton. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, pp. 1-3, agosto 1930.

especulações estereis do sujeito. A ciência, para Kehl, deveria possuir valor prático, do contrário o sujeito se afastaria da realidade, produzindo saberes abstratos, indignos de serem considerados científicos. Define-se a ciência, pois, a partir daquilo que é útil e passível de apreensão em sua totalidade – isto é, a esfera do real, que pode ser observado, registrado e analisado de forma objetiva e neutra.

Em seguida, Kehl faz uma retrospectiva histórica do problema da degeneração, diferenciando a medicina social e a higiene da eugenia:

Desde tempos immemoriaes que os homens se preocupam com a decadencia humana e com os meios de obviar-a e combatel-a. Nos velhos livros sagrados, como nas classicas obras de Theognis de Megara, de Eschylo, de Aristoteles e, sobretudo, de Platão, que se proclama a necessidade de ennobrecer a humanidade pela pratica de medidas sociaes, de medicina, de hygiene individual e collectiva, que, aliás, não devem ser confundidas com medidas eugenicas (Kehl, 1930, p. 2).

Assim, prossegue com a associação entre o pensamento utópico e a miséria social:

Causa ou deve causar admiração que pessoas cultas ignorem a diversidade entre os meios propostos outrora e hoje, como tambem se deve admirar de que os bons ensinamentos do passado hellenico tivessem sido procrastinados por muitos seculos, ao tempo em que os illuminados se mergulhavam em cogitações especulativas, como ainda hoje o fazem certos philosophos que, dando azas á fantasia, criam a utopia do super-homem, mettem o nariz nas nuvens da chimera, enquanto os seus semelhantes permanecem, aqui, a seu lado, na dura e positiva philophia do ‘struggle for life’. Os Budhas e os Bhramanes pregaram bellas teorias, que milhões de asseclas acceitaram e praticaram ha seculos; não obstante a India e a China continuam mergulhadas na mais tremenda desorganização social, na maior miseria, contando-se aos milhões os que morrem de fome, sendo considerados ‘felizes’, ‘bem-aventurados’ os que nessas terras de mysticismo conseguem uma refeição por dia (Kehl, 1930, p. 2, itálico nosso).

Destaca-se acima a associação entre a utopia e aquilo que seria *quimérico*, de modo que as especulações dos idealistas seriam não apenas anticientíficas como também socialmente perigosas, infligindo danos reais e duradouros na sociedade. Novamente, a ciência aparece como um saber vinculado ao mundo estritamente objetivo, sendo confiável e útil ao bem-estar social, ao passo que o pensamento utópico – definido como especulativo, idealista e quimérico, produto de divagações filosóficas – é repleto de subjetividades que denunciam sua arbitrariedade e abstração, sendo indigno de confiança.

Continuando sua retrospectiva histórica, Kehl afirma que

Não faltaram cérebros privilegiados, nem apóstolos divinizadores, nem poetas inspirados para proclamar, emphaticamente, que a progressiva degeneração da humanidade é assustadora, que o crime e a amoralidade se alastram, que os aleijões se multiplicam, que tudo isso representa um absurdo, (depois de tão prolongada influencia espiritual, através de tantas gerações), num seculo de ondas hertzianas e de fitas sincronizadas, existindo, – deve existir, – remedios de effeitos radicaes e de applicação suave... Taes ideologos, porém, que ainda se banham em inspirações mirificas, põem o ideal lá nas estrellas, sem conseguir indicar um caminho viavel para atingil-as (Kehl, 1930, p. 2).

Nesse âmbito, Kehl adere à ideologia da decadência, alegando que sua geração não foi a primeira a reconhecer esse problema. Apesar de muitos terem visualizado alteridades ideais como solução, ninguém teria proposto um meio viável – isto é, científico – para alcançá-las. Felizmente, isso mudaria no século XIX:

Eis, porém, que surge Galton, cuja vida de cientista verdadeiro vale por uma bella lição de humanismo e por um exemplo de amor e de dedicação positiva aos problemas vitaes, dignos de serem reconhecidos, e estudados pelos nossos medicos, juristas, sociologos e literatos (Kehl, 1930, p. 2).

Assim, Galton teria sido bem-sucedido em elaborar de forma científica e positiva aquilo que outros, durante séculos, apenas idealizaram e especularam, conferindo ao indivíduo o poder sobre seu destino biológico. Por isso, evoca-se a figura destemida, solitária e obstinada do pioneiro, reafirmando o status de Galton não apenas como homem de ciência, mas também de *ação*.

Por fim, Kehl declara que estaria vivenciando o século das “grandes realizações”, na medida em que “O homem liberta-se, cada vez mais, dos preconceitos que o prendiam ao esteio da rotina ideologica”. Segundo ele, paulatinamente, “os objectivos se convergem para a sciencia cujo escopo é a hygiene das disposições hereditarias que estão contidas nas células que ligam as gerações do passado, do presente e do futuro” (Kehl, 1930, p. 3). Galton foi responsável pela criação de uma “verdadeira religião, cujo designio é unir os homens para alcançar um ideal realizavel, ao mesmo tempo que favorece o desenvolvimento dos seus sentimentos altruisticos e humanitarios”. Nesse sentido, a eugenia seria a “religião dos amigos da Normalidade, que apresenta um unico dogma: o da fé na regeneração dos homens pela selecção de suas sementes” (Kehl, 1930, p. 3).

Nessas passagens constata-se o emprego de uma certa concepção da história marcada pela ideia de progresso linear, liderado pela ciência. Partindo da especulação de filósofos idealistas, o saber humano finalmente teria alcançado o patamar da “ciência”, afirmando-se como verdadeiro, confiável e, acima de tudo, útil. Assim, a História se desdobra de acordo com um padrão de contínua emancipação em relação aos preconceitos que nos prendiam à “rotina ideológica”. Essa concepção é fundamental, uma vez que não apenas guarda relação com a filosofia da história proposta pela escola positivista como pressupõe uma igualdade entre ideologia e utopia, destacando a função social de ambas como ideias e práticas que visam a manter o *status quo* (rotina).

Percebe-se, de fato, que Kehl não utiliza o termo “ideologia”, empregando um conceito que poderia ser mais precisamente definido como qualquer lógica que deriva de um ideal (*ideológica*). No entanto, a noção de uma racionalidade descolada da realidade, construída e mantida pelos sujeitos a fim de manter a ordem vigente, permanece presente em seu discurso. Por conseguinte, ainda que um alhures eugênico seja digno de apreciação na visão de Kehl, este não o compreende como utópico, uma vez que a utopia, sendo um *não-lugar*, jamais seria passível de alcance, contribuindo apenas para que as coisas permaneçam como estão. A ciência, portanto, se opõe tanto à ideologia como à utopia, na medida em que, ao assentar-se na realidade, visa à transformação *efetiva* das condições de existência.

Todavia, ainda que Kehl negue a caracterização da eugenia como utópica – negando-a, pois, como ideológica – ele a define como uma nova religião. A princípio, isso poderia ser interpretado como uma contradição, tendo em vista sua valorização prévia da ciência como sinônimo de verdade, contrapondo-a a preconceitos idealistas. No entanto, Kehl não interpreta o conceito de religião como algo que pertence à ordem do metafísico, mas sim do simbólico e do moral. Nesse sentido, sua definição de eugenia como religião significa que ele a compreende como um sistema de valores que deveria ser universalmente assimilado e reproduzido pela população, formando um novo padrão de conduta cívica.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que as ideologias cientificistas nem sempre se opunham à crença religiosa em si mesma. De fato, para esses pensadores, a ciência era como um sacerdócio, sendo comum que estes se definissem como “prosélitos” de uma determinada

corrente ou se referissem a personalidades de prestígio como “profetas” de um novo credo. Por outro lado, cientes da influência considerável da Igreja Católica sobre os setores conservadores da sociedade brasileira, sendo muitos higienistas e eugenistas também católicos, os autores do *Boletim* se dispunham, em geral, a demonstrar a confluência entre catolicismo e eugenia, sobretudo à luz de censuras de caráter moral, apresentadas por um público ainda receoso sobre as intervenções eugênicas na esfera familiar e sexual.

Outros, entretanto, evitavam identificar a eugenia como um tipo de “religião” ou “credo”, provavelmente devido ao sentido ambíguo desses conceitos, traduzindo uma aspiração que poderia ser interpretada como “idealista”. Nesse âmbito, destaca-se a fala crítica de Octavio Domingues diante das percepções mais comuns em torno da eugenia e seus adeptos.³¹⁸ De acordo com o autor, alguns pensariam que a eugenia é um “ideal revelado”, formando uma “seita religiosa qualquer”, ao passo que outros a imaginam como uma “mania”, designando uma “ideia fixa, concebida por um profeta que a espalhou pelo mundo, como um novo credo à procura de adeptos” (Domingues, 1932, p. 26). Haveria outros, ainda, que a compreendiam como uma “forma de ser original”, referindo-se a uma “concepção nova – sobretudo moderna, a respeito do homem e da vida”. Todavia, ao fim e ao cabo, para além de todas essas impressões e divagações, a eugenia consistiria essencialmente, na visão de Domingues, naquilo que se poderia chamar de uma “verdade biológica” (Domingues, 1932, p. 26).

Uma “verdade biológica”, segundo ele, “não pode nem deve ser impunemente considerada como um simples campo de estudo, mais ou menos interessante, digno apenas de respeito por um certo quê transcendente que representa” (Domingues, 1932, p. 26). Frustrado, Domingues lamenta que, quando se fala em eugenia, “o grande número mostra-se indiferente, esfria o entusiasmo, porque a considera ou como uma seita, ou como um campo científico de interesse limitado, ou como um ideal cultivado por amadores...” (Domingues, 1932, p. 26). Ao seu ver, “essa é a grossa muralha que se faz necessario destruir, para que a luz dessa grande verdade biologica possa penetrar e iluminar todas as consciencias” (Domingues, 1932, p. 26). Com efeito, o autor argumenta que a eugenia estaria para a raça assim como a higiene estaria

³¹⁸ DOMINGUES, Octavio. Limalhas de um eugenista. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 38, pp. 26-30, abr.-jun. 1932.

para o indivíduo, conclamando os leitores a zelarem pela saúde racial assim como o fazem em relação à pessoal. Por isso, a eugenia “não pede sectarios, nem apóstolos, nem deuses... sendo como é, tão apenas uma verdade – uma verdade biológica incontestável” (Domingues, 1932, p. 26).

Posteriormente, para demonstrar que essa verdade não se contrapõe ao catolicismo, Domingues oferece uma resposta contundente às declarações de Luiz Delgado contra a eugenia, proferidas na ocasião da candidatura deste à cadeira de Sociologia Educacional na Escola Normal pernambucana. Delgado, de acordo com um relato publicado nas páginas d’*O Jornal*, do Rio de Janeiro, afirmara que os preceitos eugênicos se opõem aos dogmas católicos, uma vez que buscariam igualar os homens aos animais. A esta objeção Domingues responde:

Quais os preceitos da religião católica que se opõem à eugenia, como doutrina biológica? Se assim fôra não teriam os inúmeros católicos, também práticos, adeptos da Eugenia. E não teríamos, sobretudo, um padre jesuíta, o dr. Hermann Muckermann, feito diretor da seção de Eugenia no Instituto de Antropologia e Eugenia, de Berlim (Domingues, 1932, p. 29).

Segundo o eugenista, ao invés de tratar seres humanos como animais, a eugenia propõe a racionalização das relações sexuais entre os indivíduos. Desse modo, os homens e mulheres seriam guiados pela razão ao invés de simplesmente sucumbirem aos instintos animais, tornando-se mais civilizados. Por isso, a defesa de uma suposta igualdade entre animais e humanos seria utópica, revelando a ingenuidade e irracionalidade de seus propositores:

Esta história de se dizer que a Eugenia tem o propósito de transformar a humanidade em um rebanho de animais, é velha e tola. E por isso não é argumento. A Eugenia não pretende isso. Salvo algum espírito utópico e exagerado em suas fantasias, o comum dos eugenistas não recomenda, nem por sombras, essa transformação, realmente injustificável e que repugna ao bom senso (Domingues, 1932, p. 29).

Essa contraposição entre o que seria a verdadeira proposta da eugenia e um ideal utópico – anteriormente exposta por Kehl – é novamente reafirmada na passagem seguinte, na qual o autor adverte: “Não confundam a Eugenia com o utopismo de alguns fervorosos, que trabalham fora da realidade, ou constroem para uma humanidade que não é a nossa” (Domingues, 1932, p. 29-30).

Considerando as proposições de Domingues, é possível destacar dois aspectos referentes à utopia. O primeiro deles se refere, novamente, ao sentido pejorativo atribuído ao conceito, designando aquilo que se contrapõe à realidade – sendo, portanto, anticientífico. O segundo diz respeito à associação entre pensamento utópico e religiosidade, de modo que a figura do utopista assume a forma do fanático, alienado da realidade tal como é. A ideia de utopia como algo relacionado à loucura guarda relação com o sentido patológico de ideologia, na medida em que ambas designam – tanto na fala de Kehl como em Domingues – um sistema de crenças falsas que é tomado como realidade. O curioso, entretanto, é que, ao definir a eugenia como uma “verdade biológica incontestável”, Domingues afirma a dimensão ideológica do discurso eugênico ao invés de negá-la, descartando a influência de fatores sociais, econômicos e políticos na determinação de seus pressupostos e objetivos.

Por fim, o último exemplo de cientificismo que convém mencionar é a fala de Luiz L. da Silva, em seu artigo “Cruzamento do Branco com o Preto”, publicado em 1931.³¹⁹ Partindo de uma perspectiva biodeterminista, pautada na frenologia, no darwinismo social e no racismo científico, o autor condena o casamento entre pessoas brancas e negras, considerando-o irrazoável e indecente. Seu racismo se baseia numa oposição entre o sujeito como ser racional e autoconsciente, por um lado, e o animal selvagem e irracional de outro, guiado pelo instinto. Respectivamente, essas imagens correspondem aos homens branco e negro. Assim, ao se referir aos males que decorrem da miscigenação racial, o autor alega que

(...) o branco, desgraçadamente, deu provas da sua degenerescencia moral, da sua escravidão aos instintos, pois abdicou o direito racial pelo direito erotico-convulsivo da materia, pelo grito da bestialidade que caracteriza os sêres inferiores (Silva, 1931, p. 3).

Dessa forma, incorrer na “depravação moral” da miscigenação significa ceder aos vícios que destroem o ser racional, priorizando os caprichos pessoais em detrimento do bem comum. A consequência imediata desse processo é a degeneração da própria sociedade, minando as estruturas e relações que lhe conferem coesão. Por isso, caberia à eugenia estabelecer “o perfeito equilibrio das energias physica e psychica”, regendo a “indispensavel harmonia entre a individualidade e a personalidade” (Silva, 1931, p. 3), tal como a mecânica newtoniana rege as

³¹⁹ SILVA, Luiz L. Cruzamento do branco com o preto. **Boletim de Eugenia**, v. 3, n. 30, pp. 3-4, jun. 1930.

leis do universo. Segundo o autor, esse trabalho visaria a assegurar o funcionamento perpétuo e harmonioso dos fenômenos físicos e mentais, cuja racionalidade jamais deve ser subvertida.

Àqueles que denunciam a eugenia como utópica, criticando o idealismo de seus adeptos, o autor afirma que “Muito embora exista quem julgue a Eugenia uma sciencia utopica pelo seu idealismo, devemos declarar que nenhuma fórmula, por elevada que seja, póde surgir á existencia objectiva sem que preceda á idéia abstracta” (Silva, 1931, p. 4). Nesse âmbito, é curioso atestar que, ao contrário de Kehl, Domingues e Norte, o autor não se refere à utopia de forma pejorativa, compreendendo o raciocínio abstrato como a primeira etapa para a implementação efetiva da proposta eugênica. Não se nega, pois, a definição de suas ideias como abstrações e idealizações, uma vez que ainda restaria muito a ser feito.

Constata-se, portanto, o emprego de diversas representações sociais em torno da figura do médico e do cientista, assim como da ciência e da prática científica, tendo em vista a atribuição de uma imagem positiva aos eugenistas e a sua causa. Ao recorrer à ideologia do progresso, ao cientificismo e às imagens messiânicas, os autores reafirmavam uma certa ideia de si e daquilo que praticavam, justificando suas ações aos olhos do público e reiterando laços de solidariedade entre os pares. Assim, a despeito das divergências teóricas e ideológicas, bem como da própria ausência de uma estrutura institucional unificada,³²⁰ o movimento eugênico brasileiro mantinha-se unido no plano simbólico, favorecendo a comunicação e articulação entre seus membros. Ainda que o conteúdo do *Boletim de Eugenia* se constituísse a partir de uma seleção de assuntos, debates e contribuições realizada por Kehl, suas páginas também revelam dissidências, sendo estas mediadas pelo emprego comum desses bens simbólicos.

É interessante notar, entretanto, que o conceito de utopia – ou a designação de algo como utópico – foi tratado apenas no âmbito de críticas à eugenia. Assim, uma vez que o termo se define por aquilo que se contrapõe à realidade ou à ciência, os eugenistas, em defesa própria, se declaram como não-utópicos. Desse modo, era possível reafirmar a legitimidade da eugenia como ciência e como movimento social, definindo seus adeptos como portadores de uma verdade empiricamente válida e prática; uma “verdade biológica” desprovida de ideologia e interesses particulares, servindo apenas ao bem comum.

³²⁰ A fundação da Comissão Central Brasileira de Eugenia se daria apenas em 1932.

É pela mesma razão que os autores se mostram particularmente cautelosos no que diz respeito a previsões, evitando a definição de um alhures em termos formais e ideais. Piza Junior, Kehl e Octavio Domingues são exemplos interessantes. No primeiro caso, o autor admite que um dos maiores obstáculos para o progresso da eugenia no Brasil era a falta de um plano de ação, de uma norma de conduta ou programa calcados numa definição precisa do que seria “melhoramento”.³²¹ Haveria, portanto, uma ausência de definição do que seriam os fins e meios da eugenia, o que dificultava a formação de consensos em torno das metas e medidas mais adequadas. Em todo o caso, Piza Junior nega que a eugenia tenha como pretensão a criação de homens mais inteligentes, mais altos ou mais vigorosos, uma vez que tal feito deveria pressupor a superação dos limites de variação das características de uma certa população. Dessa forma, a eugenia não pode aspirar a inscrever “qualquer coisa nova no patrimonio hereditario do homem” (Piza Junior, 1933, p. 16); o objetivo dos eugenistas deveria consistir apenas na profilaxia do corpo social através de medidas positivas e negativas, favorecendo certas uniões em detrimento de outras, reconhecendo a esterilização como opção viável. Em suas palavras, “melhorar o homem para a sociedade, significa melhorar a sociedade para o homem. Eis ahi o verdadeiro objetivo da ciencia de Galton” (Piza Junior, 1933, p. 17). Por seu turno, Kehl ressalta que³²²

Os esforços para alcançar uma organização social de caracter eugenico não deve visar o ideal de um maximo, mas o de um otimo, bem como, nestes termos, não deve se preocupar em constituir uma grande massa de aptos, mas de reduzir ao minimo os residuos humanos, compostos de inaptos, degenerados e criminosos (Kehl, 1932, p. 54, *itálico do autor*).

Assim como Piza Junior, Kehl considera que as características de uma certa população variam apenas de acordo com uma média de “normalidade”, sendo impossível superar esta por completo.³²³ Por isso, não existe indivíduo perfeito; existe apenas aquele que se pode classificar

³²¹ PIZA JUNIOR, Salvador de Toledo. Um programa para a eugenia. **Boletim de Eugenia**, v. 5, n. 42, pp. 16-17, abr.-jun. 1933.

³²² KEHL, Renato. Segregação dos deficientes, dos criminosos e dos socialmente inadaptados. **Boletim de Eugenia**, v. 4, n. 39, pp. 54-55, jul.-set. 1932.

³²³ KEHL, Renato. Serei um individuo normal?. **Boletim de Eugenia**, , v. 3, n. 29, p. 1, maio, 1931.

como normal superior, isto é, uma variação superior em relação ao tipo médio. Desse modo, é precisamente este tipo de indivíduo que a seleção eugênica deve favorecer.

As ideias de Octavio Domingues também se alinham com as de Piza Junior.³²⁴ O autor compreende o problema da felicidade a partir de uma concepção determinista da condição humana, à luz da qual o homem “não é totalmente senhor de seu destino” (Domingues, 1931, p. 1). Haveria, portanto, desigualdades fundamentais entre os indivíduos, de modo que a felicidade é aludida por um ideal restritivo de bem-estar, acessível apenas aos aptos. Por isso, o autor se opõe aos críticos que consideram o objetivo da eugenia um “ideal inalcançável e prejudicial”, afirmando que sua finalidade não é transformar a humanidade em “super-homens”, mas sim torná-la “normal”. Não seria necessária, pois, a absoluta perfeição para que a humanidade seja feliz, bastando apenas promover o aumento progressivo do estoque de indivíduos “normaes” e “equilibrados physica, intellectual e moralmente” (Domingues, 1931, p. 1). Dessa forma,

O fim da humanidade não é correr aceleradamente atrás do progresso. Si este fosse mais lento e mais equilibrado, a humanidade hoje talvez usufruisse um bem-estar de que ella está longe de alcançar pelo caminho que vae. Super-homens, de um lado, e sub-homens do outro, só provocaram o desequilibrio funesto em que vivemos: excesso de conquistas materiaes, miseria de conquistas moraes. Nada de super-homens. Homens normaes é o que precisa a humanidade para viver melhor. Esse o objectivo da Eugenia. Objectivo sensato, modesto e realizavel (Domingues, 1931, p. 2, itálico nosso).

Assim, havia a necessidade de se definir um alhures eugênico de caráter “normal”, de modo a conservar o *status* da eugenia como ciência, validando-a, portanto, como base para formulação de políticas públicas em saúde.

A esse respeito, convém analisar uma contribuição estrangeira ao periódico, publicada originalmente na revista francesa *Annales d'Eugenique*. Em seu artigo “A eugenia como ciencia e como ideal social”,³²⁵ W. Schraenen compreende a ciência eugênica como mais um dos esforços no campo científico e medicinal de solucionar os graves problemas sociais gerados pela Primeira Guerra Mundial. Haveria, a partir de então, uma iniciativa que visaria a prolongar e nutrir a vida humana, à luz da qual

³²⁴ DOMINGUES, Octavio. Podemos ser melhores?. **Boletim de Eugenia**, v. 3, n. 26, pp. 1-2, fev. 1931.

³²⁵ SCHRAENEN, W. A eugenia como ciencia e como ideal social. **Boletim de Eugenia**, v. 2, n. 15, pp. 1-2, mar. 1930.

Ensaia-se, em resumo, organizar, ou melhor, construir uma verdadeira “economia humana”, como outrora, pensadores e sábios, preocupados pelas complexidades e pelos phenomenos da vida social e economica constituíram a “economia politica ou social” (Schraenen, 1930, p. 1).

Embora fosse ainda muito cedo para avaliar com precisão os resultados obtidos com o advento dessa nova economia, os poucos dados disponíveis já seriam o suficientes para estimular substancial esperança, “como se já houvesse certeza plena” (Schraenen, 1930, p. 1). O autor reconhece que aqueles que não partilham da mesma esperança tendem a permanecer céticos quanto às concepções e prognósticos que pautam a eugenia. No entanto, Schraenen acredita que grande parte desse receio se deve a preconceitos e maus entendidos por parte do público, agravados pelo fato de que, por certo tempo, julgara-se conveniente apresentar a eugenia como um “ideal social” ao invés de tornar claras as etapas de sua realização concreta. Dessa forma, o autor ressalta que “a Eugénia não é somente uma theoria social; é uma sciencia, e tem um character objetivo”, de modo que são “os resultados não equívocos da observação e da experimentação, que, unicamente, são capazes de lhe assegurar bases inabalaveis. (Schraenen, 1930, p. 1). Por isso,

É preciso ajuntar que seria bom que a eugénia não fosse considerada como ideal social e não pudesse ser proposta aos homens como doutrina de renovação senão no dia em que os problemas scientificos a ella ligados estivessem resolvidos em seus pontos essenciaes, sem nenhuma confusão (Schraenen, 1930, p. 1).

Nesse âmbito, por receio de que a eugenia tenha sua compreensão reduzida a um “ideal social”, o autor propõe que suas bases científicas, ancoradas no estudo empírico da hereditariedade, sejam reforçadas. Apenas assim seria possível fazer previsões, propondo um alhures que possa ser efetivamente introduzido e reproduzido na vida social. Por fim, Schraenen lembra que:

Considerando a eugénia como ideal social, não se deve cair no erro de crer que ella trará um typo humano perfeito. Alguns adversarios seus insinua (no desejo de desacredital-a) que é essa sua pretensão final. Absolutamente, não. Ella visa, na verdade, com a eliminação dos residuos, o encorajamento dos elementos sãos e influenciando a hereditariedade o meio, chegar a um typo humano mais pericio que o existente. Se, após esforços prolongados, este apparecer, creará, sem duvida, pelo proprio facto de sua existencia, condições novas de vida, que, a seu turno, deverão ser definidas (Schraenen, 1930, p. 2).

Com efeito, o autor acredita que a eugenia deve promover a adaptação do indivíduo a demandas externas em constante mutação, sem aspirar a ideais de perfeição absoluta. Não se trataria, da mesma forma, de elevar o estoque humano a um suposto grau de perfeição, mas sim de favorecer a eliminação dos “resíduos”, protegendo o patrimônio hereditário da população.

Dessa forma, na fala desses autores, reforça-se a ideia de que a cientificidade da eugenia repousa na negação de seu suposto caráter utópico, de sorte que seria impossível, ao seu ver, sustentar uma ciência que fosse voltada à realização de ideais de perfeição. Em razão disso, utopia seria supor que todos os indivíduos possam alcançar a perfeição, o que não seria verdade, tendo em vista as limitações impostas pela natureza. Nesse âmbito, convém questionar: seriam esses autores, a despeito do que têm a dizer, utopistas? Utopias seriam definidas apenas à luz de seu caráter positivo ou haveria utopias “negativas”? Haveria uma oposição intrínseca entre conhecimento empírico e pensamento utópico? Seriam esses autores pessimistas ou otimistas quanto à eugenia?

Por um lado, é possível afirmar que estes homens não podem ser considerados utopistas por serem pessimistas, por serem adeptos de uma ideologia da decadência, por serem cientificistas e, sobretudo, conservadores. No entanto, é preciso lembrar que o imaginário utópico não contempla apenas representações sociais de caráter positivo, sendo, tampouco, privilégio de movimentos que se identificam com pautas “progressistas”. A imaginação utópica tem no horizonte de expectativa seu *locus* e condição de possibilidade, refletindo formas diversas de se experimentar e representar o tempo histórico. Desse modo, utopias conservadoras e até mesmo reacionárias são possíveis, ao passo que a ideologia do progresso, especialmente no discurso conservador, é codependente de uma ideologia da decadência. Por isso, ao empregarem conceitos como “esperança”, “ideal” e “felicidade”, assim como proporem medidas que deveriam ser implementadas pelo poder público com vistas a transformar a vida social, estes autores, na condição de sujeitos históricos, fazem uso do imaginário utópico. Seu alhures pode não assumir tons formais e necessariamente ideais, porém, ainda é o testemunho de uma alteridade imaginária que reflete seus interesses, anseios e valores. Em outras palavras, são ideias-imagens de um *dever-ser* que se apresenta a estes homens como um ideal – seja de caráter inclusivo ou restritivo.

Quanto à oposição entre ciência empírica e utopia, convém ressaltar a advertência de Bronislaw Baczko, a saber, que a própria suposição da realidade como algo passível de apreensão neutra e objetiva constitui uma utopia – isto é, um alhures imaginário, inacessível ao sujeito.³²⁶

8.3. Racismos

Na seção anterior abordamos a fala de Luiz L. Silva condenando o casamento entre brancos e negros, justificando a segregação racial a partir de uma perspectiva biodeterminista. Assim como Silva, autores como Piza Junior, Renato Kehl, Antonio de Queiroz Telles, Octavio Domingues, Miguel Couto, Edgard Braga, entre outros, expõem posicionamentos contrários à mistura de raças, sendo esta geralmente compreendida como uma das principais causas da decadência moral e biológica de um povo. Porém, para a maioria destes autores, a miscigenação não seria o maior problema, mas sim a forma descontrolada com que vinha se processando no Brasil, gerando uma população mestiça que se aproximava mais do negro do que do branco. Para enfrentar esse retrocesso, seria necessário implementar medidas restritivas quanto à imigração e ao matrimônio, assim como educar o público acerca dos males resultantes de certos cruzamentos. Com efeito, apesar da maioria das ideias apresentadas no Boletim assumirem o determinismo racial como premissa, classificando negros, indígenas e mestiços como grupos inferiores em relação aos brancos, quase todas aderem ao branqueamento como solução. Posteriormente, abordarei o posicionamento de alguns autores sobre o tema, compreendendo suas visões acerca da sociedade brasileira.

Renato Kehl se destaca como um dos maiores adeptos da segregação dos doentes mentais e dos pobres. Porém, seu posicionamento sobre a questão racial permanece ambíguo: por um lado, reconhece a viabilidade do branqueamento – sobretudo à luz da impossibilidade de

³²⁶ Bronislaw Baczko, 1999, op. cit., p. 30

se efetuar a segregação racial no Brasil; por outro, adere ao mendelismo e ao biodeterminismo, propondo políticas restritivas. De todo o modo, ao posicionar-se a favor da eugenia negativa e se distanciar da abordagem higienista, ele se aproxima da ala mais radical do movimento eugênico, associada às ideias anglo-saxãs. Em 1929³²⁷ o eugenista já expressava seu descontentamento em relação à miscigenação brasileira, afirmando que o país “vem soffrendo, desde os primeiros annos de colonização, as consequencias dessa mestiçagem dos typos brancos, pretos e indios” (Kehl, 1929, p. 3). Segundo ele,

Os mestiços brasileiros de branco e preto (mulatos), são, na maioria, elementos feios e fracos, apresentando, com frequencia, os vicios dos seus ancestraes. Apresentam grande instabilidade de caracter e constituem elementos perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista ethnico e social (Kehl, 1929, p. 3).

Em 1931, seu posicionamento ainda é o mesmo, o levando a afirmar que:

No Brasil ha muito que ponderar, eugenicamente, a bem do futuro da nacionalidade. Paiz de intensa mestiçagem e imigração, ambas processadas à la diable, encontra-se hoje numa confusa situação racial e social, nada brilhante, não obstante a opinião suspeita de alguns panegiristas da nossa policromica e babelica constituição ethnica, cuja situação foi posta a nú por Paulo Prado, para só citar um autor nacional insuspeito (Kehl, 1931, p. 1).

A configuração “policrômica” da sociedade brasileira é entendida, portanto, como um fenômeno que reflete um suposto estado de caos social, obstruindo a modernização do país. O autor se vale dos mesmos postulados deterministas que Luiz L. Silva, defendendo a eliminação do negro e do indígena da sociedade brasileira. No entanto, ao contrário Silva, reconhece que “não ha outro remedio senão o tempo”, sendo a solução mais viável “o advento de uma nacionalidade mestiça com predominancia do elemento branco” (Kehl, 1929, p. 4). Em outra passagem do texto de 1929, o eugenista afirma que:

Devido á diminuição progressiva dos indios e dos negros, que vão desaparecendo, pela morte e pelo cruzamento, dentro de mais alguns deccenios serão raros esses elementos ethnics em estado de pureza. A preponderancia do elemento branco torna-se dia a dia mais evidente, graças á immigração cada vez maior de individuos dessa côr (portuguezes, italianos, allemães e polacos) (Kehl, 1929, p. 3).

³²⁷ KEHL, Renato. Questões de raça. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6-7, pp. 3-4, jun.-jul. 1929.

Assim, ao contrário dos segregacionistas, Kehl adere à tese do branqueamento. Por fim, ele declara:

Sou otimista relativamente ao futuro ethnico do Brasil. Tenho a firma crença de que o processo de cruzamento, de selecção natural, bem assim a entrada crescente de novas correntes européas modificarão, para melhor, o estado geral da população, quer sob o ponto de vista physico, quer psychico: – já se delinea, claramente, o caminho da futura consolidação ethnica (Kehl, 1929, p. 4).

Em que pese seu aparente otimismo no que se refere ao branqueamento da população brasileira, Kehl se mantém cauteloso. Em artigo de 1932,³²⁸ no qual oferece sugestões para a prática da eugenia na vida individual, o autor não recomenda casamentos com indivíduos de classe social inferior e, sobretudo, “com individuos de raça diferente e com mestiços das primeiras gerações” (Kehl, 1932, p. 81), uma vez que tais uniões seriam comprovadamente disgênicas, resultando em prole física, psíquica e moralmente inferior.

Outro defensor do branqueamento é Antonio de Queiroz Telles.³²⁹ Embora fosse contrário às políticas de restrição à imigração, Telles defende que o Estado brasileiro deveria favorecer o ingresso daqueles cuja composição étnica e cultural fosse mais compatível com a da população. Assim, o autor propõe uma política imigratória com base na eugenia positiva, tendo em vista o aumento da população branca em relação às demais; porém, uma vez que essa proposta ainda visa à eliminação dos negros através da miscigenação, ela também expõe caráter negativo. Por isso, o texto apresenta um tom ambíguo e cauteloso, destacando a fala do autor como “prudente” e “moderada” em oposição aos posicionamentos “cruéis” de grupos “fanáticos”. É possível constatar essa relação pela contraposição de duas passagens. Na primeira, ao discorrer sobre a questão racial no contexto histórico e social brasileiro, Telles afirma que:

Os erros do passado com a introdução do africano e com a mescla do indio, ambos cruzados ao elemento portuguez, que em tempos tornaram o Brasil um conglomerado de mestiços, só mais tarde, e paulatinamente desaparecendo pelo maior affluxo do sangue portuguez, não passaram despercebidos aos paulistas de quarenta annos atraz, que em vez de tentar aggravar o mal, addicionando elementos de raças diversas, julgam ser seu dever sanear e melhorar ethnicamente a sua população pela introducção de

³²⁸ KEHL, Renato. A eugenia na pratica individual. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40, pp. 80-82, out.-dez. 1932.

³²⁹ TELLES, Antonio de Queiroz. O problema immigratorio e o futuro do Brasil. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, pp. 3-4, nov. 1929.

grandes contingentes de sangue aryano. Eis a formidável lição dos paulistas de 1886 na formação de nossa raça (Telles, 1929, p. 3).

Porém, logo após elogiar o exemplo de branqueamento no caso paulista, acrescenta a seguinte ressalva diante dos potenciais críticos:

Julgo oportuno repetir que não tenho preconceito de raças, pois em todas reconheço qualidades dignas de admiração. Na organização, porém, de nossa casa, penso que nos assiste o direito de poder escolher a especie que mais nos convém (Telles, 1929, p. 3, *itálico nosso*).

Percebe-se, assim, o receio do autor frente àqueles que poderiam acusá-lo de racista, sendo esta denominação associada a posicionamentos tidos como irrazoáveis, fanáticos ou imprudentes. A esse respeito, mesmo Kehl é categórico ao afirmar que não é “fanático”, uma vez que seu pensamento eugênico – apesar de negar o neolamarckismo e propor medidas mais restritivas – não visaria à eliminação sumária dos fracos e degenerados, mas sim a favorecer as camadas superiores da sociedade.³³⁰

De todo modo, é interessante destacar a importância que Telles atribui a São Paulo, considerando-o o pioneiro de um processo que deveria se estender por todo o país. Nesse sentido, alude-se ao mito dos paulistas como um povo excepcional e visionário, apto a atender às demandas da modernidade, incumbido de liderar os demais estados da federação no processo civilizatório. Ao ponderar as opções diante do problema, Telles conclui que

A introdução de raças diferentes deformando o typo que deve prevalecer não é aconselhável sob qualquer aspecto. O isolamento desses elementos, formando verdadeiros kistos dentro do paiz, seria também inaceitável. E a mescla de raças completamente distintas produz individuos condemnaveis sob o ponto de vista physico e intellectual. (...) A lembrança da obra citada dos paulistas de além tumulo nos concita venerar respeitosamente a sua memoria e a proclamar com orgulho que elles souberam cumprir o seu dever (Telles, 1929, p. 3-4).

Ao analisar as falas de Kehl e Telles, nota-se que a postura receosa dos autores tem como base a admissão de que o Brasil já é uma nação ampla e profundamente miscigenada, sendo a segregação racial não apenas impraticável como contraproducente. Da mesma forma, subentende-se a constatação de que muitos membros da própria elite eram mestiços, sendo um

³³⁰ KEHL, Renato. Medidas Eugenicás. **Boletim de Eugenia**, v. 3, n. 34, out. 1931, p. 7-8.

contrassenso a aplicação de políticas que assumissem sua inferioridade como pressuposto. Por isso, os eugenistas se mostravam tanto pessimistas como otimistas: ao mesmo tempo que condenavam o “caos” da situação brasileira, nutriam a esperança de que, através das medidas eugênicas, seria possível construir uma nação branca através de cruzamentos judiciosos. Essa crença é manifestada por Octavio Domingues, que, ao contestar a ideia de que a aplicação da eugenia seria impossível em um país tão miscigenado como o Brasil, declara que o “mestiçamento de raças humanas não é sinônimo de degeneração. É antes origem e fonte de novos biotipos, entre os quais teremos aqueles capazes de uma adaptação melhor ao meio brasilico” (Domingues, 1932, p. 68). Esperançoso, o autor conclui que seria essa adaptação de uma raça em formação a “grande promessa da eugenia no Brasil” (Domingues, 1932, p. 68).

De todo modo, as bases teóricas que fundamentam o branqueamento ainda são expressamente racistas e deterministas, evidenciando o fato de que seus propositores não eram necessariamente neolamarckistas. Nesse sentido, o principal exemplo é Salvador de Toledo Piza Junior, que apresenta uma análise da questão racial e do casamento entre brancos e negros a partir da genética.³³¹ Ao seu ver, a eugenia pode ser definida como um campo de estudos sobre genética aplicada. Em sua exposição sobre a união entre brancos e negros, o autor aborda o tema de vários pontos de vista, partindo da zoologia, da genética, da antropologia, da eugenia e da sociologia. Em termos zoológicos, Piza Junior reconhece que pessoas negras e brancas podem se reproduzir e gerar prole igualmente fértil. Geneticamente, julga-se necessário distinguir brancos e negros como espécies diferentes. No que diz respeito à eugenia, Piza Junior reconhece que o caráter positivo ou negativo de brancos e negros é relativo, uma vez que ambos apresentam características vantajosas e desvantajosas, a depender do meio em que vivem e das atividades que exercem. Nesse sentido, considera possível o aprimoramento da raça através da assimilação de características potencialmente vantajosas dos negros, o que atesta sua adesão ao branqueamento. Do ponto de vista antropológico, afirma que a união entre ambos equivale às uniões esporádicas entre indivíduos de espécies diferentes, tal como testemunhamos diversas vezes na natureza. A princípio, haveria uma “aversão instintiva” entre ambas, uma vez que o

³³¹ PIZA JUNIOR, Salvador de Toledo. A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto. **Boletim de Eugenia**, v. 5, n. 41, pp. 5-12, jan.-mar. 1933.

instinto natural de perpetuação da espécie tende a favorecer uniões com indivíduos semelhantes. No entanto, no caso humano, embora essa aversão seja presente e atuante, mesmo que a nível inconsciente, ela pode ser “sobrepujada” pela inteligência, sendo a razão capaz de atenuar ou controlar os instintos naturais. Assim, “nada há que indique uma atração espontânea, uma afinidade histórica e nem mesmo uma aproximação filogenética tendente a reuni-las” (Piza Junior, 1933, p. 12), de modo que, do ponto de vista sociológico, a união entre brancos e negros é tida como “repugnante” segundo o autor. No entanto, nada impede que a razão assegure uma convivência harmoniosa, a despeito da “aversão instintiva”, expressa pelo sentimento de repugnância.

Com essas declarações, Piza Junior naturaliza o racismo do ponto de vista histórico, sociológico e biológico, destacando a “inteligência” e a “razão” como fatores que nos permitem gerenciá-lo – e não superá-lo. Dessa forma, seria plenamente possível considerar “repugnante” a união entre pessoas de “espécies” diferentes, ao passo que se reconhece os eventuais “bons frutos” dessa união.

Sobre o racismo científico que sustenta suas teorias, o autor pondera as diferenças entre a hipótese monogenista e poligenista. No entanto, curiosamente, chega à mesma conclusão em ambos os casos:

Si considerarmos para elas uma origem monofiletica, tudo nos indicará que evoluíram segundo linhas divergentes e que por conseguinte qualquer cruzamento entre as mesmas irá de encontro às tendências naturais. Si dermos a cada uma uma origem distinta, devemos convir que tendo cada qual mantido através de milênios os seus traços étnicos inconfundíveis, é porque os dois grandes grupos raciais que representam vêm seguindo, desde o início, uma evolução paralela, sem a mínima propensão para se encontrarem (Piza Junior, 1933, p. 12).

Dessa forma, a despeito das diferentes interpretações acerca da origem humana, o autor afirma que negros e brancos pertencem a espécies distintas, sendo sua união uma subversão das tendências naturais. Isso não o impede, entretanto, de reconhecer que a tendência à “brancura” ou “negritude” dos indivíduos mestiços varia, de acordo com as leis de Mendel, a partir das uniões posteriores. Com efeito, uniões entre mestiços e negros devem

resultar em prole mestiça ou negra, ao passo que a união com brancos resultaria em prole mestiça ou branca.³³²

Assim, no que dizia respeito à questão racial, medidas de segregação estariam fora de cogitação para a maioria dos autores que contribuíram para o *Boletim*, na medida em que o elevado grau de miscigenação da sociedade brasileira tornaria sua adoção insustentável. Ao mesmo tempo, os eugenistas evitavam se assumir como racistas ou radicais, uma vez que muitos integrantes da elite se reconheciam ou eram reconhecidos como mestiços. Por isso, a postura predominante seria a de “repugnância” declarada, porém, atenuada, recomendando-se uniões entre indivíduos brancos ou, ao menos, brancos e mestiços já embranquecidos. Com efeito, o ideal não seria construído em uma geração – como alguns “fanáticos” e “utopistas” poderiam supor –, mas sim através de um trabalho árduo e contínuo de conscientização. Ao lamentar a falta de um plano nacional para a implementação da eugenia, Piza Junior afirma que o fundamental seria promover a formação de uma consciência eugênica.³³³ Entretanto, o autor se mostra pessimista:

Deste estado nos achamos evidentemente longe. Não sabemos até si atingiremos a um tal gráo de perfeição. Urge, porém, instruir, educar, escrever, falar, ensinar, divulgar... Disso só bem advirá. O resto de um programa para a Eugenia virá oportunamente (Piza Junior, 1933, p. 17).

Assim, a saída brasileira, ao contrário da norte-americana, não seria o confronto direto, mas sim a conscientização, conservando a harmonia das relações raciais até que o branqueamento se concretizasse. Com essa estratégia, os eugenistas se representavam como indivíduos prudentes e realistas, o que lhes permitia rechaçar, ao mesmo tempo, as acusações de utopismo e de racismo. O mesmo não poderia ser dito sobre criminosos, alcóolatas, deficientes, prostitutas, homossexuais e outros indesejáveis, aos quais se destinariam as medidas mais restritivas, identificadas com a eugenia negativa.

³³² PIZA JUNIOR, Salvador de Toledo. O que pode resultar do casamento entre branco e preto. **Boletim de Eugenia**, v. 4, n. 37, jan.-mar. 1932, pp. 9-11.

³³³ PIZA JUNIOR, Salvador de Toledo. Um programa para a eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, pp. 16-17, abr.-jun. 1933.

8.4. Conservadorismo

Todos os autores que contribuíram para o *Boletim* se identificavam com valores e crenças conservadoras. Esse fato é particularmente perceptível em falas que expõem preconceito de raça, classe e gênero, justificando a implementação de programas sociais que favoreçam membros da elite e da classe média em detrimento das camadas mais pobres e vulneráveis da população. No entanto, ainda que essas concepções excludentes fossem explícitas, os autores ainda se representavam como pioneiros obstinados, combatendo a oposição conservadora em nome do progresso e felicidade geral. Cabe, portanto, a pergunta: o que era progresso para estes homens e que tipo de nação eles desejavam construir? É com base nesse questionamento que, na presente seção, discorrerei sobre as concepções dos autores em torno do que eles compreendiam como os principais problemas sociais do Brasil, analisando sua percepção sobre os hábitos e valores da população, assim como seus posicionamentos políticos. Espera-se que, com essa análise, seja possível evidenciar as ideologias e utopias mediante as quais os eugenistas compreendiam e pretendiam transformar a realidade brasileira.

Iniciarei, portanto, com a análise do discurso neomalthusiano e darwinista social, cuja presença é expressiva em diversos artigos do periódico. Ambas as ideologias são intimamente relacionadas, na medida em que, ao propor o controle de natalidade dos mais pobres e condenar a assistência social, cumprem a função de legitimar as desigualdades produzidas pelo capitalismo. Desse modo, ao naturalizar a concentração de renda e privilégios como um reflexo inevitável de “leis naturais” operando no campo econômico e biológico, membros da elite dirigente, das oligarquias e da classe média se portavam como beneficiários inocentes de um sistema cuja ordem não lhes cabia questionar ou transformar. Aqueles que, porventura, o fizessem, eram denunciados como ideólogos ou utopistas, ávidos em promover seus ideais a despeito da realidade objetiva e crua dos fatos.

Nesse sentido, o primeiro autor que convém destacar é Renato Kehl, que emprega as duas ideologias a fim de conferir plausibilidade às suas propostas eugênicas. Em 1929 ele já se mostrava preocupado com o aumento de natalidade entre as camadas mais pobres e inferiores

da população, as quais, segundo ele, parasitavam o corpo coletivo, beneficiando-se da caridade e da assistência social em detrimento dos setores mais produtivos e úteis da sociedade.³³⁴

Segundo Kehl,

Tendo em vista a diferença de densidade das tres camadas sociaes, – uma levissima, de brancos, outra leve, de typos medios, e uma terceira macissa, de inferiorizados, não poderei deixar de opinar, favoravelmente, pela propaganda da limitação da natalidade no nosso paiz, sobretudo entre os individuos componentes da ultima camada (Kehl, 1929, p. 1).

Seu desprezo pelas classes pauperizadas é patente, definindo-as como “massa inculta e amorpha, que constitue formidavel peso morto” em oposição à “parte aproveitavel e productiva da humanidade” (Kehl, 1929, p. 1). Em 1931, ao abordar o problema do aumento da “mediocridade” na sociedade moderna,³³⁵ o autor constata que “os médiocres, os vadios e os de senso moral baixo ou nullo, reproduzem-se como ratos, dado o facto da prolificidade ser até certo ponto proporcional ao grau da mediocridade” (Kehl, 1931, p. 1). Nesse sentido, o aumento da natalidade não é compreendido como um problema associado às consequências sociais da pobreza (como ausência de planejamento financeiro e familiar), mas sim à suposta inferioridade moral destes grupos e sua miséria inerente. Assim, Kehl esboça um quadro pessimista, à luz do qual as “famílias históricas” estariam sendo paulatinamente suprimidas pela massa de médiocres que se proliferam em larga escala. Daí a desconfiança do autor em relação à democracia liberal, uma vez que esta tende a “nivelar os individuos, abatendo a influencia das elites” (Kehl, 1931, p. 6).

Na edição de setembro de 1931, o autor publica um segundo artigo reiterando seu posicionamento.³³⁶ Segundo ele,

Evidencia-se por toda parte a preocupação dos governos de encontrar solução para abrigar e alimentar a elevadissima percentagem de incapazes, de mendigos, de criminosos, de anormais de todo genero, que dificultam e oneram, pesadamente, a parte sã e productiva da sociedade (Kehl, 1931, p. 1).

³³⁴ KEHL, Renato. Limitação da natalidade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, pp. 1-2, dez. 1929.

³³⁵ KEHL, Renato. A Victoria da Mediocridade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 28, pp. 1-2, abr. 1931.

³³⁶ KEHL, Renato F. A campanha da eugenia no Brasil. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, pp. 1-2, set. 1931.

No entanto, ao apontar as principais causas do aumento da natalidade entre as classes inferiores, Kehl vai além, responsabilizando a higiene, a medicina social e a “filantropia contra-seletiva” (caridade) pelo agravamento do problema, na medida em que “salvam a vida de milhões dêstes infra-homens, (que a seleção natural devia eliminar), aumentando, assim, o peso morto e as contribuições para conservá-los na inatividade ou reclusos nos estabelecimentos adequados” (Kehl, 1931, p. 1).

De todo modo, ainda que classifique os setores marginalizados e vulneráveis da população como massa de “infra-homens” que constitui “formidável peso morto” para as camadas mais saudáveis e produtivas, o autor reafirma que o objetivo da eugenia não seria “perseguir os degenerados, com medidas incompatíveis com os nobres sentimentos de humanidade ou abandoná-los impiedosamente”; pelo contrário, seu objetivo seria exatamente o de “guiar ‘os bons intuitos’, as nobres instituições de caridade, de modo a que não concorram para o prejuízo coletivo” (Kehl, 1931, p. 1).

Em outro artigo, publicado no número anterior,³³⁷ Kehl declara que

A filantropia não deve se limitar a favorecer apenas doentes e degenerados, a criar hospitais, policlinicas, asilos, dispensarios ou dar esmolas, mas, sobretudo, em auxiliar os normais, proporcionando-lhes melhores condições para vencérem as dificuldades que os impedem, quase sempre, de construir família, de perpetuar as suas boas qualidades e de educar, convenientemente, os filhos (Kehl, 1931, p. 1).

Em todos esses casos, sua preocupação se baseia numa premissa de caráter econômico, segundo a qual não seria justo que os setores mais “produtivos” da sociedade arcassem com o “custo de vida” de elementos improdutivo e antissociais.

Além de Kehl, outros autores se pronunciaram em favor do neomalthusianismo. Em artigo publicado em 1929,³³⁸ o Dr. Heitor Lima traça uma relação entre o crescimento populacional, a miséria e a delinquência, alegando que “a infância delinquente, abandonada, pervertida, é recrutada quase toda nas famílias numerosas” (Lima, 1929, p. 4). Essa constatação o leva a denunciar o estímulo da natalidade como um ato estúpido, hipócrita e desumano.

³³⁷ KEHL, Renato F. Os erros da filantropia: filantropia contra-seletiva. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 32, agosto 1931, p. 1.

³³⁸ LIMA, Heitor de. O Mal de muitos filhos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 4, out. 1929.

Segundo o autor, “Prole numerosa significa privações, conta no armazem, credores por toda parte. (...) A família grande é um pesadelo. Todos os sentem e pensam. Mas ninguém o diz, porque a hipocrisia o veda” (Lima, 1929, p. 4).

Por seu turno, Octavio Domingues é mais direto,³³⁹ defendendo o controle da natalidade, a esterilização e a pena de morte como medidas necessárias à “formação de uma humanidade com características mais próprias para a vida em sociedade” (Domingues, 1931, p. 4). Assim como Kehl e Lima, o autor atribui ao crescimento populacional a causa da pobreza, defendendo a esterilização compulsória para delinquentes e “tarados mentaes”, ao passo que propõe a não compulsória para os portadores de males hereditários. Ao mesmo tempo, o eugenista denuncia o “falso humanismo” daqueles que denunciam tais medidas como ofensas à dignidade humana, chamando-os de hipócritas. Ao seu ver, “Entre o infeliz que *não se deixa ser concebido* e o infeliz que *se mata friamente* – qual dos dois sofreu menos, qual dos dois sofreu pena maior, mais cruel, mais deshumana?” (Domingues, 1931, p. 4, itálico do autor).

Há, entretanto, um autor que se destaca por sua oposição às ideias neomalthusianas. Entre 1929 e 1930, o Dr. Geraldo de Andrade publicou um artigo em três partes no qual propõe um modelo alternativo de controle populacional.³⁴⁰ O autor se opõe àqueles que defendem a mortalidade infantil como um mecanismo de seleção natural, afirmando que esse fenômeno não tem relação com a genética “inferior” de certos indivíduos, mas sim com as condições de vida da população mais pobre. Segundo o autor,

Si atentarmos em que, pelo menos no Recife, e quiçá no Brasil inteiro, mortalidade infantil é synonymo de ignorancia e miseria, logo concluiremos que essa macabra manifestação selecionadora só envolve uma parte da humanidade: os pobres. É aos lares onde escasseia educação e dinheiro que a morte transforma em campo de sua acção devastadora (Andrade, 1929, p. 8).

Assim, se é verdade que as classes mais pobres apresentam um índice maior de natalidade, é também certo que o apresentam de mortalidade infantil, contrariando a tese

³³⁹ DOMINGUES, Octavio. “Birth-Control”, esterilização e pena de morte. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 30, p. 4, jun. 1931.

³⁴⁰ ANDRADE, Geraldo. Concepcionismo inconsciente e Mortalidade Infantil. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, pp. 7-8, dez. 1929; ANDRADE, Geraldo. Concepcionismo inconsciente e Mortalidade Infantil (Continuação). **Boletim de Eugenia**, v. 2, n. 13, p. 4, jan. 1930; ANDRADE, Geraldo. Concepcionismo inconsciente e Mortalidade Infantil (Continuação e fim). **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, p. 3, fev. 1930.

malthusiana aceita por muitos. Além disso, a quantidade de filhos também contribui para a miséria do casal, agravando o problema. Dessa forma, Andrade contesta a perspectiva biodeterminista que sustenta o pensamento neomalthusiano dos eugenistas, afirmando que a “Ignorancia e miséria, relacionadas, entrosadas, dominam a scena, ficando as causas de natureza estrictamente pathologica em plano secundario” (Andrade, 1929, p. 7). Assim, ao invés de favorecer medidas de caráter geral e coercitivo, faz-se necessária uma campanha para educar os setores mais pobres e marginalizados da sociedade, estimulando o planejamento familiar e financeiro das famílias. Segundo autor,

Restringir a natalidade adaptando-a ás posses dos casaes, é gerar sómente filhos cujo gráo de eugenismo será mantido ou mesmo promovido por alimentação adequada e abundante, por therapeutica effectiva e proficiente (Andrade, 1930, p. 3).

Dessa forma, é necessário assegurar um grau mais adequado de subsistência para cada caso individual, o que, na visão de Andrade, corresponde à “verdadeira Eugenia”. O interessante dessas passagens é que, partindo da defesa da eugenia, o autor propõe uma política antimalthusiana de controle da natalidade para solucionar um problema que afeta as camadas mais pobres e vulneráveis da população. Nesse sentido, Andrade se posiciona a favor da higiene e da medicina social, aderindo à “eugenia preventiva” – ou “eugenismo”.

No que diz respeito às concepções políticas dos eugenistas, é necessário destacar que raramente seus posicionamentos eram tão explícitos a ponto de elogiar ou condenar sistemas de governo, aderindo ou renunciando a ideologias formalmente representadas por partidos e movimentos sociais. Entretanto, há dois autores que apresentam comentários mais diretos a esse respeito, sendo estes Renato Kehl e Oliveira Vianna. Em ambos os casos, é particularmente notória a influência das tendências autoritárias e antiliberais que se encontravam em voga na época. Tanto Kehl como Vianna dão preferência a modelos hierárquicos de organização social, dominados por uma aristocracia que impõe sua vontade à força. Em um texto publicado em 1929,³⁴¹ Kehl afirmou que “alguns reproductores eugenicos, organizando-se socialmente em uma caudalaria humana, poderiam formar, no decorrer de alguns decenios, um agrupamento de bem dotados, constituindo uma verdadeira população de elite” (Kehl, 1929, p. 3). Entretanto, uma

³⁴¹ KEHL, Renato F. Talvez – quem sabe?. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 3.

instituição do gênero deveria ser concebida primeiro nos Estados Unidos, “onde o arrojo das concepções e a audácia dos empreendimentos não têm limites” (Kehl, 1929, p. 3), estimulando outras nações a fazerem o mesmo.

Posteriormente, em 1930,³⁴² o autor afirma que seria possível criar a “elite eugênica do futuro” através da aplicação gradual das seguintes medidas: impedir a reprodução de indivíduos com “taras e degenerações sérias”; cultivar o orgulho de uma boa hereditariedade; favorecer casamentos convenientes; e conservar, cuidadosamente, as melhores mutações ou variações hereditárias. Assim, através de mudanças graduais no comportamento, na mentalidade e na legislação, seria possível elevar os indivíduos a um grau superior de normalidade, favorecendo a criação de uma verdadeira aristocracia eugênica.

No ano seguinte, Kehl declara novamente sua adesão a um modelo aristocrático de governo ao elogiar o imperialismo europeu.³⁴³

A Índia, com os seus milhões de habitantes, é submetida por alguns milhares de ingleses. Que seria do mundo, se esses milhões de plebeus e muitos outros milhões de medíocres, existentes no planeta, tomassem as rédeas do carro e o impelisses ao sabor da idéia democrática niveladora, que é o governo pela massa ou duma tal maioria no seu próprio interesse? (Kehl, 1931, p. 2).

A valorização das elites por parte de Kehl revela outro aspecto de seu pensamento conservador, a saber, uma concepção essencialista e determinista da genialidade. Esse aspecto se faz presente em um artigo publicado em 1930, no qual Kehl exalta as qualidades de gênio presentes em Ralph Waldo Emerson (1803-1882), ensaísta e poeta norte-americano.³⁴⁴ Ao apresentar dados biográficos de Emerson e exaltá-lo por suas qualidades excepcionais, Kehl afirma que

Os grandes homens como este representam numeros de crystalização dos povos a que pertencem. Um unico specimen enche um seculo, constituindo valor nobre de importância inexcédível, em torno do qual gravitam os satélites, e em torno destes homens de cultura que ampliam a sua irradiação intellectual, social politica e philosophica (Kehl, 1930, p. 2).

³⁴² KEHL, Renato F. Crescei e multiplicai-vos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, jun. 1930, pp. 1-2.

³⁴³ KEHL, Renato F. A Victoria da Mediocridade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 28, abr. 1931, pp. 1-2.

³⁴⁴ KEHL, Renato F. Emerson: o sabio de concord. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 17, pp. 1-3.

Por seu turno, Vianna também elogia o domínio britânico sobre a Índia, afirmando que “Os duzentos milhões de hindús que repullulam na planície dos Ganges não valem o pequeno punhado de ingleses, que os domina e governa” (Vianna, 1931, p. 2). Para o autor, “um povo não é grande propriamente pelo volume da sua massa social – e, sim, pela sua elite de eugenicos” (Vianna, 1931, p. 2).³⁴⁵ Vianna reconhece que os “elementos eugênicos” são presentes em todas as classes sociais, seja a mais rica ou a mais pobre. No entanto, justamente devido à sua superioridade biológica em relação aos demais, esses indivíduos tendem a ascender socialmente, constituindo as camadas superiores da sociedade. Desse modo, as classes inferiores nada mais são do que o “resíduo de uma seleção”.

No ano anterior, Vianna publicou um artigo no qual se propõe a definir o “typo eugenico”,³⁴⁶ isto é, o indivíduo excepcional, que se destaca em seu campo pelas qualidades eugênicas que possui. Segundo Vianna, historicamente, toda sociedade se constitui a partir de um grupo seletivo e excepcional de indivíduos, formando sua elite dirigente e econômica. Por isso, o estudo das “classes superiores” seria essencial para o “julgamento do valor de uma raça ou de uma nação” (Vianna, 1930, p. 3). Nesse âmbito, o “typo eugenico” se caracteriza, em primeiro lugar, pela ambição:

Seja pela ambição da glória, que cria os heróis, os sábios e os artistas; pela ambição da riqueza, que cria os grandes chefes da indústria; pela ambição do mando, que cria os grandes caudilhos e conductores de turmas, os grandes chefes de exército, os grandes senhores de povos, os grandes conquistadores de nações – o eugenico é sempre, caracteristicamente, o ambicioso por excelência, refractário sempre, por temperamento, por índole, por instinto, aos pequenos objectivos, aos pequenos scenarios, aos pequenos triumphos, ás pequenas idéas. Dahi o seu temperamento instavel e migrador. O eugenico não se fixa numa sociedade ou numa classe, senão emquanto não encontra uma outra de maiores possibilidades – e todas as vezes que o horizonte economico da sua sociedade ou da sua classe se estreita, elle para logo se mobiliza e desloca, em busca de outro horizonte mais livre e desafogado (Vianna, 1930, p. 3).

Porém, apenas a ambição não seria o suficiente, sendo necessário que o tipo eugênico apresente qualidades de caráter e de inteligência. Entre as qualidades de inteligência, o autor cita a lucidez, a intuição, a clarividência, a força e a robustez de pensamento; entre as de caráter

³⁴⁵ VIANNA, Oliveira. O eugenismo das elites. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 29, maio 1931, p. 2.

³⁴⁶ VIANNA, Oliveira. Os typos eugenicos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, março 1930, p. 3.

ou temperamento, destaca-se o autocontrole, a tenacidade, a resistência, a coragem, a audácia e, enfim, a “força magnetica” que emana dos homens de eminência e prestígio, constituindo sua “aura”. A esse respeito, o autor esclarece que

Os individuos deste typo são sempre grandes organizadores, grandes conductores, guias ou chefes de partidos, de seitas, de escolas, de grupos, ou de multidões – e é justamente esse dom mysterioso da attracção pessoal, de fascinação, essa sorte de aura magnetica que lhe possibilita á personalidade o triumpho e a irradiação (Vianna, 1930, p. 3).

Sobre isso, é interessante atestar que o enaltecimento de Emerson por parte de Kehl guarda relação com as concepções de Vianna sobre a importância das elites para o progresso civilizatório. Vianna, inclusive, cita Emerson para reafirmar a ideia de que um povo é reflexo das ideias, sentimentos e costumes de sua aristocracia, concluindo que “Esta pequena minoria de algumas centenas ou de alguns milhares de indivíduos diz mais, com efeito, da capacidade de um povo do que os varios milhões das suas classes populares” (Vianna, 1930, p. 3).

Para além do neomalthusianismo e do darwinismo social, os eugenistas também revelavam concepções conservadoras acerca das relações de gênero, sendo estas particularmente expressivas nos debates envolvendo educação sexual de meninos e meninas. Nesse sentido, as contribuições que mais se destacam são as de um autor identificado apenas por suas iniciais, E. R.

Em um artigo publicado em 1930,³⁴⁷ E. R. argumenta em favor de iniciativas que visassem a “educar” e “guiar” o “instincto humano” de reprodução, uma vez que seu verdadeiro fim seria a “procreação sã e racional” (R., 1930, p. 1). Assim, não se deveria reprimir o “instincto sexual dos homens” como fizeram em épocas anteriores, mas sim estimulá-lo e conduzi-lo adequadamente.

Ao mesmo tempo, o autor reconhece a indignação e angústia dos leitores que se desesperam diante das mudanças profundas que ocorriam no campo moral, mas oferece-lhes consolo com a ideia de que a educação sexual adequada poderia redimir este quadro:

Clama-se, constantemente, contra a depravação sexual da mocidade de hoje e culpa-se o espirito moderno de rebeldia contra a moral de seus avós. Realmente, a crise por que

³⁴⁷ R. E. Causas da desorganização matrimonial: falhas na educação moderna. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, pp. 1-3, jul. 1930.

está passando a humanidade é uma crise de completa anarquia de costumes, consequente da desorientação geral que assola o mundo civilizado. Não devemos, porém, desesperar com isto. Atravessamos uma época de dolorosa transição, na qual novas concepções sobre a vida procuram subjugar preconceitos antiquados e viciados pela rotina. A luta é natural e frutuosa. Seus benefícios já se fazem notar no interesse e na atenção que vem despertando o problema da educação sexual, para cuja solução trabalham com ardor os eugenistas, médicos e educadores do mundo inteiro (R., 1930, p. 1).

Com efeito, partindo do pressuposto de que haveria um processo de decadência moral em curso, estimulado pelas mudanças aceleradas e intensas na vida social e cultural, a educação sexual seria uma ferramenta a serviço daqueles que aspiravam à restituição da ordem, gerenciando o “espírito moderno de rebeldia” – do qual depende o progresso.

O autor afirma que os Estados Unidos estariam na vanguarda deste processo, mas lamenta as inúmeras obstruções que ainda dificultam sua efetivação. Ao seu ver, constatar-se-ia uma verdadeira “crise matrimonial”, caracterizada pela diminuição progressiva das uniões conjugais entre homens e mulheres formados pelas escolas superiores; pela diminuição da natalidade entre as classes mais altas; pela mortalidade infantil; enfim, pela recusa de se abordar temas relacionados à sexualidade e a aparente falta de método padronizado entre os educadores. A degeneração moral, nesse caso, não é compreendida como resultado de fatores biológicos de inferioridade, mas sim da falta de educação sexual nas escolas primárias e superiores, mantendo os indivíduos saudáveis ignorantes acerca de seu dever cívico e da importância do matrimônio judicioso.

Reproduzindo os dados e opiniões oferecidas pelo médico norte-americano Paul Popenoe (1888-1979), o autor reafirma que a “necessidade dos professores incutirem no espírito dos alunos a preocupação de um nobre ideal”, propondo que “sejam afastados os professores e professoras solteiros, das escolas superiores, que tentam desviar os seus discípulos da união matrimonial, criando a ojeriza pelo casamento, o que é de funestas consequências sociais” (R., 1930, p. 2). Em seguida, ainda se baseando nas ideias de Popenoe, o autor condena a negação, cada vez mais frequente, das desigualdades fundamentais entre os sexos, opondo-se aos avanços sociais que marcavam as relações de gênero à época. De acordo com E. R.,

Estudos modernos fazem crêr, erroneamente, que esta diferença não existe, levando as mulheres a se julgar iguaes aos homens. O homem e a mulher são desiguaes constitucionalmente em cada cellula de seu corpo, apesar de dependentes e organismos

complementares. Esta idéia falsa de uma igualdade imaginária tem sido uma das maiores causas da crise matrimonial (R., 1930, p. 2, *itálico nosso*).

Nesse sentido, o autor corrobora as conclusões do médico norte-americano ao lamentar o fato de que “os estudantes ignoram o lugar que a família ocupa na sociedade, sob o ponto de vista da história e da evolução social”, uma vez que, ao seu ver, “a história nos mostra a decadência da sociedade, cada vez que a família foi atingida em suas bases fundamentais” (R., 1930, p. 2).

Em um segundo artigo sobre o tema, publicado no mesmo ano,³⁴⁸ E. R. aborda precisamente a dimensão prática da educação sexual. O autor lamenta que o tema tenha permanecido um tabu por muito tempo, mantendo os jovens inocentes. Para reverter esse quadro de ignorância, seria necessário adotar programas de educação sexual para crianças e jovens das escolas primária e superior. Sua proposta, que deveria incluir “o ensino sobre o mecanismo de reprodução, a verdadeira significação do casamento, o combate às doenças venereas, o problema da prostituição, higiene social, etc.” (R., 1930, p. 2), exige não apenas o apoio das escolas e do poder público, mas também de outras instituições, como igrejas, a imprensa, os lares e as instituições particulares. Seria fundamental que, desde criança, o indivíduo já tivesse acesso a certos conhecimentos sobre reprodução e maternidade. Nesse momento, os pais não devem tratar o tema como tabu, do contrário a criança será mais propensa a desenvolver concepções equivocadas e maliciosas em torno da sexualidade e os fatores que a envolvem, sendo apresentada ao assunto por meio de terceiros. Segundo o autor, “A criança que á primeira pergunta sobre o sexo recebe uma resposta verdadeira e clara, torna-se confiante e expansiva, permitindo aos pais orientá-la facilmente” (R., 1930, p. 2). Contudo, o que parece ser uma perspectiva não conservadora sobre a educação sexual revela-se, todavia, justamente o oposto, na medida em que assume o modelo tradicional de família nuclear e patriarcal como base das propostas eugênicas nesse âmbito. Essa ideia é particularmente expressiva no papel que o autor atribui à educação sexual para meninas:

Merece especial atenção o modo de inculcar no espírito das meninas as suas futuras obrigações e responsabilidades. Desde que possam compreender a nobreza da missão maternal, mostrar-lhes o crime que representa, perante a humanidade, a perpetuação

³⁴⁸ R. E. O Lar e a Educação Sexual das Crianças. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, out. 1930, pp. 1-3.

de filhos doentes e tarados, da necessidade de transmitir-lhes uma herança de bons caracteres, dirigindo-as, criteriosamente, para a escolha acertada de um bom marido sadio e honesto. Evitar, o mais possível, de desenvolver-lhes o sentimentalismo morbido, próprio das mulheres, ensinando-as a encarar a vida com animo e fortaleza de espirito. Despertar em suas consciências o ideal elevado da maternidade racional e o desejo de cooperarem para a garantia eugenica das proles (R., 1930, p. 2).

Da mesma forma, uma vez que os jovens fossem esclarecidos a respeito de seus “deveres sexuaes”, seria necessário desviar sua atenção das manifestações “patológicas” desse interesse, “evitando leituras excitantes e maus espectaculos” (R., 1930, p. 2). A esse respeito, E. R. afirma que

No seio das classes baixas ou nas camadas elevadas da sociedade, a depravação sexual continúa a imprimir, sorrateiramente, seis indeleveis estigmas, degradando consciências, pervertendo espiritos e prejudicando, na sua essencia, a integridade moral da sociedade e o futuro eugenico da especie (R., 1930, p. 2).

Assim, a educação sexual, segundo a proposta do autor, não visaria à emancipação dos corpos jovens, estimulando a formação de sua autonomia pela validação de seus anseios sexuais e direito ao prazer, mas sim ao controle de suas disposições físicas e mentais, orientando-as em função de uma obrigação social mais elevada: o aperfeiçoamento racial da nação.

Além de E. R., Kehl também se debruça sobre o assunto ao longo do ano de 1930. Na décima nona edição do periódico o eugenista apresentou um pequeno questionário sobre educação sexual aos leitores, abordando aspectos práticos relativos à sua implementação nas escolas.³⁴⁹ Ainda que o resultado não tenha sido como o esperado,³⁵⁰ algumas respostas foram publicadas na vigésima quarta edição, junto com um artigo de Kehl sobre o tema.

Segundo o autor,³⁵¹ a educação sexual se insere no campo do “eugenismo” ou “eugenia preventiva”, tendo como fim “incutir na consciencia popular a responsabilidade de cada individuo para consigo mesmo, para com os outros, em particular para com a familia” (Kehl, 1930,

³⁴⁹ KEHL, Renato F. Aos nossos leitores: inquerito sobre a educação sexual da infância e da mocidade. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 4, jul. 1930.

³⁵⁰ Em sua introdução à vigésima quarta edição, Kehl lamenta que as respostas tenham somado pouco mais de trinta. Afirmou, ainda, que se tivesse feito o mesmo inquérito nos EUA, teria gerado um “alluvião de cartas”. Conf. KEHL, Renato F. Inquerito sobre Educação Sexual: algumas palavras. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 1, dez. 1930.

³⁵¹ KEHL, Renato F. Inquerito sobre Educação Sexual: algumas palavras. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 1, dez. 1930.

p. 1). Por seu turno, as oposições à educação sexual teriam sido expressas a partir de uma série de pressupostos equivocados.³⁵² Em primeiro lugar, haveria a suposição de que o instinto sexual é ausente em crianças e que sua inocência deve ser preservada até que os órgãos reprodutores se desenvolvam plenamente. Nesse âmbito, Kehl cita as contribuições de Freud, afirmando que as crianças possuem um instinto procriador que se revela desde tenra idade, apresentando uma curiosidade natural sobre assuntos relacionados à geração da vida. O autor afirma que:

É falso o criterio de que o mysterio deve ser desvendado com o correr do tempo, por acaso ou clandestinamente revelado por qualquer individuo que, deformando a verdade, cria na imaginação da criança idéa falsas, de efeitos desastrosos e, muitas vezes, indeleveis (Kehl, 1930, p. 2).

Assim, se a informação não é oferecida pelos pais, a criança poderá recorrer a colegas mais velhos, os quais “dão informações quase sempre recheiadas de malícia, incentivando mexericos e, mesmo, intuito de má consequencia futura” (Kehl, 1930, p. 2).

Outra alegação comum da oposição conservadora à eugenia é de que as crianças não teriam maturidade para apreender a complexidade e seriedade do assunto, sendo mais adequado aguardar até que ela se mostrasse preparada. Kehl afirma que tanto meninos como meninas são dotados de aguçada curiosidade sobre assuntos sexuais, cabendo aos pais a fiscalização e orientação cuidadosa dos filhos nesse estágio, favorecendo noções claras e saudáveis sobre sexualidade. Se os pais não tomarem providências nesse sentido, as crianças se tornam suscetíveis ao desenvolvimento de “perversões sexuais”, estimulada pela falta de informações e pelas más companhias. Por isso, afirma o eugenista que “Uma mãe poderá criar uma filha na mais completa innocencia até 15 ou 17 annos. Bastará, porém, uma criada ou uma amiguinha perversa para desfazer toda a obra, que foi erroneamente edificada, de modo lamentavel, quando não irreparável” (Kehl, 1930, p. 2). Dessa forma,

A aprendizagem clandestina, a companhia de confidentes depravados desfazem o mysterio da geração de modo vicioso, dando margem ás iniciações immoraes. São os amiguinhos e as amiguinhas os principaes mestres da dissimulação, da mentira, da masturbação e de outros vicios que se installam, ás vezes, decisivamente, sobretudo em crianças com taras psychopathicas, que não foram sufficientemente educadas pelos paes (Kehl, 1930, p. 2).

³⁵² KEHL, Renato F. Inquerito sobre educação sexual: O problema da educação sexual. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, pp. 1-3, dez. 1930.

Por isso, Kehl sugere que os pais devem ter “a sagacidade em primeiro plano”, dando conselhos e informações nos momentos em que a criança os questiona. Caberia à mãe a tarefa de oferecer os primeiros ensinamentos sobre a questão sexual aos filhos, seguidas dos pais e, finalmente, do educador e do médico. Em particular, aos pais caberia a responsabilidade de

prevenir os filhos mais crescidos sobre os perigos das más companhias e dos perigos resultantes das perversões sexuais; compete-lhe, também, concitá-los ao respeito próprio e de seus companheiros, amedrontando-os, talvez, quanto às consequências nocivas das leituras, conversas e práticas obscenas (Kehl, 1930, p. 3).

Nesse aspecto, ainda que houvesse uma eventual necessidade de “amedrontar” os filhos diante das “perversões”, Kehl reitera a importância de falar com naturalidade, “como se estivesse explicando o fenômeno da visão ou da audição”, sem usar reticências ou explicar o assunto “como se estivesse revelando *facto mysterioso*” (Kehl, 1930, p. 3). Por fim, ao médico – inspetor escolar ou médico da família – caberia “chamar a atenção dos adolescentes para os deveres dos indivíduos em relação à vida matrimonial e à descendência” (Kehl, 1930, p. 3). Era necessário convencer os jovens de que cada indivíduo é o “depositário efêmero de um legado eterno”, o qual “representa a felicidade dos descendentes, evitando, a todo transe, expô-la aos riscos de estroinices e dissoluções”. Assim, conclui-se que todos devem “resguardar-se para o matrimônio, do mesmo modo que é exigido da mulher” (Kehl, 1930, p. 3).

Atesta-se, portanto, que a educação sexual atuaria como dispositivo de doutrinação e controle dos corpos segundo valores morais tidos como superiores e “normais”, evitando que a criança assimile ideias e percepções alternativas sobre o assunto. Trata-se, dessa forma, de uma *profilaxia ideológica*, combatendo a alteridade antes que esta se aposses do espírito em formação. Por isso, a necessidade de superar os tabus e mistérios em torno da sexualidade deveria ser acompanhada, contraditoriamente, da introjeção do medo e insegurança, indicando que esse conhecimento não deveria assumir como finalidade a emancipação dos corpos, mas sim a sua tutela de acordo com os “bons costumes”. Com isso em vista, a educação sexual no discurso eugênico se define enquanto ação pedagógica, tendo em vista a submissão do instinto sexual à vontade consciente e racional dos sujeitos. Contudo, essa vontade individual deveria ser

orientada por critérios normativos, favorecendo não apenas o bem-estar do indivíduo como, acima de tudo, da sociedade.

Essa definição é reiterada pela Dra. Paulina Luisi,³⁵³ médica escolar de Montevideu, segundo a qual um programa de educação sexual deveria se constituir de três fatores:

A educação da consciencia moral applicada á responsabilidade individual e social, e baseada sobre a formação do caracter e desenvolvimento e disciplina da vontade, isto é, o habito de submeter os desejos (força executiva) ao dominio da reflexão, da consciencia e da responsabilidade (forças deliberativas).

A instrução scientifica ou a aquisição de conhecimentos necessarios á intelligencia para exercer a direção e dominio da vontade, isto é, o conhecimento da vida e das leis que a regem (...).

A instrucção moral, isto é, o ensino de Ética e da Deontologia sexual, na parte relativa ás questões sexuaes (Luisi, 1930, p. 4).

A ênfase nesses três aspectos – disciplina, conhecimento científico e instrução moral – repousa na valorização da razão como força moralizante e disciplinar, sendo capaz de orientar e atenuar os impulsos sexuais, impedindo que estes atentem contra o bem comum. A autora ainda recomenda que a educação sexual não seja ministrada na forma de uma disciplina especializada, mas sim incorporada por outras matérias que abordam aspectos de seu conteúdo, como a História Natural, a Psicologia, a Anatomia, a Higiene, a Profilaxia e a Moral. Todavia, considerá-la conservadora seria questionável, haja vista que Luisi foi uma das fundadoras do Partido Socialista do Uruguai em 1907, assim como ferrenha defensora de diversas pautas feministas.³⁵⁴ A autora faz referência a esse posicionamento ao propor que a educação sexual deveria ser ofertada sem distinção entre os sexos, afirmando que as escolas femininas e masculinas “devem ter os mesmos programas enquanto não seja possível alcançar o desideratum da educação racional: A Coeducação” (Luisi, 1930, p. 5). Dessa forma, ao postular a racionalização das relações sexuais à luz de um ideal pleno de bem-estar coletivo, seu posicionamento pode ser associado às aspirações utópicas de engenharia social, promovidas por movimentos sociais de caráter

³⁵³ LUISI, Paulina. Inquerito sobre educação sexual: Educação Sexual. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, pp. 3-5, dez. 1930.

³⁵⁴ VÁZQUEZ, María Laura Osta. Vidas que se cruzam: as trajetórias das feministas sufragistas uruguaias e brasileiras através dos discursos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE. I., 2011, Florianópolis. **Anais do Seminário Internacional História Tempo Presente**. Florianópolis: ANPUH, 2011, pp. 2210-20211. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/303/224> Acessado em: 15/12/2022.

contestatório no âmbito político, econômico e cultural da época. O fato de seu artigo ter sido publicado no Boletim, contrapondo diretamente as opiniões de outros autores, é um fato que mais uma vez traz à luz a diversidade de posicionamentos que constituíram o movimento eugênico brasileiro e latino-americano, não obstante a defesa intransigente de medidas negativas e autoritárias, bem como a associação frequente – mas não exclusiva – dos eugenistas com instituições e grupos de interesse conservador.

O tema também é abordado sob o ponto de vista da puericultura, versando sobre aspectos fisiológicos e psicológicos da formação infantil. De acordo com J. Porto-Carrero,³⁵⁵ “Educar sexualmente é observar (...) as tendencias sexuaes da creança (...) e nortear essas tendencias; impedir que as funções organicas que causam prazer se prolonguem por motivo desse prazer: o sugar o seio, o evacuar o intestino” (Porto-Carrero, 1930, p. 4). Assim, desde o nascimento, os pais deveriam atentar-se à evolução de uma série de processos e atitudes adquiridos desde cedo pela criança, desencorajando o desenvolvimento de tendências patológicas. Segundo o autor,

A amamentação prolongada, quando a criança já sabe beber e comer, o uso da chupeta ou do dedo a chupar exaltam o prazer oral (sexualidade oral) que póde dar mais tarde vícios da boca – cigarro, alcool, cocaina – ou certas perversões e neuroses. A demora na função de defecação, o uso de clysteres frequentes, a atenção ou a repreensão dirigidas para essa função, para as fezes e gases intestinaes cultivam a sexualidade anal, com desvantagens ulteriores, obvias ou não (Porto-Carrero, 1930, pp. 4-5).

No último artigo da edição, intitulado “Resposta de uma mãe: A Educação sexual na Infancia e na Mocidade”,³⁵⁶ a autora recomenda que as crianças tenham acesso igualitário aos ensinamentos, “dada a semelhança de ambos os sexos” (BE, 1930, p. 7). Porém, com o início da puberdade, propõe que as aulas devem ser ministradas separadamente, sendo contraproducente “obrigar naturezas tão diferentes á aprendizagem, em commum, de um assumpto cuja repercussão no espirito, terá manifestações tão diversas” (BE, 1930, p. 7).

³⁵⁵ PORTO-CARRERO, J. Inquerito sobre educação sexual: resposta de um especialista. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, pp. 4-5, dez. 1930

³⁵⁶ RESPOSTA de uma mãe. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, pp. 6-8, dez. 1930.

Por fim, o assunto é novamente abordado em 1931 por Sylvia Serafim.³⁵⁷ Assim como demais autores, Serafim desaconselha enfaticamente conversar com a criança sobre questões sexuais antes que a curiosidade infantil se manifeste. Concorde que os primeiros ensinamentos devem ser ministrados por mulheres, como a mãe e a professora, “cujo instinto feminil e maternal é de crer que mais subtilmente saberá suavizar o que de aspero contêm essas revelações antea pureza dos pequeninos” (Serafim, 1931, p. 8). Posteriormente, essas noções deveriam ser complementadas e aprofundadas por um médico ou professor competente.

A partir deste ponto, prosseguirei com a análise das ideologias do progresso e da decadência. É importante lembrar que, desde Thomas Malthus, Edmund Burke e Thomas Hobbes, o pensamento conservador se caracteriza por uma concepção pessimista sobre a ação humana, remontando à doutrina escatológica da Igreja Católica. Nessa perspectiva, a mudança é objeto de suspeita, gerando ansiedade e hesitação diante de suas consequências potencialmente nefastas para a ordem social. Assim, para assegurar um progresso estável, seria necessário orientá-lo de forma “pragmática”, sem aderir a utopias ou aspirações de mudança estrutural.

Essa postura receosa é ainda mais expressiva ao longo do século XIX, tornando-se pessimista à medida que diversas transformações se acumulavam. Logo, o pessimismo se tornou um sentimento muito comum na passagem do século XIX para o XX, postulando que o progresso material da civilização ocidental, ao se dar de forma caótica e desenfreada, teria provocado a decadência moral do indivíduo. De certo modo, essa concepção se encontra presente em diversas correntes de pensamento no período — entre as quais, aquelas associadas ao racismo científico, ao nacionalismo romântico e à crítica nitzschiana à modernidade. A partir de então, formaram-se dois grupos: aqueles que, compreendendo a decadência como um processo irreversível, defendiam o regresso a um estado “originário” e mais puro de existência; e aqueles que defendiam o enfrentamento direto dos problemas sociais através da ciência e da técnica modernas. Os eugenistas, sob a influência do cientificismo, do positivismo e do darwinismo social, pertencem ao segundo grupo.

Assim, ao analisar o modo como os autores representam o tempo histórico e a sociedade em que vivem, é possível compreender de que forma essas concepções deterministas e

³⁵⁷ SERAFYM, Sylvia. Um Inquerito Interessante. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 25, p. 8, jan. 1931.

conservadoras, não obstante pessimistas e moralistas, projetavam alteridades ideais no horizonte. Através da análise dessas ideias-imagens será possível destacar algumas noções relativas à experiência temporal dos eugenistas e à autoconsciência destes como sujeitos históricos, aferindo seu grau de otimismo e pessimismo diante de um futuro em aberto.

Como foi observado, Octavio Domingues apresenta uma concepção tipicamente conservadora de progresso. Em 1930, o autor já se revelava adepto da tese neomalthusiana sobre a decadência.³⁵⁸ Em tom alarmista, Domingues citou estatísticas comparando o número de nascimentos entre indivíduos inferiores e superiores em países desenvolvidos, afirmando que no presente momento haveria um processo de contra-seleção em curso, prejudicando o aperfeiçoamento da raça. De acordo com ele,

São numeros terrivelmente sombrios. Eles nos mostram quão pouco eficazes hão sido todas as medidas de ordem eutechnica na defesa da saúde humana. A cada nova geração mais se avoluma o peso morto emfim, da extensa cohorte dos infelizes inadaptáveis da miséria, dos incapazes, dos loucos, dos tarados – e inadaptados à vida social (Domingues, 1930, p. 4).

Por isso, Domingues é um proponente da esterilização para doentes mentais e portadores de doenças congênitas, tendo em vista a “formação de uma humanidade com características mais próprias para a vida em sociedade” (Domingues, 1931, p. 4).

No entanto, ainda que se demonstre pessimista nesse sentido, Domingues mantém esperanças razoáveis quanto ao futuro. Ao abordar o problema da felicidade humana, o autor reconhece que, por muito tempo, os indivíduos acreditavam que a perfeição era acessível apenas no Além. Em seguida, o progresso material alavancado pelo desenvolvimento técnico-científico teria contribuído para a “dissipação” dessa fé, pondo em crise a ideia de felicidade. Apesar desse impasse, Domingues acredita que é possível aprimorar o ser humano tanto do ponto de vista social (através da educação) como biológico (através da eugenia). Todavia, apenas os indivíduos biologicamente aptos seriam aprimoráveis, sendo impossível alcançar um grau absoluto de perfeição. Com efeito, o progresso humano deve visar à normalização do indivíduo, e não a um ideal de superioridade.

³⁵⁸ DOMINGUES, Octavio. Saúde, Higiene e Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, pp. 2-5, jun. 1930.

Assim como Domingues, Kehl também foi um grande proponente da ideia de decadência, compreendendo esta como um tema marcante na história do pensamento ocidental.³⁵⁹ Segundo o autor:

Desde tempos immemoriaes que os homens se preocupam com a decadencia humana e com os meios de obviar-a e combatel-a. Nos velhos livros sagrados, como nas classicas obras de Theognis de Megara, de Eschylo, de Aristoteles e, sobretudo, de Platão, que se proclama a necessidade de ennobrecer a humanidade pela pratica de medidas sociaes, de medicina, de hygiene individual e collectiva, que, aliás, não devem ser confundidas com medidas eugenicas (Kehl, 1930, p. 2).

Neste trecho, o autor não apenas dá exemplos de personalidades que abordaram o problema e suas possíveis soluções. Segundo Kehl, a higiene, a medicina social e a educação seriam formas de conhecimento que antecedem a eugenia, tendo sido, até então, incompletas e insuficientes para solucionar o problema da degeneração. De acordo com ele:

Não faltaram cérebros privilegiados, nem apóstolos divinizadores, nem poetas inspirados para proclamar, emphaticamente, que a progressiva degeneração da humanidade é assustadora, que o crime e a amoralidade se alastram, que os aleijões se multiplicam, que tudo isso representa um absurdo, (depois de tão prolongada influencia espiritual, através de tantas gerações), num seculo de ondas hertzianas e de fitas sincronizadas, existindo, – deve existir, – remedios de efeitos radicaes e de applicação suave... (Kehl, 1930, p. 2).

Com efeito, ainda que suas contribuições sejam dignas de reconhecimento, Kehl atenta o leitor para o fato de que “Tais ideólogos (...) ainda se banham em inspirações miríficas, põem o ideal lá nas estrelas, sem conseguir indicar um caminho viável para atingil-as” (Kehl, 1930, p. 2). Como foi visto na seção referente ao cientificismo, o autor classifica essa fase anterior à eugenia como pré-científica, uma vez que seria dominada por especulações fantásticas de utopistas ou ideólogos que não possuíam os meios necessários para entender e enfrentar o problema.

Na fala de Kehl é possível constatar uma representação linear e ascendente do tempo histórico, caracterizando o progresso como um movimento contínuo, partindo do pensamento metafísico ao científico. Ao atingir o último grau de desenvolvimento, o sujeito finalmente teria condições de assumir as rédeas de seu destino, transformando suas condições materiais e

³⁵⁹ KEHL, Renato. Galton. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, pp. 1-3, agosto 1930.

biológicas através da ciência e da técnica. Somente assim seria possível solucionar o problema da decadência, revertendo as consequências negativas do processo civilizatório.

O Dr. Edgard Braga apresenta uma concepção similar em seu artigo de 1933.³⁶⁰ De acordo com o autor,

Se, de um lado, a civilização conquistou para a humanidade um grande acervo de bens, se materialmente melhorou a vida; se criou a moral saneadora, do christianismo, e os princípios liberais, si ampliou a solidariedade humana e solidificou a justiça; se desenvolveu a higiene e aperfeiçou a medicina, ‘trouxe-nos, sem duvida, o luxo, a avidez dos gozos materiais, a luxuria e a obsessão da fortuna’. A civilização exaltou a vida social, mas, no que concerne á especie, não ha um só dos caracteres hereditarios, afirmam os eugenistas, que se lhes deva (Braga, 1933, p. 21).

O processo civilizatório seria, portanto, caracterizado por uma contradição. Por um lado, os princípios cristãos e liberais teriam promovido a “higiene” da humanidade no que diz respeito ao campo moral, favorecendo a formação de uma cultura norteada pelos valores da justiça e solidariedade; por outro, as conquistas materiais legadas pela ciência e pela técnica, não obstante espetaculares, tornaram os indivíduos acomodados e apáticos. No entanto, nem sempre foi assim. Segundo Braga, as civilizações da Grécia Antiga eram ideais nesse sentido, sendo lideradas pelos maiores homens de estado, poetas, filósofos, artistas, historiadores e oradores. Desde então, as raças humanas teriam regredido a cada dia. De acordo com Braga:

Entre as nações civilizadas a Suecia do século XX, que nos parece servir de padrão, com 10.000.000 de habitantes – magnificamente aperfeiçoada em todos os ramos da atividade humana, ainda não pôde igualar, nem igualará a Grecia memoravel cujo declinio começou ao tempo de Clístenes, 70 anos antes de Cristo, o ditador que aboliu as regras que impunham o casamento homogêneo entre tribus e familias elevadas, admitiu uniões bastardas e extranhas, creando assim o declinio do povo (...). As leis modernas de caráter amplamente libertario não reivindicam nenhum beneficio tendente a melhorar as condições da especie. E as molestias, taras, vicios, por aí vão a semear a ruína, diminuindo o coeficiente de vitalidade do homem, restringindo-lhe a longevidade, enevoando-lhe a razão de pessimismo e desgosto (Braga, 1933, pp. 21-22).

Nesse caso, o discurso de Braga é caracterizado pela ideia de uma era de ouro ou “Paraíso perdido”, aludindo a alteridades imaginárias que se voltam para um passado longínquo, ao qual o sujeito deveria regressar. Por isso, sua fala promove uma utopia romântica, elegendo

³⁶⁰ BRAGA, Edgard. Á Margem da higiene e da eugenia: profilaxia social. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, pp. 21-22, abril-jun. 1933.

uma versão idealizada do passado como solução para as contradições da vida moderna. Nesse sentido, pode-se dizer que se trata de uma utopia reacionária – ou ainda uma contrautopia.

Por fim, Braga declara que, enquanto os homens “se perdem, no silêncio da meditação, os idealistas trabalham e esperam o advento de uma era de paz para São Paulo, o arbitro supremo dos grandes sonhos e anseios da patria” (Braga, 1933, p. 22). Nesta passagem, a imagem de São Paulo como a maior referência do processo civilizatório brasileiro é de natureza expressamente utópica, fomentando a expectativa de que a suposta “era de ouro” possa, através do exemplo paulista, ser reinstituída.

O último caso que convém mencionar é um artigo de E.R. de 1930,³⁶¹ cuja fala mobiliza uma variedade rica de representações ideológicas e utópicas em torno das noções de progresso e decadência. O autor inicia seu argumento aderindo à tese neomalthusiana da decadência, afirmando que a parte “boa” da humanidade estaria sendo sobrecarregada por um “volume formidável” de “elementos soffríveis e maus”. Assim, diante de uma degeneração que “augmenta a olhos vistos”, enchendo asilos, hospitais e prisões a cada ano, E.R. deposita suas esperanças na eugenia, considerando-a o “unico e verdadeiro caminho para a salvação” (R., 1930, p. 4).

O autor lamenta que, por muito tempo, a ciência de Galton não teria sido levada a sério, inclusive no meio científico. A esse respeito, afirma que

Foram precisos muitos esforços, muitos trabalhos de divulgação para que se conseguisse impôr aos scepticos a realidade palpavel de factos, contra os quais se desfaziam os melhores argumentos, forjados pela incredulidade na sciencia creada por Galton (R., 1930, p. 4).

Por conseguinte, em resposta aos opositores da eugenia, reitera-se a crença de que o homem, como qualquer outro animal, é passível de aprimoramento. Muitos meios teriam sido utilizados para esse fim ao longo dos séculos, entre os quais a educação e a moral religiosa. Porém, a despeito dos progressos realizados, o autor nega que esses recursos teriam sido suficientes para eliminar todo o mau. Sobre isso, cito a seguinte passagem:

Desde o apparecimento do homem no planeta que se preocupa com a sua felicidade. Leis, codigos, promessas tentadoras e penas infernaes não conseguiram colloca-lo ao

³⁶¹ R. E. O Animal Homem. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 4, abr. 1930.

abrigo da desgraça e do sofrimento, evitar que transgredisse os mandamentos divinos. Homens maus e homens doentes continuaram a surgir (...).

Os factos acima assinalados depõem contra a ineficacia dos methodos educativos e religiosos, ao mesmo tempo que evidenciam a fallencia de todos os processos até agora postos em pratica para transformar a terra no sonhado e desejado jardim das delicias, em que todos os seus habitantes se entregam á lucta pacifica e feliz, em plena saude e concordia, para o desfructe da existencia, que deve ser vivida, gozada e não soffrida, pois, já se foram os tempos em que se acreditava ser a terra uma simples passagem onde se veem purgar peccados para attingir o reino dos ceus, de onde ninguem veio para nos informar das suas verdadeiras condições de clima, de sociedade, para não dizer de verdadeira... existencia! (R., 1930, p. 4).

Dessa forma, o problema da degeneração continuaria presente, prejudicando os esforços da humanidade pela criação de um verdadeiro “jardim das delicias”. Nesse âmbito, a eugenia se destaca como o meio privilegiado de conquista deste ideal, possibilitando à humanidade construir um modelo alternativo de sociedade, no qual a vida “deve ser vivida, gozada e não soffrida”. Assim, ao contrário da postura cautelosa e receosa de autores como Renato Kehl, Octavio Domingues e Piza Junior, E. R. acreditava que a perfeição é possível, sendo esta passível de realização em vida — e não mais no além. De acordo com o autor, “O ‘ceu’ é a terra habitada por gente sã, moralizada e activa. Podemos transformar a terra em ‘ceu’” (R., 1930, p. 4).

Ao reafirmar os conceitos de felicidade e perfeição como realidades passíveis de construção através da ação humana, E. R. expõe uma visão do tempo histórico marcada por ideologias e utopias do progresso. Sob essa perspectiva, caberia ao sujeito autoconsciente e racional a tarefa de construir um Paraíso original, transformando suas condições materiais e biológicas à luz de suas alteridades ideais. Segundo o autor,

Assim como ha nucleos de individuos habitando certas regiões, os quaes, pela saude, pela moralidade e pelo trabalho de seus componentes constituem exemplos de paraisos terrestres, poderemos ampliar taes nucleos, evitar que os maus se multipliquem e mesmo concorrer para o seu desaparecimento sem que para isso sejam necessarias medidas crueis.

(...)

E a eugénia, para melhorar o homem, longe de propor medidas a Lyeurgo, indica medidas faceis e simples que ninguem póde provocar aversão, porque todas ellas se assentam na sciencia e partem da razão para o coração, ao envez de partir do coração para as nuvens.

Estudemos, pois, a Eugenía, transformando-nos em proselytos desta nova sciencia que constitue, no dizer do Dr. Renato Kehl, o pedestal da religião que tem por escopo a regeneração integral da humanidade (R., 1930, p. 4).

O horizonte de expectativa é aludido, pois, como um *locus* cada vez mais acessível, conquanto as transformações sejam intensas, aceleradas e bem orientadas, seguindo os preceitos eugênicos e higiênicos.

Considerações finais

Ponho-me às vezes a imaginar como seriam as coisas cá na terra se um sabio eugenismo dêsse combate á desonestidade por meio da completa eliminação dos deshonestos.

Que Paraíso!

– Monteiro Lobato³⁶²

O trecho citado acima é do único romance escrito por Monteiro Lobato, *O Presidente Negro*, publicado em 1926, um ano antes do autor embarcar para os Estados Unidos a fim de atuar como adido comercial do Brasil. Escritor, publicitário e empresário, Lobato se destacou como um dos intelectuais mais eufóricos e engajados de seu tempo, angariando fama como promotor do Biotônico Fontoura, porta-voz da campanha sanitaria, editor da *Revista do Brasil* e autor de literatura infantil. Atraído por polêmicas, envolveu-se com afinco nos principais debates nacionalistas que marcaram as décadas de 1910 e 1920, sobretudo em torno da questão sanitária e eugênica. Com a publicação d'*O Presidente Negro*, Lobato desejava cumprir dois objetivos: ingressar no mercado editorial norte-americano e contribuir para a divulgação da eugenia. Esta segunda pretensão é evidente não apenas pelo enredo da obra como por declarações de Lobato, que a descreveu como um “grito de guerra pró-eugenia” em correspondência ao seu amigo, Renato Kehl.³⁶³

Trata-se de um romance de ficção científica no qual o protagonista, o cobrador Ayrton Lobo, tem acesso a um dispositivo que lhe permite ver o futuro. A máquina revela uma sociedade norte-americana que, através da incorporação da ciência e da tecnologia ao cotidiano, torna-se altamente eficiente. Em particular, a implementação de leis eugênicas de caráter “espartano” foi

³⁶² LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. Chapecó: Ed. UFFS, 2020, pp. 25-26.

³⁶³ Monteiro Lobato a Renato Kehl, 1926. Apud DIWAN, 2007, p. 119.

útil, uma vez que estas favoreceram a formação de uma raça branca de estoque superior, livrando a sociedade dos vadios, doentes e pobres, entre outros que formavam seu “peso morto”. Entretanto, essa conquista não teria sido suficiente para reduzir a alta procriação da população negra, que, constantemente oprimida pela branca, ameaçava se revoltar. O ápice da tensão se dá com a eleição de Jim Roy, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, no ano de 2228. Ao final, o presidente é assassinado a fim de evitar uma guerra racial que poria em risco a unidade nacional, consolidando a hegemonia da raça branca.

Pouco conhecida até hoje, essa obra ainda gera controvérsia entre estudiosos, reacendendo questões sobre o suposto racismo de Monteiro Lobato. Segundo Pietra Diwan³⁶⁴ e Carolina Kinoshita,³⁶⁵ *O Presidente Negro* reflete de forma expressiva as concepções racistas do autor. Nesse sentido, o romance poderia ser caracterizado como uma utopia, revelando um mundo que se apresenta como ideal aos olhos de Lobato. Já para Vanete Santana-Dezmann,³⁶⁶ da mesma forma que os romances *1984*, de George Orwell, e *O Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, *O Presidente Negro* deve ser interpretado como uma distopia, sendo uma crítica à eugenia negativa. Nesse âmbito, a autora lembra que a adesão de Lobato à eugenia se referia à corrente sanitaria, de cunho moderado e reformista, e não à eugenia restritiva, de caráter determinista e racista.

Em que pese as considerações de ambos os lados,³⁶⁷ a diferença de abordagens traz à luz uma ambivalência típica do fenômeno utópico. A princípio, uma alteridade ideal representa

³⁶⁴ Op. Cit. 2003.

³⁶⁵ Op. Cit. 2013.

³⁶⁶ SANTANA-DEZMANN, Vanete. **Metafísica, Distopia e Mecenato**. Instituto de Estudos Avançados da USP, 2021. 1 hora e 34 minutos. Disponível em: <https://youtu.be/dKyvqtYgb90> Acesso em: 3 de jul. 2022. Conf. SANTANA-DEZMANN, Vanete. **Metafísica, Distopia e Mecenato**. São Paulo: Os Caipiras, 2021.

³⁶⁷ Santana-Dezmann considera que seria anacronismo julgar as ideias de Lobato a partir de parâmetros ideológicos e epistêmicos do que é tido como racismo atualmente. A autora ainda acrescenta que o eugenismo de Lobato, por se basear na corrente sanitaria, era antirracista. Entretanto, essa interpretação apresenta dois equívocos potenciais. Em primeiro lugar, é necessário considerar que as ideias racistas eram amplamente disseminadas na elite intelectual, sendo reproduzidas mesmo por aqueles que poderíamos considerar “moderados”. Para tanto, basta lembrar que grande parte dos sanitarias — independente de se considerarem eugenistas ou não — era adepta do branqueamento como solução para a “questão nacional”, sendo esse discurso utilizado para justificar as intervenções médico-sanitárias no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além disso, Lobato era conhecido como um propagador assíduo do mito bandeirante, segundo o qual o paulista, por sua formação histórica, social e racial, seria superior em relação a outros grupos nacionais. Esse fato é corroborado pelas afirmações de Rhaiane das Graças Mendonça Leal e Andre Felipe Candido da Silva, os quais, a partir de sua análise da correspondência entre Lobato e

um lugar de felicidade (do grego, *eutopia*), estimulando o sujeito a buscá-lo ou construí-lo; porém, uma vez concretizado, esse lugar pode se revelar justamente a antítese daquilo que o sujeito idealizou (*distopia*), pondo em xeque os valores e crenças que sustentaram esse sonho. Haveria, portanto, dois momentos: no primeiro, a inadequação em relação à alteridade imaginada serve de incentivo para a busca e/ou construção de um mundo melhor; já no segundo, a inadequação gera um sentimento de angústia no indivíduo, que é levado a questionar o sentido de sua busca – e, conseqüentemente, sua identidade.

A suposta causalidade dessa relação levou certos autores a denunciarem a utopia por seu caráter intrinsecamente ideológico, tornando os indivíduos cegos ou indiferentes diante dos efeitos catastróficos de seus atos. Segundo o filósofo Karl Popper,³⁶⁸ a utopia é geralmente tida por seus defensores como o destino inevitável de uma sequência lógica de acontecimentos, sendo sua realização compreendida como a expressão de uma verdade absoluta. Isso explicaria o motivo de tantos utopistas atribuírem um caráter religioso às suas convicções, sendo avessos à crítica. Por seu turno, o historiador Georges Minois complementa essa ideia.³⁶⁹ De acordo com o autor, ao preverem um mundo perfeito, as utopias são necessariamente intolerantes em relação à imperfeição, excluindo todas as variáveis que não se adequam ao ideal. Por isso, elas

Arthur Neiva, destacam a relação entre americanismo e bandeirantismo como um elemento central do pensamento lobatiano na década de 1920. Nesse âmbito, os autores não reconhecem uma ruptura entre sanitarismo e racismo em Lobato, uma vez que a “redenção” de Jeca Tatu seria restrita aos descendentes dos bandeirantes (o caboclo paulista), excluindo-se os negros e mulatos. Em segundo lugar, do ponto de vista teórico, é necessário ressaltar que, não obstante a mudança de percepção sobre o que pode ser ou não considerado racista, atualmente julga-se que o racismo não é necessariamente o tipo de discurso ou prática social que o sujeito emprega de modo consciente e intencional, mas sim de forma implícita e muitas vezes inconsciente, lançando mão de representações que associam a comunidade negra a estereótipos negativos. Por mais “inofensivas” que aparentem, essas ideias-imagens moldaram a percepção coletiva sobre esses grupos sociais, justificando ações que, por vezes, assumem caráter discriminatório e excludente. Sendo assim, ainda que Lobato não tivesse a intenção expressa de ser racista ou não pudesse ser assim considerado de acordo com os padrões da época, é possível que ele tenha desempenhado um papel de destaque na criação e/ou divulgação de representações cujo *efeito de verdade* — para empregar uma expressão foucaultiana — balizou, por iniciativa dele ou de outrem, práticas excludentes. Para uma análise da adesão de Lobato ao mito do bandeirante, conf. Mota (2003; 2005); para uma análise da atuação de Lobato em meio às correntes e movimentos nacionalistas, conf. Luca (1999); para uma análise d’*O Presidente Negro*, assim como da correspondência mantida entre o autor e Renato Kehl, conf. Diwan (2003) e Kinoshita (2013); para uma revisão bibliográfica sobre o racismo de Lobato, conf. LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça; SILVA, Andre Felipe Candido da. O racismo em “mangas de camisa”: a questão racial na correspondência entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 19, n. 1, pp. 514-548, jan./jun. 2022.

³⁶⁸ POPPER, Karl R. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

³⁶⁹ MINOIS, Georges. **História do futuro: dos profetas à perspectiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

podem ser consideradas ideologias na medida em que seus adeptos buscam realizá-las, sendo a distopia o resultado desse processo.

No entanto, um contraponto a essas duas perspectivas pode ser encontrado em Bronislaw Baczko,³⁷⁰ que, ao situar a utopia no âmbito do imaginário social, chama atenção para o fato de que suas representações admitem formas diversas de apropriação. Em razão disso, as utopias não seriam o problema, mas sim os modos com os quais os sujeitos coletivamente as apropriam e as articulam no plano simbólico, justificando ações cujo impacto pode ser positivo ou negativo.

Seja como for, desde sua formulação por Francis Galton, o discurso eugênico se define pela necessidade de solucionar o descompasso entre *ser* e *dever ser*, esculpindo o indivíduo à luz de um ideal que se apresenta como absoluto em si mesmo. Nesse sentido, pode-se afirmar que o discurso eugênico é utópico, postulando a necessidade de adequação, ao passo que também é distópico, uma vez que pressupõe uma noção autoevidente de perfeição.

Para situar essa reflexão no âmbito desta pesquisa, deve-se levar em conta a história da ideia de inadequação no âmbito do pensamento social e cultural brasileiro. De modo geral, pode-se afirmar que o problema da inadequação tem como ponto de partida a necessidade de promover a formação nacional na modernidade.³⁷¹ A partir de meados do século XIX, com o avanço do capitalismo pelo mundo, o fortalecimento das burguesias nacionais e o desenvolvimento técnico-científico, o sentimento de inadequação se torna patente, destacando tudo aquilo que falta aos brasileiros em comparação com o outro — isto é, o estrangeiro civilizado. Nesse momento, a noção de inadequação começa a se manifestar de forma mais variada, sendo comumente aludida pela dualidade entre atraso e adiantamento, miscigenação e formação, dependência e independência, latifúndio e indústria, campo e cidade, desigualdade e igualdade, entre outras que refletem o conflito entre estruturas coloniais e modernas de socialização.

³⁷⁰ Ibid., p. 115.

³⁷¹ Um estudo do tema da inadequação no pensamento social e cultural brasileiro, precisamente no que diz respeito a duas perspectivas de suma importância para a compreensão da questão nacional, pode ser encontrado em: MECIANO, Raphael. **Formação e Diferença**: a crítica brasileira entre a formação nacional e a antropofagia. São Paulo: Oficinas Terrestres, 2022.

Diante dessas tensões, as elites frequentemente adotaram a conciliação como solução, adaptando as antigas relações de poder às novas demandas e interesses advindos da acumulação capitalista. Nesse sentido, acontecimentos como a Abolição da Escravidão e a instauração da República não tiveram como objetivo promover mudanças na estrutura social, mas sim reproduzir a opressão e exclusão das camadas subalternizadas sob um novo modelo político-administrativo, inspirado no alhures da *civilização*. Desde então, a via conciliatória consagrou-se como uma das estratégias mais eficazes para a conservação da ordem vigente, preservando, no seio das novas instituições e relações de caráter biopolítico, o racismo, o patrimonialismo e o patriarcalismo da sociedade colonial.

Assim, no que diz respeito às utopias e distopias historicamente disseminadas e articuladas no imaginário social brasileiro, o problema da inadequação assume um lugar de destaque nos projetos que, à direita e à esquerda, almejam recuperar o atraso nacional, assegurando a inclusão do Brasil no chamado *concerto das nações civilizadas*. Com frequência, grande parte desses projetos, por se basearem em ideologias de cunho determinista e messiânico, revelaram-se distopias. Distopias que, a fim de negá-las enquanto tais, costumam ser escamoteadas da memória coletiva, possibilitando, através de sucessivos pactos de esquecimento, a realização de novos “acordos nacionais”.³⁷²

Nesse sentido, creio que a eugenia pode ser interpretada como uma entre inúmeras respostas que a elite intelectual ofereceu ao problema da inadequação, postulando um projeto de formação nacional baseado numa modalidade biopolítica de negação da diferença. Preocupados com o abismo biossocial que separava o Brasil das nações “civilizadas”, os

³⁷² Aqui me refiro às noções de pacto e amnésia tal como elaboradas por Idelber Avelar em seu estudo sobre o gerenciamento de antagonismos na política brasileira a partir do campo retórico. O autor considera que os pactos políticos no Brasil, realizados sempre a portas fechadas, historicamente pressupõem uma operação de esquecimento. Assim, “Do esquecimento do sangue negro e índio jorrado como premissa da modernidade e fundamento do país ao esquecimento que inspirou a Lei de Anistia de 1979 durante a transição democrática, a desmemória é um problema, uma questão genuína que se coloca ao longo da história do Brasil” (Avelar, 2021, p. 98). Sob a mesma chave seria possível analisar eventos como o apoio de Luis Carlos Prestes ao algoz de sua esposa, Getúlio Vargas, o apoio de Lula a figuras oligárquicas como José Sarney e, atualmente, à tentativa de repactuação lulista no contexto das eleições de 2022, assumindo como premissa o esquecimento do processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff, bem como os traumas deixados pela gestão de Geraldo Alckmin no estado de São Paulo (mais precisamente, o sucateamento do ensino básico, o aumento alarmante da violência policial contra os mais pobres e a repressão aos manifestantes durante os protestos de 2013). Conf. AVELAR, Idelber. **Eles em nós**: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2021.

eugenistas advogavam pela superação do legado escravocrata através da eliminação ou contensão daqueles que não se adequavam ao seu ideal, ao passo que postulavam a conservação das demais estruturas de poder.

Sob essa chave, o próprio romance de Lobato pode ser interpretado como uma tentativa de contrapor um alhures ideal à realidade brasileira, o que é confirmado pela correspondência que o autor manteve com Arthur Neiva e Godofredo Rangel. Nesses documentos, Lobato vocifera contra o legado negro e mestiço da colonização lusitana, comparando a “decrepitude” brasileira ao paraíso que seria os Estados Unidos. A única exceção à degeneração seria São Paulo, que, por se constituir da união entre portugueses e indígenas, beneficiando-se ainda do elevado influxo de imigrantes, livrou-se dos negros. Dessa forma, a adequação poderia ser possível no caso de São Paulo, sendo questionada nos demais estados da federação.³⁷³

Isso não significa afirmar que todas as utopias e ideologias mobilizadas pelos eugenistas cumpriram uma função exclusivamente negativa. Precisamente no tocante à eugenia preventiva (eugenismo), identificada com o sanitarismo, essas representações legitimaram medidas de incentivo à prática de exercícios físicos, higiene pessoal e puericultura, assim como as reformas urbanas e a construção da saúde pública. Contudo, como lembra Santos,³⁷⁴ é importante destacar que a reforma sanitária no Brasil se caracterizou, ao menos em seu período de formação, por conquistas “pelo alto”, “em que estão em jogo percepções e valores de intelectuais, camadas médias e altas e a participação direta do Estado nacional” (Santos, 2004, p. 251). Nesse sentido, ainda que a eugenia preventiva, em razão de sua associação com o sanitarismo, possa ser considerada mais “moderada” em comparação com a eugenia negativa, não há como anular seu caráter normatizador e, logo, restritivo, uma vez que o projeto de nação idealizado pelos eugenistas na década de 1920, ao se pautar numa concepção tanto biológica como social de higiene, pressupunha a exclusão/adequação de determinados grupos.

Assim, como um saber que se define pela necessidade de intervenção na espécie humana, a eugenia cumpre uma finalidade restritiva por excelência, seja através de medidas

³⁷³ Para um exame detalhado dessas passagens, conf. Leal; Silva, 2022, op. cit.

³⁷⁴ SANTOS, LAC. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 249-293.

radicais (tais como a esterilização compulsória, o aborto e o controle matrimonial), seja através de medidas “preventivas” (como educação e propaganda). A esse respeito, recorro à análise de Mozart Linhares da Silva³⁷⁵ sobre a relação entre educação e eugenia sob o viés biopolítico, na qual o autor destaca que a eugenia – tanto em sua forma negativa como profilática – assume a sexualidade da espécie como campo de intervenção, promovendo medidas de caráter normatizador. Da mesma forma, os trabalhos de André Mota³⁷⁶ contribuem para uma leitura crítica das intervenções médico-sanitárias nos sertões, chamando atenção para o caráter racista e normativo do discurso sanitarista – especialmente no caso paulista. No contexto urbano, esse discurso frequentemente pressupunha uma condenação moral, culpabilizando os setores marginalizados (indigentes, prostitutas, criminosos, doentes, alcoólatras, homossexuais) pela reprodução de “vícios sociais” que corroíam e degeneravam a nação. Por seu turno, análises que versam sobre a eugenia profilática em países como a Espanha³⁷⁷ e a Argentina³⁷⁸ corroboram esse quadro, destacando o papel de práticas que, não obstante de caráter preventivo, tinham como objetivo favorecer um projeto de nação calcado na racionalização do corpo coletivo, estabelecendo controle sobre aqueles que não se adequavam à norma.

³⁷⁵ SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 8, n. 4, pp. 900-922, 2014.

³⁷⁶ Mota, 2003; Mota, 2005.

³⁷⁷ CAMPOS, Ricardo. Authoritarianism and punitive eugenics: racial hygiene and national Catholicism during Francoism, 1936-1945. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl., pp. 1-17, dec. 2016. O autor analisa o discurso e as práticas eugênicas sob o regime de Franco na Espanha, abordando aspectos teóricos, ideológicos e culturais que envolveram sua adesão. Destaca-se que, embora a eugenia espanhola não tenha adotado medidas como esterilização, controle matrimonial e aborto, ela foi fundamental para legitimar as políticas de perseguição e repressão a dissidentes políticos, recebendo apoio da Igreja Católica. Nesse sentido, o franquismo desenvolveu um discurso eugênico singular, cujo forte teor católico pautava a busca da higiene racial por meios alternativos. Assim, “(...) o Franquismo baseou sua *raison d’être* em um discurso radical sobre a alteridade que igualava o inimigo político a uma patogênese que precisava ser destruída sem misericórdia, uma vez que ameaçava a essência da ‘raça espanhola’, a qual, como será demonstrado, era concebida como uma comunidade espiritual ao invés de uma realidade biológica” (Campos, 2016, p. 2, tradução nossa, itálico do autor).

³⁷⁸ MIRANDA, Marisa Adriana. Maternidad y biopolítica em la Argentina: Gregorio Aráoz Alfaro, *El Libro de las Madres* y la eugenesia (1870-1955). **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, pp. 156-176, maio/ago. 2019; MIRANDA, Marisa Adriana. Mujer y maternidad: entre el rol sexual y el deber social (Argentina, 1920-1945). **Locus: Revista De História**, v. 17, n. 2, pp. 75-101, 2011. A autora demonstra como as políticas de controle populacional propostas pelo movimento eugênico argentino eram pautadas por uma ideologia patriarcal, de caráter cristão, no âmbito da qual a mulher deveria cumprir sua função “natural” como mãe e esposa. Sob essa ótica, as estratégias de intervenção estatal na esfera familiar e sexual assumiam como premissa as hierarquias de gênero, sendo o matrimônio compreendido como um instrumento de regeneração racial. Nesse contexto, o exame pré-nupcial e a educação se destacaram como medidas de controle social, negando as mulheres enquanto sujeitos.

Daí a importância das representações utópicas, haja vista que, na condição de alteridades imaginárias, essas ideias-imagens justificaram e mediaram ações sociais com a finalidade de construir sistemas racionais e autossuficientes de organização social – no caso, de caráter conservador. Novamente, com base na leitura de Baczko, é preciso lembrar que essas ideias-imagens não são “quiméricas” por si mesmas, mas sim a partir de uma apropriação singular de seus componentes. Nesse sentido, é possível afirmar que os eugenistas brasileiros certamente possuíam pretensões “quiméricas”, mas isso é consequência da forma com que eles se valiam dessas imagens em torno da ciência e da civilização — e não destas como tais. Em casos como este, ainda que reflita demandas e anseios concretos dos atores sociais, a utopia cumpre a função negativa da ideologia — isto é, a crença fanática.

A longa duração desse processo é atestada pelo fato de que, até o presente, setores expressivos da população brasileira ainda são acometidos pela falta de acesso à educação, saneamento, moradia, nutrição e saúde de qualidade.

Da mesma forma, no campo simbólico e discursivo, constatam-se permanências dignas de destaque, sobretudo no que diz respeito à questão racial. A esse respeito, basta lembrar que o racismo ainda é usualmente interpretado como uma falha de caráter estritamente moral e/ou ideológica — isto é, limitada ao indivíduo que pensa de forma imoral e fanática — ao invés de um sistema de valores e ideias que se reproduz no plano estrutural, envolvendo todos os atores sociais. Por conseguinte, ao mesmo tempo que o ódio racial é condenado, levam-se a cabo políticas públicas que afetam diretamente a população negra e mestiça, agravando as desigualdades sociais.³⁷⁹

Sob essa ótica, é possível afirmar que a eugenia é uma prática social ainda atuante, sendo favorecida por um projeto de nação que não incluiu – e jamais pretendeu incluir – todas as camadas e grupos sociais em seu estatuto de cidadania. Considerando esse fato, Santos lembra que o movimento pela educação sanitária e pela universalização do acesso à saúde deve ser compreendido como um fenômeno recente, associado ao contexto da redemocratização, sendo

³⁷⁹ Aqui me refiro sobretudo à desvalorização da educação pública, à falta de acesso a serviços de saúde de qualidade e aos casos alarmantes de violência policial, marcadas frequentemente por episódios de tortura e execução.

distinto da campanha pela vacinação obrigatória empreendida por Oswaldo Cruz. Com isso em mente, o autor conclui que:

Não há como esquecer que os sanitaristas da Primeira República, que foram férteis em ideologias de mudança, encontravam limites no próprio caráter conservador do período. Propostas de modernização emancipadora – como as de um Samuel Pessoa – teriam de esperar até os anos 80 para se desenharem como politicamente possíveis, com o advento de uma democracia participativa e a eclosão de movimentos sociais pela saúde como direito da cidadania, na longa luta pela reforma sanitária no Brasil (Santos, 2004, pp. 288-289).

Em suma, trabalhos como estes são fundamentais para se compreender o movimento eugênico em sua multiplicidade, trazendo à luz suas contradições e intersecções, bem como suas continuidades e permanências na estrutura social. De tal modo, não se trata de isolar os aspectos “positivo” e “negativo” da eugenia (seja ela tomada por inteira ou por suas diversas correntes); tampouco de optar entre a denúncia do discurso eugênico como uma ideologia a serviço das elites ou a relativização de seu caráter opressor quanto à vertente sanitária; trata-se, mais precisamente, de reconhecer ambos os aspectos como elementos constitutivos do discurso e das práticas eugênicas, tal como elaboradas e aplicadas na década de 1920, tendo em vista os interesses e projetos em jogo.

Essa complexidade foi atestada pela análise documental. Ainda que os autores do *Boletim de Eugenia* negassem o caráter utópico de suas pretensões e que nenhuma utopia tenha sido formalmente idealizada, fez-se constante uso de ideias e imagens que remetiam a alteridades ideais, aludindo à forma como a sociedade poderia ou deveria ser de acordo com seu ideal eugênico. Nesse sentido, sua esperança em uma alteridade possível, ainda que improvável, serviu de base para a reafirmação de uma identidade comum entre esses intelectuais, reforçando laços políticos e profissionais de solidariedade. Assim, pode-se afirmar que as representações utópicas cumpriram uma função tipicamente ideológica, assegurando a coesão e estabilidade nas relações entre os membros de um certo grupo. Por conseguinte, em que pese a relativa desagregação dos eugenistas no plano institucional, promoveu-se, no plano simbólico, uma união através do uso comum de ideologias e utopias.

As ideologias apresentadas pelos eugenistas foram em sua imensa maioria marcadas por representações de caráter conservador, imbuídas de preconceito racial e social. Ainda que os

autores tenham se mostrado cautelosos quanto ao cruzamento entre indivíduos brancos e negros, constatou-se maior adesão à tese do branqueamento, favorecendo uniões entre brancos e mestiços de segunda ou terceira geração. Contudo, a insistente autodefesa dos eugenistas diante das possíveis acusações de racismo é reveladora, sugerindo que o contexto intelectual brasileiro já começara a repudiar as vertentes mais deterministas e radicais, temendo que estas levassem ao caos social. Assim, entendia-se que o negro deveria ser eliminado porque era inferior, mas que esse processo não deveria se basear no ódio de raça, mas sim na conscientização coletiva, promovendo o branqueamento de forma gradual e sutil.

No que diz respeito às relações de gênero, o discurso dos autores propõe a reorientação dos valores patriarcais em função de critérios racionais (impostos pela Biologia), tendo em vista a construção de um modelo orgânico de sociedade. Com efeito, apesar de medidas como esterilização e educação sexual gerarem reações contrárias por parte de alguns setores conservadores (em especial os católicos), os eugenistas justificavam a implementação de tais medidas sob uma lógica conservadora, uma vez que teriam como objetivo assegurar a estabilidade social, impedindo a degeneração moral e biológica do corpo coletivo. Nesse âmbito, a ideia de decadência cumpriu um papel central, contribuindo para legitimar, na visão desses grupos, a adoção de medidas radicais.

Por fim, o discurso eugênico brasileiro deve sua complexidade à apropriação singular de representações que remontam ao início do século XIX, refletindo os temores, anseios e esperanças das elites que, no alvorecer do século XX, propunham diversas saídas para a questão nacional. Tem-se, com efeito, um discurso que se caracteriza pela presença de todos os elementos simbólicos típicos da “modernidade”, refletindo uma concepção acelerada de tempo, a noção do social como entidade que se autodetermina, a ideia do indivíduo racional como promotor de seu próprio destino e a pretensão biopolítica de assegurar um ideal pleno de bem-estar pelo emprego de tecnologias que visam à higiene do corpo-espécie. No entanto, o objetivo da empreitada brasileira não se define apenas pela necessidade de adequar o imperfeito ao perfeito, mas sim de expurgar os traços indesejados do legado colonial (mais precisamente, a presença dos negros), conservando antigas relações de opressão no âmbito de um novo modelo de nação. Somente assim, de acordo com os eugenistas, seria possível *adequar* os brasileiros à civilização.

Referências

Fontes primárias

BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro, 1929-1931; Piracicaba, 1932-1933. Mensal/trimestral. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>> Acessado em: 13/12/2022.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1ª, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro, 1929. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788> Acessado em: 13/12/2022.

GALTON, Francis; DARWIN, Charles. Correspondência. Disponível em: <<https://galton.org/letters/darwin/correspondence.htm>> Acessado em: 13/12/2022.

GALTON, Francis. A Theory of Heredity. **Contemporary Review**, n.27, pp. 80-95, 1875. Disponível em: <<https://galton.org/bibnew/all.html>> Acessado em: 13/12/2022.

_____. **Essays in Eugenics**. London: The Eugenics Education Society, 1909. Disponível em: <<https://galton.org/bibnew/all.html>> Acessado em: 13/12/2022.

_____. **Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences**. London: Macmillan and Co., 1892. Disponível em: <<https://galton.org/bibnew/all.html>> Acessado em: 13/12/2022.

_____. Hereditary Improvement. **Fraser's Magazine**, n.7, pp. 116-30, 1873. Disponível em: <<https://galton.org/bibnew/all.html>> Acessado em: 13/12/2022.

_____. Hereditary Talent and Character. **Macmillian's Magazine**, n.12, pp. 157-166, pp. 318-327, 1865. Disponível em: <<https://galton.org/bibnew/all.html>> Acessado em: 13/12/2022.

_____. **Inquiries into Human Faculty and Its Development**. London: J. M. Dent & Co, 1907. Disponível em: <<https://galton.org/bibnew/all.html>> Acessado em: 13/12/2022.

_____. **Memories of my Life**. London: Methuen & Co., 1908. Disponível em: <<https://galton.org/bibnew/all.html>> Acessado em: 13/12/2022.

_____. **The Eugenic College of Kantsaywhere**. Disponível em: <http://digital-collections.ucl.ac.uk/view/action/nmets.do?DOCCHOICE=1036130.xml&dvs=1670957573680~133&locale=pt_BR&search_terms=&adjacency=&VIEWER_URL=/view/action/nmets.do?&DELIVERY_RULE_ID=6&divType=&usePid1=true&usePid2=true> Acessado em 13/12/2022.

Bibliografia

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, pp. 145-151, 1995.

AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. 1929, pp. 327-342.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales. Memorias y Esperanzas Colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1999.

BARROS, José D'Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan./ jun. 2007.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo oligárquico, da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BOARINI, Maria Lúcia. Apresentação. In: BOARINI, Maria Lúcia (org.). **Higiene e raça como projetos**. Maringá: Eduem, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CARNEIRO, Levi. Educação e Eugenia. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. 1929, pp. 107-116.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. República Brasileira: viagem ao mesmo lugar. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, pp. 303-321, maio-agosto. 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre Utopia. In: SOUZA, C. M. (Org.). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

CHROUST, Peter; PROSS, Christian (Org.). **Cleaving the Fatherland**: Nazi Medicine and Racial Hygiene. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1994.

CLAEYS, Gregory. **Utopia**: a história de uma ideia. São Paulo: Edições SESC, 2013.

COSTA, Emília Viotti da Costa. **Da Monarquia à República**. São Paulo: UNESP, 2010.

COWAN, Ruth S. Francis Galton's Statistical Ideas: The Influence of Eugenics. **Isis**, New York, v.63, n.4, pp. 509-528, Dec. 1972.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. In: **Scientiae Studia**, São Paulo, v.6, n.2, pp. 201-218, 2008.

DIKÖTTER, Frank. **Race Culture**: Recent Perspectives on the History of Eugenics. **The Americal Historical Review**, v.103, n.2, pp. 467-478, Apr. 1998.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **O Espetáculo do Feio**: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl. 1917-1937. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo, 2003.

DREYFUS, André. O estado actual do problema da hereditariedade. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. 1929, pp. 87-97.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2019.

EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. **Raça, história e política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo**. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em História)–Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal de Espírito Santo–UFES, Vitória, 2010.

_____. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna e Menotti Del Picchia, 1926. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl., pp. 243-252, dez. 2016.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Científico**. Bauru: Edipro, 2010.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. **Textura**, Canoas, v. 5, n. 9, 2004, p. 49-56.

FALCON, Francisco José Calazans. Utopia e Modernidade. In: MONTEIRA, John; BLAJ, Ilana (Org.). **História & Utopias**. São Paulo: AMPUH, 1996.

FANCHER, Raymond E. Biographical Origins of Francis Galton's Psychology. **Isis**, York, v.74, n.2, pp. 227-233, jun. 1983.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida**: A utopia médica do biodeterminismo. São Paulo: Alameda, 2009.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FONSECA, Fróes da. Os Grandes Problemas da Anthropologia. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. 1929, p. 63-86.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: wmf-Martins Fontes, 2010.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREEDEN, Michael. Eugenics and Progressive Thought: A Study of Ideological Affinity. **The Historical Journal**, Oxford, v. 22, n. 3, pp. 645-671, Sept. 1979.

_____. Eugenics and Ideology. **The Historical Journal**, Oxford, v.26, n.4, pp. 959-962, Dec. 1983.

GOBINEAU, Arthur de. **The Inequality of Human Races**. London: William Heinemann, 1915.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **O Futuro da Natureza Humana: a caminho de uma eugenia liberal?** São Paulo: wmf Martins Fones, 2010.

HEGEL, G.W.F. **A Razão na História**. Lisboa: Edições 70, 2013.

HERMAN, Arthur. **The Idea of Decline in Western History**. New York: The Free Press, 1997.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

_____. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

_____. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

_____. **A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Nações e Nacionalismo: desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KEHL, Renato Ferraz. A Eugenia no Brasil. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. 1929, p. 45-61.

KEVLES, Daniel J. **In the Name of Eugenics: genetics and the uses of human heredity**. New York: Alfred A. Knopf, 1985.

_____. **Eugenics and Human Rights**. British Medical Journal, v.319, n.7207, Aug. 2009, pp. 435-438.

KINOSHITA, Carolina Toshie. **Um D. Quixote científico a pregar para uma legião de Panças: os manuais escolares de higiene à sombra da eugenia (1923-1936)**. 2013. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

KOBAYASHI, Elizabete Mayumy. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como instrumento de regeneração nacional**. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica)-Instituto de Geociências, Campinas, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto PUC, 2012.

_____. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2009.

_____. **Estratos do Tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____. **História & Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: O Brasil Descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: M. C. Maio e R. V. Santos (orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. Chapecó: Ed. UFFS, 2020.

LUCA, Tania Regina de. **Revista do Brasil**: um Diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

MAI, Lilian Denise. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: BOARINI, Maria Lúcia (org.). **Higiene e raça como projetos**. Maringá: Eduem, 2003.

MALTHUS, Thomas. **Ensaio sobre o princípio da população**. Castelo Branco: Publicações Europa-América, 1990.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. Elites em Negociação: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931). In: MARINHO, Gabriela S. M. C.; MOTA, André (Org.). **Caminhos e Trajetos da Filantropia Científica em São Paulo**: A Fundação Rockefeller e suas Articulações no Ensino, Pesquisa e Assistência para a Medicina e Saúde (1916-1952). São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAYR, Ernst. **The Growth of Biological Thought**. Diversity, Evolution and Inheritance. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MINOIS, Georges. **História do futuro**: dos profetas à perspectiva. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MINOIS, George. **História do futuro**: dos profetas à perspectiva. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MORUS, Thomas. **Utopia**: sobre a melhor condição de uma república e sobre a nova ilha de Utopia. Petrópoles: Vozes, 2016.

MOTA, André. **Tropeços da Medicina Bandeirante**: Medicina Paulista entre 1892-1920. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Quem tem medo da eugenia? In: MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **As doenças e os medos sociais**. São Paulo: Unifesp, 2013.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo oligárquico, da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo oligárquico, da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PEARSON, Karl. **The Life, Letters and Labours of Francis Galton**: vol.1 Birth 1882 to Marriage 1853. Cambridge: University Press, 1914.

_____. **The Life, Letters and Labours of Francis Galton**: vol.2. Researches of Middle Life. Cambridge: University Press, 1924.

_____. **The Life, Letters and Labours of Francis Galton**: vol.3a Correlation, Personal Identification and Eugenics. Cambridge: University Press, 1930.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 9-25, 1995.

PESSOA, Oswaldo Frota. Quem tem medo da eugenia?. **Revista USP**, São Paulo, v.24, n.38-45, dez./fev., 1994/1995.

PEUKERT, Detlev. The Genesis of the Final Solution from the Spirit of Science. In: CREW, F. David. **Nazism and German Society: 1933-1945**. New York: Routledge, 1997.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

POPPER, Karl R. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

PRIOR, Tamara. Contra a Decadência: O mito da Virtude Eugênica. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. (Org.). **Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades**. São Paulo: Coleção Medicina, Saúde & Sociedade, 2013.

_____. **Hereditariedade, progresso e decadência no pensamento médico-eugenista de Renato Kehl**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)—Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo—FMUSP, São Paulo, 2015.

PROSS, Christian. Introduction. In: ALY, Götz; CHROUST, Peter; PROSS, Christian (Org.). **Cleaving the Fatherland: Nazi Medicine and Racial Hygiene**. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1994.

RAZ, Aviad E. Eugenic utopias/dystopias, reprogenetics, and community genetics. **Sociology of Health & Illness**, v. 31, n. 4, pp. 602 – 616, May 2009.

RENWICK, Chris. From political economy to sociology: Francis Galton and the social-scientific origins of eugenics. **The British Journal for the History of Science**, Cambridge, v. 44, n. 3, p. 343-369, Sept. 2011.

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

_____. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Actas da Primeira Sessão. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. p. 11-12.

ROSSI, Paolo. **Naufrágio sem Expectador: a ideia de progresso**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

_____. **A Ciência e a Filosofia dos Modernos: aspectos da Revolução Científica**. São Paulo: Unesp, 1992.

SANTOS, Gildo Magalhães dos. **Ciência e Ideologia: Uma excursão à história em torno da ideia de progresso**. São Paulo: intermeios, 2017.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugénismo em Renato**

Kehl (1917-1937). 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein: 1818 text**. New York: Oxford University Press, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências)-Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, jul.-dez. 2008, p. 146-166.

STEPAN, Nancy L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

_____. **The Hour of Eugenics**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1996.

TARELOW, Querodia Gustavo. A moral, a política e algumas questões científicas presentes no Hospital Juquery: Abordagens de Pacheco e Silva (1923-1950). **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 51, pp. 1-12, dez. 2011.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico, da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

VERZOLLA, Beatriz Lopes Porto. As Representações do Mal: As Imagens da Doença e da Degeneração Racial nos Livros Didáticos (1920 e 1930). In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. (Org.). **Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades**. São Paulo: Coleção Medicina, Saúde & Sociedade, 2013.

_____. **Medicina, saúde e educação: o discurso médico-eugênico nas teses doutorais da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo entre 1920 e 1939**. 2017. 214 f. Dissertação (Mestre em Ciências)-Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-FEUSP, São Paulo, 2017.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, pp. 263-288, jan.-mar. 2013.